

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ADRIANA PAOLA PAREDES PEÑAFIEL

**DESENHOS, RELAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: CONFLITOS EM
TORNO DA MINERAÇÃO NA REGIÃO ANDINA DE CAJAMARCA, PERU**

**Porto Alegre
2016**

ADRIANA PAOLA PAREDES PEÑAFIEL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

**Porto Alegre
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Paredes Peñafiel, Adriana Paola

Desenhos, relações e desenvolvimento: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru / Adriana Paola Paredes Peñafiel. -- 2016. 229 f.

Orientador: Jalcione Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Desenhos. 2. Mineração. 3. Conflito. 4. Desenvolvimento. 5. Peru. I. Almeida, Jalcione, orient. II. Título.

ADRIANA PAOLA PAREDES PEÑAFIEL

**DESENHOS, RELAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: CONFLITOS EM
TORNO DA MINERAÇÃO NA REGIÃO ANDINA DE CAJAMARCA, PERU**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jalcione Almeida – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos
UFRGS

Prof. Dr. Pablo Tibor Quintero Mansilla
UFRGS

Prof. Dra. Indira Nahomi Viana Caballero
UFMG

Às mulheres que lutam pela vida!

Aos compas!

AGRADECIMENTOS

Após dez anos fora do Peru, este trabalho de tese me permitiu voltar para a minha terra natal para permanecer por um tempo que fosse, além dos 15 dias de férias, que eu sempre reservava para me reunir com a minha família. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) por ter possibilitado este trabalho de pesquisa após um período de acúmulo de conhecimento e experiência no Brasil.

Foi uma expectativa da minha mãe Elvira e do meu pai Jorge de ter-me por perto ou pelo menos a 15 horas de ônibus de Lima, e não do outro lado dos Andes. Agradeço as ligações desde o Canadá dos meus dois irmãos, Antônio e Álvaro, a minha cunhada Ira, que sempre estiveram curiosos sobre as minhas viagens de campo. Terminou sendo um projeto familiar, acompanhado de debates durante o horário de almoço quando estava em Lima. Acho que a minha família e eu aprendemos juntos e muito com este trabalho de pesquisa, e agradeço sempre o apoio e o estímulo. Sempre liguei à minha mãe de Cajamarca e ela me encorajou muito durante a pesquisa. O meu pai juntava notícias de jornal para a minha pesquisa e prestava atenção quando havia algum colóquio ou fórum sobre mineração para participar; se eu não podia, ele ia. Também agradeço à Catalina e Silvia pelos mimos, e carinho sempre bem recebidos. A Maximus, por deixar brincar com as suas orelhas quando retornava a Lima.

Agradeço também à CAPES pela bolsa do doutorado sanduíche que me permitiu conhecer vários profissionais no Canadá e poder também estar por perto dos meus sobrinhos César, Jerome, Sofia e Francesco, com quem havia perdido a conexão pela distância.

Com muitas pessoas compartilhei experiências de vida que jamais esquecerei. Agradeço imensamente aos *ronderos* e *ronderas* de Cajamarca María e Oscar, Blanca, Virgilio, Pablo, Elvira, enfim, a toda a família Llamoctanta do *centro poblado* El Tambo pelas profundas conversas, amabilidade, suas canções, e por sempre me convidar a comer suas *papitas*. Sou agradecida a muitas outras pessoas que me ajudaram no *centro poblado* El Tambo, dona Delva, Elvia, os professores Manuel e Eládio, Fidencio, o *rondero* Rafael e Paredo. Liguei a María e Virgilio neste último natal (2015) e perguntaram “cuando vienes Adrianita?”. Quero muito voltar e ir a Conga juntos.

De Celendín, quero agradecer ao *rondero* Livaque, Máxima Chaupe, *rondero* Roditas, professor Charro, professor Clavitex, padre Antônio, padre Lázaro, professor Manuel, Jovana

e Jessica, por terem tido tempo e dedicação para conversar comigo e ter me incluído nas lutas e marchas. Na cidade de Bambamarca, quero agradecer especialmente à professora Bertha e sua família, à professora Martha, ao professor Castinaldo, Valico, Neptali e Candelario. Na cidade de Cajamarca, agradeço à militante Gladys, grande amiga e à professora Consuelo da UNC pela amizade e apoio na pesquisa. Ao mesmo tempo, sempre serei grata ao escritor Noé Zúñiga, a militante Dina, Jeremias Unkush, ao *rondero* Sebastian, à professora Nolvía e Yolanda, e aos padres Segundo, Antonio e Alvaro. Da ONG Grufides, quero agradecer a Roy, Sérgio, Ofélia e Mirtha. Na cidade em Lima, agradeço a Martin Scurrah que me deu as primeiras “norteadas” antes de começar o trabalho de campo em Cajamarca.

Na cidade de Hualgayoc gostaria de agradecer especialmente à *doña* Juanita, professor Segundo, professora Flor, professor Orlando, professora Elizabeth, Arsenio, Roberto, Benedito e a sua família, e aos agentes do projeto Micavir. Sempre lembrarei o seu apoio e disponibilidade. A minha pesquisa em Hualgayoc não teria sido possível sem vocês.

Em Porto Alegre, um agradecimento merecido ao meu professor e orientador Jalcione Almeida, que encorajou e apoiou a pesquisa no Peru de múltiplas formas. Aos professores Cleyton Gerhardt, Renata Menasche, Flávia Charão Marques, Pieter de Vries, José Carlos dos Anjos e Sérgio Baptista da Silva por compartilhar o seu conhecimento e por mostrar interesse quando eu começava a elaborar o meu projeto. À Danielle e Macarena, que sempre me ajudaram com as infinitas papeladas brasileiras. À minha turma linda de 2012 do PGDR. O doutorado teria ficado sem graça sem vocês. Agradeço imensamente aos colegas e, principalmente, à Manuela, Angelita, Irio, Lívio, Keile, Clarice e Fabiano pelos debates acalorados e as risadas. Também agradeço às colegas Yara, Camila e Gitana do meu grupo de pesquisa TEMAS, por perceberem que eu estava “grudada” no computador e por me fazerem lembrar que a mente é mais criativa quando ela descansa.

Agradeço aos membros da banca, Indira Viana Caballero, Pablo Quintero e José Carlos dos Anjos, pela disposição e pelas suas contribuições para poder continuar o trabalho no futuro. Foi uma banca *Top!*

Em Winnipeg (Manitoba), onde realizei quatro meses de doutorado sanduíche, agradeço especialmente à professora Fabiana Li pelo interesse e valorização de minha pesquisa de campo. Espero que a parceria continue e que o nosso próximo encontro seja em terras peruanas. Agradecida à professora Annette Demarais com quem tive aulas sobre o zapatismo e, quando estava no fim da minha bolsa, amavelmente me ofereceu a sua casa. Enfim, agradeço ao departamento de Antropologia da University of Manitoba por me facilitar a entrada na universidade com muita receptividade e sem maior obstáculo, e aos colegas que

conheci nessa casa de estudos. Da mesma forma, espero que vocês possam vir aqui ao Brasil e compartilhemos juntos.

Aos meus novos colegas de trabalho, Liandra, Marcia, Larissa, Alessio, Carmen, Elisa e Márcio, pela sensibilidade e as comemorações inesperadas.

Certos personagens em meu bairro de Porto Alegre alimentaram a minha criatividade na hora da escrita e não posso deixar de mencionar: Gordinha, Escudero, Fужão e Impostor. A Azzio, pela nostalgia.

Agradeço à família do meu esposo, Regina, Henrique e Camila, pelo apoio sempre e pela preocupação como se fosse uma filha. Certamente, esse agradecimento é compartilhado por meus pais que estão muito mais tranquilos que a caçula tenha este suporte.

Finalmente, agradeço a Guilherme por compreender o quão importante era realizar esta pesquisa em minha terra. Por sentir orgulho dos meus logros ao longo desta travessia e por me sentir sempre amada e com muita saudade de voltar para onde é a nossa casa. Sempre agradecida.

RESUMO

Este trabalho de tese trata das dinâmicas da mineração a céu aberto e seus efeitos na água da região andina de Cajamarca, ao norte do Peru. O objetivo consiste em analisar “desenhos locais” que entram em conflito com os desenhos propostos – e alguns já instalados – pela mineração moderna, que começam a proliferar no Peru a partir de 1990 como um caminho inquestionável de desenvolvimento. Por meio de pesquisa de abordagem etnográfica, realizada entre 2013 e 2014, analisam-se dois casos. No primeiro, examinam-se as diferenças ontológicas mobilizadas pelas pessoas como resultado de ações causadas pelo projeto de mineração Conga, que “sacrificará” importantes lagoas na região de Cajamarca, Peru. Nesse contexto, *campesinos* e *ronderos* do *centro poblado* El Tambo têm se organizado para vigiar a lagoa Mamacocha. Observa-se que a relacionalidade dos *campesinos* com Mamacocha é ativada pela realidade da experiência vivida com a água, que começou a desaparecer a partir dos projetos de mineração, mas que é coproduzida em “encontros” com outras concepções ontológicas. Tais encontros dinamizam histórias orais da memória local. Para além de uma representação essencialista do conhecimento indígena *versus* o científico, são os diferentes regimes de relação com a água que intensificam colaborações entre os coletivos. O efeito é a emergência de “Mamacocha estendida”, sinalizada nas manifestações como “obra de Deus”, “água que alimenta” e “aquíferos”, a depender das relações e dos grupos, e dos *campesinos* como “guardiões das lagoas”. A noção de “alimentar” aparece em diálogos com *campesinos* que enfatizam relações entre as colheitas, os canais de irrigação e os *puquios* (nascentes de água) salientando que as lagoas não podem ser substituídas por reservatórios artificiais que a empresa propõe construir. Em um segundo caso, analisa-se como o desenho de uma mina a céu aberto na cidade de Hualgayoc, região próxima à anterior, influencia as pessoas que inicialmente desenhavam na terra, os velhos mineiros de socavão. Embora os mineiros articulem a história de um passado mineiro, o seu esforço por negociar suas relações com a empresa mineira oscilam entre antagonismo e expectativas por uma ocupação neste mercado de trabalho. Muitos deles são ignorados pelas grandes empresas por não serem os “mineiros modernos” que hoje manipulam maquinarias sofisticadas, apesar de terem trabalhado por muito tempo no socavão. Quando o centro urbano de Hualgayoc se tornou uma AID (Área de Influência Direta) da mineração a céu aberto, os seus habitantes foram categorizados em classificações específicas que os reprimem. Além disso, o que mostra o caso de Hualgayoc é que o projeto mineiro somente oferece trabalho pelas falhas que ele mesmo causa ao ser implementado. Esta perda é vista como uma oportunidade de trabalho para contratar pessoas

que possam trazer água de outros lugares. Os efeitos na natureza e nas pessoas são reais, e, principalmente, os efeitos nas águas andam em paralelo com os projetos de vida de muitas pessoas que resistem ao projeto mineiro. Estes dois casos na região emblemática de Cajamarca ilustram os conflitos em torno de desenhos, relações e desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenhos; Mineração. Desenvolvimento. Conflito. Relacionalidade. Peru.

ABSTRACT

This PhD dissertation is about the dynamics of open-pit mining activity and related controversies around water in the Andean region of Cajamarca, Peru. The goal is to analyse “local designs” that are threatened by designs - some of them are already encroached on the land used by campesinos - coming from modern mining whose proliferation started in 1990 as a non-questionable way to development. Based on ethnographic research conducted between 2013 and 2014 in the region of Cajamarca, this work analyses two cases. The first one, I examine ontological differences mobilized by people when the Yanacocha Mining Company officially announced its proposal to construct an open-pit copper-gold mine and would require draining important lagoons. In this context, *campesinos* (peasant farmers) and *ronderos* (rural patrol) from the hamlet of El Tambo organized themselves in order to guard the Mamacocha lagoon. Based on fieldwork in the area of the proposed Conga Mining Project, the author argue that the relationality between the *campesinos* and Mamacocha results from campesinos’ lived experiences with water that started to scarce, but it is also produced through encounters with other ontological conceptions. Those encounters activate older narratives about Mamacocha. These different ways of knowing designing should not be understood as an essentialist representation of ‘Indigenous’ knowledge that stands in opposition to ‘Western’ or scientific knowledge. Different regimes of relations with water intensify collaborations between collectivities. The effect is the enactment of an “extended Mamacocha” as “God’s creation”, “water that nourishes” and “aquifers” and the *campesinos* as “Guardians of the Lagoons”. The concept of ‘nourishment’ appeared in dialogues with campesinos, emphasizing the relationship between food crops, irrigation channels, and natural water springs, could not be replaced with artificial reservoirs that the company proposed to build. In the second case, I analyse how the design of an open-pit mine in the city of Hualgayoc, close to the previous area, influences people who used to be underground miners. Even though, miners articulate a narrative that Hualgayoc is a “mining region”, their efforts to negotiate with the mining company oscilate between antagonism and expectations for jobs. Some of them are ignored for not being modern miners that manipulate sophisticated machines, even though they have worked as underground miners for decades. When the urban center of Hualgayoc became an ADI (area of direct influence), their residents were also categorized in specific classification that repress them. Besides, the case shows that the Project offers jobs because of their own failures during its implementation. This loss is seen as an opportunity for hiring people that could bring water from other places. The effects on the environment and people are real, they

travel through parallel worlds. These two cases in the emblematic region of Cajamartca illustrate conflicts around designs, relations and development.

Keywords: Water. Mining. Development. Conflict. Relationality. Peru.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de concessões mineiras no Peru em outubro de 2014.....	25
Figura 2: Mapa de concessões na região de Cajamarca e província de Hualgayoc, em 2010	26
Figura 3: Projetos mineiros atrasados por conflitos sociais e/ou entraves burocráticos e os investimentos “perdidos”	28
Figura 4: Conflitos sociais por origem e conflitos socioambientais por temas	29
Figura 5: Número de feridos em conflitos sociais	30
Figura 6: Denúncia de contaminação dos rios de Bambamarca pelas minas de Hualgayoc em 1986.....	39
Figura 7: Mapa dos lugares onde foi feita a etnografia entre 2013 e 2014	41
Figura 8: Família no Caserío El Tambo, distrito de Bambamarca, província de Hualgayoc.....	42
Figura 9: Centro urbano Hualgayoc, Hualgayoc. À direita, o cerro Jesus (cerro Hualgayoc), à esquerda, parcialmente o cerro Maria, e, entre eles, o caminho para Mesa de Plata. Atrás do cerro Maria está a jazida a céu aberto	42
Figura 10: Pads de Lixiviação da empresa Yanacocha em trânsito de estrada	49
Figura 11: Mapa das cavas do projeto de mineração.....	49
Figura 12: Represa de rejeitos da empresa Goldfields de 2013	50
Figura 13: O capachero.....	69
Figura 14: A classificação de pessoas entre civilizados e	72
bárbaros no quadro do Reino do Peru (1799).....	72
Figura 15: O cerro Hualgayoc no quadro do Reino do Peru (1799).....	72
Figura 16: O quadro do Reino do Peru (1799)	75
Figura 17: Relativismo absoluto e Universalismo implícito	87
Figura 18: Tradução em ontologia moderna e tradução em ontologia relacional	88
Figura 19: O fluir das águas de acordo com o estudo de Boelens (2014)	95
Figura 20: Reunião emblemática na lagoa El Perol, em 2012, quando chegaram os mediadores ao lugar dos fatos	100
Figura 21: Localização do projeto de mineração Conga na região de Cajamarca, norte andino do Peru.....	105
Figura 22: Visita à lagoa El Perol onde está planejada a instalação de umas dos tajos do Projeto.....	110
Figura 23: Visita à Máxima Chaupe, em frente à lagoa Azul	111

Figura 24: Comparação da funcionalidade uma lagoa natural (esquerda) com um reservatório desenhado pela empresa mineira.....	116
Figura 25: Vigiando a lagoa Mamacocha.....	123
Figura 26: Acéquia de Víctor (irmão de Mariela).....	126
Figura 27: Mariela mostrando como puxa sua aguita.....	127
Figura 28: Máxima Chaupe nas suas terras na região de Conga.....	143
Figura 29: Mulheres de El Tambo bajo, esperando para assembleia.....	143
Figura 30: Mulher fazendo um chapéu cajamarquino.....	144
Figura 31: Distribuição das minas hoje inoperativas nos rios Arascorgue/Hualgayoc e Tingo. A mina São Nicolás opera o tajo El Zorro.....	151
Figura 32: Localização do Projeto Cerro Corona no distrito de Hualgayoc.....	152
Figura 33: Tajo Cerro Corona em 2014.....	154
Figura 34: O cerro Maria na sua forma original, em 1980.....	154
Figura 35: Boca de Mina (mina subterrânea) em Mesa de Plata (Hualgayoc).....	157
Figura 36: Do lado esquerdo, o cerro que se transformou em tajo (desenho 2). Do lado direito, o cerro Jesus com os veios de mineral (desenho 1).....	170
Figura 37: O cerro Maria, desde longe.....	177
Figura 38: Marcha rumbo a El Perol, agosto de 2014.....	193
Figura 39: A lagoa Yanacocha antes e depois da entrada da empresa de mineração Yanacocha.....	197
Figura 40: A “nascente” do Rio Grande por Yanacocha.....	198
Figura 41: Mural na cidade de Celendín (Cajamarca).....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de mananciais por altitude	108
Tabela 2: Bacias hidrográficas, mananciais e localização das lagoas em risco	108
Tabela 3: Pessoas do AID contratadas para trabalhar no Projeto de mineração Cerro Corona por sistema planilla ou por contratistas	172
Tabela 4: Pessoas do AID que se tornaram empresários comunais para trabalhar no Projeto de mineração Cerro Corona	172

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AID	Area de influência direta
AID	Area de influência indireta
AIDSESP	Asociación interétnica de desarrollo de la selva peruana
ANA	Autoridad nacional del agua
BRGM	Bureau de recherches géologiques et minières
CEDIMIM	Compañía de exploraciones, desarrollo e inversiones mineras
CNDH	Comisión nacional de derechos humanos
CONACAMI	Confederación nacional de comunidades del Perú afectadas por la minería
DL	Decreto legislativo
DIGESA	Dirección general de salud ambiental
DINOES	Dirección de operaciones especiales de la policía nacional
EIA	Estudio de impacto ambiental
EM	Energía y minas
FDA	Frente de Defensa Ambiental de Cajamarca.
GRUFIDES	Grupo de formación e intervención para el desarrollo sostenible
JNE	Jurado nacional de elecciones
IIDS	Instituto nacional de derecho e sociedad
MINAM	Ministerio de medio ambiente
MINEM	Ministerio de energía y minas
MVCS	Ministerio de vivienda, construcción y saneamiento
MRTA	Movimiento revolucionario Túpac Amaru.
OCMAL	Observatorio de conflictos mineros de América Latina
OT	Ordenamiento territorial
PCM	Presidencia del consejo de ministros

PUCP	Pontificia universidad católica del Perú
PIC	Plataforma interinstitucional celendina
SENACE	Servicio nacional de certificación ambiental para las inversiones sustentables
SL	Sendero luminoso
SER	Asociación servicios educativos rurales
SUTEP	Sindicato unitario de trabajadores en la educación del Perú
TLC	Tratado de livre comércio
ZEE	Zonificação ecológica – economica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	PESQUISA DE CAMPO: CONTEXTOS, RELAÇÕES E ABORDAGENS	38
2.1	DESCREVENDO A METODOLOGIA	38
2.2	A PESQUISA EXPLORATÓRIA	47
2.3	SOBRE A ESCRITA: OPÇÕES E ANÁLISES	53
2.4	A DISCIPLINA DAS <i>RONDAS CAMPESINAS</i>	55
3	O OURO DE ATAHUALPA E O CERRO DE HUALGAYOC	61
3.1	OS CAXAMARCAS E OS QUÉCHUA	62
3.1.1	Caxamarca	63
3.2	HUALGAYOC E A CONSTRUÇÃO DO PERU	66
4	DESENHOS E CONFLITOS	75
4.1	O DIABO E A EXTRAÇÃO NOS ANDES	76
4.2	CONFLITOS E O POLÍTICO	82
4.3	COMO PENSAR DESENHOS?.....	90
4.4	A <i>OTREDAD</i> VIGENTE.....	93
5	RELAÇÕES DO ALIMENTAR E RELAÇÕES QUE ALIMENTAM: EL TAMBO E A LAGOA MAMACOCHA	99
5.1	O PROJETO DE MINERAÇÃO CONGA	104
5.2	COLETAR ÁGUA.....	113
5.3	LAGOAS <i>MALAS</i>	118
5.4	<i>CENTRO POBLADO</i> EL TAMBO E A LAGOA MAMACOCHA: OS DESENHOS E O ALIMENTAR	122
5.4.1	El Tosmo: as águas e as relações estendidas	131
5.4.2	<i>Deusito</i>, os aquíferos e o alimentar	133
5.5	O ALIMENTAR, A AUTONOMIA E O “NASCER AÍ”	137
5.6	O OURO DE ATAHUALPA	140
6	DA CONDIÇÃO DE MINEIROS DO SUBTERRÂNEO À ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA	146
6.1	HUALGAYOC.....	147
6.2	O <i>MUQUI</i> E A NOVA MINERAÇÃO.....	157
6.3	SER MINEIRO POR NATUREZA	162

6.4	ÁGUA, DESENHOS E TRABALHO	165
6.5	DESENHANDO O AID, DESFAZENDO RELAÇÕES.....	169
7	RELATOS DE LUTAS PELA VIDA	178
7.1	POR QUE SOMOS CHAMADOS DE <i>PERROS</i>	179
7.1.1	Água, <i>rondas</i> e violência.....	183
7.1.2	Água, vida e morte.....	185
8	CONCLUSÕES	200
	REFERÊNCIAS	207
	GLOSSÁRIO	222
	ANEXO A - Principais leis que fomentaram o investimento estrangeiro na mineração na década de 1990.....	225
	ANEXO B - Procedimento de titulação de concessão.....	227
	ANEXO C - Terras de comunidades <i>campesinas</i> e nativas afectadas pelas concessões mineiras	227
	ANEXO D - Ocupação de concessões mineiras segundo bacias hidrográficas	229



Caminhada à lagoa Mamacocha, 16 de janeiro de 2014.

Cuando mis aguas están en peligro, de ronderita me presento.
A dar mi vida, a dar mi sangre, por nuestros hijos hay que llorar.
Las injusticias por todas partes, el pan de día nos quitarán.
Pero eso un día, no muy lejano, el pueblo unido lo vencerá.
Y con esto Adiós Adiós Adiós. Tú te quedas en tu casa,
Yo me voy para luchar palomita.
(Canção concedida pela *rondera* María).

1 INTRODUÇÃO

El Perú está nadando en oro, el oro no se va a acabar.
(Depoimento do ex-primeiro-ministro Pedro Pablo Kuczynski¹, 2010).

El Perú siempre ha sido, es y será minero.
(Depoimento do ex-ministro de Meio Ambiente Antonio Brack, 2009).

¡Oooooooooooooooooooooo! Dessa maneira que recordo das décadas de 1990 e início de 2000 no Peru, antes de partir para o Brasil para fazer o mestrado, no ano de 2004. A década anterior, 1980, foi sombria, haja vista os 69.000 mortos, entre 1980 e 2000, pela violência interna no Peru, de acordo com os dados da Comissão da Verdade. Ao chegar a 1990, muitos da minha idade, que estavam pensando no vestibular, e uma geração anterior à minha, por exemplo, aquela dos meus irmãos que procurava trabalhar, estavam com esperanças de que houvesse uma mudança, e, ao mesmo tempo, sentiam medo. Reativar a mineração parecia ser uma opção para muitos, assim como salientavam as mensagens à Nação do presidente Alberto Fujimori no seu primeiro mandato (1990-1995). Contudo, entre os anos 1990 e 2000, escutavam-se vozes, pessoas que se opunham a projetos modernos de mineração. Uma dessas vozes era a população do distrito Tambogrande, na região de Piura, ao norte do Peru, que chegara a se organizar para realizar o primeiro *referendum* comunal no mundo, o qual tem sido objeto de vários estudos (ECHAVE *et al.*, 2009a). Um “*si*” ou um “*no*” deveria ser respondido para a pergunta: “Você está de acordo com o desenvolvimento de atividades mineiras nas áreas urbanas, de expansão urbana, agrícola e de expansão agrícola no distrito de Tambogrande?” (OBREGOSO ALVAREZ, 2004, tradução nossa)². Segundo o Júri Nacional de Eleições (JNE) no Peru, 93,95% dos presentes responderam “Não”, e, de acordo com outras fontes, como a do observatório canadense *Rights & Democracy*, foram 98% aqueles que votaram pelo “Não” (HAARSTAD, 2008). Tambogrande foi o caso que apresentei para candidatar-me ao mestrado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS, em 2004. Naquela época, ainda com a ideia ingênua de que a agricultura poderia continuar diante da entrada de um projeto mineiro, acabei abandonando o meu projeto inicial, inseri-me em outras pesquisas no Brasil, enquanto as vozes soavam e soavam mais fortes: “Água sim, Ouro nã! ; Água sim, Ouro não! ; Água sim, Ouro não!”.

Todavia, houve um momento em que as coisas começaram a ficar menos obscuras, e isso se deu com um infeliz episódio que ocorreu durante a controvérsia da derrogação de

¹ Candidato presidencial para o segundo turno das eleições de Peru 2016. A sua oponente, Keiko Fujimori, é filha do anterior presidente Alberto Fujimori.

² Do original em Espanhol.

decretos para implementar o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre Peru e Estados Unidos. Membros do Estado começaram a argumentar que não poderiam fazer uma consulta à população sobre o TLC, chamada por eles de “*llamas y vicuñas*” (LE VAS a ir a preguntar a las llamas y vicuñas sobre el TLC?, 2006), e o ex-presidente Alan García Pérez denominou o coletivo indígena Awajún Wampi, que exigia a revogação dos Decretos Legislativos (DL) ditados “excepcionalmente” pelo poder executivo no curto período entre maio e junho de 2008, para implementar rapidamente o TLC, como cidadãos de “segunda classe”. Foi naquele momento, em 2009, e também influenciada pelos textos de autores como De la Cadena, Mignolo, Blaser, e, emprestando-me do termo de Rivera Cusicanqui, que não pode ser melhor colocado, que realmente senti o “*sacudón*” (choque).

Como relatado acima, já antes de começar o curso de doutorado no mesmo programa, tinha a pretensão de seguir os estudos em torno do tema que, no Peru, é conhecido como “conflitos mineiros” (conflitos em torno da mineração). Mas foi mais recentemente que tive contato com um artigo do professor Arturo Escobar, do ano 2002, norteador de algumas fases da minha pesquisa de campo. Explicando brevemente, esse artigo faz uma relação entre a ecologia política articulada por movimentos sociais da América Latina e uma perspectiva de desenho autônomo, com contribuições de Esteva (2005), sobre o movimento zapatista, e de Winograd e Flores (1989), sobre uma nova perspectiva do desenho ontológico, os quais sustentavam a sua ideia de “globalidades alternativas”. Obviamente, o tema do desenho autônomo e ontológico era muito novo para mim, contudo, recupero este relato por dois motivos. Primeiramente, porque, se não olhasse para esse texto, e para outros que dei prosseguimento posteriormente, talvez não teria me interessado por “desenhos”, que é o destaque do meu trabalho de tese, e o que me esforço para mostrar ao longo deste intenso período, com os seus desafios. O segundo motivo é justamente para chamar a atenção para um parágrafo que aparece no documento de Escobar (2002):

As vezes é um desenho caótico que não passa pela reflexão teórica, mas que de todas as formas existe um desenho aí. Uma das tarefas do ativista ou do intelectual é fazer à comunidade mais consciente desse desenho que ela tem praticado e de começar a ver quais são as possibilidades daí por diante (ESCOBAR, 2002, tradução nossa)³.

Refletindo hoje, pouco depois de ter concluído este trabalho, penso que, se não houvesse levado a sério a advertência de Escobar, “caótico” seria o primeiro adjetivo que viria à minha cabeça após visitar a cidade de Hualgayoc, no norte andino do Peru, quando realizei

³ Do original em Espanhol.

uma breve pesquisa exploratória na animada companhia de meu pai. Essa companhia foi a pedido de minha mãe, que tinha prometido sabotar a minha pesquisa de campo seguinte se eu partisse para a minha primeira viagem a Cajamarca em pleno estado de emergência em razão do conflito Conga no ano de 2012, após a morte de cinco pessoas pela polícia nacional e de muitos feridos. Naquele ano de 2012, o conflito Conga não estava dentro dos meus planos de pesquisa e isto perdurou até o ano de 2013. Deixo para detalhar minha visita no capítulo seguinte, que detalha a etnografia; no entanto, não posso deixar de mencionar os *cerros* (montanhas) esburacados no entorno da cidade, com bocas de minas abandonadas que conduzem a túneis subterrâneos que seguem as *vetas* (forma laminar composta de minerais) de prata.

Hualgayoc, junto com Cerro de Pasco, no centro do Peru, foi o centro mineiro mais importante do Peru na época colonial, e o seu mesmo desenho foi continuado, não desapareceu com a independência. Os desenhos de Hualgayoc podem ser vistos como exemplos claros da continuidade da submissão de naturezas e coletivos às lógicas de acumulação, como bem explicita Alimonda (2014, p.107, tradução nossa)⁴:

Submissão de naturezas e sociedades às lógicas de acumulação de recursos econômicos e de poder real e simbólico de Europa Ocidental, tanto a nível macro (a reorganização dos territórios em função da produção e da administração imperial) como micro (o poder sobre o corpo e a alma dos humanos, sobre a flora e sobre a fauna).

Hualgayoc é o mesmo lugar onde se diz com orgulho que foi recolhida a prata para poder pagar o resgate do Inca Atahualpa, quando este foi preso por Francisco Pizarro em 1532, na conquista espanhola na cidade de Cajamarca. Durante o período da colônia, o *azougue* (mercúrio) foi trazido de Huancavelica (centro do Peru) para o processo de amalgamação⁵ da prata, e os resíduos eram jogados nos rios Hualgayoc e El Tingo. Até os dias de hoje, uma mina, San Nicolás, ainda joga os resíduos no rio El Tingo, o que explica o cheiro nauseabundo de algumas partes e a cor vermelha das suas águas (CHOLAN, 2015).

Mas o que impressionava ainda mais, remontando a essa primeira viagem de 2012, é que, da *van* que me transportava da cidade de Cajamarca, o que se destaca a primeira vista é um *tajo* (cava) de em torno de 71 hectares, uma mina a céu aberto, denominada Projeto Cerro Corona, junto com a sua barragem de *relaves* (rejeito após a flotação do mineral). Antes de se tornar uma jazida a céu aberto, ali havia um *cerro*, ao qual as pessoas se referiam como *cerro*

⁴ Do original em Espanhol.

⁵ Processo metalúrgico para separar o ouro da prata por meio do mercúrio. Hoje, este processo é utilizado em mineração de pequena escala.

Candelária. O Candelária é descrito pelos hualgayoquinos como um pico do próprio *cerro* Maria, *cerro* emblemático da cidade e que, desde as operações da empresa de mineração denominada Goldfields, parece achatado. Mas esses não foram os únicos efeitos. Desde que começaram as operações da mina, em 2008, o manancial de onde nascia a água no *cerro* Maria, que está junto ao Candelária, e que era conduzida para alimentar a cidade, tinha desaparecido. Para compensar tal perda, a água começou a ser fornecida pela empresa mineradora em épocas de seca, trazida por carros pipa de outros mananciais. Desse modo, esta cidade sem água local, com os *cerros* esburacados pela intensa mineração subterrânea, e com um *cerro* específico que tinha se convertido hoje em uma jazida a céu aberto que processava 17.000 toneladas de terra diariamente (ainda em processo de expansão), era um desenho peculiar.

Da *van* que viajava da cidade de Cajamarca, e também do outro extremo, à cidade de Bambamarca, muitos desciam no meio caminho, em Hualgayoc, para trabalhar na mina ou nos programas de desenvolvimento local. Também havia trabalhadores que estavam envolvidos com as obras de infraestrutura, da qual se destacam a reforma da praça de touros, a construção do estádio com grama sintética, o hotel para turistas, um salão para convenções e negócios, uma praça de armas nova e mais espaçosa que a anterior, e a construção de uma nova avenida que atravessa a cidade, para uma população de apenas 2.000 pessoas⁶.

No entanto, as minhas suspeitas estavam se encaminhando para o sentido de que, embora os pressupostos de atividade extrativa fossem continuados, *o footprint* (pegada) do que hoje se conhece como nova mineração (grande aporte de capital a *tajo* aberto) produz outros efeitos. Se o desenho de um *tajo* aberto era diferente dos túneis tradicionais, que seguem as *vetas*, era muito possível que outras coisas pudessem ocorrer.

Durante a década de 1990, quando Alberto Fujimori venceu seu concorrente Mario Vargas Llosa nas eleições presidenciais no Peru, após uma pesada década de 1980, com hiperinflação e, principalmente, com o avanço do Sendero Luminoso (SL) e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA), o marco legal da exploração mineral foi reformado sob o critério orientador de tornar o país atrativo para o investimento na mineração e, assim, reverter a desconfiança do cenário que o Peru apresentou na sua obscura década de 1980. O caminho em direção à modernidade era o desejo de muitos, inclusive o meu, já que, durante a época da escola, eu via como muitas famílias iam embora do país, e, em 1990, após a captura de Abimael Guzmán por mérito do General da Polícia Ketin Vidal (e não de Fujimori), havia

⁶ O número aumentou para 2000 por causa da procura de trabalho. O *cerro* Jesus, *cerro* ao lado de Maria foi ocupado por muitas casas após a chegada de Goldfields.

certa esperança de se ter um futuro no Peru. No Anexo I, são mostradas as leis mais importantes que fomentaram a mineração a partir da década de 1990, iniciadas no governo de Alberto Fujimori.

A resposta foi rápida. Entre os anos 1992 e 2000, os “*denuncios mineros*”⁷ tinham aumentado de 4 a 22 milhões de hectares no Peru (CONACAMI, 2000⁸ *apud* BURY, 2011a, p. 91). De acordo com a Figura 1, a seguir, em outubro de 2014, o Peru contava com 20,42% do seu território concedido à mineração, o que totalizava 25.983.461,62 hectares, considerando a sobreposição entre concessões. Segundo o sexto relatório cartográfico sobre concessões mineiras no Peru (COOPERACCION, 2014), em 1991, havia 2.258.000 hectares concedidos. Posteriormente, registraram-se dois grandes momentos. O primeiro, entre os anos 1993 e 1999, seguido por uma forte queda na cotação do mineral dentro do contexto internacional.

O segundo momento de expansão se registra entre os anos 2002 e 2013. No ano de 2013, no Peru existiam 26.752.220 hectares em concessão mineira, o que representava 21,02% do território nacional. No ano seguinte, a área concessionada tinha baixado a 25.983.461,62, o que representa 20,42% do território nacional. O relatório não explica os motivos dessa diferença.

De acordo com a mesma fonte, a região de Cajamarca não é aquela que tem o maior número de hectares concedidos. Em comparação, é a nona das 25 regiões do Peru. No entanto, Cajamarca tem chamado a atenção, inclusive, de pesquisadores como Bebbington (2013), pela forma como o Estado, em coalizão com as empresas mineiras, concebe o território do Peru como um depósito de recursos minerais ultrapassando “fronteiras”, lugar em que se pratica a mineração e onde nunca houve essa atividade anteriormente. Tsing (1995) já tinha denominado que as fronteiras são desreguladas porque alcançam espaços de interstícios construídos em colaboração entre legítimo e ilegítimo, moralidade e violência, restauração e extermínio, e a região de Cajamarca seria um bom exemplo da extremidade de emaranhados institucionais que se estendem e que criam efeitos.

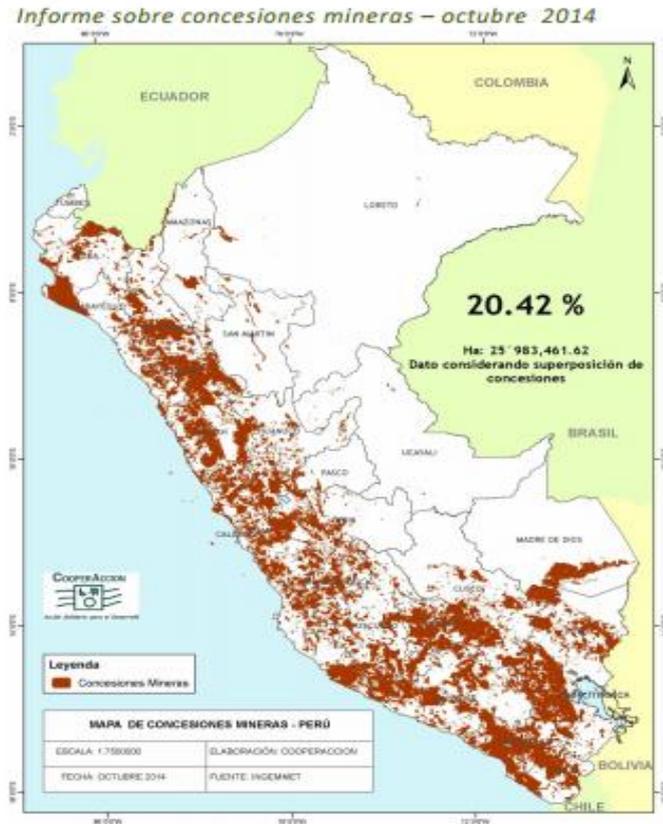
Posteriormente, pode-se perceber que a região de Cajamarca, localizada ao norte do Peru, contém concessões mineiras que estão principalmente no centro da região, onde está

⁷ Uma vez que se tenham determinado as coordenadas da propriedade e depois de ter sido verificado que a propriedade não tenha sido solicitada com anterioridade, procede-se ao “*denuncio minero*”, que é um pedido de concessão.

⁸ COORDENADORA NACIONAL DE COMUNIDADES DEL PERU AFECTADAS POR LA MINERÍA - CONACAMI. *El rostro de la minería en las comunidades del Perú*. Lima: Conacami, 2000.

localizada justamente a província de Hualgayoc, onde realizei a pesquisa entre os anos 2013 e 2014.

Figura 1: Mapa de concessões mineiras no Peru em outubro de 2014

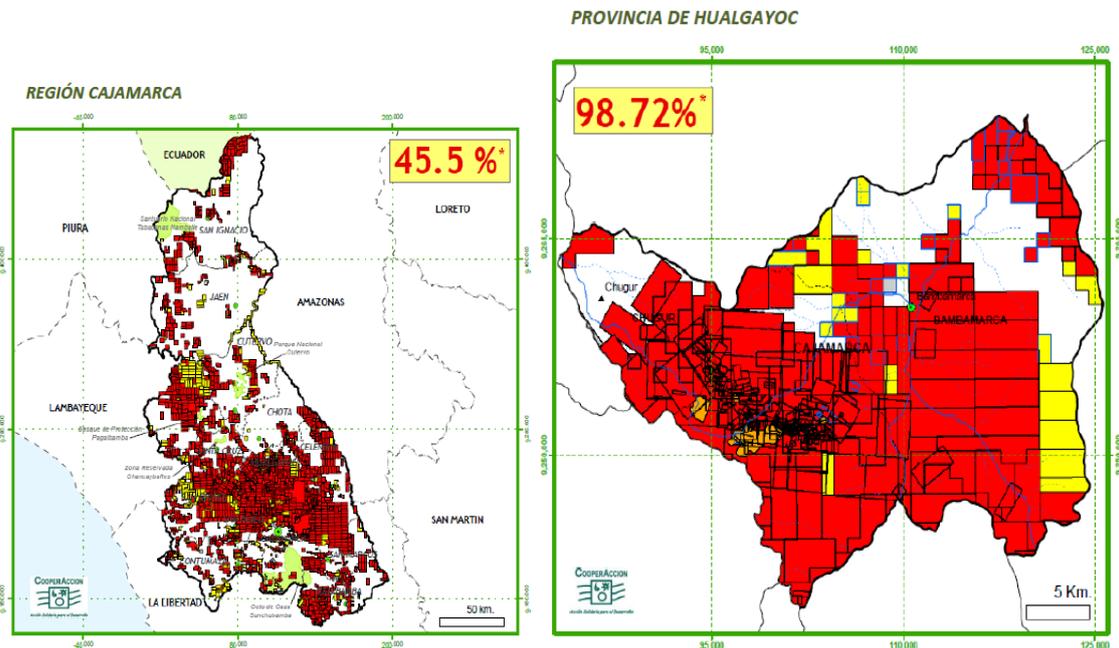


Fonte: Cooperacion (2014, p.10).

Mais claramente, pode-se ver na Figura 2, com dados de 2010, que 45,5% do território da região total de Cajamarca está sob concessão⁹, e a província de Hualgayoc, que compreende os distritos de Hualgayoc, Bambamarca e Chugur, onde foi o campo de pesquisa, está com 98,5% do seu território concedido. “Concessão mineira” é um título habilitante, que permite ao titular o direito de estudar e explorar uma possível área com mineral. Para obter o título, deve-se seguir o procedimento determinado pela Lei. No Anexo II são mostrados os passos para se obter o título de concessão.

⁹ A concessão é um direito que o Estado fornece para pesquisar e explorar os minerais que se encontram no subsolo da área concedida.

Figura 2: Mapa de concessões na região de Cajamarca e província de Hualgayoc, em 2010



Fonte: Cooperaccion (2010).

Na década de 1990, a política ambiental e os requerimentos de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) também foram aplicados a partir do mesmo governo. Li (2009a) detalha como o EIA começou a funcionar como instrumento a partir de 1990 quando o governo de Alberto Fujimori implementou as normas legais e econômicas para atrair o investimento internacional como parte das condições impostas pelas instituições financeiras internacionais que apoiaram ditas reformas. Este instrumento, como bem cita Blaser (2015), é um instrumento peculiar porque permite estudar possíveis efeitos da natureza aos olhos do campo da Ciência.

As pequenas empresas de mineração instaladas em Hualgayoc, que deram continuação às empresas da colônia, declararam-se em falência já em meados de 1980 e inícios de 1990, por não poderem implementar os requisitos de uma política ambiental, e desapareceram do distrito de Hualgayoc, deixando 1.237 passivos ambientais (GUERRERO DE LUNA TORRES LÓPEZ, 2012). Nesse sentido, as empresas de grande aporte de capital que apareceram no Peru com uma política de responsabilidade social e empresarial, e com um marco regulatório que as favorecia, começaram a ser bem-vistas porque estas faziam um estudo para prever ou mitigar os efeitos, enquanto as pequenas empresas eliminavam seus resíduos nos rios. Este dado é importante porque, ao longo da pesquisa de campo na região de Cajamarca, as grandes empresas, como Yanacocha, alegam que elas “não contaminam”, elas

sabem de antemão os efeitos e, por isso, alegam ser mais sérias e responsáveis que as pequenas empresas às quais não é solicitado um EIA.

Sobre esse ponto, poucos têm dado importância ao poder da palavra “contaminação” para a proliferação de projetos mineiros de grande envergadura, com exceção do livro recente de Fabiana Li (2015). Mais especificamente, o trabalho de Li (2015) mostra como os especialistas ambientais de minas diferenciam “contaminação” de “impactos”. Para Li (2015), os especialistas explicam às populações em assembleias de apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e prestação de contas que a contaminação consiste em impactos irreversíveis, sem solução, que repercutem no meio natural de forma permanente.

Em contraste, as empresas de grande aporte de capital poderiam identificar os impactos no seu estudo, estudando-os e tornando-os reversíveis por meio do desenho ou esboço de programas de mitigação e compensações. Desta forma, essas empresas com impacto mínimo, que supostamente “não contaminam”, e com programas de desenvolvimento local (emprego local e aporte de infraestrutura) tornaram-se o caminho em direção à modernidade e o “motor do desenvolvimento” em 1990. Refutar a mineração era considerado, tomando emprestada a expressão do ex-presidente Alan García, um “erro histórico”, afirmação sustentada por indicadores macroeconômicos que indicam que a atividade produz para o Peru 50% de divisas, 20% de recolhimento fiscal, 11% do Produto Interno Bruto (VARGAS SANCHEZ, 2015) e a contribuição do *cânon* mineiro¹⁰. Ao mesmo tempo, para os críticos das mobilizações contra a mineração, as contestações seriam simplesmente um entrave para o desenvolvimento econômico ou manipuladas por forças políticas da esquerda para os seus próprios propósitos. Para exemplificar essa posição, apresenta-se, na Figura 3, uma demonstração de um jornal bastante lido no Peru, onde aparecem os milhões “perdidos” pela paralisação de grandes projetos de mineração ou por demora burocrática¹¹, entre elas o projeto Conga na região de Cajamarca, ao qual me dedicarei posteriormente.

¹⁰ Segundo o ordenamento jurídico peruano, o *Canon* Mineiro é a participação efetiva e adequada de que gozam os Governos Regionais e Locais (municipalidades provinciais e distritais) do total de ingressos e rendas obtidos pelo Estado pela exploração econômica dos recursos mineiros (metálicos e não metálicos).

¹¹ No governo do atual presidente Ollanta Humala, em julho de 2011 e até início do ano 2015, foi aprovada a Lei de Consulta Prévia, foi criado o Serviço Nacional de Certificação Ambiental para os Investimentos Sustentáveis (Senace) no ano de 2012 e fortalecido o marco de fiscalização ambiental. Contudo, em 2014, o Executivo lançou uma série de medidas para reativar a economia que acelerava a avaliação do Estudo de Impacto Ambiental, por ser um processo burocrático que atrasava o investimento.

Figura 3: Projetos mineiros atrasados por conflitos sociais e/ou entraves burocráticos e os investimentos “perdidos”



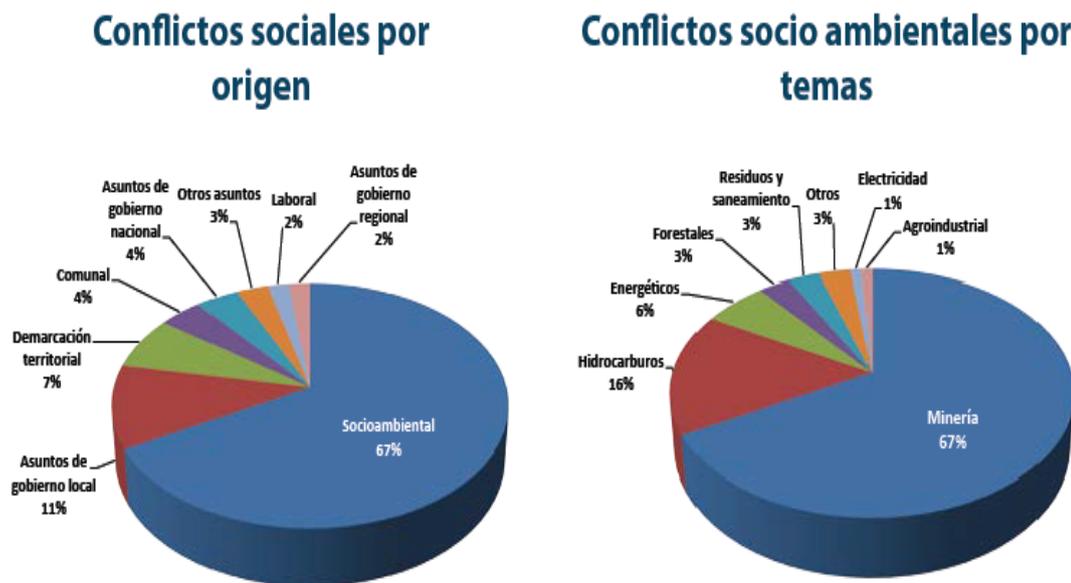
Fonte: MINERÍA: ¿Cuánto ha perdido el Perú? (2015)

Certamente a mineração é parte da história do Peru, mas existem estatísticas que explicam outros efeitos. De acordo com o 16º Relatório do Observatório de Conflitos Mineiros no Peru (OCMAL, 2015), com base em dados recolhidos pela *Defensoría del Pueblo* do Peru¹², para o primeiro semestre de 2015, 67% dos conflitos sociais no Peru são classificados como conflitos socioambientais, distinguindo-se de assuntos do governo regional (2%), trabalhista (2%), assuntos do governo local (11%), demarcação territorial (7%), comunal (4%), assuntos de governo nacional (4%) e outros assuntos (3%). Dentro deste segmento de conflitos socioambientais, coincidentemente 67% estão vinculados à mineração, destacando-se hidrocarbonetos (16%), energéticos (6%), florestais (3%), resíduos e saneamento (3%), eletricidade (1%), agroindustrial (1%), outros (3%). Outro relatório realizado pela *Defensoría del Pueblo* (2015) registra que os conflitos sociais, entre o período de janeiro de 2011 a dezembro do ano 2014, somam 539 conflitos, dos quais, 153 (28,26%) estavam vinculados a recursos hídricos, tem-se identificado como principais atores as

¹² A *Defensoría del Pueblo* foi criada na Constituição Política de 1993 como um organismo constitucionalmente autônomo para defender os direitos fundamentais, supervisionar o cumprimento dos deveres da administração estatal, assim como a prestação de serviços públicos no território nacional.

comunidades camponesas (24%), as frentes de defesa (21%), e os *centros poblados* e *caseríos* (19%). As juntas de usuários de canais, federações e agricultores compreendem 9%; povos indígenas, 8%; organizações indígenas, 5%; e as rondas camponesas, 4%; assentamentos humanos e urbanizações, 3%; organizações camponesas, 3%; e outros, 2%. Daquele total de 153 casos de conflito, em 70%, o recurso hídrico é a demanda principal.

Figura 4: Conflitos sociais por origem e conflitos socioambientais por temas

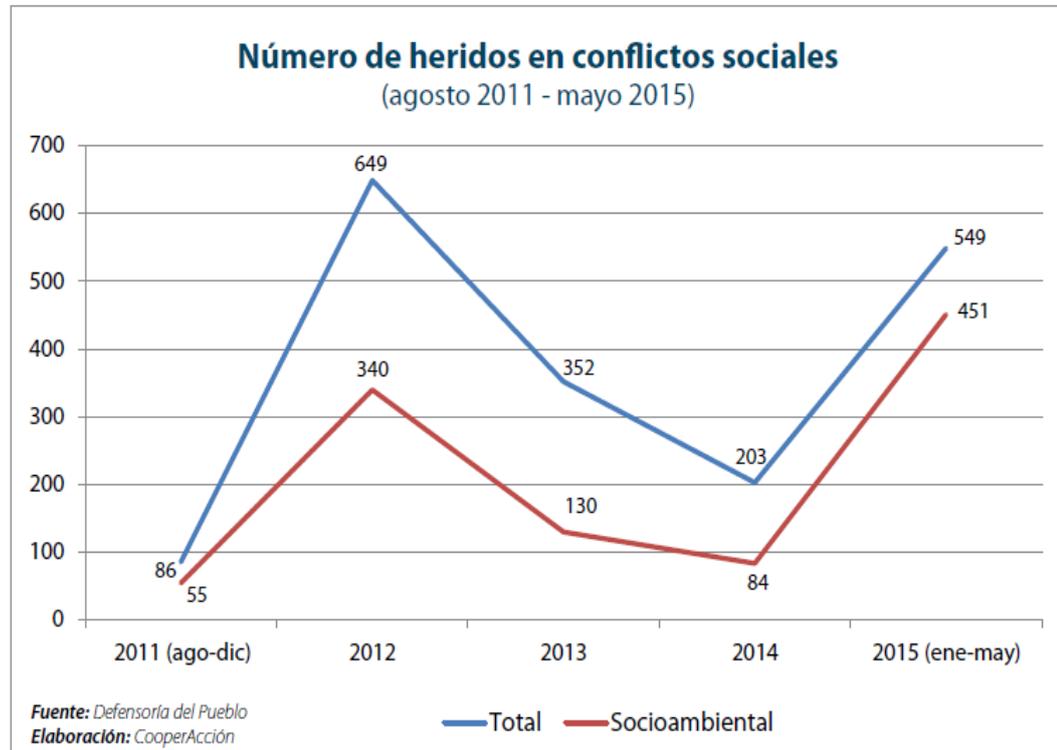


Fonte: Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina (2015).

De acordo com o mesmo relatório, a intensidade dos conflitos é um assunto preocupante. Um indicador dessa intensidade é o número de pessoas feridas e falecidas nestes conflitos denominados sociais. Como se pode observar na Figura 5, o número de feridos está em uma tendência crescente no segundo semestre de 2015, sendo o conflito em torno do projeto Tia Maria, na região sul do Peru, o mais comentado. Os números mostram que 58 pessoas faleceram em consequência de conflitos sociais no atual governo no Peru, incluindo as mortes de cinco pessoas nas cidades de Bambamarca e Celendín, quando do surgimento da problemática do projeto de mineração Conga que detalharei mais adiante (OCMAL, 2015). Sem contar que, no governo anterior, de Alan García Pérez (2006-2011), segundo o mesmo Relatório, 195 pessoas faleceram em consequência de conflitos sociais, incluindo o caso de Bagua, e 2.312 ficaram feridas¹³.

¹³ O conflito Bágua foi o conflito mais intenso durante o Governo de Alan García. A Defensoría del Pueblo quantificou 33 mortos (23 policiais e 10 civis). Além disso, 83 pessoas teriam sido detidas e outras duzentas teriam ficado feridas. Para mais informações, ver Radomsky e Paredes Peñafiel (2014).

Figura 5: Número de feridos em conflitos sociais



Fonte: Observatorio de Conflictos Mineros na América Latina (2015).

Hoje, esta relação entre mineração, conflito socioambiental e águas é a base de uma série de publicações no Peru, tais como “Minería, Movimientos Sociales y Respuestas Campesinas” (BEBBINGTON, 2007), “Minería y Conflicto Social” (ECHAVE *et al.*, 2009a), “Minería y Territorio en el Perú: Conflictos, Resistencias y Propuesta en Tiempos de Globalización” (ECHAVE *et al.* 2009b) “Cuidar el Agua, es Cuidar la Vida” e “Minería y Territorio en el Perú: Conflictos, Resistencias y Propuesta en Tiempos de Globalización”¹⁴ (ARANA, 2009; 2011), “Unearthing Conflict” de Li (2015), “Aterrizaje Minero” (GIL, 2009), “Minería y Territorio en el Perú, Defendiendo Nuestros Derechos” (SCURRAH, 2008), “Minería y Movimientos Sociales en el Perú” (HOETMER *et al.*, 2013), entre outras publicações. Estes trabalhos sugerem o que outros pesquisadores, como Almeida e Premebida (2014), enfatizam sobre a importância crescente dos conflitos socioambientais na América Latina. Em particular no Peru, neste grupo de conflitos socioambientais, como é detalhado pela Defensoría del Pueblo (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2016b), destaco o meu interesse no projeto de mineração Conga, internacionalmente conhecido pelos protestos em 2011 e 2012, no qual as lagoas do alto andino apareceram como o lugar dos conflitos.

¹⁴ É o mesmo título da referência de Echave *et al.* 2009b.

Atualmente, o projeto Conga está suspenso (não inviabilizado), consequência de uma greve regional, em novembro de 2011, articulada por *ronderos e ronderas e campesinos e campesinas*, moradores urbanos, comerciantes, ativistas que demandaram a inviabilidade do projeto. São os *ronderos e ronderas* (os “guardiões das lagoas”) do *centro poblado* El Tambo, no distrito de Bambamarca, província de Hualgayoc, que têm se organizado por *caserío* desde 2012 para vigiar essa lagoa, que não está entre as quatro lagoas que irão ser sacrificadas pelo projeto. Estes *ronderos e campesinos* alegam que a intervenção nas lagoas pelo projeto Conga secaria a lagoa Mamacocha, que “alimenta” os vales águas abaixo.

Além disso, afirmam que a instalação de sofisticados reservatórios no alto da montanha – um desenho da engenharia da empresa mineira, que capturaria um maior volume de água de chuva que as lagoas a serem administradas pela empresa, para ter água o ano todo – produz uma água que não é a “mesma” que a água que vem das lagoas da região de Conga. Embora se esteja falando de *campesinos e ronderos* que vivem da sua agricultura e que irrigam com água os seus cultivos de batata e milho, os protestos indicam que outros aspectos estão sendo ocultados. Aos olhos da empresa, essa água de chuva que flui é “perdida” ou “não aproveitada” porque não foi coletada para outros propósitos que possam beneficiar as famílias. No entanto, ao longo da pesquisa de campo, os *campesinos e ronderos* com quem convivi me ensinaram sobre os desenhos e a importância do “nascer aí”, do fato de que as águas nasçam na região de Conga, e como estas águas são as que alimentam a terra, visto que os desenhos da terra seguem uma lógica de fluidez que difere da lógica de retenção e distribuição das águas pela empresa mineira.

Sendo assim, a região de Cajamarca é compreendida pelo Estado e pelas empresas de mineração por pressupostos que assumem uma natureza para ser manipulada pelo conhecimento legítimo, pelos peritos, subalternizando outros regimes de relação. Regimes que, para o amálgama entre as visões burocrática, empresarial e científica, significam tão somente a possibilidade de retardar a exploração econômica “racional”, retardar o próprio desenvolvimento. Partindo do fato de que a mineração, a partir da década 1990, reapareceu junto com a conformação de todo um “aparato institucional” que desenhou um espaço de intervenção, medido por indicadores, tornando esta atividade inquestionável e cujos impactos negativos se resumiram a questões técnicas ou negociáveis com transações técnicas ou econômicas, chego às seguintes *questões de pesquisa*:

- a) a partir dos diferentes conflitos entre a empresa e a população local, que reside no entorno dos projetos mineiros operativos ou por operar, quais seriam os

antagonismos potencialmente presentes que os processos políticos procuram “invisibilizar”?;

- b) qual é o papel e o poder dos “*experts*” (cientistas, técnicos) e dos “*outsiders*” (profissionais do desenvolvimento) na consecução de grandes projetos de mineração que consolidam uma visão hegemônica do desenvolvimento neste contexto?;
- c) enfim, como o campo do desenvolvimento e os seus agentes, incluindo o Estado, relacionam-se politicamente com projetos potencialmente autônomos de populações locais? Em outras palavras, como é que certos desenhos, como canais de irrigação, as acéguas (canais artesanais), lagoas, cavas e reservatórios se tornam visíveis e chegam a ser pontos de “contenção” nas disputas denominadas de “conflitos mineiros”?

Como *hipóteses*, tem-se:

- a) O consórcio desenvolvimentista que age em torno da mineração no Peru tem se concentrado no desenho de ferramentas e procedimentos supostamente imparciais ou neutros, procurando reconciliar todos os interesses e valores em conflito ou em choque. No entanto, o que os protestos em torno de projetos de mineração parecem indicar é que existe uma copresença problemática entre desenhos, uns que envolvem a domesticação instrumental da natureza e das pessoas e que são propostos para negociação com as populações locais, e outros que são considerados por usurpar a lógica dos seus desenhos com a terra, com a água, etc;
- b) O papel dos agentes do desenvolvimento reside justamente em cooperar na validação de certas formas de imaginar a realidade na qual existe uma natureza “lá fora”, que pode ser manipulada pelo conhecimento científico. No entanto, os pressupostos de controle, propriedade, produtividade que aparecem como o pilar importante de um tajo ou reservatório interrompem ou descontinuam a lógica de outros desenhos que partem de outros modos de ser ou formas de viver que não são necessariamente de controle, propriedade, produtividade. Pode até haver certas conexões, no entanto, os desenhos hegemônicos e as narrativas que participam delas obscurecem ou subalternizam complexas formas de relações;
- c) Embora, para alguns grupos, a mineração seja parte da experiência, e alguns até expressam o seu desejo pelo desenvolvimento, ao desenhar estratégias de

resistência, o desenvolvimento é reconfigurado, resistido, reorganizado, e as populações procuram manter a autonomia do desenho do seu mundo, ao negociar os pressupostos da mineração cotidianamente, e resistindo quando os seus projetos de vida se veem usurpados pelas múltiplas articulações não desejadas.

A partir dessas indagações de pesquisa e hipóteses, pode-se afirmar que o *objetivo geral* da investigação consiste em analisar os conflitos políticos e ontológicos em torno de dois projetos de mineração no Peru a partir do efeito despolitizante do aparato desenvolvimentista, que propõe a atividade da mineração como única alternativa disponível, em contraposição a uma forma de conhecimento local no qual o mundo é desenhado junto com os desenhos da natureza que a mineração quer explorar.

Como *objetivos específicos* tem-se:

- a) Identificar a forma antagonista ao projeto mineiro e as respectivas dinâmicas sociais associadas, considerando as ontologias para perceber o que é “político” para os ronderos e ronderas de Bambamarca e residentes de Hualgayoc, ao seguir o circuito das suas práticas e narrativas;
- b) Analisar como a região de Cajamarca foi construída como um “espaço” para a mineração e o desenvolvimento, identificando as narrativas mais influentes nos dois casos de estudo, que se articulam intimamente com os desenhos esboçados pelas próprias empresas mineiras e propostos às comunidades que se localizam no entorno;
- c) Analisar como os pressupostos de um desenho hegemônico implicam ameaças aos projetos de vida de pessoas, identificando como se tornam visíveis outros desenhos, colaborações e efeitos, que confrontam total ou parcialmente o projeto mineiro.

Como se pode ver, então, o foco deste trabalho é sobre a análise de desenhos ontológicos que Escobar (2012a; 2012b) define como projetos baseados em diferentes compromissos (também ontológicos), dualistas ou relacionais, e diversas formas de “mundificá-los” (*worldings*) ou materializá-los mediante narrativas e formas de ativismo.

Ao longo dos capítulos deste trabalho, verifico, a partir de uma análise etnográfica de nove meses de duração na região, como estes desenhos interagem, coemergem e se desentendem quando os pressupostos de um são interrompidos por outro. Estes desenhos estão acompanhados de narrativas que emergem a partir de conversas com os meus

interlocutores, os quais me ajudam a entender os nexos de relações que estão por trás do desenho de um canal de irrigação, de uma acéquia, de um plantio de batatas, de um túnel de mina subterrânea, de uma mina a céu aberto, de um reservatório. As narrativas que evidencio ao longo dos capítulos analíticos participam ativamente dos desenhos que emergem nos conflitos mineiros. Algumas contestam a trajetória oficial linear da história do Peru, outras deixam em questionamento a metáfora de agricultura (NADASTY, 2011) de controle e propriedade da terra, etc. Outras tornam real a história hegemônica, articulando-as para os seus interesses. Considera-se sempre que estes desenhos não são herméticos, mas estão sempre em constante fluidez com as histórias orais e a experiência vivida.

Noções de *ways of wordling* (práticas emergentes) e *enactments* (tornar visível), trabalhadas em profundidade por Escobar (2012a; 2012b; 2014), De la Cadena (2008, 2010; 2015) e Blaser (2013a; 2013b), conduzem este trabalho, assim como múltiplos desenhos coemergem, interagem, colaboram e conflitam, fazem alianças, sem se reduzirem uns aos outros. Sendo assim, a pesquisa diz respeito a como realidades se tornam visíveis em “conflitos mineiros”. Realidades que compartilham “relações parciais” (STRATHERN, 2004), que coemergem, sem compartilhar um princípio universal, mas também, como alega De la Cadena (2015), “estendem” o conhecimento sobre o que existe em “encontros” (com os padres da Teologia da Libertação, com os evangélicos, com os ambientalistas, com os engenheiros de minas, com os pesquisadores, e com a cidade de Hualgayoc, onde os Hulgayoquinos vendem a água).

Li (2015) nos mostra como entidades como água e poluição emergiram como pontos de contenção nos conflitos em um país cuja história linear foi dinamizada pelo seu passado mineiro. Inspirada em seu trabalho, tentei não “reduzir” estes desenhos a um único conhecimento, mas examinar como este “desenho” emerge em conexões com outros mundos ou, usando o termo de De la Cadena (2015), “estendido”; como múltiplos mundos interagem ou coemergem, sem serem reduzidos a um nem a outro. Blaser (2013a) ajuda a pensar que a narração de relatos pode ter profundas qualidades performativas, ou seja, que ajudam a produzir aquilo do que se fala, e a contestar a história linear. Tanto a urbe de Hualgayoc, com a sua mineração desde 1771, assim como o *centro poblado* El Tambo, fazem complexas reflexões sobre as suas histórias de origem, respondendo aos novos contextos.

Este trabalho é conformado a partir de dois casos. O primeiro é o Projeto Conga, que consiste em um projeto de mineração de ouro e cobre, a céu aberto, na região de Cajamarca (norte do Peru), com planos de operar por 19 anos de vida útil e cuja produção média anual dos primeiros cinco anos está estimada entre 580 e 680 mil onças de ouro e entre 155 e 235

milhões de libras de cobre. A empresa responsável pelo empreendimento, o maior da América Latina neste setor, é a Yanacocha, consórcio integrado pelas empresas Newmont Mining Corporation, norte-americana, que detém 51,35% das ações, a peruana Buenaventura, com 43,65%, e a Corporação Financeira Internacional, organismo dependente do Banco Mundial, com 5%. Yanacocha é uma empresa já está instalada na região de Cajamarca e começou as suas operações em 1992/1993 a 45 quilômetros ao norte do distrito de Cajamarca. As publicações anteriormente citadas referem-se aos impactos da sua chegada à região. Esse projeto, ainda não operacional, está localizado nos distritos de Encañada, Huasmín e Sorochuco, nas províncias de Cajamarca e Celendín, região de Cajamarca. Em 2010, irrompem na esfera política várias imagens de lagoas, El Perol, Mala, Chica, Azul, que seriam diretamente afetadas pelo Projeto. A compensação pela empresa mineira consiste no desenho, construção e instalação de reservatórios que podem capturar uma maior quantidade de água de chuva que as lagoas da região de Conga (KNIGHT PIESOLD, 2010), desenho que provocou a fúria de grupos de *ronderos* e *ronderas* católicos e evangélicos e ambientalistas (ambos com influência da Teologia da Libertação).

No entanto, no capítulo que se refere a este caso específico, irei fazer a análise a partir de um grupo de *ronderos* e *ronderas* do *centro poblado* El Tambo no distrito de Bambamarca, província de Hualgayoc, que tem se organizado para diariamente vigiar a lagoa Mamacocha, na região de próxima à lagoa El Perol. Vale salientar que nem todos os residentes do *centro poblado* El Tambo estão contra a proposta mineira. Aliás, por estar em um clima de intensa polarização, a minha pesquisa foi realizada acompanhando um conjunto de *ronderos* e *ronderas* que estavam articulados junto com a Frente de Defesa dos Interesses do El Tambo na defesa da lagoa Mamacocha e articulados com os *ronderos* de Celendín e os membros da PIC (Plataforma Interinstitucional Celendina).

Desde 2012, os *ronderos* de El Tambo têm se autodenominado como Guardiões das Lagoas, estendendo a vigilância do que era antes o seu território, a comunidade, até a região de Conga, onde estão localizadas as emblemáticas lagoas.

No segundo caso estudado, aparece o *tajo* (cava) operacional de uma mina de cobre e ouro a céu aberto denominada Cerro Corona, localizada entre a comunidade camponesa El Tingo e os *caseríos* Coymolache Alto e Pilancones, e a cidade de Hualgayoc, no distrito de Hualgayoc, província de Hualgayoc. Esta cava está localizada a uma hora e 15 minutos por estrada asfaltada da mina Yanacocha. A cava foi desenhada no que anteriormente era o *cerro* (montanha) Corona, que os nativos chamam de *cerro* Candelaria, um *cerro* conexo ao *cerro* María que rodeia a cidade de Hualgayoc. A empresa responsável é a Goldfields – La Cima,

com capital da África do Sul, que opera a jazida desde 2008. No entanto, com a chegada da empresa moderna, os *mineros* de Hualgayoc, como eles se autodefinem, não podem participar do desenho de uma jazida a céu aberto. Para terem trabalho, eles têm que fazer parte de associações para poder negociar com a empresa outras formas de ocupação¹⁵.

No entanto, os trabalhos nos quais são alocados são variados, e alguns mineiros com vários anos de experiência passavam a trabalhar como vigilantes ou como pessoal de serviços básicos. De mineiros, eles se tornaram como área de influência direta (AID), sem direito a desenhar na terra e a serem receptores de projetos de desenvolvimento local. A terra continua sendo explorada e se configurando em um enorme buraco que tem afetado o fluir das águas que brotavam pelas nascentes ao longo do distrito.

Este trabalho está organizado da seguinte forma¹⁶: após esta introdução, exponho a etnografia, onde se detalha a entrada no campo, a seleção de certos lugares para a realização da pesquisa e as dificuldades em sua execução. A terceira parte trata algumas particularidades da história do Peru, dado que o público que lerá o presente documento pode desconhecer alguns fatos importantes do país. Na quarta parte, faço uma revisão sobre os textos lidos que falam sobre estudos de mineração na Antropologia, as suas relevâncias, assim como textos que sustentam a ideia de desenhos, conflitos ontológicos e ontologia política. No quinto capítulo, analiso as diferenças – que podem ser chamadas de ontológicas – mobilizadas pelas pessoas como resultado de ações causadas pelo projeto de mineração Conga, que sacrificará importantes lagoas na região de Cajamarca, Peru. Focalizarei nas reflexões realizadas pelos *ronderos* e *ronderas*, hoje Guardiões das Lagoas, sobre a história oral diante do contexto contemporâneo como é a mineração a céu aberto. Na sexta parte, analiso como um desenho imponente, a jazida a céu aberto denominada Cerro Corona, impõe as relações e intersecções

¹⁵ O distrito Hualgayoc foi se tornando um *centro mineiro* a partir de 1771 (O'PHELAN GODOY, 1991; CONTRERAS, 1995). As inúmeras bocas de mina e os seus túneis desenhadas nos *cerros* (montanhas) nos dizem sobre como a procura do mineral foi implacável. Muitos morreram nos túneis de minas subterrâneas por acidentes ou doenças, e outros tantos tiveram que migrar nas épocas de crise. Na década de 1990, estas pequenas empresas mineiras que continuaram com as minas da época da colônia, não podiam se ajustar à política de meio ambiente que emergiu naquela época, e declararam falência. No entanto, as empresas grandes, como a Yanacocha, que começou a operar na região de Cajamarca em 1993, e, posteriormente, a Goldfields – La Cima, tinham as condições para cumprir com os requisitos da nova política ambiental que exigia um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e programas de Responsabilidade Social. É assim que mineração e desenvolvimento colaboraram para que vários outros projetos mineiros chegassem a lugares onde não havia mineração tradicionalmente.

¹⁶ No início de cada capítulo, reproduz-se uma canção ou poema de autoria dos meus interlocutores, assim como partes de escritos de livros que encontrei no Arquivo Departamental de Cajamarca. Durante a pesquisa de campo, as mulheres e professores artistas compartilharam canções e reflexões sobre o presente, escritas por eles mesmos. No caso de canções e poemas, as pessoas solicitaram que suas criações fossem difundidas, para que as pessoas de fora do Peru conheçam a problemática de Conga, e é assim que tento cumprir com a minha promessa. Cada canção tem o seu autor respectivo.

que ocorrem dentro de um centro de mineração, tentando dinamizar a história mineira de Hualgayoc para implementar a máxima “Hualgayoc foi, é e sempre será mineiro”. Na sétima parte, contemplo como certas conexões e experiências foram se perdendo desde a chegada da empresa mineradora em 1992 na cidade de Cajamarca. Com base na história de pessoas que questionam a mineração e os seus efeitos sobre a água e os corpos, argumento que esta perda de conexões é o que desperta a atitude política (o político), de poder lutar, sem ser necessariamente uma pessoa que seja legitimada como um político convencional. Finalmente, apresento as conclusões, bibliografia, glossário e anexos.

2 PESQUISA DE CAMPO: CONTEXTOS, RELAÇÕES E ABORDAGENS

Al que tiene poca plata, la justicia lo sentencia
 Y al que roba millones, la justicia lo defiende
 No sé qué está pasando en la sociedad peruana,
 a los pobres los difaman y a los ricos los adulan
 Para los grandes corruptos ya no existe la condena,
 Para los pobres que protestan le dan doble la condena
 Democracia, democracia no existe para los pobres
 Democracia es para los ricos cuando se roban millones
 En este mundo de vivos, el vivo vive del sonso,
 el sonso de su trabajo y el Diablo de sus maldades
 (Canção concedida por Maria – *Rondera El Tambo*).

Seguindo a ordem da apresentação dos capítulos, aqui exponho a metodologia de estudo. Detalho os lugares de pesquisa etnográfica e os espaços de observação e diálogo onde apareceram outros pressupostos que desafiaram a minha forma de compreender o que muitos autores chamam de “conflitos mineiros”. Ao mesmo tempo, detalho a minha entrada na região de Cajamarca no estado de emergência de 2012, as dificuldades na pesquisa etnográfica entre os anos 2013 e 2014, como cheguei aos meus interlocutores, e como priorizei os lugares importantes: o *centro minero* de Hualgayoc e o *centro poblado* El Tambo. Finalmente, destaco uma seção neste capítulo para tratar de alguns aspectos sobre as Rondas *campesinas* e como os *campesinos* e *campesinas*, citando Starn (1991), reinventam os seus costumes.

2.1 DESCREVENDO A METODOLOGIA

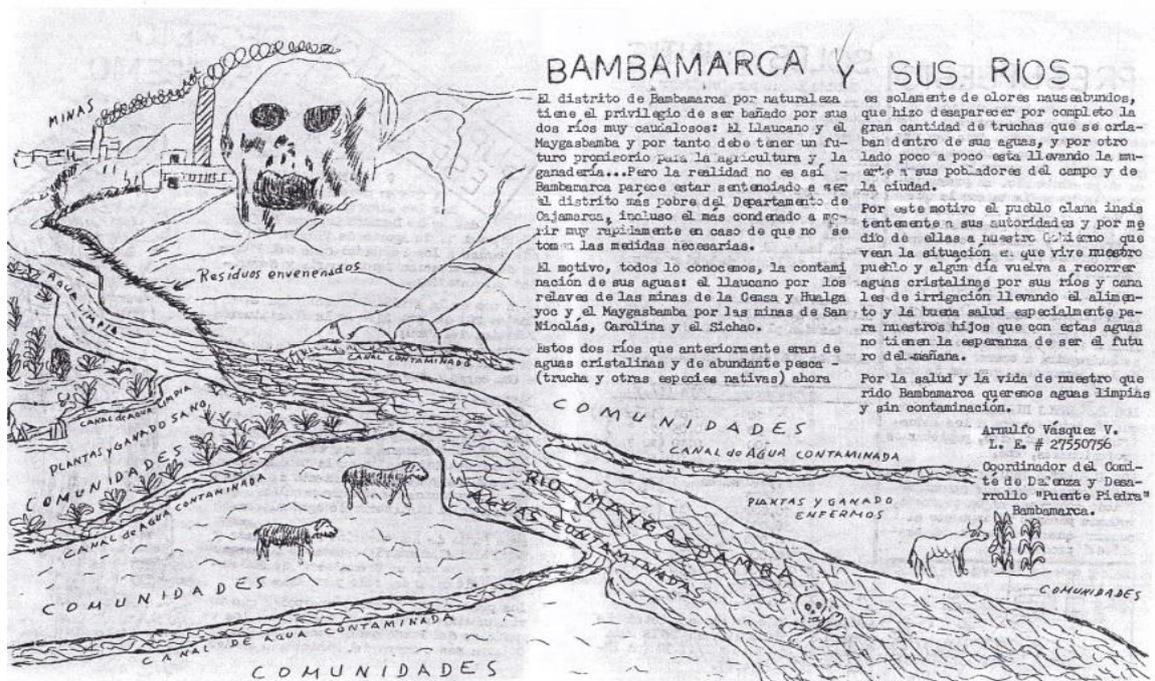
Este trabalho de tese tem como base quatro anos de estudo sobre mineração, ambiente e conflitos. Nesse lapso de tempo estão incluídos os nove meses de pesquisa etnográfica, de novembro de 2013 a outubro de 2014, na região de Cajamarca. Marisa Peirano alega que uma etnografia de inspiração antropológica não é um método, mas uma forma de ver e ouvir, “uma reestruturação da visão de mundo” (PEIRANO, 1995, p. 50), que não pode ser reduzida a uma simples coleta de dados nem pode ser desvinculada da teoria aprendida. Essa posição é compartilhada com Cruikshank (2005), que afirma que os “encontros” entre pessoas de diferentes regimes de relação são “experiências” que se remetem à reflexão e produção de conhecimento.

A pesquisa etnográfica foi organizada em três períodos de tempo de três meses cada um. Entre esses blocos de três meses de pesquisa etnográfica, eu retornava ao Brasil para

poder, de um lado, sistematizar as informações e, de outro, obter um *feedback* do meu orientador e do meu grupo de pesquisa sobre os avanços do trabalho apresentado.

A região de Cajamarca foi escolhida por ser um lugar que vinha apresentando protestos contra a mineração, inclusive antes da chegada de Yanacocha, no ano 1992/1993, como é mostrado na figura abaixo (Figura 6), quando os *campesinos* e *campesinas* do distrito de Bambamarca mostravam o seu desacordo com a contaminação dos rios por parte das empresas mineiras (de menor escala) que operavam no distrito de Hualgayoc.

Figura 6: Denúncia de contaminação dos rios de Bambamarca pelas minas de Hualgayoc em 1986



Fonte: Parroquia San Carlos Bambamarca (1986).

O *Despertar* era um pequeno jornal semanal, conduzido por catequistas, *campesinos* e *ronderos* de influência da Teologia da Libertação. Na mesma região onde o padre Valverde promoveu a captura do Inca Atahualpa, de acordo com a crônica de Guamán Póma de Ayala (2011), muitos outros padres hoje trabalharam para libertar da opressão. De acordo com o responsável pelo *El Despertar*, Don Vicente, que é do *caserío* Santo Antônio (Bambamarca), os *campesinos* compravam este jornal nos domingos, justamente o dia em que eles desciam do campo para a cidade para vender os seus produtos. Atualmente, domingo é o dia mais movimentado da cidade e é quando se encontram todos os serviços abertos (dentista, cabelereiro, costureira, entre outros), em contraste com outras cidades. O panfleto continha material para reflexão sobre a vida do *campesino*, informações sobre as festas, e,

principalmente, casos de injustiça, como a contaminação dos rios de Bambamarca por causa das pequenas empresas de mineração instaladas em Hualgayoc. A relação entre Hualgayoc e Bambamarca sempre tem apresentado um tipo de tensão em razão de dois rios que descem do primeiro ao segundo. Em Hualgayoc, as nascentes de águas que hoje, com as operações da empresa Goldfields, têm sumido eram apartadas dos rios, então os hualgayoquinos sempre tinham nascentes com águas que não eram tocadas pelos *relaves* mineiros.

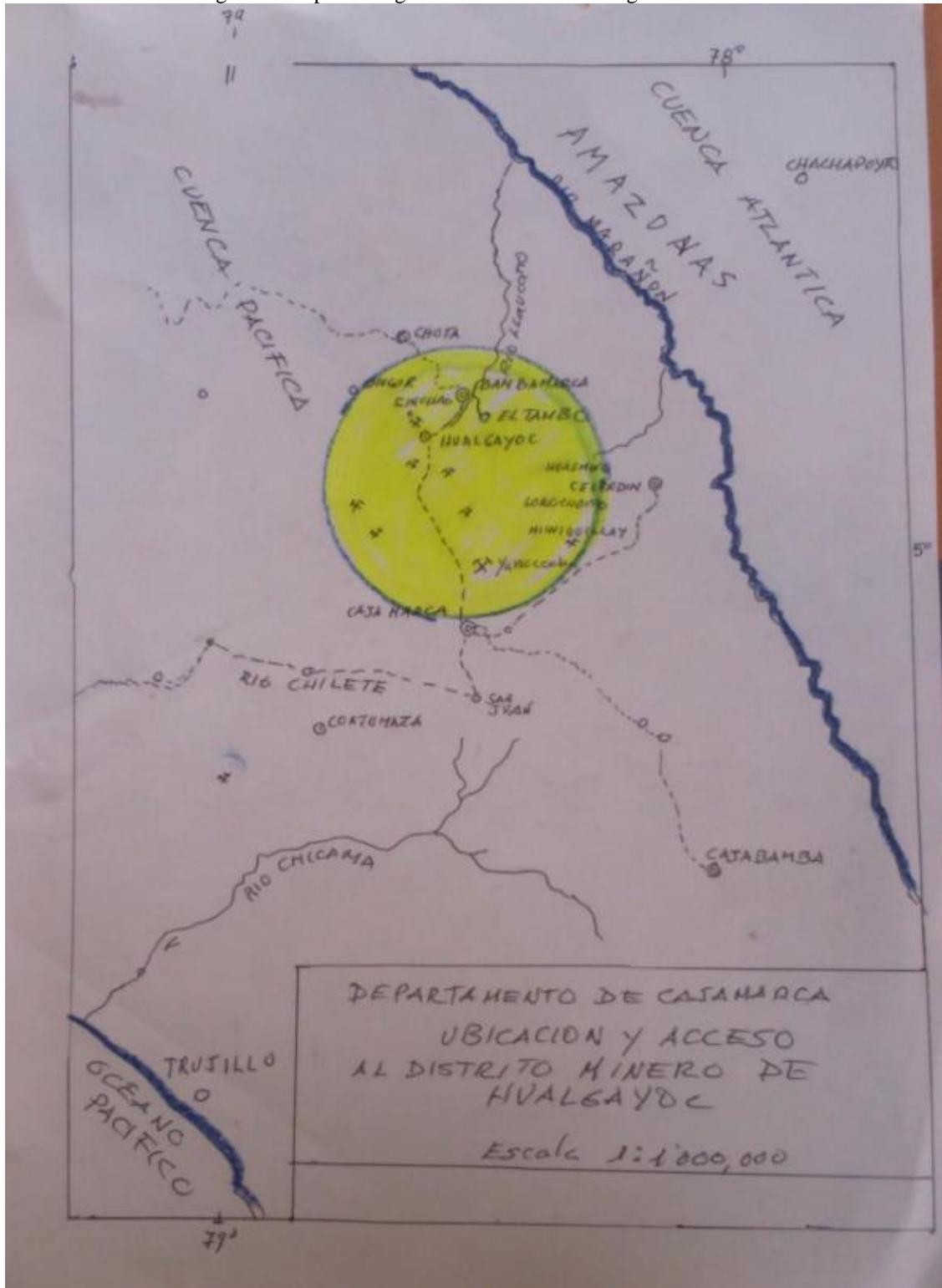
Quando soube do jornal, fui me comunicar com o pároco de Bambamarca – que depois soube que era do Opus Dei –, apresentando-me como estudante pesquisadora, e pedindo se poderia examinar o material. Ele respondeu que essas revistas foram “queimadas” por serem de cunho “terrorista” e que poderiam incentivar a rebelião. Durante a pesquisa, conheci outras pessoas, com influência da Teologia da Libertação, que tinham guardado alguns números, e, por meio deles, pude conhecer as denúncias contra a contaminação desde a década de 1980.

Foi empiricamente priorizado o *caserío* El Tambo, do *centro poblado* de mesmo nome, localizado no distrito de Bambamarca, província de Hualgayoc, e o centro urbano de Hualgayoc, no distrito de Hualgayoc, província de Hualgayoc¹⁷. Houve viagens curtas à cidade de Celendín (província de Celendín), à cidade de Bambamarca (Hualgayoc), à cidade de Cajamarca (região de Cajamarca) e à capital do Peru, Lima, para participação em marchas, protestos e entrevistas abertas¹⁸. A área de pesquisa está concentrada na cor amarela exposta na Figura 7.

¹⁷ O *centro poblado* El Tambo e a cidade de Hualgayoc estão localizados na mesma província, Hualgayoc, no entanto, em diferentes distritos. O primeiro localiza-se no distrito de Bambamarca. A cidade de Bambamarca, que está no distrito de Bambamarca, é capital do distrito e da província de Hualgayoc. A cidade de Hualgayoc está no distrito de Hualgayoc, e é somente capital do distrito.

¹⁸ Vale ressaltar que a “região”, no Peru, é a entidade subnacional com governo autônomo, equivalente ao estado no Brasil. Posteriormente, seguem as províncias, os distritos e *centros poblados*. Para esclarecer, meu trabalho empírico foi na região Cajamarca e, dentro dela, na província de Hualgayoc. Esta província compreende três distritos, Bambamarca, Hualgayoc e Chugur. O centro mineiro de Hualgayoc está localizado no distrito de Hualgayoc e o *centro poblado* El Tambo no distrito de Bambamarca.

Figura 7: Mapa dos lugares onde foi feita a etnografia entre 2013 e 2014



Fonte: Cortesia de Jorge Paredes Pacheco.

Figura 8: Família no *Caserío* El Tambo, distrito de Bambamarca, província de Hualgayoc



Fonte: Acervo da autora (2014).

Figura 9: Centro urbano Hualgayoc, Hualgayoc. À direita, o *cerro* Jesus (*cerro* Hualgayoc), à esquerda, parcialmente o *cerro* Maria, e, entre eles, o caminho para Mesa de Plata. Atrás do *cerro* Maria está a jazida a céu aberto



Fonte: Acervo da autora (2014).

Os lugares de pesquisa em cada caso foram diversos. Em Hualgayoc, foram as mesas de diálogo entre a empresa mineira Goldfields – La Cima e os residentes de Hualgayoc e comunidades, as mesas de diálogo sobre a temática trabalhista, as escolas, as inspeções de qualidade de água dos rios, e as caminhadas pelos *cerros* onde estão gravados os desenhos desde o ano de 1771, quando foi “descoberta” a prata. Investi muito tempo caminhando por Hualgayoc, analisando os desenhos nos *cerros*, escutando os poucos mineiros que me contavam sobre a mineração subterrânea, contrastando com um desenho de uma cava a céu aberto.

Na problemática de Conga, houve vários lugares de pesquisa: o acompanhamento de *campesinos* e *campesinas* na preparação para a irrigação de batatas, as marchas conjuntas às lagoas da região de Conga, o bloqueio de estradas e as assembleias de *Rondas Campesinas*. A minha proposta tinha sido trabalhar com desenhos, no entanto, ficou tudo mais esclarecido quando comecei a acompanhar as famílias na preparação da irrigação de batata e passei a entender porque era importante a água de Conga, e não a água de outro lugar.

Diante de um contexto de incrível polarização, tive que manter muita cautela com quem conversava, já que, por inocência ou ignorância, poderia haver um mal-entendido grave. Em Hualgayoc, a relação com a mina era almejada, havia um escritório de Relações Comunitárias da empresa no centro da cidade, então não era malvisto conversar com alguém que trabalhava na mina. Mas, por ser forasteira, automaticamente passava a ser vista como se fosse uma trabalhadora da mina, o que procurei negar com ajuda dos professores da escola, que foram os que me ajudaram desde o início.

Em Hualgayoc, havia um espaço onde tentei estar sempre presente: as “Mesas de Diálogo”. A cada dois meses ocorriam uma Mesa de Diálogo e Acordo na cidade de Hualgayoc, um espaço de reunião de diversas autoridades, representantes de comunidades e *caseríos* do distrito de Hualgayoc, cujo objetivo era promover e executar projetos de desenvolvimento. Embora eles fossem contemplados como Área de Influência Direta (AID) e recebedores de projetos, queria identificar se eles simplesmente respeitavam essa relação “consensual”, cuja análise aparece no Capítulo 6.

No caso de Conga, foi interessante também participar de espaços de marcha fora do *centro poblado*. Marchar rumo às lagoas, marchar na praça de Cajamarca, protestar nas ruas e escutar que as pessoas dissessem que éramos pessoas que não trabalhavam era parte de entender como cada um estava definido pela sociedade em razão de suas competências ou incompetências. Por que um *campesino* ou *campesina* tinha que estar exclusivamente na sua

chácara em vez de protestar na praça ou uma estudante não poderia agir na militância sem ser nomeada de “revoltosa”?

Internamente, também era possível identificar a iniciativa das mulheres como atividade política, quando elas eram acusadas pelos seus próprios companheiros de estar “procurando marido” quando acampavam nas lagoas. Nesse sentido, as conversas nas mesas de diálogo e as marchas das quais participei foram espaços para poder entender como as pessoas contestavam as competências às quais são categorizadas por serem *campesinos*, mulheres, mineiros, estudantes.

No caso de Hualgayoc, não havia nenhum pesquisador além de mim. Somente lembro-me de ter visto um rapaz estrangeiro que solicitou uma entrevista na Prefeitura de Hualgayoc, ao responsável pelo Meio Ambiente, e que desapareceu de repente. Além disso, um jornalista da CNN estava visitando vários centros mineiros para uma reportagem e, quando foi para Hualgayoc e perguntou para as autoridades com quem poderia falar sobre a situação e a convivência com a mina Goldfields, as autoridades recomendaram que falasse comigo. Mas, no *centro poblado* El Tambo e na cidade de Celendín principalmente, havia muitos pesquisadores de diversas partes do mundo interessados na problemática em torno do projeto de mineração Conga. Muitos tinham entrado em contato com a ONG Grufides, uma organização local que se tornou protagonista dos conflitos em torno dos projetos mineiros da empresa Yanacocha. Particularmente, eu me apresentei sozinha ao Presidente de Rondas *Campesinas* do *centro poblado* El Tambo. Não me arrependo dessa decisão, ainda que minhas primeiras semanas no *centro poblado* El Tambo tenham sido muito difíceis. As minhas primeiras conversas com algumas pessoas que eram recomendadas pelo próprio presidente de Rondas eram sérias, dotadas de um olhar de desconfiança perturbadora, e com razão. Houve muitos relatos da presença de infiltrados da empresa mineira nas comunidades. Quando caminhava, sempre me sentia observada, ou, como a Presidenta de Rondas Femininas me disse: “te vi descendo da *van* e soube, forasteira, fiquei de olho em você. Porque as pessoas que vêm perturbar a comunidade passam pela disciplina”.

No entanto, foi Mariela, a esposa do Presidente de Rondas e Presidenta do Comitê de Mulheres de Defesa, e uma das protagonistas deste estudo, que queria me contar a sua história. Mariela, gentilmente, apresentou-me sua família, e muitas de suas reflexões foram em torno de percepções sobre as mudanças no seu ambiente, principalmente em 2011 e 2012, e como eles sentem que, a partir do momento em que decidem vigiar as suas lagoas, a vida está retornando ao seu *centro poblado*. É a partir dos meus “diálogos” com eles que desenvolvo e explico, no Capítulo 5, a palavra que não tem finitude: o “alimentar”. Spivak

(2010) explicita um desafio: como contar histórias, já que a própria prática disciplinar leva a que um privilegiado conte a história dos outros, sob o risco de relatá-la com base em conceitos já estabelecidos, obstaculizando, desta forma, a contestação que o dominado elaborou sobre a imagem do dominador na sua experiência como dominado (CARVALHO, 2001). Esse questionamento surge também na pesquisa de Blaser (2005; 2013b), quando foi convidado para colaborar na organização que iria federar cinco comunidades Yshiro. Blaser (2013b) se viu na problemática de como dialogar sem reproduzir uma relação assimétrica de poder. É assim que, a partir da sua experiência, o que propõe o autor é o “diálogo fronteiro” (*border dialogue*), inspirado no conceito de “pensamento fronteiro”, de Mignolo (2000)¹⁹, que sugere adquirir novas perspectivas, por meio do diálogo com os interlocutores, que não sejam nem dos interlocutores nem as próprias do pesquisador antes do diálogo. Consistiria em articular elementos a partir de espaços que foram antes separados, ou seja, pressionar aquela fronteira que distingue os acadêmicos e o conhecimento indígena/local de uma maneira hierárquica.

Estas leituras oferecem um bom subsídio para entender o “alimentar”, que era discutido a partir de diferentes regimes de relação, de Mariela e meu, e que não estavam separados dos seus desenhos na terra. Em um primeiro momento, eles e elas conversavam comigo, mas na hora em que tinham que fazer as lavouras, queriam que eu descansasse: “descansa amiga, descansa”. Com o tempo, eu pedia para acompanhá-los na lavoura, e foi assim que consegui entender ou estender o meu conhecimento sobre os desenhos, as acéguas (canais) artesanais, os sulcos, e entender o cuidado com os olhos d’água (nascentes de água), enquanto conversávamos. O “alimentar” e o “desenho”, noções que explicarei adiante neste trabalho, não estão separados, alimentar faz parte dos desenhos com a terra dos *ronderos* e *campesinos*.

Na cidade de Bambamarca, conheci vários professores, como em Hualgayoc, que deram um imenso apoio. Embora eles tenham posições diferentes com relação à mineração, queriam me apoiar pelo fato de ser pesquisadora. Lembro muito da amena conversa com o diretor da escola da cidade de Hualgayoc, que ficou muito feliz por eu fazer pesquisa no município. Os professores e diretores de escola pública, nativos de Hualgayoc, não se viram na necessidade de abandonar a cidade na época de crise da mineração (década 1980 e 1990) e

¹⁹ De acordo com Mignolo (2000), o pensamento fronteiro é o pensamento que afirma o lugar onde o pensamento foi negado pela modernidade. Constituiria uma alternativa de deslocar o conhecimento hegemônico desde a perspectiva do subalterno.

eles foram testemunhas das mudanças na paisagem a partir da entrada de mineração Goldfields.

Da cidade de Cajamarca, a capital da região, podia me deslocar de *van* até a cidade de Hualgayoc, a uma distância de duas horas. De Hualgayoc, podia visitar a comunidade camponesa El Tingo e os *caseríos* Coymolache Alto e Pilancones, que, juntamente com a cidade, conformam a área de influência direta (AID) do projeto de mineração Cerro Corona da empresa Goldfields – La Cima. A quinze minutos da cidade, havia *vans* com as quais podia me deslocar pela AID, com horário restrito. De Hualgayoc à cidade de Bambamarca, podia também me deslocar de *van* e muitas vezes com veículos particulares que também levavam passageiros cobrando a mesma tarifa. A viagem entre as cidades levava em torno de uma hora. Saindo de Bambamarca havia *vans* e camionetes que faziam o transporte até o *centro poblado* El Tambo em 45 minutos. No entanto, tinha-se que esperar que a *van* tivesse um número completo de passageiros e isso poderia demorar até duas horas. Quando não havia passageiros, o motorista desistia da viagem. Durante o período de verão (sem chuva), eu me sentia com uma maior liberdade de viajar entre Bambamarca e Hualgayoc, sempre respeitando o horário de “passagem”²⁰. No entanto, durante o período de chuvas, a estrada podia ser perigosa, e evitei fazer viagens constantes ou durante o período noturno entre os dois lugares. Temporariamente consegui alugar um pequeno quarto na cidade de Hualgayoc de uma senhora de idade, nativa de Hualgayoc, que se tornou a minha referência principal quando perguntavam se tinha alguma pessoa conhecida na cidade.

Permanecer algumas semanas na cidade de Celendín (província de Celendín) não foi planejado. Foi a partir do I Encontro dos Guardiões das Lagoas, no *centro poblado* El Tambo, em agosto de 2014, no qual fui convidada a conhecer o outro lado (geograficamente falando) da luta contra Conga. Não visitei comunidades, salvo a minha visita a Máxima Chaupe²¹ e o evento da cúpula dos povos no ano de 2014. A ideia de ir para Celendín ocorreu justamente por aceitar o convite de jovens que estavam pintando murais nas casas de famílias a favor da luta, em conjunto com grupos de artistas livres, onde desenhavam parte da história de Conga, sua história. Houve também oportunidade de conversar com *ronderos*, jovens militantes, ambientalistas e artistas locais. Eu havia levado algumas perguntas para guiar a conversa (como chegou o projeto na região?/ o que é desenvolvimento?), mas eles conduziram as

²⁰ Havia horários restritos para a passagem de veículos porque a estrada estava em reforma.

²¹ *Campesina* que ganhou recentemente o processo de terras contra a empresa Yanacocha por se recusar a vender as suas terras.

conversas para as suas experiências, nas quais aparecia a água dentro de um amálgama de relações.

Foi em Celendín que, pela primeira vez, senti medo da polícia. Esta nos cercou quando nos separamos do resto do grupo. Foi em um dia quando fomos protestar em um evento em que o presidente Humala chegou para inaugurar a estrada Cajamarca-Celendín. Eram jovens indignados e *ronderos* que protestavam, ainda em luto porque o exército tinha entrado em 2012 no estado de emergência e matado quatro pessoas em Celendín e uma em Bambamarca. Os meus encontros com a polícia ocorreram em várias ocasiões, ela estava presente em todas as marchas, em todos os protestos, com indivíduos de óculos escuros, bonés e câmeras filmadoras.

Participei também de marchas contra o projeto de mineração Conga, vigílias e pintura nos murais sobre a história de Celendín, sua luta sobre Máxima Chaupe.

Na cidade de Cajamarca, conversei com membros da ONG Grufides, alguns padres que foram formados pelo ideário da Teologia da Libertação, professores de biologia da Universidade Nacional de Cajamarca-UNC, ativistas autônomos, *ronderos* urbanos da cidade de Cajamarca e pessoas ligadas ao governo regional. Muitas dessas pessoas foram contatadas a partir do *Foro Público* sobre conflitos mineiros na cidade de Lima, em novembro de 2013, quando conheci o senhor Martin Scurrah, ex-presidente da Oxfam, e que gentilmente apresentou-me aos professores da UNC, meus primeiros contatos. Os professores da UNC participavam de Redes e Fórum junto com engenheiros de minas da empresa Yanacocha e Goldfields, e o pouco contato com esses engenheiros foi por meio de professores sendo que as pessoas me pediram para considerar as conversas como opiniões pessoais.

Na cidade de Lima, fiz algumas entrevistas com organizações que trabalham com “conflitos mineiros”, entre elas, a Cooperación, Programa Democracia y Transformación Global, Red Muqui, Instituto Internacional de Direito e Sociedade, Propuesta Ciudadana, Fedepaz. Houve também entrevistas abertas com pessoas que estavam estudando o projeto Conga.

2.2 A PESQUISA EXPLORATÓRIA

Da cidade de Cajamarca até a jazida Yanacocha, levam-se 45 minutos de *van*. Já aos 40 minutos de viagem, apareciam os *pads* (pilhas) de lixiviação. Os *pads* são estruturas de forma piramidal escalonada onde se acumula o material extraído (terra e mineral). Para

melhor elucidar, é necessário lixiviar 1,8 toneladas de mineral para obter um grama de ouro, o que explica por que os *cerros* tinham se tornado enormes cavas. É aplicado a este material extraído, por meio de um sistema de gotejo, uma solução composta de 50 miligramas de cianeto por litro de água, mistura que dissolve o ouro. Mediante um sistema de tubulação, é colocada na base do *pad* a solução dissolvida de ouro e cianeto, a qual passa para a poça de lixiviação que está protegida por uma geomembrana para que o cianeto não tenha contato com o solo. Os *pads* (Figura 10) que eu contemplava da *van* pareciam já ter cumprido sua função. Contudo, um questionamento vinha à minha cabeça, similar àquele apontado por Alicia Mogoyón, coordenadora do processo de zoneamento econômico e ecológico – ZEE do Governo Regional de Cajamarca²²: será que a vida volta naqueles desenhos que pareciam tão diferentes dos *cerros* que anteriormente cobriam toda essa mesma área?

Da *van*, todos os passageiros observavam aquela paisagem. Escutava a voz de um senhor que conversava com outro e dizia: “estes são os 20 anos da mina Yanacocha”. Nesse aspecto, a antropóloga Cruikshank (2005) nos lembra novamente de que aspectos da paisagem podem agir como “pontos de referência” para ancorar memórias, valores e conhecimentos. Efetivamente, nos comentários dessas pessoas havia reflexões sobre como eram anteriormente os *cerros* de Cajamarca e seus rios, e o que havia ocorrido em 20 anos de instalação da mina. Era uma reflexão que eu também fazia: minhas memórias de 1991, minha primeira viagem a Cajamarca com meu pai, que me deixava sozinha na praça de armas, sem medo, enquanto fazia as suas diligências. Esta ideia de Cruikshank (2005²³ *apud* LI, 2015, p. 84) é interessante porque a autora insiste que os conhecimentos são produzidos em “encontros”, e estes podem ocorrer também ao contemplar as mudanças na paisagem. Por esse motivo, pareceu-me pertinente dar prioridade às conversas com pessoas de Cajamarca que residiram na região antes da instalação da mina Yanacocha, porque imaginava que eles podiam trazer relações que hoje talvez estivessem interrompidas ou cortadas.

²² O zoneamento ecológico e econômico (ZEE) é base do processo do Ordenamento Territorial (OT) na região Cajamarca.

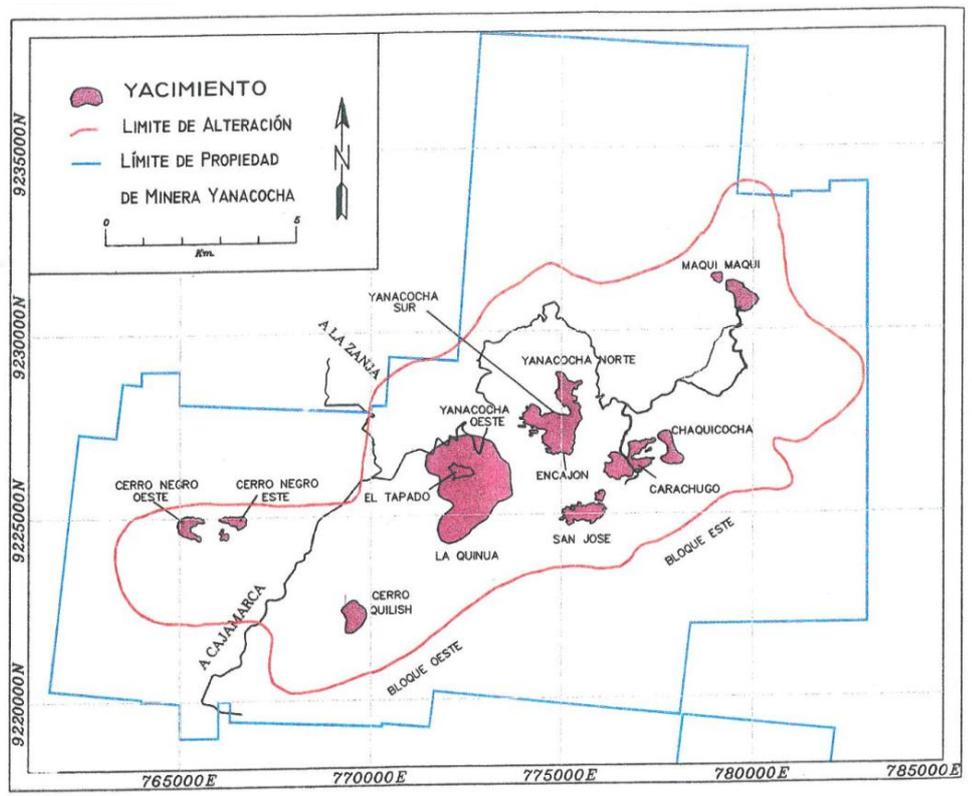
²³ CRUIKSHANK, J. *Do glaciers listen? Local knowledge, colonial encounters and social imagination*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2005.

Figura 10: Pads de Lixiviação da empresa Yanacocha em trânsito de estrada



Fonte: Acervo da autora (2012).

Figura 11: Mapa das cavas do projeto de mineração



Fonte: Bartra (1999, p.16)

Depois de duas horas de viagem, após os *pads*, chega-se à cidade de Hualgayoc, passando primeiro pela barragem de *relaves* (rejeitos) do projeto *cerro* Corona, mostrada na Figura 12, onde, no fundo, está a jazida a céu aberto. É menor que Yanacocha; no entanto, podia-se ver parte do *cerro* que estava se tornando uma jazida a céu aberto. Para conhecimento, esta empresa não maneja cianeto, mas outros materiais radioativos para separar a rocha do mineral.

Figura 12: Represa de rejeitos da empresa Goldfields de 2013



Fonte: Acervo da autora (2013).

Desci na cidade de Hualgayoc e caminhei até a prefeitura para poder falar com o prefeito sobre o propósito da minha visita e verificar sua concordância em que eu fizesse pesquisa na cidade. Sem referências no local e com medo de poder infringir alguma regra, preferi falar primeiro com as autoridades. O prefeito, quando está em horário de expediente, atende caso a caso. Naquela pequena reunião, pedi permissão para realizar pesquisa em Hualgayoc, que ocorreria, de acordo com o programado, entre os anos 2013 e 2014. Ele concordou, mas no momento estava mais interessado em que eu participasse da inauguração de uma escola na comunidade *campesina* El Tingo, área de influência direta (AID) da empresa Goldfields – La Cima. Aceitei ir, mas antes tínhamos que fazer uma pequena parada para resolver um pequeno conflito no *caserío* Palo Alto. Nesse *caserío*, havia sido construído

um jardim de infância com o dinheiro da “Mesa de Diálogo”, que é um meio pelo qual a empresa mineradora contribui com recursos financeiros para projetos de desenvolvimento dirigidos aos 42 *caseríos* do distrito, como parte do seu programa de Responsabilidade Social. No caso de Palo Alto para a construção, um dos residentes do *caserío* teria que ceder o terreno para a execução da obra, que seria em benefício da comunidade²⁴. No entanto, quando cheguei a Palo Alto, todos estavam esperando a reunião que seria na escola. O presidente das Rondas estava presente. De forma geral, entendi que uma residente, aquela que cedeu o terreno, não estava permitindo que ninguém entrasse no jardim após a construção da infraestrutura. A suspeita das demais mulheres era de que esta senhora queria manter a obra para seu uso pessoal, pois não deixava que ninguém se aproximasse. Antes de pedir a mediação do prefeito, o presidente de *Rondas* ligou para a empresa Goldfields para reportar o caso, já que o esposo da dona do terreno trabalhava como vigilante na mina. Tal como esperado, o esposo foi admoestado pelos superiores, e o presidente das Rondas perdeu sua imparcialidade para administrar a justiça como de costume nas Rondas *Campesinas*. Era necessário que o prefeito interviesse.

Nessa primeira ida ao campo, terminei assistindo a assembleia e assinando posteriormente a lista de presença na infraestrutura da escola em Palo Alto, onde as mulheres e a senhora (dona do terreno) insultaram-se mutuamente. O objetivo da reunião era ouvir as partes e procurar alguma alternativa diante do problema; no entanto, os insultos prosseguiram e o prefeito decidiu falar com a dona do terreno pessoalmente. Nesse ínterim, fiquei aguardando junto com o restante das mulheres residentes do *caserío*. Pensei muito na razão pela qual o presidente das *Rondas* havia ligado para a empresa de mineração Goldfields, uma vez que havia lido que as Rondas resolvem seus assuntos domésticos sem assessoria de terceiros. Naquele pequeno episódio, parcialmente estava entendendo que os *campesinos* estavam estendendo sua complexa rede de relações até a Goldfields, até para administrar justiça, similar aos casos relatados por Kirsh (2001). Este autor mostra como os “beneficiários” de projetos mineiros articulam sua complexa rede de relações para visibilizar os efeitos da empresa nas comunidades e refutam os parâmetros de mediação realizados pela empresa.

Conversei um pouco com as mulheres do *caserío* Palo Alto enquanto o prefeito resolvia o problema descrito, e elas narraram sobre a sua experiência com a Goldfields. De acordo com suas falas, as explosões diárias faziam com que os circuitos de água subterrâneos

²⁴ Posteriormente, soube que é uma política da empresa não comprar o terreno, este é cedido pela comunidade, e a empresa disponibiliza o material e a mão de obra.

dentro dos *cerros* se desviassem, indo para outro lugar. Elas percebiam isso porque a grama estava secando mais que o normal, apesar de haver variações entre estações. Naquela breve visita ao campo, os moradores da cidade de Hualgayoc me contaram que os mananciais que alimentavam a cidade estavam secos, e que, no período de seca, a Goldfields fornecia água em carros-pipas, com água de outros mananciais. É aqui, nesse momento, que pensei que podia relacionar a falta d'água, e posteriormente a emergência de águas diferentes, com efeitos da mineração de grande aporte de capital, e que podia fazer algumas conexões com a temática dos conflitos socioambientais (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2014) e os conflitos mineiros que são discutidos por Bebbington (2007), De Echave *et al.* (2009a; 2009b), entre outros. Da mesma forma, ficava uma constatação, a disputa interna por uma obra da empresa no *caserío* era notória, não podia ser ignorada.

Voltei no ano 2013 a Cajamarca. No mês de novembro daquele ano, quando iniciei a pesquisa de campo, decidi pernoitar na cidade de Bambamarca e subir todos os dias a Hualgayoc. Havia uma série de obras que estavam sendo executadas em Hualgayoc; entretanto, o hotel para turistas que estavam construindo ainda não estava terminado, como eu esperava em 2012 na minha primeira visita. Hualgayoc se localiza a 3.800 metros acima do nível do mar, enquanto Bambamarca a 2.000 metros, então pernoitar em “terras baixas” tornou-se uma boa opção, apesar dos gastos de subir e descer todos os dias enquanto as chuvas não fossem intensas. Mas houve outros efeitos decorrentes dessa decisão: pernoitar em Bambamarca permitiu que eu conhecesse a cidade e seus habitantes, assim como um grupo de professoras nativas que viajavam todos os dias para dar aula na escola e colégio de Hualgayoc. Aos poucos, percebi que não eram somente as professoras que subiam para trabalhar em Hualgayoc, mas havia outras pessoas que trabalhavam nos programas sociais, obras de infraestrutura, entre outros, o que causava a fúria dos residentes de Hualgayoc: “por que a Goldfields oferece trabalho a pessoas residentes de Bambamarca se esta cidade é supostamente antimineira?”, muitos me diziam.

Na cidade de Bambamarca, as percepções sobre a mina variavam. Conheci Beca, uma das professoras do *Pedagógico* (escola de professores) da cidade. No nosso primeiro encontro, ela perguntou se eu iria estudar os bambamarquinos para avaliar se estavam calmos para operacionalizar a mina Conga. Aliás, essa pergunta sempre me acompanhou no distrito de Bambamarca. Ao longo do período, Beca e eu nos tornamos mais próximas, estando presente quando seu irmão mais novo faleceu. Foi por seu intermédio que conheci Eduardo Bueno, Líder da Frente de Defesa de Bambamarca Com Eduardo, conheci um guardião da lagoa chamado Ramón, com quem cheguei até a lagoa Mamacocha, no dia 27 de novembro.

Foi a minha estadia em Bambamarca que me permitiu, aos poucos, ir me articulando com pessoas envolvidas com a problemática de Conga, ao mesmo tempo em que realizava a minha pesquisa em Hualgayoc. E, por esse motivo, incluí Conga na pesquisa, o que não estava previsto no projeto de qualificação da tese.

Por meio de Beca, conheci Dona Joana, sua prima, residente nativa de Hualgayoc, e de quem aluguei um pequeno quarto na cidade por um tempo, onde ela me vigiava por um pequeno buraco na parede. Ser mulher em um *centro mineiro* não é nada fácil, e não me surpreende que Nash (2008) tenha procurado relatar as vozes das mulheres em um contexto tão hierarquizado como é o de trabalhar nas minas em Oruro, Bolívia. Ao mesmo tempo, a convivência com Dona Joana também me lembrou da pesquisa de Michael Taussig (2010) sobre as interpretações dos primeiros mineiros ao se submeterem ao capital, sendo o Diabo o mediador. Este sempre estava presente na minha relação com Dona Joana, principalmente quando havia algum mal-entendido²⁵.

Minha relação com Beca ajudou a conectar-me com alguns líderes contra o projeto Conga, e me levou até o *centro poblado* El Tambo. No início, não foi fácil. Ao entrar no mundo do El Tambo, sem conexões, sente-se que é observado de vários ângulos, sem saber quem te observa. Mas, como em Hualgayoc, na primeira visita ao *centro poblado* El Tambo, fui conversar com o presidente de Rondas. Foi quando conheci Mariela, *rondera* e lutadora, e a sua família. O “alimentar”, tema do Capítulo 5, é o que desenvolvo com Mariela e as mulheres do *centro poblado* El Tambo. Sua sensibilidade às mudanças de suas águas e terras é o que permite conversar sobre como as pessoas refletem a partir das mudanças em seus rios, animais, pessoas e terra.

2.3 SOBRE A ESCRITA: OPÇÕES E ANÁLISES

Cabe explicar nesta parte a escolha particular do modo de escrita, principalmente no capítulo 5 quando me refiro ao projeto Conga. Para tal escolha, me amparo em vários trabalhos etnográficos que tratam sobre a produção de conhecimento e que apelam pela importância de “encontros”. Um destes trabalhos é desenvolvido por Cruikshank (2005; ver

²⁵ Por exemplo, uma vez se perdeu o controle remoto e eu suspeitava que a culpa tivesse sido de Chocolate, o cão, que sempre trazia coisas de fora e levava outras, mas, ao procurarmos o controle juntas, Dona Joana dizia que o “inimigo” (o diabo) queria que nós brigássemos. Eu comprei um controle remoto novo para ela, mas, mesmo assim, Dona Joana me trocou de quarto. Fui dormir com Chocolate como companheiro de quarto, e depois ela preferiu não alugar o quarto para mim mais.

também 2013), que examina como as Primeiras Nações ao Noroeste do Canadá fazem severas críticas ao que nós (pesquisadores) chamamos de “conhecimento local”. A autora concorda que o termo “conhecimento local” pode ser referido ao conhecimento tácito encarnado na experiência vivida e que é reproduzido no comportamento e no discurso cotidiano. Contudo, este chamado conhecimento local não é algo que deva ser “descoberto” por alguém como se este estivesse fechado em uma caixa, senão que é continuamente produzido em situações de encontros. Conhecimentos díspares podem apartar-se, mas também podem se conectar apesar de não compartilhar uma mesma reflexão sobre os acontecimentos. Nesse sentido, conhecimentos díspares podem se comunicar e vir à tona de forma inesperada. Um canal de irrigação, um desenho que apareceu interessante “para pensar” principalmente no capítulo 5, foi entendido *junto com* os meus interlocutores e também foi de onde apareceram os termos “alimentar” e “nascer aí”.

No entanto, estes encontros não são somente entre humanos. Ao mesmo tempo, segundo a autora, antropólogos, geógrafos e historiadores têm demonstrado o poder dos elementos da paisagem que servem como pontos de referência em que se “encravam” memórias. Durante as minhas viagens da cidade de Cajamarca até Bambamarca, quando passávamos lateralmente pela mina Yanacocha, quase sempre houve comentários das pessoas que viajavam comigo na *van*, e no *centro poblado* El Tambo, reflexões que acompanharam a minha pesquisa de campo.

De certa forma, na região de Cajamarca, sede de um encontro marcante entre Atahualpa e Pizarro no séc. XVI, me chamava à atenção que esta história fosse retomada ao se referir à mineração. Então, nesse sentido, primeiro, eu quis ter cuidado muitas vezes em não achar ou acreditar que a produção de conhecimento segue necessariamente um sentido linear. O trabalho etnográfico de Albert (1995) justamente chama atenção à criatividade política de Davi, o seu interlocutor, para poder chegar a importantes conclusões.

Segundo, a minha preocupação também implicava procurar me deter ou me controlar antes de articular traduções do que eles falavam e colocá-las ao papel. Era fundamental perguntar aos principais interlocutores sobre certas dúvidas que eu tinha. O desafio é que estas dúvidas – que eu questionava aos interlocutores para dizer, fechar algum conceito e por no papel - não eram finitas. E, principalmente porque cada encontro implicava um diálogo que fugia da minha questão inicial o qual me envolvia em perguntar mais e mais.

Dada essa dificuldade e evitando querer realizar uma “tradução imediata”, como adverte Viveiros de Castro (2004), foi decidido me deixar envolver com as narrativas sobre como estas famílias relatam as suas histórias. Viveiros de Castro (2004) relata que é ao tentar

comparar as duas lógicas de pensamento (no caso a da pesquisadora e a dos *campesinos*) que se percebe que se está comparando lógicas que estão operando (ou se comparando) em modos diferentes. Talvez, pela inexperiência e pela ênfase de controlar as traduções, na proposta metodológica optou-se por sempre mostrar como cheguei às reflexões dos meus interlocutores e, nesse sentido, respeitei suas falas e enfatizei suas memórias e críticas aos processos sociais em curso. A etnografia de Abu-Lughod (1992) também apresenta uma narrativa construída a partir das histórias e conversações das mulheres beduínas, algo que desafia generalizações ou tipificações. Fiz algo diferente de Abu Lughod ao não me isentar de me posicionar, mas sempre aparecem no texto os personagens e seus pontos de vista, que captei em encontros. Nesse sentido, eu me controlei em não generalizar buscando valorizar as pessoas e coisas que eram partícipes dos diferentes encontros no qual eu me via envolvida e igualmente dos encontros que elas relatavam com outras pessoas, paisagens e seres.

Ao mesmo tempo, sobre este mesmo aspecto, Blaser (2013b) faz referência ao que seja um “diálogo fronteiro”. A ideia de Blaser (2013b), inspirada na ideia de pensamento fronteiro de Walter Mignolo, é compartilhada por De la Cadena (2015), que propõe tencionar os nossos pensamentos de um regime de relação específica até o “limite” no encontro com os nossos interlocutores. Nesse sentido, todos os pressupostos que estavam presentes antes do diálogo e os pressupostos “do outro” chegam aos limites sendo que, como De la Cadena (2015) explicita bem, estende o conhecimento, sem homogeneizar as diferenças radicais.

2.4 A DISCIPLINA DAS RONDAS CAMPESINAS

Há uma frase do antropólogo Starn (1991) que fala por si mesma:

Por muitos anos, os cientistas sociais têm considerado o norte do Peru como uma região onde os *campesinos* “perderam” as suas tradições. Os antropólogos, especialmente, ignoraram quase totalmente o norte. Pelo contrário, correram para o sul, com os *campesinos* quechuafalantes, seus ayllus e a sua herança pré-hispânica. As *Rondas* dão testemunho de uma história diferente. Elas revelam como os *campesinos* do norte se renovam e refazem as suas próprias tradições. (STARN, 1991, p. 72, tradução nossa)²⁶.

A disciplina é uma das lições que aprendi em campo. Minha pesquisa não teria fluído sem conhecer as *Rondas Campesinas* e, por estar no terreno deles, tinha que conhecer as regras. Assim, aproveitando que eu viajava para a cidade de Bambamarca para pernoitar, fui

²⁶ Do original em Espanhol.

para o *caserío* de San Antônio (distrito de Bambamarca) para aprender. Entre os *ronderos* de Cajamarca no distrito de Bambamarca, província de Hualgayoc, o *caserío* de Santo Antônio foi o primeiro a se organizar como *Rondas Campesinas*, no ano de 1978. Na década de 1960, nas províncias da parte central da região de Cajamarca, alguns fazendeiros começaram a fragmentar e vender terras com anterioridade à Reforma Agrária de 1969, com o propósito de não perder tudo pela expropriação das terras.

A Reforma Agrária, em 1969, somente reconheceu algumas comunidades *campesinas* na região de Cajamarca. De acordo com Ygrigojen (2002), o poder da fazenda foi substituído pelas instituições estatais e as autoridades comunais onde se reconheceram as “comunidades camponesas”. No entanto, ao abandono do Estado ou inclusive à sua ligação com os bandoleiros, seguiram-se problemas de segurança para os *campesinos* da região de Cajamarca. Para Gitliz (2013), as *rondas campesinas* de Cajamarca emergiram como uma resposta comunal organizada ao roubo de gado e pequenos furtos. O roubo era uma atividade altamente estruturada que envolvia gangues, pessoas de dentro do *caserío* e até a própria polícia. O roubo de gado chegou a ser frequente e muito violento, ao qual a polícia oferecia pouca proteção e inclusive até estava envolvida. Assim, em 1976, os *campesinos* de Cuyumalca, um *caserío* de Chota (Cajamarca), organizaram a primeira *ronda campesina* contra os contínuos roubos²⁷. Por dois anos, os outros *caseríos* tinham medo de se organizar por medo dos ladrões. Somente existia essa *ronda*, no entanto, em 1978, o *caserío* de Santo Antônio, dentro do distrito de Bambamarca, organizou-se, e, após essa experiência, muitos outros *caseríos* se auto-organizaram contra os roubos. Don Néctar é um dos fundadores das rondas do *caserío* de Santo Antônio, no distrito de Bambamarca. Tive o prazer de conhecê-lo por intermédio do seu filho, professor em uma escola de educação alternativa que tem suas bases nas *Rondas*. Don Néctar também foi catequista na época do monsenhor Dammert, fortemente influenciado pela Teologia da Libertação. Ele relatou como começou a organização dentro do *caserío* de Santo Antônio:

Naquele tempo, havia um *abigeato* (roubos) que não se podia controlar por aqui. Ou seja, havia ladrões. Roubavam gado. Mais de noite. Todas as noites havia roubo de gado. Tinha gente da comunidade envolvida. *Trueque* de roubo. A Ronda começa pelos *abigeatos*. Na lomba Santa Clara, tem uma casa de um senhor; roubaram as cabeças de gado da senhora, bateram no senhor e na senhora, estupraram as duas filhas e raptaram uma delas. Como em Chota tinham começado as Rondas,

²⁷ De acordo com Starn (1993), foi em razão de um roubo na escola, após vários outros roubos, que os camponeses se organizaram em Cuyumalca. Não foi pela quantidade do perdido naquela ocasião. O autor explica que, de acordo com o depoimento de um *rondero*, uma escola em uma comunidade é símbolo de progresso, e um roubo na escola coloca os próprios professores em perigo, e poderiam não voltar a dar aula. Ou seja, perder a *escuelita* seria um verdadeiro roubo.

decidimos nos organizar. No começo, tivemos que nos fazer respeitar. Tem que fazer justiça pelas próprias mãos. Começamos com força. Um dia, fomos até Raúl (um ladrão). Dissemos a ele: “a gente sabe que você tem o defeito de roubar. Mas vamos te advertir para não roubar porque a ronda já começou. Assim, se a gente te encontrar roubando, não respondemos”. “Eu vou seguir (roubando)”, Raúl falou. A gente se dividiu por setores, parte baixa, sete setores, e parte alta, sete setores. No começo éramos 20 os que rondavam. Em um mês, mataram a Raúl. Depois, morreram outras cinco pessoas. Formou-se a ronda em 1978. Abusavam das pessoas que não tinham condições de ter um bom curral. (Depoimento de Don Néctar, abril de 2014).

De acordo com o depoimento de Néctar, os constantes roubos que sofriam, eles e os vizinhos, levaram-nos a se organizar. A justiça *rondera* se ocupou, ao longo do tempo, de todo tipo de problema, desde circulação de rumores, inimizades entre vizinhos, maltrato a esposas, conflitos por herança e até casos de bruxaria como cita Gitliz (2013). Como bem me explica Néctar ao longo da nossa conversa, muitos desses casos podiam ter sido levados ao tribunal. Contudo, para o juiz, um caso de roubo de um chapéu seria visto como um caso de importância menor, e deixado de lado, enquanto para a comunidade podia fomentar outros problemas, e tinha que ser resolvido rapidamente, com todas as partes envolvidas e com presença da comunidade, que garante o cumprimento dos acordos.

O estudo de Gitliz (2013) agrega outro aspecto importante para explicar a justiça *rondera*. Esta não consiste em um conjunto de normas definidas e procedimentos específicos a serem seguidos ponto por ponto, como ocorre em um juízo convencional. Ao contrário, o objetivo da justiça *rondera* é a reparação das vítimas e a reintegração do ofensor, que este compreenda o seu erro e não continue lesando a comunidade. Em alguns casos, o ofensor tem que “rondar” para que sinta o sofrimento daqueles que rondam à noite para proteger aqueles que o ofensor prejudica. Néctar contou que ladrões têm se tornado os melhores *ronderos* dos seus *caseríos*. Por isso, é na assembleia comunal que se resolvem as coisas.

As assembleias eram um assunto sério, em parte juízo, em parte reunião de todo o *caserío* e em parte um ritual. Os *campesinos* assistentes se reuniam em um grande círculo, e os dirigentes se sentavam em uma mesa ao centro, com as partes em disputa diante deles. O presidente apresentava os fatos tal como o comitê os havia contado, enquanto às partes era dada a oportunidade de falar. Logo a seguir começava uma discussão aberta. (GITLIZ, 2013, p. 93, tradução nossa)²⁸.

Gitliz (2013) chama a atenção ao detalhe performático das assembleias, principalmente quando se aplica o que os *ronderos* chamam de “disciplina”, aquela aplicada pelos *ronderos* como uma forma de “limpeza” de indivíduos problemáticos. Durante a fase de pesquisa etnográfica de campo, as *Rondas* estavam sendo objeto de críticas na imprensa,

²⁸ Do original em Espanhol.

acusadas de cometerem atos violentos e até sequestro. No entanto, conforme me explicaram os assessores das *Rondas*, como Raquel Ygrigojen, o Estado considera sequestro o fato de que os *ronderos*, quando sentem algum tipo de abuso, questionam o ofensor e não permitem que este saia da comunidade até que o problema seja resolvido. Tratando-se da região de Cajamarca, onde megaprojetos estavam sendo negociados, não somente de mineração, mas também de hidrelétricas (o projeto Chadin II no rio Maranhão), e as terras estavam sendo cotadas para venda, era lógico que as pessoas questionassem a presença de forasteiros em suas terras.

Rondo, vice-presidente de *Rondas* da província de Celendín, relatou-me uma alteração que vale a pena ser mencionada. Após a militarização na cidade Celendín, no estado de emergência de 2011/2012, chegaram os soldados. Ele notou que estes soldados iam às escolas para namorar as jovens locais, algumas com menos de 18 anos. A promotoria não fazia nada após várias queixas. Apesar do estado de emergência, as *Rondas* decidiram agir. Naquele dia, Rondo me levou até sua casa onde o seu filho tinha guardado uns filmes que as rondas tinham feito, nos quais se comprovava que os soldados estavam efetivamente namorando as meninas. Ele, como *rondero*, foi até os soldados, prendeu uns quatro ou cinco e os levou à *casa rondera*, onde se realizam as assembleias comunais. Na casa, estavam as meninas que alegaram que os soldados as procuravam. Rondo pediu que o comandante fosse chamado. Ao chegar, este pediu para fazer um “acordo”, no qual este último se responsabilizaria por sancionar seus subordinados “sem escândalos”. Ficou assim o acordado. Quinze dias depois, Rondo estava com uma ordem de captura, sentenciado a 32 anos de prisão. Teve que permanecer escondido e morar praticamente no mato. Os ambientalistas de Celendín o assessoram. No entanto, Rondo, com uma ordem de captura, continuava fazendo justiça, e naquele dia me deu uma aula sobre o que é a “disciplina”:

Nós nos organizamos pela ausência de justiça e para fazer justiça. As *Rondas Campesinas* como administradores de justiça [...] temos regras para sancionar o que é disciplina. E a disciplina se baseia no delito do infrator. De acordo com isso, se pode sancionar com trabalhos comunais. Por exemplo: aqui na *casa rondera* dá para limpar as acéquias, arrumar as goteiras, isso tem um tempo. Logo, você dá escolas de rondas e explica o que é bom, o que é ruim e o que se deve fazer. Aquilo cabe dentro da disciplina. A pessoa reflete e volta à sociedade. Se você roubou, tem que trabalhar, se ele não tem trabalho, nós lhe damos trabalho. As prisões não nos parecem interessantes, porque os mantêm preguiçosos. Aqui submetemos ao trabalho, às escolas *ronderas* e ao serviço de rondas. Essa última é mais pesada. Damos suas horas para descansar e depois o levantamos para que *ronde* com o outro grupo. E se não quer cumprir, utilizamos a *penca* (chicote). Com dois *pencazos*, pronto! Se não é adequado dar chicotadas, o fazem fazer exercício, 10 pranchas. Nós não gostamos de prisões. *Cadeia rondera* é a última sanção. A justiça comum encara isso como sequestro. Aí o infrator deve passar em cada base por cada dia. De dia

trabalha e na noite ronda. Hoje, ele está 24 horas aqui, e daí passa a outra base. Por exemplo: 10 bases, ele vai trabalhar 10 dias e 10 noites. Vai cumprir trabalhos comunais e, se relaxa, *penca!* Uns assaltantes, cujo delito foi grave, receberam 32 bases de cadeia *rondera*. Eles tinham gasto o dinheiro no prostíbulo. No final, eles recuperaram o dinheiro porque, enquanto trabalhavam, eles recebiam. 50% enviaram para seus filhos e o resto era para pagar o dinheiro roubado. Nas bases, eles têm cama, comida, outros. Já se fortaleceram, e me ligam: “Roditas, não pensem mal de nós, estamos trabalhando”. São condicionados para que assinem a lista de presença diariamente. Que trabalhos fizeram? Assim se controla a delinquência. Há um controle estrito. A justiça comum diz assim: “já os sequestraram”. Uma vez, o doutor (advogado) me disse que o detido estava contra a sua vontade, e eu respondi: “sim, porque a sua vontade é roubar”. Isso beneficia o povo. O doutor insistia que nós fazíamos que os detidos gritassem, sofressem, que ele queria ver. Aí eu respondi, doutor faça qualquer [...] aqui no nosso povoado, e você aí vai saber. Essa é uma forma de ver o desenvolvimento do nosso povoado. (Depoimento de Rondo, agosto 2014, tradução nossa)²⁹.

Após nove meses de pesquisa etnográfica, a disciplina já era entendida (por mim) como uma forma de evitar alguma perturbação dentro da comunidade, seu território. Aquilo ficou um pouco mais claro quando, nas primeiras semanas no *centro poblado* El Tambo, a “disciplina” foi sempre destacada para mim para ser aplicada àqueles de fora, que podiam trazer ideias que desunissem a sua posição firme contra o projeto Conga.

No *centro poblado* El Tambo e em Celendín, o *minero*, o inimigo, não dizia respeito somente àquele que trabalha para a mina, mas qualquer um que deseja que a mineração ocorra. E, dentro do *centro poblado*, havia alguns que desejavam isso, que eram chamados de “*tuertos*”.

Geralmente as *Rondas* procuravam não se intrometer em problemas familiares, particularmente aqueles que ocorriam em famílias nucleares. Ainda assim, quando havia algum conhecimento de dano físico ou maltrato, as *Rondas* agiam. Neste caso, quero chamar atenção para o caso da *rondera* Bianca, que foi presidenta das *Rondas Femininas* do El Tambo quanto tinha apenas 14 anos. Ela lembra que seu tio, *rondero*, a levava às assembleias para que aprendesse, e ela começou a observar as investigações. No entanto, sua entrada foi peculiar. Havia violência doméstica no *caserío*. Quando os *ronderos* irrompiam na casa para pegar o suspeito no ato, este alegava que os *ronderos* tinham entrado para violentar a esposa. Dessa forma, era difícil que as *Rondas* interviessem, porém, Bianca, aprendiz, podia fazer a investigação sem ser acusada pelos motivos citados. Dessa forma, ela narrou a primeira sanção imposta quando um *rondero* maltratou a esposa: “vinte ‘*pencazos*’ por maltratar uma mulher”. Bianca dizia que aos poucos começou a administrar a justiça quando envolvia mulheres.

²⁹ Do original em Espanhol.

As perturbações acionam outras formas de agir. Hoje, são os *ronderos* que cuidam das lagoas. O *rondero* Paredo me disse que, diante da problemática de Conga, houve certas mudanças que podem ser vistas a partir do que propõe Starn (1991). As Rondas renovam os seus próprios costumes de justiça local e hoje se incluem às lagoas da região de Conga. O interessante aqui é entender como se torna visível esta ampliação de relações e os contextos que ativam a tradição para cuidar das águas. Durante a pesquisa de campo no *centro poblado* El Tambo, as pessoas articulavam tanto o termo *rondero* como *campesino*, sendo o primeiro mais enfático. Os meus interlocutores explicaram que o *caserío* é dividido por setores e estes se turnam para vigiar a partir das 21h da noite. Todos têm que colaborar, todavia, se existe alguma família que por alguma razão, o esposo ou filho não pode rondar, ele pode contribuir de alguma forma (por exemplo, contribui com o alimento). Estas pessoas não se autodenominam *ronderos*, mesmo assim participam das Assembleias e estão sujeitos às normas das Rondas, eles dizem “nossos *ronderos*” ou “nossos guardiões”. As mulheres também rondam em certas ocasiões durante o período noturno. No trabalho de tese, optei por usar os três termos que eles mesmos articulam.

A forma como as pessoas articulam um amálgama de relações é importante para entender a procura da relação da mina, ou a rejeição de algum contato com a mina nas duas situações estudadas. No entanto, essas relações também incluem memórias (longas). No próximo capítulo, apresento alguns acontecimentos históricos do Peru que precisaram de revisão de bibliografia a partir das narrativas das pessoas. A forma como as pessoas articulam histórias de séculos passados com a presença da mineração moderna é parte da metodologia proposta por Cruikshank (2005), na qual cada geração reflete sobre as histórias orais. Dado que o público pode não estar familiarizado com ditos acontecimentos, o capítulo a seguir foi elaborado para socializar os eventos.

3 O OURO DE ATAHUALPA E O CERRO DE HUALGAYOC

Al Virrey Don Teodoro de Croix de Hochin Longastre

Trujillo, 29 de mayo de 1786

Excelentísimo señor:

[...]

Sobre la merced de los mitayos, de que trata el artículo diez y siete, me refiero a lo que antecedentemente tengo dicho, añadiendo en cuanto al arraigo de los operarios en las tierras circunvecinas al cerro: Que las razones, que me surgieron este pensamiento, son en suma las siguientes: Las proporciones, que en si tienen dichas tierras para ello: Lo exhausto, que la provincia de Cajamarca, y sus confinantes se hallan de indios netos libres: Lo muy útiles, que bajo todo respectos pueden ser los quinteros y mixtos bien disciplinados para el laborío de minas: El servicio que se haría a la Humanidad, y a la Agricultura, y al Cuerpo de mineros y al Estado, estableciendo la alternativa entre el trabajo de ingenios y minas, y el de los campos y montes, y el que se haría asimismo a la población, que tanto contribuye al bien del Estado, y que tan a toda costa se debe promover, y que se hallan por lo general demasiadamente despoblados, removiendo en lo posible los obstáculos, que a un importante objeto ofrece el mismo que se estimasen más oportunas para “aumentar el número de hombres y presérvalos de accidentes, enfermedades y de utilidades, y que se criasen en toda la posible robustez, y se acostumbraen desde niños a los vientos y el clima del mineral y a la obscuridad, hálitos y laboratorios de las minas”; y finalmente la de que por ese medio con mil que fuesen colonos, que se establecieron, siendo casados, o en estado de casarse, vendrían a ser dentro de pocos años tres mil los operarios efectivos y útiles dando a cada uno de ellos no más de dos hijos varones.

(Baltazar Jaime Martínez Compagnon y Bujanda, obispo de Trujillo, 1786).³⁰

MANAN KANCHU, no más dialogo, como engañaron a Atahualpa, que no se repita la historia! El pueblo unido jamás será vencido. Hoy más que nunca, Conga no Váaaaaaaaaaaaaa!

(Parágrafo inicial da canção de resistência contra o projeto Conga cantado pelo grupo musical em marchas e protestos).

Para os leitores que desconhecem os acontecimentos de 1532 na região de Cajamarca e para entender as várias narrativas que aparecerão nos capítulos analíticos, faz-se pertinente expor alguns detalhes desses eventos de crônicas, considerando que o leitor pode desconhecê-los e pode confundir-se ao longo dos capítulos analíticos. Não existe intenção de fazer uma análise crítica dos fatos, porque esses serão articulados diante de novos contextos que explico nos capítulos posteriores. A ideia é justamente socializar alguns episódios que estão sendo narrados nas crônicas para poder entender as suas futuras associações em contextos de

³⁰ Carta do bispo Jaime Martínez Compagnon y Bujanda ao representante da Coroa Espanhola no virreynato do Peru, em 1786, exigindo homens para trabalhar nas minas de Hualgayoc, e, de preferência “com meninos pequenos, para que os seus olhos se acostumem à escuridão da mina subterrânea”.

reinvidicações e lutas. Embora algumas dessas crônicas sejam escritas por espanhóis, e, portanto, interpretadas a partir de seu olhar europeu, considera-se importante tê-las em conta para poder entender as articulações na luta e como foi construída a ideia do Peru.

3.1 OS CAXAMARCAS E OS QUÉCHUA

A reprodução acima é começo de uma das canções de resistência contra o projeto de mineração Conga, que é cantada em ritmo de carnaval cajamarquino. O que sempre me chamou a atenção nesta canção é a referência à enganação e à traição. Durante a fase da pesquisa de campo, aquela enganação e traição são associadas ao presidente Ollanta Humala quando não “inviabilizou” o Projeto Conga, como prometido em sua campanha eleitoral, às mesas de diálogo e concertação que não aceitavam um “Não” como resposta, e eram relacionadas à traição de Pizarro e Atahualpa. Rivera Cusicanqui (1984) já tinha comentado, em sua obra *“Oprimidos pero no Vencidos”*, sobre o fato de que a lógica de contestação e desacordo não contempla somente um processo ativo de constante resistência, mas uma lógica que vence a temporalidade linear do tempo, que é sempre articular uma memória longa e curta para desenhar os seus projetos de vida.

Eu cursei a escola primária na cidade de Lima com os padres do Sagrado Coração, e, na disciplina de História do Peru, estudei o encontro entre Atahualpa e Pizarro, mas passamos rápido as páginas, e estudamos a República. Atahualpa ficou para trás.

Se tivesse que contar a história de como fomos “conquistados”, foi assim que aprendi. Quando o Inca Atahualpa foi capturado pelo conquistador Francisco Pizarro na cidade de Cajamarca, em 1532, aquele fez uma oferta: em troca de sua liberdade, encheria um quarto grande com ouro e dois com prata. Pizarro concordou. O ouro e a prata vieram dos quatro cantos do Tayhuantisuyo, e Atahualpa cumpriu a sua promessa. No entanto, Pizarro executou o Inca e começou a história da nossa colonização. Na cidade de Cajamarca, “*el cuarto del rescate*” (o quarto do resgate) é parte do *city tour* que é oferecido aos turistas que visitam a região.

Desde 1991 eu não havia visitado Cajamarca, até que o fiz novamente em 2012 e durante a pesquisa etnográfica, entre os anos 2013 e 2014, e havia outra história que eu nunca tinha escutado. Alguns dos meus interlocutores me narraram que, sabendo que Atahualpa foi traído por Pizarro, os súditos do Inca esconderam o ouro na lagoa El Perol, onde a empresa de mineração Yanacocha objetiva instalar um dos dois *tajos* abertos do projeto de mineração Conga. Além disso, contava-se que, às vezes, a lagoa brilha como um *perol* (panela chata de

duas asas) feito de ouro. Esta mesma narrativa foi pontuada por um dos professores que residem hoje na cidade de Celendín. Ele descreveu que, quando trabalhava como professor nas jalcas (alturas), na década de 1980, os locais tinham narrado que o ouro do resgate a Atahualpa foi escondido na lagoa Yanacocha (Lagoa Negra), que hoje é a maior jazida de ouro da América do Sul. No entanto, hoje, as pessoas alegavam que o ouro escondido estava na lagoa El Perol, e os mineiros de Yanacocha desejavam esse ouro e, por isso, queriam destruir as lagoas.

Ao mesmo tempo em que a história do ouro de Atahualpa era narrada para mim, ao perguntar aos professores locais sobre o som /ash/ que tinha escutado em algumas palavras que me tinham chamado a atenção no falar dos *campesinos*, eles me confirmavam que provinha da língua *culle*, a língua dos caxamarcas e dos coremarcas, que lutaram contra a submissão aos quéchuas (a etnia Inca). De acordo com Silva Santisteban (1986), era a língua *culle* a que falavam os naturais de Caxamarca e Huamachuco antes da expansão do quéchua, e é por isso que, hoje em dia, muitos dos artistas, principalmente de Celendín, estão tornando visível a língua pré-hispânica, porque tem sobrevivido ao quéchua dos Incas. Seguindo novamente Cruikshank (2005), a questão não é ir atrás da precisão dos eventos, o que me chamava a atenção é por que certas narrativas apareciam diante de um contexto de conflito mineiro. Diante destas informações, passei algum tempo no *Archivo Departamental* de Cajamarca, lendo crônicas e arquivos sobre a história de Cajamarca. A história do encontro de Atahualpa e Pizarro e o ouro escondido na lagoa El Perol podem ser vistos a partir do que Rivera Cusicanqui (1984) explica a respeito de que coletivos articulam uma “memória longa” e uma “memória curta” nas suas lutas políticas, enquanto outros praticam uma cultura de esquecimento e alienação. Ser de um passado *culle* e cuidar o ouro do resgate do Inca de Yanacocha pode não ter uma lógica linear, como a nossa, entretanto, tornava-se presente nas lutas com o projeto de mineração Conga nos anos em que eu realizei a pesquisa de campo.

3.1.1 Caxamarcas

Começo esclarecendo que a ideia de que os Incas foram um império unificado é contrária ao verificado nas pesquisas que analisei nas visitas às Bibliotecas de Cajamarca que se referem à resistência dos Caxamarcas à submissão Incaica. Aliás, o que muitos historiadores cajamarquinos têm desejado mostrar é justamente que os caxamarcas lutaram duramente para não se submeter aos quéchua (aos Incas). Urteaga (1986) analisa a crônica de Cabello Balboa (1951) (escritor e missionário espanhol) para descrever a conquista do Inca

Yupanqui que, para outros historiadores, é conhecida como Pachacutec. O que Urteaga narra é que o Inca Tupac Yupanqui comissionou o seu irmão Capac Yupanqui, que o cronista traduz como “geral”, à região extrema do Chinchasuyo (a região norte do Tawantisuyo), ou seja, Cajamarca pelos anos 1450. O chefe dos caxamarcas tinha preparado um exército aguerrido e, sabendo do poderio dos quéchua, aliou-se aos Chimú, outro coletivo pré-colombiano ao norte litoral do Peru e no litoral, destacado por saber moldar muito bem o ouro, a prata e o cobre, com quem já tinha rivalidades. Antes da luta, Capac Yupanqui enviou um comissionado até Caxamarca, e estes responderam: “que os Incas se contentassem com os que quisessem obedecer e que busquem a outros, que eles não queriam a sua amizade, e menos do senhor e que protestavam para morrer todos por defender a sua liberdade” (URTEAGA, 1986, p. 232, tradução nossa)³¹.

O combate teve lugar na beira de uma lagoa, situada no povoado de Cauday, atual *caserío* chamado Namora, no *caserío* de Celendín. Por quinze dias, lutaram arduamente. Após a vitória dos quéchua, comprometeram-se a respeitar a religião local dos caxamarcas, que exigia o culto ao sol, o tributo soberano e a adoção da língua quéchua. De acordo com o historiador cajamarquino Fernando Silva Santisteban (1986), a administração dos reinos conquistados foi hábil. A princípio, os Incas mantiveram as autoridades e tradições locais para ir acomodando-as sistematicamente aos seus padrões administrativos: a reciprocidade comunal e redistribuição estatal.

No entanto, pouco menos de um século depois, na praça de Cajamarca, em 16 de novembro de 1532, ocorre um outro encontro marcante (HAMPE MARTINEZ, 1998). Após um encontro entre o Inca Atahualpa e o frade dominicano Vicente Valverde, repentinamente a Bíblia cai ao solo, e Atahualpa é capturado e, posteriormente, condenado à morte pelos conquistadores por heresia, assassinato (do seu irmão Huascar) e poligamia. Existem diversas interpretações sobre o que ocorreu naquele dia por diferentes testemunhas e cronistas. Um texto de Ferreiro Vasquez (2013) nos relata sobre as diferentes interpretações de testemunhas desse encontro e de cronistas. Brevemente, de acordo com o autor, Francisco Perez, espanhol funcionário de Pizarro, testemunha do encontro, descreve que Atahualpa jogou a Bíblia por simples arrogância. Titu Cusi Yupanqui, descendente do Inca, relata que Atahualpa ofereceu a um dos espanhóis um copo de ouro com *chicha* (bebida de milho fermentado) que caiu da mão do espanhol, e Atahualpa, furioso, por aquela ser bebida sagrada, respondeu reciprocamente, jogando a Bíblia ao solo. Garcilaso de la Vega (1964) atribui que a culpa do

³¹ Do original em Espanhol.

desencontro é de Felipillo, tradutor indígena que não teve a destreza de poder ser mediador entre dois mundos radicalmente diferentes, e que foi, na realidade, Valverde que deixou cair a Bíblia ao solo. Veja-se bem que o nome do intérprete, Felipillo, é usado hoje para descrever aquele que traiu alguém com quem mantém algum vínculo social, político, não pessoal. E, finalmente, o autor cita Guamán Poma de Ayala (2011), que, de acordo com sua interpretação, questiona a superioridade espanhola porque Atahualpa abriu o livro e, ao não dizer nada de interessante, desfez-se dele, jogando-o ao solo:

Atahualpa disse, dá-me a mim o livro para que me diga. E assim Valverde deu-lhe e o Inca o tomou nas mãos, começou a folhear as folhas do dito livro para depois dizer com grande majestade, sentado em seu trono: como não me diz nada nem me fala a mim o dito livro. Logo Atahualpa atirou o livro de suas mãos. (GUAMÁN POMA DE AYALA, 2011, p. 223, tradução nossa)³².

O que as crônicas expostas por Ferreiro Vasquez (2013) tornam evidente, com as suas diferentes interpretações, é que existe um conflito entre mundos que concebem diferentemente o que existe e as suas relações: rejeitar a *chicha*, a legitimação da escrita sobre a palavra falada, o que comem. Nesse sentido, não se pode deixar de lado que “encontros” continuam ocorrendo e que os desacordos podem também ser vistos como conflitos ontológicos (BLASER, 2013a; 2013b; DE LA CADENA, 2015). Ênfase aqui o ano de 1532 e o encontro entre Atahualpa e os conquistadores justamente porque esta história será interpretada, relida, examinada. Foi na década 1990 que chegaram a Cajamarca pessoas de fora (de Lima e do exterior). Desta vez não vieram com a Bíblia, mas assessoradas com um novo marco legal feito no Peru, que facilitaria a entrada de megaempresas no país, que assessoraram as pessoas a ter os papéis da sua parcela, como é destacado na pesquisa (BURY, 2011a) para poder vendê-la, que viriam com propostas de trabalho e com desenhos de *tajo* aberto, depósitos de *relaves*, depósitos de desmonte.

Dois séculos depois do encontro inicial, o “Mercurio Peruano”, jornal positivista dos *criollos*, publicado entre 1771 e 1791, pouco antes da independência, registrava a história do Peru linearmente: a história incaica, que é a história antiga, contemplada como uma descrição física e etnográfica dos temas pré-hispânicos, e, posteriormente, a história da conquista adiante, em que os mercuristas deram ênfase à defesa de seus antepassados, que eram os conquistadores (QUIROZ CHUECA, QUIROZ CABAÑAS, 2014). Para Quiroz Chueca e Quiroz Cabañas (2014), o “Mercurio Peruano” herda uma tradição historiográfica conflitiva

³² Do original em Espanhol.

entre a história andina registrada pelo Inca Garcilaso de la Vega³³, em inícios do século XVII, e por Pedro Peralta Barrionuevo, reitor da Universidade de San Marcos, entre 1715 e 1716, que destacava uma história *criolla*, ocidental e cristã do Peru. Além disso, esses autores concordam em dizer que a história do Peru, escrita pelos mercuristas, ressaltava a sua identidade em momentos em que a Coroa queria restringir o poder dos *criollos* nas colônias da América. Era essa a razão de sua intenção em ressaltar as “bondades naturais” do Peru e o papel que este cumpre para o império espanhol, assim como salientar o lado ocidental dos que residem na colônia. Pode-se dizer que os mercuristas construíram o Peru olhando para Europa e se distanciando do índio e dos seus levantes durante o século XVIII. Um dos colaboradores deste jornal é José Ignacio de Lequanda (LEQUANDA, 1974), que faz uma descrição da região de Cajamarca para o jornal após visitar Hualgayoc, no ano 1792, a qual descreverei a seguir.

3.2 HUALGAYOC E A CONSTRUÇÃO DO PERU

José Ignacio de Lequanda, espanhol, era contador das finanças públicas no *Virreynato* do Peru, em 1790, um magnífico instrumento de avaliação do andamento da economia comercial peruana. Mas, antes de assumir na Aduana de Lima, ele tinha desempenhado outros cargos dentro da burocracia *virreynal* como funcionário do *Banco de Rescates* de Potosí, do *Tribunal Mayor de Cuentas* e da Caixa Real de Trujillo. Essas experiências o dotaram de conhecimento sobre os principais problemas e possibilidades da economia do vice-reinado. Na revista dos *criollos* do jornal positivista *Mercurio Peruano*, aparece:

Toda a pobreza da vila se tem elevado a abundancia, suas humildes roupas são ostentosas galas, e custa o triplo tudo o que é comestível com o descobrimento do famoso mineral de prata e o cerro Hualgayoc, felizmente obtido no ano de 1770. Este poderoso manancial de riquezas não somente tem feito Cajamarca feliz, mas também aos demais partidos deste governo.
(O' PHELAN GODOY, 1991, p. 75, tradução nossa)³⁴.

Após a separação do vice-reinado do Peru das minas de Potosí, que pertenceriam ao vice-reinado do Rio da Prata, o *cerro* de Hualgayoc se converteu na “nascente de riquezas” para Cajamarca, tal qual denominado por José Ignacio de Lequanda, ao visitá-lo em 1792. Diferentes estudos relatam que Hualgayoc foi “descoberto” em 1771 por Don de Torres

³³ Historiador e escritor peruano de ascendência Inca e hispânica (1539-1616).

³⁴ Do original em Espanhol.

Ocaña e Don Juan José de Casanova, ambos de origem espanhola, a 70 km de Cajamarca (O'PHELAN GODOY, 1991). Não foi preciso esperar muito para que, no ano de 1779, houvesse 882 operários mineiros trabalhando em Hualgayoc e 86 “empresários” mineiros que operavam na localidade, sendo a terceira em termos de população mineira depois das jazidas de Cerro de Pasco (Serra Central do Peru) e Huarochiri (parte central da região de Lima) naquela década (CONTRERAS *et al.*, 2010). Segundo Contreras *et al.* (2010), nos documentos do Arquivo Departamental de Cajamarca não se encontram evidências sobre a procedência dos mineiros, entre eles somente figura um sobrenome indígena, o do cacique Carhuajulca, casualmente, hoje, o sobrenome de uma das líderes mulheres de Bambamarca que é contra o projeto de mineração Conga. A hipótese de Contreras é de que os mineiros tenham sido principalmente *criollos* e peninsulares. O'phelan Godoy (2010), ao analisar os registros das viagens do alemão Humboldt à cidade de Hualgayoc, percebe que Humboldt fez notas de famílias mineiras que conheceu durante a sua viagem: Don Santiago Pizarro, (espanhol), Arvayza (*criollo*), Espinach (espanhol), Casanova (espanhol) e Bueno (*criollo*). No entanto, Humboldt ressaltava que os Espinach, Casanova e Bueno faziam processos entre eles para acumular mais e mais. Apesar de todas as limitações apontadas por Humboldt em termos da exploração mineira no Peru, este concluiu que, sob um governo mais letrado, o *cerro* Hualgayoc seria um segundo Potosí³⁵.

A descoberta do mineral de Hualgayoc está vinculada a uma série de fatores que ocorreram durante o século XVIII no *Virreynato del Perú*, a entidade territorial da América do Sul da coroa espanhola durante o período da colônia, que sofreu mudanças no século XVIII, quando, posteriormente, foram criados o *Virreynato* de Nova Granada (hoje Venezuela, Panamá, Colômbia e Equador), em 1717, e, mais adiante, o *Virreynato del Rio de la Plata* (Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai). Este último *Virreynato*, criado em 1786, incluiu em seu território as jazidas de Potosí e Oruro do Alto Peru (Bolívia), e o *Virreynato* do Peru perdeu dois terços da sua produção de prata (CONTRERAS *et al.*, 2010). Por isso, procurar novas reservas de mineral era uma prioridade naquele período (e no atual) e as inovações do Projeto Borbônico³⁶ estimularam a presença de novos descobridores de jazidas

³⁵ Vale salientar que Humbolt nunca menciona algum nome de quem trabalhava dentro do túnel subterrâneo, o socavão, os nomes que aparecem nos arquivos são dos mineiros que são justamente àqueles que “descobriam” e exploravam o mineral.

³⁶ As inovações do projeto Borbônico implicava criar um novo código de mineração similar ao ocorrido com México, e a partir de 1786, este novo código permitia que a descoberta pudesse ser registrada por qualquer vassalo do rei sem excluir, como era antes estabelecido, os indígenas. Uma vez concedida a permissão, o vassalo poderia alugar, permutar, vender e inclusive colocar no testamento, sem a necessidade de contar com uma permissão das autoridades. Ao mesmo tempo, houve um projeto provisório dos “Bancos de Rescate”, que ofereciam um preço maior que o de mercado pela prata descoberta, desta forma, o mineiro não teria que

de minerais, assim como de pessoas que podiam instalar seus estabelecimentos para o beneficiamento do mineral. Sendo assim, muitos foram a Hualgayoc para fazer fortuna, embora o período de opulência tenha durado pouco, porque, a partir do ano 1809, o contexto de intranquilidade social nas colônias, assim como a epidemia de “*tarbatillo*”³⁷ tenham contribuído para o declínio de Hualgayoc como centro mineiro no século XIX (CONTRERAS *et al.*, 2010).

A cidade de Hualgayoc, dentro do distrito de Hualgayoc, foi se desenhando como um povoado mineiro desde os anos 1771/1772 em torno da extração mineral dos seus *cerros*. Na visita do bispo de Trujillo, Baltazar Jaime Martínez Compagnon y Bujanda, a Hualgayoc, no ano 1786, este estava solicitando *mitayos*³⁸ ao vice-rei (representante do Rei e figura administrativa da colônia), de preferência com filhos pequenos, para que seus olhos se acostumassem aos ventos e à escuridão dos túneis das minas subterrâneas para avançar neste novo empreendimento. Esta forma de mobilização de mão de obra não é desarticulada, como é apontado por Quintero (2015), dos mecanismos de classificação social impostos pela colonialidade do poder (Quijano), que será explicada parágrafos abaixo.

No entanto, a revolta de Tupac Amaru II, em 1780, contra a opressão fiscal e a *mita* minera, mobilizou milhares de índios e não poucos *criollos*, e os povoadores de Tiquina³⁹, que, em 1808, negavam-se a obedecer. Diante dessas revoltas, o pedido do bispo de Trujillo não foi acatado. Mas, de acordo com O’Phelan Godoy (2010) muitos foram trabalhar em Hualgayoc, entre espanhóis, *criollos* e aqueles setores que se denominam castas (grupos de cor).

O que surpreende na pesquisa de Contreras *et al.* (2010) é que a palavra “*denuncio*” já era utilizada naquela época. Existiam cinco formas de acesso à propriedade. As primeiras, seguindo por ordem de importância, são *denuncio* por despovoamento, e “*denuncio*” por descobrimento. Ambas as formas implicavam um acesso com menos entraves burocráticos porque somente se fazia necessário pagar o custo do trâmite judicial. Uma jazida abandonada por alguns meses podia ser denunciada por outra pessoa, e o denunciado tinha a opção de se defender, desencadeando um longo processo judicial. Para o caso das descobertas, Contreras *et al.* (2010) indica que eram os espanhóis que faziam uso do conhecimento dos indígenas

vender a um preço menor ao mercado para adquirir os seus insumos.

³⁷ Tipo de tifo.

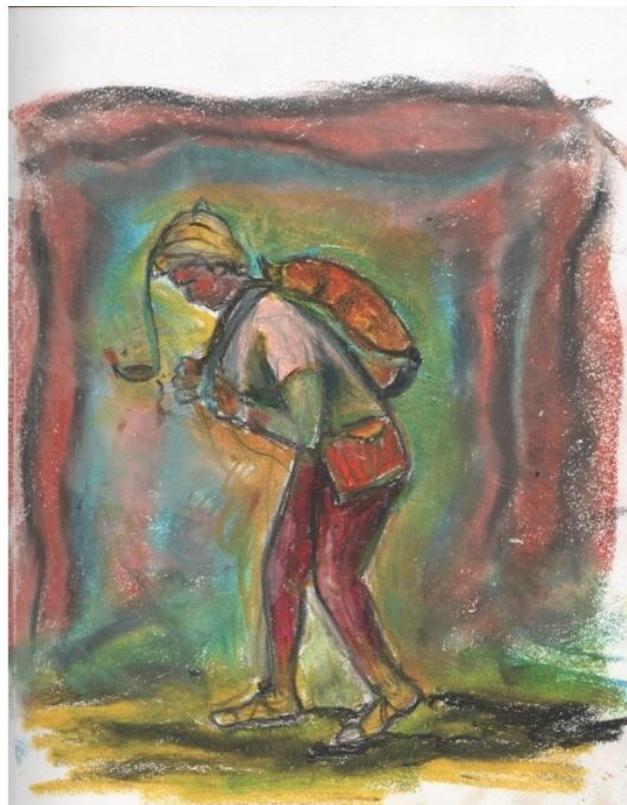
³⁸ Uma das modalidades de trabalho utilizada pelos espanhóis foi a *mita*. Nesse sistema, os índios eram escalados por sorteio para uma temporada de serviços compulsórios. Também é conhecida pelos nomes de “*repartimiento*” e “*cuatéquil*”. Nesse sistema, amplamente empregado na extração e beneficiamento de minérios, os índios eram escalados por sorteio para uma temporada de serviços compulsórios.

³⁹ Na Bolívia.

para fazer as descobertas. No caso do *cerro* de Hualgayoc, aparecem dois descobridores espanhóis. Fica aberta a possibilidade de que eles tenham sido guiados pelos próprios nativos, já que, na história oral, o ouro e a prata do resgate de Atahualpa vinham de Hualgayoc. Uma terceira forma era a doação, que normalmente era resultado de uma dívida não paga, e uma quarta forma era arrematar as minas do Rei que periodicamente iam a leilão. Uma quinta forma era a compra, que, segundo as fontes do autor, não teve muito importância comercial em Cajamarca. Chama-se a atenção para o fato de que a palavra “*denuncio*” ainda persiste até os dias de hoje, sendo chamado contemporaneamente de “*petitorio minero*” (petição mineira).

Ao existir este tipo de mina ao norte do Peru, sem *mita* a exploração das minas compeliu os mineiros a elaborar diversas estratégias para atrair aqueles que iriam trabalhar nas minas subterrâneas. De acordo com os estudos de Contreras *et al.* (2010), para os mineiros da época, a preocupação estava mais concentrada em encontrar pessoas dispostas a trabalhar na mina, já que o que predominou foi uma alta circulação de trabalhadores mineiros em vez de uma população fixa no assentamento. Os operários das minas de Hualgayoc que figuravam na fase extrativa eram os *barreteros*⁴⁰ e os *capacheros*⁴¹.

Figura 13: O capachero



Fonte: Ilustração de Jorge Paredes Pacheco, 2016.

⁴⁰ Aqueles que arrancam a veta da mina.

⁴¹ Carregador de metais.

Os *barreteros* manejavam a *barreta*⁴² nos *frontones*⁴³ com ajuda de pesadas *combas*⁴⁴ de ferro. Assim iam desprendendo os minerais dos *frontones*, organizados em quartetos de indivíduos. A pólvora era usada apenas quando as rochas apresentavam uma dureza incomum ou quando tinham que abrir socavões de ventilação ou de drenagem de águas. Os minerais desprendidos eram conduzidos à superfície, ou boca da mina, pelos *capacheros*, cujo nome é derivado dos *capachos* (couro de vaca). Os dois tipos de trabalho demandavam esforço físico e expunham os trabalhadores a sérios perigos. Os *barreteros* eram asfixiados pelos deslizamentos imprevistos ou pela própria falta de ventilação, uma vez que, visando economia, os mineiros recusavam-se a investir em túneis de ventilação. Os *capacheros* corriam o mesmo risco, de cair com a carga nas escadas de cordas das galerias. A carga normal era de 11 quilos.

Um trabalho similar ao dos *capacheros* era desenvolvido pelos desaguadores. Como abrir socavões de drenagem era trabalhoso e tomava um longo tempo, os mineiros obrigavam os operários a retirar água em cubos de madeira. A água é vista na atividade de mineração como um “obstáculo” para os mineiros e deve ser retirada. O trabalho dos *barreteros* e *capacheros* era controlado. Controlava-se o número de cargas extraídas pelos *capacheros* e no interior da mina. Havia outras pessoas que se dedicavam a reparar as barretas após seu intenso uso. A norma era começar como *capacheros* e passar à condição de *barretero*, e sucessivamente a controlador ou arrendatário. De outro lado, alguns operários aparecem como pequenos sócios; o material extraído era dividido em metades.

Pérez Mundaca (2010a) escreve sobre a falta de mão de obra nas minas, obrigando o aluguel de fazendas do entorno com os seus ocupantes, como em Bambamarca. Livrementemente, eles não podiam acessar o trabalho da mina, pois seriam castigados pelo fazendeiro, mas havia certos contratos de aluguel, o que permitia sempre ter mão de obra, embora sempre em circulação. O autor sinaliza que a mobilidade social na mineração poderia ser um aspecto atraente para aqueles que decidiam trabalhar dentro dos túneis. No entanto, é evidente, tanto em seu estudo como no de Contreras, que havia uma forte circulação, o trabalhador ia à mina onde havia uma melhor condição, e também voltava ao seu povoado.

A fama do *cerro* de Hualgayoc ajudou a construir a ideia de um Peru mineiro. Ao indagar sobre a história de Hualgayoc, também encontrei vários estudos (PERALTA RUIZ, 2013; RIVERA ANDÍA, 2013) de uma pintura que é exibida no Museu Nacional de Ciências

⁴² Barra de ferro.

⁴³ Massa rochosa onde termina uma galeria.

⁴⁴ Carro para transportar mineral.

Naturais de Madrid, Espanha, cujo título é “*Quadro de historia natural, civil y geográfica do reino do Peru*”, do ano 1799.

O que se destaca é que no centro da pintura estão desenhadas as minas de Hualgayoc, na região de Cajamarca, Peru. Este quadro, encarregado ao pintor Thiébaud⁴⁵, foi um projeto do funcionário espanhol no *Virreynato* do Peru (administração da Coroa Espanhola sobre as colônias), José Ignacio Lequanda. Ele vivenciou as mudanças econômicas, sociais e políticas provocadas pelas Reformas Borbônicas⁴⁶ do Rei Carlos III, que procuravam aperfeiçoar o aproveitamento dos recursos das colônias espanholas, e, ao mesmo tempo, fazia parte do grupo de intelectuais chamado “*Sociedade Amantes del País*”⁴⁷. Rivera Cusicanqui (2010) destaca os impactos das Reformas Borbônicas em formas de revoltas onde se destacam as Revoluções de Katari e Amaru pelos *repartos*⁴⁸. Além de ser uma forma de colonização e abuso, esta etapa coincide com um despertar do conhecimento da história natural do Peru. Nesta parte, eu gostaria de chamar a atenção para certos detalhes. Lequanda era membro da Sociedade Amantes do País e acreditava que conhecer a história natural do Peru era o caminho para o sucesso da administração política e econômica da colônia. Ele tinha o propósito de desqualificar as fantasias sobre impérios com “*el Dorado*”, a cidade de ouro e de mulheres amazônicas que atraíram muitos aventureiros europeus a nossas terras. Poderia ser visto como uma tentativa de “situar” as coisas do Reino do Peru, a realidade, para sua melhor exploração⁴⁹.

Pino Diaz e Gonzalez Alcalde (2011) descrevem o quadro citado como uma “cosmovisão do Reino do Peru” administrada pela Coroa espanhola. Ele tem 195 cenas e 381 figuras com lendas separadas da seguinte forma: a) a geografia física, mapas, rios, costas e toponímia; b) a historia linear desde os Incas, o governo de Espanha com a suas modernas formas de organização (fazendas, intendências) até finais do século XVIII; c) uma ordem de personagens separada entre os civilizados (*criollos* e indígenas cristianizados) e os selvagens (oriundos de coletivos indígenas da Selva); d) a economia, agricultura, plantas medicinais e a produção mineral e de mercúrio, como fonte de riquezas, onde são ressaltadas as minas de

⁴⁵ Os artigos citados indicam que pouco se sabe do pintor e de que o pintor recebeu as indicações para pintar as imagens sem ter conhecido a região visitada por Lequanda.

⁴⁶ As Reformas Borbônicas foram reformas administrativas e econômicas do sistema colonial espanhol com a intenção de recuperar o poder do Estado espanhol por meio de uma exploração mais racional e eficiente de suas colônias, buscando reconquistar o espaço perdido para os *criollos* na América.

⁴⁷ Foi fundada em 1792, como um círculo acadêmico de caráter intelectual. O seu órgão difusor foi o “*Mercurio Peruano*”. Aqui, as ideias de “pátria” peruana foram desenvolvidas.

⁴⁸ Obrigação dos índios de adquirir produtos dispensáveis para eles.

⁴⁹ Cabe lembrar que Lequanda não entrou em contato com os diversos coletivos, e o que os estudiosos indicam é que os desenhos vêm das informações das expedições ilustradas patrocinadas por Carlos III e Carlos IV.

Hualgayoc. Aparece um *cerro* de mineral atravessado por caminhos, e um acampamento aos pés do *cerro*. No caminho, aparecem as pessoas, os *burrinos*, os *capacheros* (os que carregam o mineral) e a planta mais abaixo onde se beneficia o mineral. Na parte esquerda, aparece o acampamento ou povoado que está muito próximo da mina que os provê. Dado que adaptar o quadro à folha A4 invisibiliza os detalhes, a Figura 14 mostra apenas a ordem das pessoas e como estas eram separadas entre civilizados (a primeira fileira) e os bárbaros (a segunda fileira); e a Figura 15, o *cerro* de Hualgayoc.

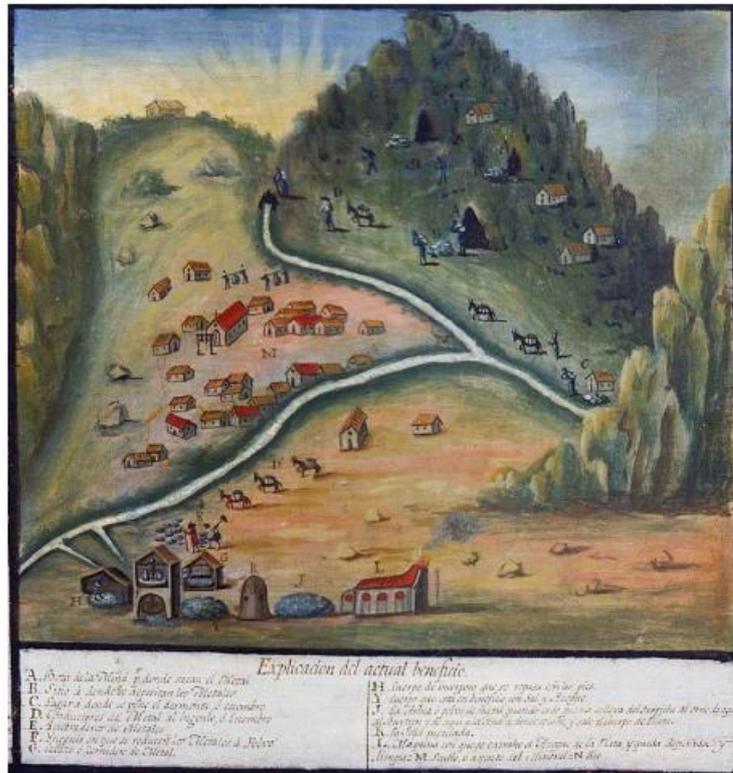
Figura 14: A classificação de pessoas entre civilizados e bárbaros no quadro do Reino do Peru (1799)



Fonte: Pino Diaz e Gonzalez Alcalde (2011, p. 67).

Segundo Peralta Ruiz (2013), este quadro não foi dirigido inicialmente aos cientistas, mas sim à Real Secretaria de Fazenda das Índias, ou seja, a prioridade era ilustrar o potencial de riquezas que a Coroa Espanhola possuía com sua devida descrição, que partia de observações. No trabalho de José Ignacio Lequanda, ele também visitou as minas de Hualgayoc porque acompanhou o bispo de Trujillo, Don Baltazar Jaime Martinez de Compañon em 1784. Ele mesmo descreve como uma mina que precisava de mão de obra estável e que, segundo um cálculo feito por ele mesmo, 2.000 colonos eram necessários para trabalhar na mina de forma permanente (O'PHELAN GODOY, 2010) para uma eficiente exploração.

Figura 15: O cerro Hualgayoc no quadro do Reino do Peru (1799)



Fonte: Pino Diaz e Gonzalez Alcalde (2011, p. 70).

No discurso preliminar do quadro, Pino Diaz e Gonzalez Alcalde (2011) ressaltam sua ordem:

Para proceder com a ordem, temos dividido nosso Quadro em três partes. Compreende a primeira parte a Geografia física que ocupa o Centro, apresentando a Terra sem outro adorno que não as suas montanhas, rios e costas marítimas. Na segunda se notam os vários estabelecimentos que tem formado os homens e as divisões políticas no qual se tem repartido o terreno, o número dos seus habitantes, e o uso que fazem das produções naturais, e industriais para o giro do comércio, e para amparar suas necessidades. A terceira parte é consagrada à história Natural. (PINO DIAZ; GONZALEZ ALCALDE, 2011, p. 68, tradução nossa)⁵⁰.

A História Natural aparece no quadro como um amplo conjunto de fauna e flora marítima e terrestre da região peruana, que se plasma com lendas respectivas. Ao mesmo tempo, aparecem estas e, no entorno de todo o quadro, mostrando a variedade de fauna e flora do Peru. Foucault (2002) descreve que a história natural clássica remarca a diferença radical entre as espécies; no entanto, a partir de XVI é quando “a história natural deve assegurar, num só movimento, uma designação certa e uma derivação controlada” (FOUCAULT 2002, p.190-191). A partir desse século, haveria um processo de “redução” das diferenças para inseri-las

⁵⁰ Do original em Espanhol.

em uma estrutura, de onde ela se derivará controladamente. Este olhar crítico e certo de Foucault é importante porque coincide parcialmente com as discussões de Quijano (2007) sobre a colonialidade do poder, em que a ideia de raça se converte no princípio estruturante das diversas hierarquias do sistema-mundo, ainda que o tema do colonialismo seja distante do pensador francês. Quintero (2015) acrescenta que a ideia de raça de Quijano como primeira categoria social da modernidade tem sido crucial para o desdobramento de outras classificações que continuaram reproduzindo aos não europeus em inferiores.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular deste padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social quotidiana e a escala societária (QUIJANO, 2007, p. 93, tradução nossa)⁵¹.

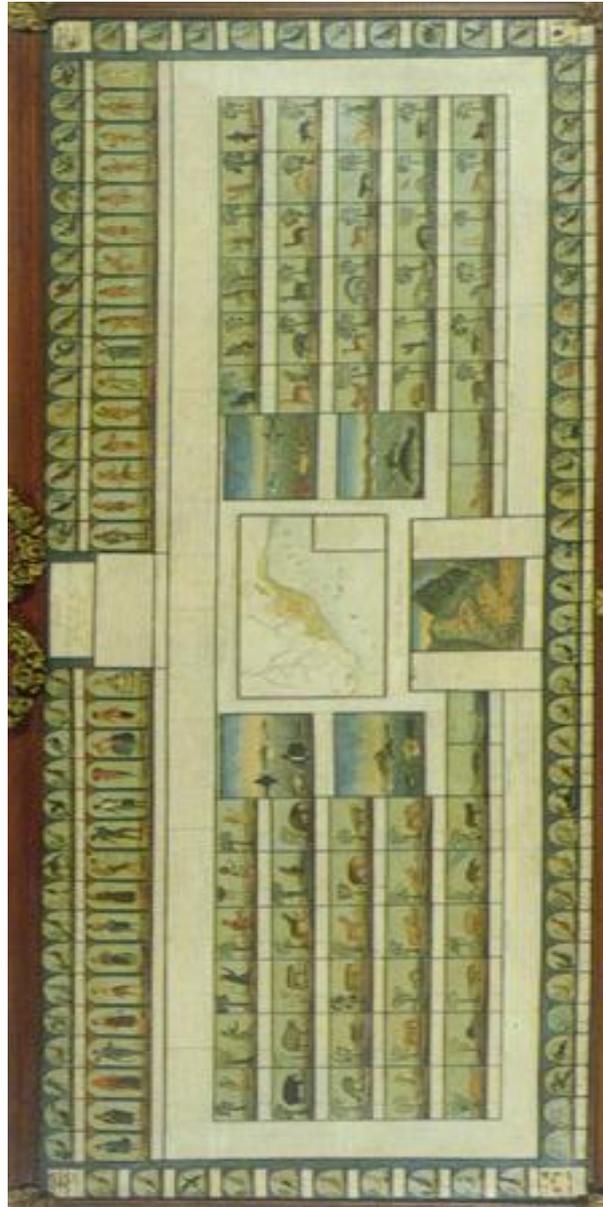
Embora o trecho citado sobre história natural de Foucault se refira mais à construção da biologia, a derivação controlada é vista aqui ao analisar o quadro porque o diferente entra em um sistema de classificação universal no qual o novo será medido e comparado a partir de padrões eurocêntricos, ou seja, classificado em grupos sociais de acordo com as suas faltas e excessos. Um texto de Castro-Gómez (2007) salienta que o maior aporte da dinâmica do poder de Foucault consistiria justamente em pensar a colonialidade do poder não unicamente pelo nível do macro-estrutural (divisão do trabalho, etc), mais presente na obra de Quijano. Ao pensar a colonialidade do poder, o autor destaca que não se pode passar por cima da forma como as relações sociais locais já estabelecidas são “afetadas” e produzem coisas deixando de forma mais sutil saber sobre qual foi a origem desta nova ordem que continua até os dias de hoje. Assim, o que este quadro pode nos levar a pensar é que esta divisão das pessoas com as suas faltas e excessos se reproduz nos níveis locais articulando outras relações. Voltando para o caso de Hualgayoc, onde não houve o sistema de *mita* (trabalho forçado nas minas), poderíamos pensar o que levava às pessoas livres a buscar trabalhar nas minas. Os autores citados sugerem a refletir que trabalhar na mina provocou certos desejos pela “mobilização social” que ela poderia produzir. Talvez, isto ajude a entender o que implica “ser mineiro”, sendo assim, fica como provocação para pesquisas futuras.

Este quadro é um registro de como os *cerros* de Hualgayoc foram construídos como depósitos de minerais esperando ser explorados. Não é de surpreender que no jornal *Mercúrio Peruano* sejam encontrados alguns trechos que qualificam ao índio por ser aquele que melhor se adapta a trabalhar nas minas por estar acostumados à intempérie e a más condições.

⁵¹ Do original em Espanhol.

Futuramente, a nova tecnologia de mineração não interrompe o padrão extrativista que como bem cita Alimonda (2014) forma parte da colonialidade da América Latina. Contudo, a minha suspeita é que ela pode trazer outras formas de controle.

Figura 16: O quadro do Reino do Peru (1799)



Fonte: Pino Diaz e Gonzalez Alcalde (2011, p. 6).

4 DESENHOS E CONFLITOS

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir os principais estudos sobre mineração na América Latina e os estudos contemporâneos sobre desenhos e conflitos, especialmente para poder desenvolver uma análise crítica sobre os conflitos, que, à primeira vista, parecem ser discutidos pela mídia simplesmente como disputas por “recursos naturais” que podem ser resolvidas com “compensações”. Nesse sentido, apresentam-se estudos em torno dos trabalhadores mineiros e suas relações com as minas subterrâneas, assim como pesquisas em torno de conflitos a partir de 1990 no Peru, quando se destacam as relações entre as minas e comunidades. Outros textos complementarão a discussão.

4.1 O DIABO E A EXTRAÇÃO NOS ANDES

Durante os anos do segundo mandato do ex-presidente Alan García Pérez, este publicou três artigos polêmicos, os quais sustentavam que os “tesouros da natureza” peruana encontravam-se à espera de investimentos, uma vez que não seria razoável supor que estes tantos recursos estivessem sem exploração. Retomo um dos parágrafos dos artigos com títulos bastante provocadores que são “*El Síndrome del Perro Hortelano*” (GARCÍA PÉREZ, 2007a), “*Receta para acabar con el perro del hortelano*” (2007b) e “*El perro hortelano contra el pobre*” (2008):

Existem milhões de hectares de madeira que estão ociosas, outros milhões de hectares que as comunidades e associações não têm cultivado e nem cultivarão, além de centenas de depósitos minerais que não se podem trabalhar e milhões de hectares de mar que não entram nunca em produção. [...]. O primeiro recurso é a Amazônia. Conta-se 63 milhões de hectares e chuva abundante. Nela se pode fazer reflorestamento madeireiro especialmente nos 8 milhões de hectares destruídos, mas para isso precisa-se de propriedade, quer dizer, um terreno seguro sobre 5.000, 10.000, 20.000 hectares, porque em menos terreno não há investimento formal de longo prazo e de alta tecnologia. Agora, somente existem as concessões que dependem da vontade do governo e do funcionário que pode modificá-las. (GARCÍA PÉREZ, 2007^a, tradução nossa)⁵².

Os artigos escritos pelo ex-presidente fazem um alerta que perder a chance do investimento, de consolidar um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, seria um “erro” histórico para o Peru. Um erro histórico aos olhos da construção do Reino do Peru em 1799, como visto no Capítulo 3 e no Mercurio Peruano sobre a ideia de pátria e do Peru.

⁵² Do original em Espanhol.

A resposta não se deixou esperar. A AIDSESEP (organização que representa 1.350 comunidades indígenas em todo o Peru, aproximadamente 350 mil pessoas) contestou via carta aberta criticando sobre o “preguicismo da natureza” apontada pelo ex-presidente:

[...] É verdade que existe milhões de hectares de bosque, mas nem tudo é madeira comercializável. Senhor Presidente, permita-nos esclarecer que para obter toda a madeira é necessário derrubar muitas árvores de espécies não utilizáveis para fins madeiros e que, contudo, essas árvores são as que na realidade proveem oxigênio para o planeta e não somente os “não conectados” como o senhor equivocadamente se refere aos nossos irmãos indígenas não conectados ou em isolamento voluntário. [...]. Aí, existem ecossistemas nos quais os bosques se interrelacionam com as pessoas que o habitam, com os animais, com a água e com as espécies, aí tem subsistido nossas culturas por milhões de anos, os bosques não nasceram ontem, senhor Garcia. [...]. Onde estão os hectares “ociosos”, senhor Garcia. Não lhe parece paradoxal? (AIDSESEP, 2007, p. 01-02, tradução nossa)⁵³.

Ao contestar o apelativo de uma natureza “improdutiva” e daqueles que coexistem com ela, as comunidades expõem uma extensa relação de onde “nascem” as árvores, reprimindo o próprio presidente: “os árvores não nasceram ontem, senhor García”. No entanto, ao exigir que o Governo derrogasse o marco legal que ocorreram após a escrita dos artigos, estas foram ignoradas e no dia cinco de junho a polícia nacional peruana e os membros das etnias amazônicas Awajun e Wanpis enfrentam-se provocando mortes e feridos (RADOMSKY; PAREDES PEÑAFIEL, 2014). Após meses, os decretos foram anulados, no entanto, a “culpabilidade” foi imputada aos coletivos indígenas Awajun e Wanpis.

Eu menciono o caso porque Bebbington (2013) chama a atenção para o fato de que este triste episódio aconteceu justamente em um lugar chamado de “Curva del Diablo”, e o “Diabo” é uma entidade associada à extração exacerbada e a enriquecimentos (ilícitos), que pede algo em troca. No norte do Peru, de acordo com a pesquisa de Kato (2004), um contrato com o Diabo pode enriquecer uma pessoa, e, enquanto esteja com vida, essa pessoa pode desfrutar de bens materiais; no entanto, ela tem que cumprir o seu contrato após a morte, quando o próprio Diabo procura o corpo. Bebbington (2013) relata que os estudos de June Nash (2008) e Michael Taussig (2010), que descrevem como os mineiros se relacionam com a figura diabólica do *Tio* (o dono do mineral que reside no subterrâneo da mina), ainda são vigentes porque a indústria extrativa em grande escala produz enorme riqueza e uma destruição nas mesmas proporções. Para o autor, não é raro que a relação entre a indústria extrativa com a transformação acelerada da paisagem não seja refletida pelas pessoas, e que se realcem pactos ocultos ou negociações com pessoas de poderes superiores.

⁵³ Do original em Espanhol.

De acordo com uma publicação de Damonte e Castillo (2010), docentes da Universidade Católica do Peru (PUCP), os estudos sobre as indústrias extrativas na Antropologia datam do último quarto do século XX na América Andina. Nesse período, as pesquisas enfatizaram três temas específicos. Em primeiro lugar, os estudos estavam focados na transição social das populações indígenas e camponesas para proletariados mineiros, dentre as quais se destacam as etnografias da antropóloga June Nash (2008) e de Michael Taussig (2010), onde aparece a figura diabólica do *Tio*. A obra de June Nash “Comemos as minas e as minas nos comem”, originalmente publicada em 1979, relata a experiência de trabalhadores das minas de estanho em Oruro, Bolívia. A autora analisa como estas pessoas encaravam contradições com as quais cotidianamente tinham que lidar: trabalhar para receber um salário estável, e poder assim sustentar as suas famílias, e, ao mesmo tempo, sofrer a exploração que se reflete no medo, na indignação pela baixa retribuição salarial e na deterioração da saúde porque a mina “come” os olhos e os pulmões enquanto o mineiro vai explorando a mina subterrânea. O *Tio* é um dos destaques na obra, e é com ele que os mineiros dialogam por meio de ritos para que ele os conduza até o mineral e, já que da riqueza da *veta* depende a sustentabilidade da mina, ao mesmo tempo, para que os proteja de acidentes (derrubamentos) aos quais continuam sendo expostos. Para isso, os mineiros realizam as suas respectivas oferendas, porque o Tio é o dono do mineral, e é o mineiro quem trabalha dentro dos seus domínios.

Posteriormente, aparece a obra de Taussig (2010), “O Diabo e o fetichismo da mercadoria da América do Sul”, que relata sobre a forma como que os coletivos indígenas e *campesinos* entendem o processo de transição de um modo de produzir para autoconsumo para um modo extrativo, como é o caso do vale de Cauca (Colômbia), onde os camponeses passam a trabalhar nos monocultivos, assim como os mineiros das minas da Bolívia. O que o autor pontua é que a inserção no capitalismo não é interpretada pelos *campesinos* e mineiros como um processo linear e natural, mas que este processo é “mediado” por pactos diabólicos. Embora esta obra seja criticada por considerar que o Diabo somente aparece nesses contextos de transição capitalista (KATO, 2004), não se pode deixar de lado a inspiração de Walter Benjamim na obra de Taussig ao salientar o “olhar ao passado”, por isso a importância de se prestar atenção nas reflexões sobre os processos violentos pelos quais passamos, porque estas não são naturais ou lineares. Aliás, a obra de Benjamim (1985) é citada também por Rivera Cusicanqui, que debate sobre as memórias longas e curtas, e Julie Cruikshank (2005), que explica como as histórias orais são refletidas em contextos contemporâneos.

É importante perceber que a obra supracitada discute sobre transições e reflexões. Nesse sentido, Bebbington (2013), pesquisador sobre ecologia política com especial ênfase em atividades extrativas, sinaliza que, embora esses estudos (de Nash e de Taussig) tenham surgido há mais de quatro décadas, continuam sendo relevantes para os debates contemporâneos sobre mineração, dado que os impactos na paisagem, no sistema de trabalho e nas relações com o lugar não deixam de ser interpretados como “pactos” ocultos entre presidente do país e o empresário, algum político local e o dono da empresa, etc. A esse respeito, a antropóloga peruana Carmen Salazar-Soler (2006) tem feito publicações sobre depoimentos recolhidos dos trabalhadores de um centro mineiro da região de Huancavelica Peru Central sobre o *Muqui* nos anos 1980. O *Muqui* é o guardião e dono do mineral e aparece para os mineiros para pedir oferendas em troca de fartas riquezas e/ou para lembrar os mineiros de que primeiro eles devem homenageá-lo antes de entrar na sua casa, o socavão.

A pesquisa de Salazar-Soler (2006) mostra que as relações com o *Muqui* começam a ser intensificadas em 1950, quando houve um processo de desenvolvimento tecnológico e uma maior produção de metal. No entanto, na década de 1980, quando ela realiza a pesquisa etnográfica, os ritos coletivos começam a diminuir pelos pactos individuais com o *Muqui*. O peculiar do trabalho desta autora é que, na sua última visita à mina, após 20 anos, os mineiros relatam que o *Muqui* tinha abandonado a mina subterrânea e foi para Yanacocha (Cajamarca) com o seu mineral. Naquela época, ela relata que a mina estava na época do “*cierre*” (fechamento), e os contratos eram realizados por terceiros (as *contratas*), ou seja, as pessoas trabalhavam por um período determinado de tempo e depois mudavam. No entanto, paralelamente, ela observa que em outras minas artesanais, onde ainda exigia-se trabalho manual intenso, outras entidades apareciam, como a *Gringa*, o *Pishtaco* e o *Chinchiliko*. A autora relata que não há como se fazer o seguimento ao *Muqui* em Yanacocha porque os estudos em torno da mineração na Antropologia a partir de 1990 e, principalmente, em Cajamarca concentram-se nas relações entre empresas e comunidades adjacentes, por exemplo, Bebbington (2013) e muitos outros, e não tanto na relação com os trabalhadores. Esse apontamento que faz Salazar-Soler é importante porque deixa em aberto, pelo menos para esta pesquisa, se o *Muqui* desaparece porque o mineiro deixou de ter uma relação com as entranhas das terras e são, hoje em dia, as máquinas que perfuram a terra.

Voltando para o esquema de Damonte e Castillo (2010), em segundo lugar, dentro dos estudos da mineração na área, os estudos estiveram focados na vida cotidiana, rituais e participação política na esfera nacional pelos trabalhos de Harris e Albó (1984), em seu “*Monteras y guardatojos: campesinos y mineros en el norte de Potosí*”, o estudo de Nash

(2008) também é mencionado, assim como em Rivera Cusicanqui (1984), em seu “Oprimidos mas nunca vencidos”, e Finn (1998), em “*Tracing the veins of copper, culture and community from butte to Chuquicamata*”.

No caso específico de Rivera Cusicanqui (1984), a autora destaca a imagem de *Tupac Katari* (líder do levante indígena que ocorreu na Bolívia em 1781) em protestos indígenas recentes na Bolívia. A primeira remontaria a processos vividos pelos indígenas desde a conquista da América pelos europeus, enquanto a segunda remontaria a processos mais recentes, como a revolução de 1952 na Bolívia, marcada por forte mobilização camponesa. Este olhar de Rivera Cusicanqui (1984) é pertinente porque ajuda a entender as articulações que também apareceram na pesquisa etnográfica de campo, de um passado remoto (a traição de Francisco Pizarro a Atahualpa, a descoberta do mineral de Hualgayoc, etc.) com uma conjuntura atual caracterizada pela chegada de empresas de mineração de grande aporte de capital, como seriam a empresa Yanacocha e a empresa Goldfields.

Em terceiro lugar, Damonte e Castillo (2010) destacam os estudos sobre a conflitiva e complementar relação entre a população camponesa e a população mineira, na qual se destaca a obra de Norman Long e Bryan Roberts (1984). De forma sucinta, Long e Roberts se esforçam em estudar as formas de cooperação entre os *campesinos* e outros setores sociais em uma região que eles denominam de “integrada” ao mercado. Mais adiante, na década de 1990, ressaltam-se os estudos sobre mineração com a crítica ao desenvolvimento. Nessa linha, citam-se os trabalhos da antropologia pós-estruturalista que criticam a linearidade do discurso desenvolvimentista, como é o caso da crise após o *boom* mineiro na mina Copperbelt da Zâmbia, em 1960, descrita e analisada por Ferguson (1999), e como os mineiros experimentam esse declínio, social e culturalmente. Ao colapsar a economia mineira na Copperbelt, os espaços urbanos empobreceram, grande parte da população voltou a residir nas áreas rurais, e as expectativas de modernidade foram frustradas.

Veja-se bem que o controle da narrativa é parte importante da criação de expectativas, mas, embora possa existir um apogeu, ele dependerá, como mostra o caso de Hualgayoc (Capítulo 6), de vários fatores que estão alheios ao trabalhador. Para este trabalho de tese, centro-me mais em outro livro do mesmo autor, “A máquina antipolítica”. Nesta obra, Ferguson (1994) faz uma análise crítica ao “desenvolvimento”, que não é referido a processos de transição ou transformação que ocorrem ao longo da história, mas a “intervenções” que associam a construção de um espaço de pobreza à construção de soluções intervencionistas que ajudariam o país ou uma comunidade específica a sair daquele estado e suas populações empobrecidas a atingir uma “qualidade de vida” (FERGUSON, 1994). Esta associação

consistiria em implementar soluções técnicas a problemas que seriam analisados a partir da ideia do que falta (o que falta ao outro para ser desenvolvido). Assim, aspectos que podem ser de natureza política devem ser “ajustados” ao caráter técnico. No decorrer do tempo, os projetos, como diz Ferguson, falham. Não apenas falham, mas os efeitos são perversos, de acordo com Ferguson (1994):

[...] resultados que, a princípio, parecem como meros “efeitos colaterais” de uma tentativa malsucedida para engendrar uma transformação econômica tornam legíveis outras perspectivas como não intencionais, ainda que instrumentais, elementos em uma constelação resultante que tem o efeito de expandir o exercício de um tipo particular de poder do estado enquanto simultaneamente exerce um efeito despolitizante poderoso. E esta constelação resultante “sem autor” eu chamo de máquina antipolítica [...]. (FERGUSON, 1994, p. 20-21⁵⁴ *apud* RADOMSKY, 2011, p. 152-153).

Embora este livro de Ferguson, “A máquina antipolítica”, tenha foco nos projetos de desenvolvimento de agências de ajuda internacional a Lesoto, a forma como ele explica a “constelação de poder” é muito interessante para estudar como o desenvolvimento, no caso peruano, a partir da conglomeração Estado-empresa-líderes locais, principalmente a partir de 1990, “despolitiza” a mineração moderna na região de Cajamarca a partir de várias “faltas” (falta de trabalho, falta de administração da água, entre outros). O uso da palavra “máquina”, como Ferguson (1994) esclarece, com base nas obras de Foucault (1987) e Deleuze (1988), remete ao desejo de capturar coisas que o sistema de discursos e conceitos irá vincular a instituições sociais e a processos, sem ter alguma definição dos resultados posteriores. Para o autor, as “intenções” de um projeto de desenvolvimento, por exemplo, erradicar a pobreza, seriam só a parte visível de um mecanismo que vai engajando conceitos, ideias, discursos. No entanto, embora os objetivos instrumentais visíveis sejam os de um projeto de desenvolvimento, o processo atual procede silenciosamente porque outras linhas, não visíveis, vão se articulando, e os efeitos colaterais aparecem como se houvessem ocorrido de um dia para outro. Contemporaneamente, Escobar (2002) também questiona o desenvolvimento, e o define como:

Um dispositivo de produção de realidade, que vincula a expertise dos planejadores de desenvolvimento rural, os agrônomos, engenheiros agrícolas, nutricionistas, com estratégias de poder, com pacotes tecnológicos, com investidores de extensão, de eletrificação, de forçar aos camponeses a semear isto e aquilo, de pesticidas, de fertilizantes, de mudar a mentalidade, a racionalidade do camponês. Isto é o que é desenvolvimento: uma prática de vincular conhecimento e poder desde uma

⁵⁴ FERGUSON, J. *The anti-politics machine: development and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1994.

racionalidade completamente distinta à racionalidade que tem existido em cada lugar. (ESCOBAR, 2002, tradução nossa)⁵⁵.

Para este trabalho de tese, essas linhas “não visíveis” são parte importante dos pressupostos que levaram ao esboço ou desenho destes projetos de desenvolvimento. É aqui que Bebbington (2013) enfatiza como as fronteiras da extração estão se expandindo a tal ponto que lugares que não tinham vínculo com a mineração hoje estão se tornando em centros mineiros. Outros pesquisadores, como Escobar (2012a; 2012b), De la Cadena (2015) e Li (2009a; 2009b; 2015; 2016), discutem as diferenças entre ontologias dualistas e relacionais (ESCOBAR, 2012a; 2012b) e a relação sociedade/natureza que está inscrita nos projetos. Este ponto é sumamente importante e de certa forma é trabalhado por Li (2015), ao analisar as assembleias de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), onde se convida a população para o conhecimento e a aprovação de dito estudo. Li (2009a; 2015) afirma que a “participação” nestes eventos é questionável dado que o estudo é apresentado “pronto”, e os apontamentos das pessoas que foram convidadas a participar são apenas para “incluir” alguns aspectos importantes do público-alvo sem quebrar com os pressupostos do desenho do projeto. Sem mencionar que a forma como é desenhada a assembleia parte de uma determinação de competências (quem fala, quem ouve) restrita, ao criar um cenário técnico com a finalidade de procurar uma solução imediata. O que a autora questiona é que essas técnicas de “participação” e “inclusão” despolitizam a questão de fundo, a implementação dos projetos de desenvolvimento em nome do desenvolvimento.

4.2 CONFLITOS E O POLÍTICO

Na obra de Mouffe (2011), no seu livro “*En torno a lo político*”, são citados os intelectuais Ulrich Beck e Anthony Giddens como aqueles que justificam que o modelo adversarial⁵⁶ tem se tornado obsoleto, já que os “direitos humanos universais” e a “moral” levariam “racionalmente” a um consenso. Na visão Beck e Giddens, viveríamos num mundo sem grandes afrontamentos (o que Mouffe denomina de pós-político) porque os antagonismos são ultrapassados e estaríamos na direção de um universal sem precedentes. Seria pertinente

⁵⁵ Do original em Espanhol.

⁵⁶ O adversário seria para Mouffe: “um inimigo legítimo, um inimigo com quem temos em comum uma adesão partilhada aos princípios ético-políticos da democracia. Mas a nossa divergência diz a respeito ao seu significado e implantação, e não é algo que poderia ser resolvido através da deliberação e discussão racional; daí o elemento antagonístico de deliberação. Aceitar a posição de adversário é experimentar uma mudança radical na identidade política” (MOUFFE, 2011, p. 16).

ilustrar a distinção que Mouffe (2011) realiza, a partir da leitura de Schmitt (1998), entre o que é “a política” (*the politics*) e o que é “político” (*the political*), salientando que a língua portuguesa não apresenta termos diferenciados para estes dois conceitos como o faz a língua inglesa:

[...] entendo a política como o conjunto de práticas e instituições através das quais se cria uma determinada ordem, organizando a coexistência humana no contexto da conflitividade derivada do político. [...] concebo o político como a dimensão de antagonismo que considero constitutivo de todas as sociedades humanas (...). [...]. O que quero dizer é que as questões políticas não são meros assuntos técnicos destinados a serem resolvidos por experts. As questões propriamente políticas sempre implicam decisões que requerem que optemos entre alternativas em conflito. (MOUFFE, 2011, p. 16-17, tradução nossa)⁵⁷.

Portanto, a “ordem” é pertencente à arena da política, um espaço já sedimentado do social, que não poderia existir sem as relações de poder que lhe dão forma. Nesse sentido, Mouffe propõe o “agonismo” como reconhecimento do outro como oponente legítimo. O que Mouffe (2011) sugere é ir além da questão amigos/inimigos proposta por Schmitt. A autora explica que, enquanto o antagonismo constitui uma relação nós/eles, que não compartilham uma base comum, poderia ser interessante pensar no “agonismo”, no qual os oponentes se legitimariam um ao outro como agentes políticos. No entanto, para a autora, o agonismo não implica apenas em tolerar as diferenças que levariam a pensar que as identidades são pré-constitutivas⁵⁸. O adversário deve existir porque permitiria que o espaço da política transformasse o “antagonismo”, a relação nós/eles, em “agonismo”, o reconhecimento político das partes, que não consiste em dominar as hostilidades para tornar possível o consenso racional, mas mobilizar o que é “político” de cada adversário para a esfera da política (pluralismo agonístico) (MOUFFE, 2003).

Vale a pena ressaltar que a obra de Mouffe (2011) centra-se em polos, como direita x esquerda, capitalismo x comunismo, que não envolveriam outras entidades que também atuariam o antagonismo, como De la Cadena (2010) ressaltaria. Esta autora destaca o “político” a partir da leitura de Mouffe; porém, acrescenta que a procura da legitimação política (o agonismo) não é exclusivamente entre humanos, porque os “seres da terra” e os que convivem com ela, também não estão “de acordo” com a “competência” às quais são sujeitas pelos conceitos concedidos pela Ciência e o Estado. O que De la Cadena (2010) destaca é justamente a capacidade de romper com as formas pelas quais o mundo da

⁵⁷ Do original em Espanhol.

⁵⁸ Para Mouffe (2003, p. 14), “a prática política numa sociedade democrática não consiste na defesa dos direitos de identidades pré-constituídas, mas antes na constituição dessas identidades mesmas”.

modernidade tem pensado as relações sociais e a interação entre sociedade e natureza. Em um artigo que aborda este conflito (PAREDES PEÑAFIEL, RADOMSKY, 2011), explica-se que para os *campesinos*, os seres “outros-que-não-humanos” não deixam de ser seres que sentem e, portanto, possuem uma capacidade de agência⁵⁹.

Portanto, aquele “desacordo” entre as partes, definido por Mouffe, é ainda mais complexo, iria além de direita x esquerda, teria relação com diferentes formas de imaginar a vida (ESCOBAR, 2011). Escobar (2012b) explica que a forma dominante da euromodernidade domestica a alteridade em termos modernos, especialmente reinterpretando os conflitos como modernos e mantendo a separação natureza/cultura e a subordinação de certos coletivos reproduzindo a colonialidade (nós e eles).

Assim, questionar os pressupostos sobre o que existe (o real) está sendo um tema debatido por muitos na Antropologia, incluindo latino-americanos como Mario Blaser (2013a, 2013b), Marisol de la Cadena (2008; 2010; 2015) e Arturo Escobar (2012a; 2012b; 2014). Em temas de conflitos, principalmente, o que salta à vista é uma complexa cadeia de relações que contesta supostos modernos hegemônicos. Em um debate sobre “*ontology is just another word for culture?*” (ontologia é apenas outra palavra para cultura?) (CARRITHERS *et al.*, 2010), o argumento principal de um dos autores, Holbraad (2010), é de que conceitos como “cultura” têm uma capacidade de registrar a alteridade a partir de uma história prévia ou um repertório de conceitos que limita ou reduz a um padrão de como o outro deve ou não se comportar.

Nesse sentido, a “virada ontológica” na Antropologia pode ser olhada como uma ferramenta para repensar os nossos próprios conceitos, os nossos supostos. Em outras palavras, quando os dados etnográficos “tentam” aqueles que fazem pesquisas etnográficas a aplicar diretamente pressupostos para explicar o que o outro diz, é melhor aceitar que se alcançou o limite do repertório conceitual e permitir que os próprios dados atuem como alavanca para a transformação de conceitos analíticos, em vez de fazer uma tradução natural.

Holbraad, citado por Alberti *et al.* (2011), aponta que, por muito tempo, os antropólogos têm investido tempo e estudo em dar um sentido às coisas que “parecem” carecer de sentido por meio de pressupostos que vêm da Teoria. O resultado disso é que muitas das lógicas intelectuais dos nativos são concebidas como meras “crenças” aos olhos de uma verdade única que vem da Ciência. É como se uma natureza “lá fora” fosse interpretada

⁵⁹ Diferentes autores chegam a resultados semelhantes. Observe-se, por exemplo, as proposições de Brian Goodwin (2007) e de Francisco Varela (1999), um dos mais importantes autores da teoria da complexidade, sobre a cognição como um processo geral da vida.

com diferentes olhares, no entanto, existe uma única verdade que é daquele que consegue domesticar as demais imputações de significado. De outro lado, as ontologias propõem que o etnógrafo ou pesquisador reconheça que os relatos dos interlocutores podem parecer irracionais porque simplesmente não os entendemos. Viveiros de Castro (2004) já tinha chamado a atenção para o fato de que o etnógrafo e o nativo estão comprometidos em operações intelectuais, em movimento diferentes, para o qual ele propõe a noção de “equivocação controlada”. De la Cadena (2015) explica esta definição de uma forma que me pareceu adequada, pois fala da articulação de uma mesma palavra por diferentes regimes de relação:

Equivocação [...] é o desentendimento que ocorre quando pessoas que pertencem a diferentes mundos usam o mesmo conceito, que é *embodied* de forma diferente por cada um, ou composto de uma maneira diferente: “à mesma epistemologia, diferente ontologia”. De acordo com Viveiros de Castro, o desafio da antropologia (...) é tornar visível a diferença ontológica (entre o nosso mundo e o mundo que é outro para nós), então, desafiando a similaridade epistemológica que possa existir entre mundos. (DE LA CADENA, 2015, s.p., tradução nossa)⁶⁰.

A autora também faz uso da palavra “extensão” porque em diálogos entre o etnógrafo e o nativo, quando os dois mundos entram em comunicação, existe uma “extensão” entre conhecimentos, e um não se sobrepõe ao outro, mas o “estende”. É assim que descreve os seus contínuos diálogos com Nazário, um *runa* (pessoa), nativo de Cusco, e que são pertinentes para poder trabalhar as palavras que apareceram em campo, na minha pesquisa, que foram estendidas, como a palavra “alimentar” e “mineiro”. Ela escreve:

Tomando emprestada a noção de Marilyn Strathern, a nossa relação (do nativo e da antropóloga) foi parcialmente conectada (Strathern, 2004). As nossas interações formaram um circuito integrado, mas a nossa comunicação não dependeu de compartilhar únicas (...) noções – as dele, a minha e uma terceira. Nós compartilhamos conversas a partir de diferentes formações epistêmicas – as suas explicações estenderam a minhas, e as minhas (quando ele as precisava) estendiam a dele, mas de cada uma de nossas posições epistêmicas e subjetivas, enquanto a conversa ia tomando forma, seus termos não se tornaram os meus, nem os meus se tornaram os dele. (DE LA CADENA, 2015, s.p., tradução nossa)⁶¹.

O que De la Cadena (2015) propõe é justamente que, ao interagir, diferentes regimes de relação podem “estender” o conhecimento a outras possibilidades, sem que exista uma sobreposição ou aculturação de um pelo outro. As conexões não cancelam as diferenças radicais, mundos diferentes coemergem sem se reduzir a um nem a outro. Contudo, a questão

⁶⁰ Do original em Inglês.

⁶¹ Do original em Inglês.

da “equivocação controlada” não teria sido entendida por mim se não fosse pelo depoimento de um *elder* (uma pessoa de maior idade que tem autoridade para falar) de uma Primeira Nação, no estado de Manitoba (Canadá), onde realizei o período de doutorado-sanduíche. Durante a semana de conhecimento indígena que foi organizada por professores de ascendência indígena e os próprios indígenas na Universidade de Manitoba (Canadá) para a discussão dos *Treaties*⁶² (os tratados entre as Primeiras Nações e a Coroa Britânica), um *elder* da Nação Keeseekoowenin Ojibway explicou nos seus termos o que são os Tratados:

Os Tratados foram feitos por duas Nações, duas línguas: o inglês e as línguas das Primeiras Nações. Às vezes, nós não conseguimos entender os Tratados, os significados dos Tratados, porque somente olhamos para a parte escrita e não para a parte oral. São dois processos diferentes. [...] Os *elders* (mais velhos) me ensinaram que, se alguém perde a língua, vai ter que usar a forma de pensar do outro, os seus conceitos, para dizer quem é. (*Elder* HARRY BONE, março de 2016, tradução nossa)⁶³.

De acordo com o que aprendi com *elder* Bone e outros *elders* durante aquela semana, concluí que não se pode pensar nos Tratados sem as relações ou a complexa gama de relações que estão por trás deles. Pela sua fala, não parecia uma coisa “lá fora”, à qual os canadenses e as Primeiras Nações imputam diferentes significados, ao contrário, os *elders* estavam tornando visível outro acordo que nasce de outras relações, da história oral passada por gerações. Sobre esse tema, Blaser (2013a; 2013b), que também trabalhou com os Yshiro no Chaco (Paraguai) e com as Primeiras Nações no Canadá, destaca o que ele chama de *storied performativity* (relatos com profundas qualidades performativas) e como estes relatos emergem junto com desenhos. Nas suas palavras, os relatos não são fundamentalmente denotativos, mas sim produzem aquilo do que se fala, como é o caso do *Tratado* descrito por *elder* Bone. Nas suas palavras, Blaser (2013a) explica:

Narrativas que *fazem um corpo* (realidade) de ideias sobre o mundo e a sua dinâmica. Nesse sentido, qualquer história pode ser uma estória sobre o desdobramento do estado de um mundo dito de um ponto vantajoso de um conjunto particular de ideias sobre o mundo e o seu dinamismo; em outras palavras, não existe uma diferença intrínseca entre o termo “história” e “estória”, sendo que o primeiro necessariamente implica o segundo. (BLASER, 2013a, p. 548, tradução nossa)⁶⁴.

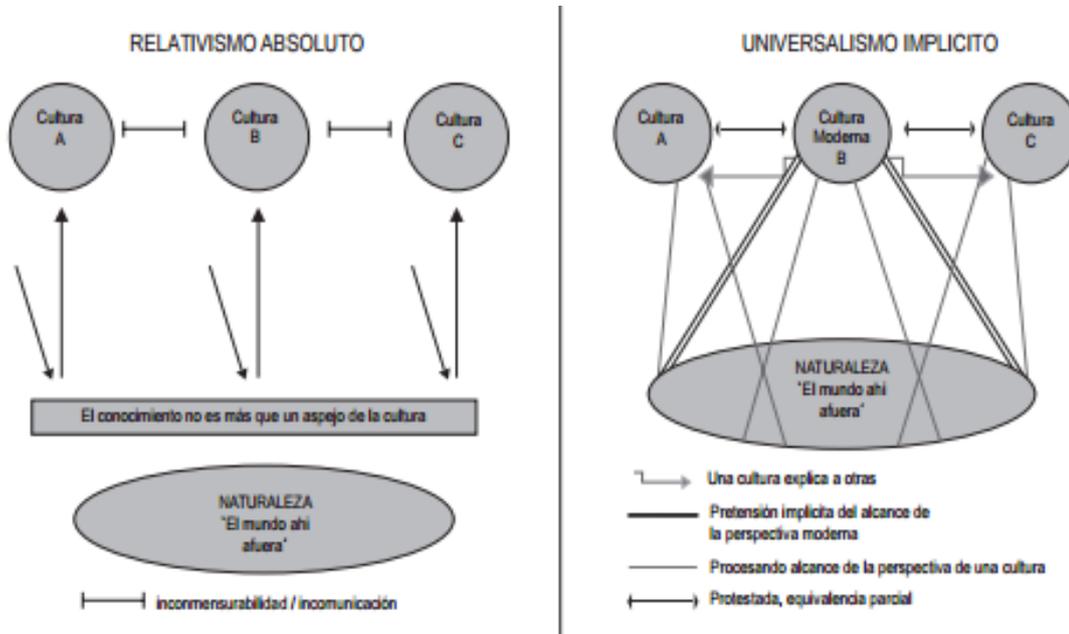
⁶² Entre os anos 1871 e 1921, a coroa Britânica e as Primeiras Nações (Anishinaabe, Anishiniwak, Ininiwak, e Denesuline) se reúnem para acordar sobre 11 Tratados (*Treaties*) separados, que, de acordo com a Coroa, implicava que os povos nativos tinham que ceder as suas terras em troca de benefícios (reservas, direitos para caçar, equipamento para a agricultura). Atualmente, membros das Primeiras Nações estão sendo chamados para testemunhar sobre o que ocorreu naqueles dias de negociações pela história oral.

⁶³ Do original em Inglês.

⁶⁴ Do original em Inglês.

Assim, Blaser (2013a) sugere que estas narrativas orais não devem ser reduzidas a projeções culturais a partir de um esquema cultural. Para dinamizar esta análise, o autor explica de uma forma mais didática, como veremos nas Figuras 17 e 18, abaixo.

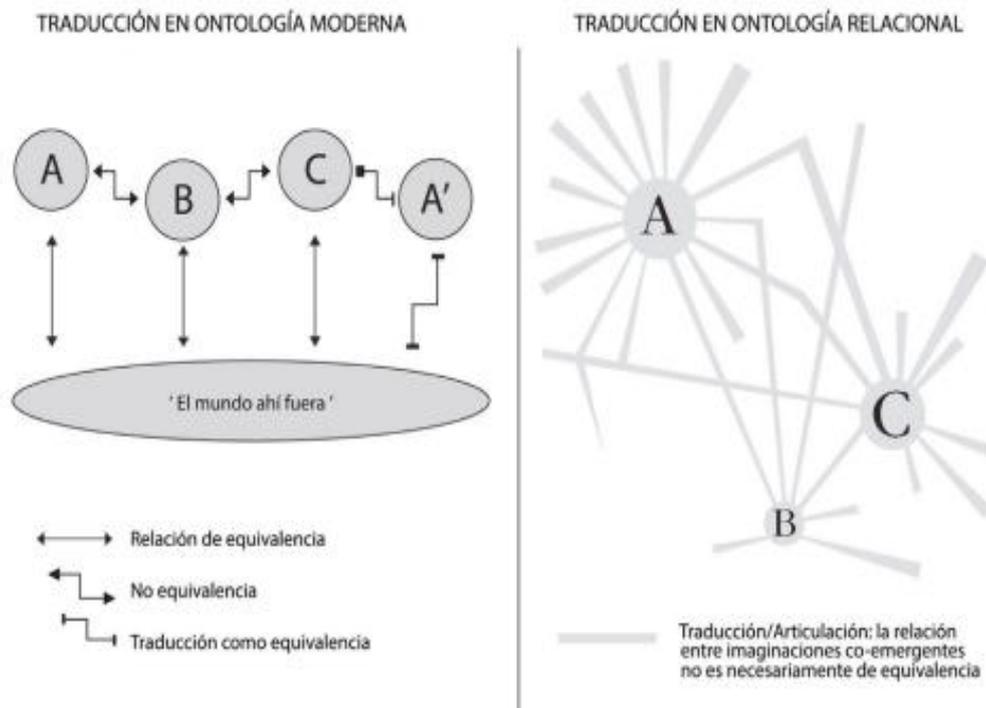
Figura 17: Relativismo absoluto e Universalismo implícito



Fonte: Blaser (2013b, p. 165).

Na Figura 17, no lado esquerdo, aparece a natureza, por exemplo, um rio, como um mundo “lá fora”, isolado, representado por diferentes reflexões ou projeções culturais de cada coletivo, que são sinalizadas como culturas A, B e C. O conhecimento, nesse sentido, é produzido por cada indivíduo, cada um de diferente herança cultural, que percebe a realidade (a natureza) de diversas maneiras. Cada um processa os “mesmos” dados da experiência em termos do seu esquema de “crenças”. No lado direito, aparece o problema do relativismo cultural. Cada cultura interpreta a sua natureza de uma forma diferente, no entanto, existe a ciência moderna que é a única que pode compreender a natureza na sua totalidade. E é aqui que se percebe o perigo do tema “inclusão”. A ciência moderna pode “assimilar” os aspectos das culturas das outras, que parcialmente entendem a natureza de acordo com a Ciência. É o que autores como Arturo Escobar salientam quando afirmam que existem relações de poder entre diferentes conhecimentos, sendo a Ciência aquela que tem autoridade para falar em nome de uma verdade única.

Figura 18: Tradução em ontologia moderna e tradução em ontologia relacional



Fonte: Blaser (2013b, p. 167).

O que Blaser (2013a) e outros autores querem trabalhar é como outras realidades se tornam visíveis, desafiando o relativismo cultural, e, mais importante, como entendê-las. Na Figura 18, acima, o autor contrapõe as diferentes “culturas” que interpretam um mundo “lá fora” (parte esquerda da figura) e compara com outro regime de relação (parte direita da figura) em que não existe uma divisão entre cultura/natureza ou indivíduo/comunidade, mas uma contínua relação, o que existe torna-se visível justamente pelas relações. Assim, o autor trabalha a ontologia como um *worlding* (mundificar)⁶⁵ em que as realidades não são pré-existentes às relações, como é o exemplo do Tratado do *elder* Bone. Essas formas de “mundificar” sempre estão em tensão porque podem alterar ou bloquear outras relações, conexões de outros regimes de relação. Particularmente, Blaser (2013b) dedica uma parte do seu livro para explorar a ontologia em três níveis: primeiro como aquelas premissas que os grupos sociais mantêm sobre as entidades que existem no mundo. Por exemplo, na ontologia moderna existe mente/corpo. Dentro dessa ontologia, o mundo está povoado de indivíduos

⁶⁵ Para Escobar (2014) a ideia de *worlding* corresponde a formas de tornar visível a amalgama de interrelações entre o humano e não humano. As lutas dos movimentos indígenas na América Latina, exemplos de como os coletivos reivindicam a importância política de entidades sensíveis que os cientistas procuram domesticar.

que manipulam objetos. O segundo nível é o das ontologias que emergem ou que são corporalizadas por meio de práticas que produzem mundos. E, terceiro, como as ontologias se manifestam em histórias (ou narrativas) como é explicado parágrafos acima. Esses corpos (realidades) podem entrar em “colaboração” parcial. Um exemplo interessante é proposta na etnografia de Li (2015). Nesse sentido, Blaser (2013a) também coloca a possibilidade de corpos (realidades) que emergem pela coprodução de mundos, sem serem reduzidos a um ou a outro. Para Blaser (2013a):

Worlding é um processo contestado, árduo e não inteiramente coerente e nunca toma um lugar em um vazio sem conexões com outras maneiras de fazer mundo. Mas, estas conexões não cancelam as suas diferenças radicais. Mundos com diferenças radicais têm emergido em frente dos nossos narizes, ainda que isso hoje envolva os computadores e a internet, junto com (...) outros não humanos! E, enquanto estão tomando lugar em frente dos nossos narizes, estas emergências não são espetáculos que se ajustam para alcançar os propósitos ulteriores, aqueles que as nossas categorias nos permitem imaginar (controle de recursos, posicionamento político, entre outros). Eles estão fazendo mundo por eles mesmos. (BLASER, 2013a, p. 558, tradução nossa)⁶⁶.

Eu não queria deixar de lado o tema da “colaboração”. Fabiana Li (2015) descreve um dos conflitos mineiros mais importantes nos últimos anos: quando a empresa Yanacocha anuncia a expansão das suas operações no *cerro* Quilish, a poucos quilômetros da cidade de Cajamarca. Nesse conflito, que se iniciou em 2004, o Quilish surge como *Apu* (montanha sagrada) e como aquífero, tornando complexa a ação da empresa, que pretendia enfrentar o conflito pelo lado da ciência, ao se concentrar em como melhorar o projeto tecnicamente para que o projeto de mineração fosse executado. A autora argumenta que essas associações ao Quilish não vêm de tradições indígenas já existentes, nem de um conjunto de termos ambientalistas assinalados a algo predeterminado. Antes do conflito, os camponeses de Cajamarca não se referiam ao Quilish como *Apu*, não obstante, num dos marcantes diálogos que Li (2015) expõe, uma *campesina* que reside ao lado do *cerro*, explica que o Quilish deveria dar o seu consentimento para ser explorado. De outro lado, é nos “encontros” com os ambientalistas, quando novos elementos começam a ser colocados e refletidos, que o Quilish emerge como múltiplo. Embora alguns estudos expliquem que essas “colaborações” entre distintas ontologias não escapam de manter uma relação assimétrica, estudos de Li (2015) e de Cruikshank (2005) dão importância igual às duas concepções ontológicas a respeito dos seres, pessoas e coisas para a emergência de corpos (realidades).

⁶⁶ Do original em Inglês.

Então, considerando os três níveis de ontologias de Blaser (2013a), a questão é como estes interagem entre si? Escobar (2012b) sugere que um conflito “possa” emergir quando mundos concebem “o que existe” e suas relações de forma diferente. Porque o que se expressa nas mobilizações, como diz o autor, não é a natureza (lá fora), como muitas vezes outros grupos apontam, mas são as complexas conexões ou relações. Por exemplo, a etnografia de Stuart Kirsh (2001) que trata sobre compensações detalha como uma população local ao lado de uma mina na Papua-Nova Guiné, ao reclamar compensação pela morte de um porquinho, torna visível uma complexa relacionalidade que está corporizada no animal e que foge da lógica do mercado e do cálculo racional. Como relacionar estas questões com os grandes *tajos* que eu vi na primeira ida a Cajamarca?

4.3 COMO PENSAR DESENHOS?

Thackara (2005, p. 1), inspirado em Herb Simon e Victor Papanek, lembra que “todo mundo desenha”, já que desenhar é uma das faculdades mais básicas dentre as atividades humanas. Planejar e programar qualquer ato para um fim específico, desejado e previsto constitui um processo de desenho e, portanto, é potencialmente transformador, inovador. No entanto, Thackara questiona dois aspectos importantes com relação às inovações tecnológicas. Primeiro, definir onde queremos estar; segundo, como chegar lá, aonde queremos chegar. Quais seriam os cursos de ação que nos levariam de um ponto para outro? A primeira questão leva, de acordo com o autor, ao problema sobre a inovação. Não é novidade que a sociedade contemporânea tem sido construída com foco na tecnologia e que esta se tornou mais significativa como “meio” do que por suas finalidades. Artefatos tecnológicos podem ser mais rápidos, inteligentes e até menos custosos para os seus usuários, no entanto, na vida cotidiana se tornaram, de certa forma, uma violação do espaço pessoal. Assim, entender por que as coisas mudam e como elas deveriam mudar não podem ser dois assuntos separados ou ignorados.

Como já discutido no capítulo introdutório desta tese, a ideia de trabalhar “desenhos” foi influenciada, principalmente, pela leitura de um texto de Escobar (2012a) junto com outros autores como De la Cadena (2010; 2015) e Blaser (2013b). Contudo, a escolha desta literatura também veio de uma experiência que foi relatada para mim por um pesquisador. Certa vez, este pesquisador, que estava trabalhando com o tema da certificação ecológica da Rede

Ecovida⁶⁷ no estado de Santa Catarina, comentou que uma liderança da região do Oeste Catarinense tinha feito o seguinte comentário quando surgiu o tema das propriedades dos agricultores de base ecológica da região: “eu não sei porque os ecológicos mantêm a sua roça toda desorganizada, ela não é *caprichadinha* como a dos demais”. No momento, o comentário ficou solto, no entanto, em outra ocasião, de acordo com o seu relato, foi possível ouvir de um dos seus entrevistados uma resposta à crítica registrada anteriormente. De acordo com o agricultor, ele procurava manter a sua propriedade com “a maior quantidade de mato possível”, com o objetivo de “manter a terra mais viva”. Ele explicava que, ao movimentar o solo para os cultivos, causava um ou vários impactos, então, tentava equilibrar mantendo o mato (vegetação espontânea) para que os organismos vivos continuassem se reproduzindo. Nesse sentido, o pesquisador me explicava que aquele aparente “descuido” era totalmente intencional, era parte do processo de “criar vida”, materializado na sua roça. Para Escobar, esse desenho seria uma realidade que emerge de uma forma diferente de imaginar a vida, na qual o desenho não envolveria instrumentos para domesticar o mundo sob o pressuposto da separação sociedade/natureza, mas outras formas em que a vitalidade, a vida, possam fluir. Essa explicação não está distante de como outros antropólogos, como no estudo de Allen (1988), na região de Cusco, discutem sobre como a água é uma manifestação do *sami*, uma força vital, que, quando alimenta a terra, ela acordará, dela, batatas nascerão.

Seguindo as fontes de Escobar, e outras que apareceram no meio do caminho, a noção de “desenho ontológico” levou ao trabalho de Winograd e Flores (1989), que tratam justamente sobre o desenho da tecnologia informática, no qual os autores partem do seguinte:

Com a finalidade de entender os fenômenos que giram em torno da nova tecnologia devemos abrir a porta ao desenho – interação entre a compreensão e criação. Quando aqui se fala de desenho não estamos restringindo a nossa preocupação com a metodologia do desenho consciente. Dirigimo-nos a uma questão mais ampla, de como uma sociedade engendra invenções cuja existência, em contrapartida, altera dita sociedade. Precisamos então, estabelecer uma base teórica para olhar ao que os artefatos produzem e não somente como operam. (WINOGRAD; FLORES, 1989, p. 25, tradução nossa)⁶⁸.

Os autores apontam que cada ferramenta ou tecnologia é ontológica porque inaugura uma série de rituais, habilidades, formas de fazer e modos de ser. Nesse sentido, em vez de olhar para a funcionalidade do desenho, o que estes autores propõem é olhar como o desenho

⁶⁷ Rede de agricultores, técnicos mediadores e consumidores ecológicos do Sul do Brasil que certificam os seus próprios produtos alimentares.

⁶⁸ Do original em Espanhol.

afeta as relações entre pessoas. Para Winograd e Flores⁶⁹, o desenho mais importante é o ontológico:

Ao criar artefatos, equipes, edifícios e estruturas organizacionais, se tenta especificar por adiantado de que forma e onde irão aparecer rupturas nas nossas práticas cotidianas assim como nas ferramentas que utilizamos, abrindo novos espaços para trabalhar e agir. O desenho orientado ontologicamente é necessário, tanto reflexivo como político, olhando para trás às tradições que nos têm formado e olhando também para frente, às transformações pendentes de criação das nossas vidas conjuntas. [...] A transformação com a qual estamos preocupados não é de tipo técnico, senão uma evolução continuada de como entendemos o nosso mundo, nós mesmos (sobre como continuamos sendo os seres que somos). (WINOGRAD; FLORES, 1989, p. 217, tradução nossa)⁷⁰.

De forma complementar, Willis (2007) analisa como os desenhos vêm da prática do desenho dos próprios desenhistas, que seria o fazer mundo (mundificação), e como os artefatos que emergem deste processo (de desenho) apresentam-se como novos elementos ao mundo, que alteram o próprio desenhista. De acordo com a autora, a definição de “estar no mundo” de Heidegger compreende estar situado e sempre estar envolvido involuntariamente nas preocupações do mundo na prática. Aqui não se pode falar do determinismo do desenho, que alguns podem confundir. Esta é uma explicação diferente ao que propõe a metafísica, que desenha uma linha separatória entre o humano observante e a coisa observada, e esta última só começa a existir a partir do momento em que é nomeada e categorizada. Willis se refere a um tipo de conhecimento que é alojado no ato performativo e é expressado na reprodução de uma habilidade. A autora ressalta que o que Heidegger prioriza é aquele entendimento que vem de “estar com as coisas e com os outros”, que é antes do ato consciente de interpretação, quando a filosofia tradicional prioriza que a interpretação vem antes do entendimento. Por

⁶⁹ Um aspecto importante levantado por Winograd e Flores (1989) é a influência de Heidegger (1951). Do que humildemente posso entender da obra de Heidegger (1951), que não é nada simples, e pelas leituras de outros textos, é que o ser humano é um ente que, ao existir, estrutura o mundo, tornando possíveis as manifestações do seu próprio ser, “o poder ser”. A existência seria justamente o “poder ser”, já que, sempre que lançado em uma situação (ser-aí), vai compreendendo a si próprio quando descobre o que “pode ser” junto com as coisas que estão ao seu redor. A existência seria justamente o “poder ser”, projeto, transcendência em relação ao mundo: estar-no-mundo, portanto, significa, originariamente, fazer do mundo o projeto das ações e dos comportamentos possíveis do ser humano (HEIDEGGER; 1951; STEIN, 1966). Para Winograd e Flores (1989), a separação sujeito e objeto aparece unicamente em uma situação de *breaking down*, de interrupção, e esse rompimento representa uma ruptura no mundo. Winograd e Flores (1989) fazem referência a esta interrupção como um *breaking down* ou indisponibilidade do uso imediato, que também provém do raciocínio de Heidegger, e enfatizam que carece de sentido falar da existência de coisas sem a prática que está por trás, e é por isso que, nessa “interrupção” da prática, haveria uma oportunidade para poder pensar a sério o desenho, ou seja, reconhecer que aquele desenho que colocamos no mundo vai, em contrapartida, alterar-nos como coletivos.

⁷⁰ Do original em Espanhol.

isso, o mundo não pode ser imediatamente traduzido a um “planeta terra” ou, como diria Blaser (2013a), um “mundo lá fora”, porque as entidades emergem dessas interações.

As “interrupções” aqui não devem ser desprestigiadas quando nos referimos a conflitos mineiros e, inclusive, para tratar de mudanças na história oral. A pesquisa de Cruikshank (2005) no território Yukon no Canadá explica como as histórias orais se dinamizam juntamente com os processos de mudança da natureza, como o derretimento dos glaciares, que seria uma forma interessante de trabalhar o tema das mudanças climáticas. Assim, no caso da mineração no Peru, abordar o conflito em torno dos desenhos parece também ir nesse sentido, porque interfere justamente no topo das montanhas. Ao mesmo tempo, tal como colocado por Winograd e Flores (1989), os desenhos também moldam o espaço que é ocupado pelas pessoas, pelos nossos movimentos. Como me diziam em Hualgayoc, antes podíamos ir caminhando à cidade de Hualgayoc, hoje, temos que fazer uma volta, somente chegando de transporte.

4.4 A OTREDAD VIGENTE

“*Nueva crónica y buen gobierno*”, do cronista indígena do *Virreynato* (administração da coroa) do Peru, Felipe Guamán Poma de Ayala, contém 398 desenhos a tinta e 1.188 folhas que foram enviadas ao Rei de Espanha, Felipe III, entre 1612 e 1615. Este documento se extraviou e hoje está localizado na Biblioteca Geral de Copenhagen. Segundo Rivera Cusicanqui (2010), quem tem destinado anos de estudo à obra do cronista, ela contém termos da fala oral quéchua, canções e *jayllis* (poesias) em aymara e expõe a noção do “mundo ao contrário”, no qual o autor, como testemunha, analisa a questão colonial. Entre os desenhos, a autora destaca alguns. Gostaria de sinalizar um em especial para este trabalho de tese no qual aparece o conquistador Candia em um encontro com o Inca, e este último lhe pergunta: “este ouro comes? – Sim, este ouro comemos”. Sob a leitura de Rivera Cusicanqui (2010), quando a “centralidade” do alimento dos coletivos indígenas do mundo andino se vê ameaçada é que se revela o cataclismo da colonização, porque “comer ouro” implica uma ruptura com a “ordem das coisas” no mundo andino.

E essa é a forma de o índio (se referindo ao desenho) dar a entender porque (o espanhol) não somente quer ouro em fevereiro, mas também em março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro [...] todos os dias quer ouro. Além disso, o ouro é tudo o que quer, e quer tudo, mas quer tudo sem ordem de calendário, sem ciclo, sem noção de regulação da relação do cosmos a partir das coisas. Este ser não é

humano, mas também não é animal [...] é quando este ser é totalmente mau. (RIVERA CUSICANQUI, 2014, tradução nossa)⁷¹.

“O ouro é tudo o que quer e quer tudo o ouro”. É interessante como a autora examina Guamán Poma, o “comer ouro”, como a diferença radical do outro que, passados 500 anos de colonização e 70 de desenvolvimento, continua sendo refletido na região estudada, Cajamarca. Taussig (2010) já tinha alertado a não reduzir os depoimentos sobre a aparição do Diabo, *Tio* ou, no caso, o *Muqui*, e entendê-los como uma reflexão das próprias pessoas sobre o modo “destrutivo” de ordenar a vida econômica.

Esse modo destrutivo, ou mundo ao contrário, não está ausente da pesquisa de Albert (1995) sobre como Davi, um líder yanomami, alega que “proteger a floresta” ou demarcar a terra não implica garantir o território indígena, senão protegê-lo da destruição da “ordem” do seu mundo onde existem intercâmbios cosmológicos que constituem sua existência enquanto “seres humanos”.

O estudo de Albert (1995) é inspirador porque o seu trabalho etnográfico com os yanomami expõe como a criatividade política de Davi é articulada para defender a ordem cosmológica dos fenômenos que, para nós (ocidentais), são denominados de ecológicos e meteorológicos. “Antes”, como Davi relata a Albert (1995), os espíritos da floresta cuidavam dos yanomami, hoje, com os garimpeiros extraindo o ouro que deveria permanecer embaixo da terra, o contexto é outro porque estão próximos à queda do céu, que seria o fim do mundo. Para Davi, o ouro é visto como uma coisa escondida no interior da terra, e que deve permanecer lá, abaixo da água dos rios, qualificando-o como um “anti-alimento”, algo que não se come. Tal menção está relacionada com uma referência mitológica sobre Omamë, o demiurgo yanomami. Omamë escondeu os metais embaixo da terra a fim de proteger os humanos das doenças que estas produziam na terra. O ouro deve estar abaixo.

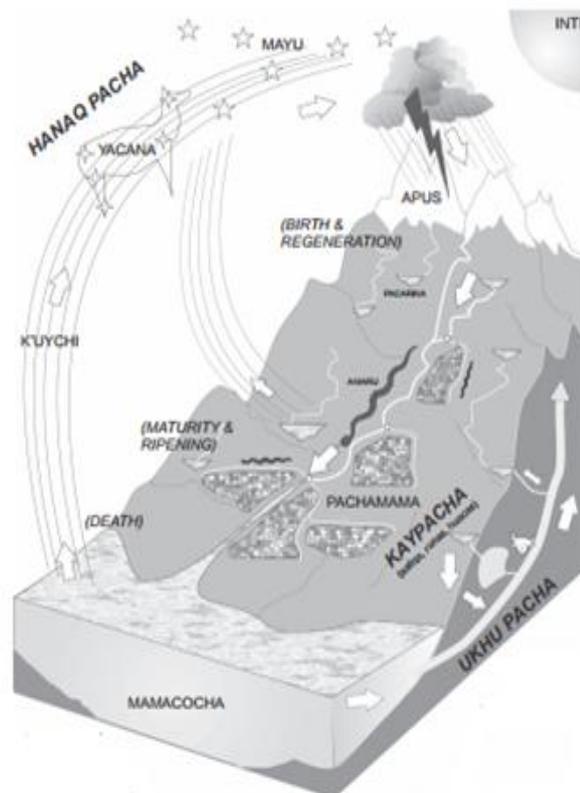
Existem diversos estudos (SHERBONDY, 1998; ZUIDEMA, 1967; ALLEN, 2008) sobre povos da região sul do Peru, principalmente na região de Cusco, que descrevem o fluir das águas como a relação mais importante do mundo andino. O estudo de Sherbondy (1998), em particular, descreve a água que circula abaixo dos rios como as “veias” de Pachamama (mãe Terra) e dos Apus⁷², e, quando esta água está por cima da terra, na forma de rios e

⁷¹ Do original em Espanhol.

⁷² O estudo de Allen (2008) explica que, na região de Cusco, os picos nevados mais altos e que podem ser vistos de longe são os denominados Apus, um título de respeito e de senhor. Cada aspecto da topografia que possui uma característica suficientemente distintiva dá direito a um nome que o identifica. Esse olhar também é compartilhado pelas pessoas de Cajamarca que dependem das lagoas da região de Conga, cada lagoa tem uma característica especial, como a Mamacocha, que tem um crocodilo que a protege.

canais, é associada ao sêmen que fertiliza por onde corre. Com relação à água da chuva, segundo a mesma autora, esta vem do céu e é descrita como lágrimas que vêm de Deus, e as populações águas abaixo provocam que ele chore para que a chuva ocorra. Boelens (2014) também realizou sua etnografia na região de Cusco e enfatiza que estas metáforas do sêmen, lágrimas e sangue de Sherbondy explicam particularmente a vitalidade (o dar vida) da água. O autor explica que as rotas ou caminhos das águas simbolizam as rotas da vida. Para poder explicar tais rotas, tomo emprestado o desenho do próprio autor que é exposto na Figura abaixo.

Figura 19: O fluir das águas de acordo com o estudo de Boelens (2014)



Fonte: Boelens (2014, p. 9).

De acordo com o desenho de Boelens (2014), a estrutura espacial do cosmos é dividida entre Kay Pacha (este mundo), Hanaq Pacha (o mundo de cima) e Ukhu Pacha (o mundo de baixo). O oceano (o mar cósmico) flui pelas veias da terra e aparece na terra na forma de lagoas, *pukios* (mananciais) e cavernas por onde a água brota. A origem dos tempos e da vida está nessas lagoas, *pukios*, cavernas (pacarina) no alto das montanhas, onde os Apus estão, um lugar de nascimento e regeneração. Os Apus controlam a água congelando-a nos picos das montanhas, os *nevados*, e os desgelam quando eles decidem que é tempo de fazê-lo.

A água dos rios, dos canais, e as águas que aparecem em formas de serpentinas são guiadas pela deidade *Amaru*, que chega até as terras de Pachamama e as fertiliza. Antes da irrigação, certos ritos são performatizados como “pagos” à Pachamama e ao *Apu* para que o processo de cultivo seja positivo. A partir daí, o cultivo floresce e amadurece. Para o período em que ocorre a colheita, a água já deve ter partido subterraneamente para o deserto, a caminho do mar, e outra parte vai para o mundo de baixo. Após sua longa travessia pelo mundo de baixo, a água volta ao nosso mundo, e circula ao céu, pelo arco-íris e um rio celestial. Uma *llama* (lhama) guia esta água, pelo arco-íris (*kuychi*) como a serpente nos rios até o céu. As lágrimas das lhamas e as nuvens levam a água de volta para a terra e “alimentam” as fontes de vida, lagoas, *pukios* e cavernas próximos que estão sob responsabilidade dos *Apus*. Desse ponto, a água renasce e é enviada pelos *Apus*, no momento respectivo, para “alimentar” abaixo. Se Guamán Poma de Ayala se referia a “comer ouro”, como “comer somente ouro e todo o ouro”, pode-se ver no Peru que, a partir de 1990, com o desenvolvimento, houve uma agressiva expansão de jazidas a céu aberto, que usurparam os protocolos de onde nasce a chuva. É o que Blaser (2013a; 2013b) refere a respeito de como certos *worldings* podem interferir em outros no qual a alimentação continua sendo a centralidade do mundo, tal qual apontado por Davi.

4.5 COMO ENTENDER OS CONFLITOS

Sobre o tema de contestações, Rancière (1996) realiza uma análise das contradições dos Estados democráticos e expõe uma tese do ato “político”. Esta tese se relaciona a pessoas isentas de poder ou sem ter título de poder para, por exemplo, contar a sua experiência. Para o autor (também em RANCIERE, 2004), a democracia não é um regime em que todos participam, na qual participaria inclusive o cidadão pobre. O que ele chama de “poder dos pobres” pode ser relevante na democracia, mas o que importa nesta é o poder dos que não têm qualificação alguma para exercê-lo e, no entanto, reivindicam esse poder. Por esta razão, Rancière denominará esta pessoa de sujeito político.

A vasta obra de Rancière tem diferentes momentos e pode-se afirmar que se vincula à sua experiência na França ao se questionar como uma “sociedade autorregulada” se correlaciona com o apogeu da xenofobia. Sobre este tema, enquanto os Estados ditos democráticos criam uma série de técnicas para evitar o que seria um desacordo político, para o autor, o que emerge é um ódio profundo ao outro. Este processo de evitar ou ignorar desacordos é conhecido pelo nome de “consenso”, como já é mencionado por Mouffe (2011),

em sua leitura de Carl Schmitt. Para o autor francês, o consenso é mais que transformar os conflitos em negociações, ou seja, a tentativa de “incluir” o outro como parceiro, porém este outro enquanto despojado do ato político. O consenso é uma forma de colocar vários mundos em um único mundo. Em Rancière (2010, p.69), lê-se que “um desacordo não é um conflito de interesses, opiniões ou valores; é uma divisão inserida no senso comum: uma disputa sobre o que é dado e sobre o enquadramento segundo o qual vemos algo que é dado”. Para o autor, a dimensão que ele denomina de “o político” (*the political*) – que é diferente da política (*politics*) e das políticas públicas (*policies*) – emerge quando as pessoas às quais são negados os direitos reivindicam-nos de qualquer forma. Isto é, a verdadeira democracia emerge quando aqueles que não foram incluídos no mundo político, ou tendo uma função política, aparecem em reivindicações. Este agir político receberá uma resposta da atual ordem que é a polícia, o policiamento ou mesmo o disciplinamento. Nas palavras de Rancière (1996, p. 42),

A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. Mas, para definir isso, é preciso antes definir a configuração do sensível na qual se inscrevem umas e outras. A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. [...] Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira [...]. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso onde ali só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (RANCIÈRE, 1996, p. 42, tradução nossa)⁷³.

Na análise de De la Cadena (2010), o conceito de desacordo de Rancière é importante para entender as mobilizações na América Latina e chama a atenção quando são os “seres da terra” que irrompem do (e desestabilizam o) lugar que lhe foi imposto há 500 anos pela colonialidade, e como muita maior agressividade nos últimos 50 anos com as políticas e programas de desenvolvimento. Neste processo de irrupção, o que havia se tornado mero recurso natural (montanhas, águas, campos, etc.) passa a reivindicar, através de movimentos sociais, espaço no cenário como seres com vida ou que permitem a vida das comunidades. No entanto, diante desses desacordos expostos por Rancière, o Estado responde com força policial e, como bem mostrou Benjamim na tese 8 sobre o conceito de história (BENJAMIM, 1985), o estado de exceção é a regra. Isso é empiricamente demonstrado na Introdução desta

⁷³ Do original em Espanhol.

tese com o balanço a respeito do número de mortos e feridos em mobilizações contra projetos que afetam a vida dos coletivos. Em Benjamin,

a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que a nossa tarefa é originar um verdadeiro “estado de exceção”. (BENJAMIM, 1985, p. 226).

O uso da violência pelo Estado, que é legitimado para cumprir os objetivos de ordem e segurança, é uma forma de recuperar a ordem das coisas em que os seres das terras voltam a ser mero recurso a ser explorado, principalmente no caso de conflitos mineiros. O estado de exceção reforça e constrói o mito hegemônico, a história que se deseja manter linear, “Peru: país mineiro”. Nesse sentido, o desacordo é uma disputa sobre, como diria Marisol de la Cadena, “o suposto comum”. No capítulo seguinte, o “desacordo” aparece quando a empresa de mineração Yanacocha propõe um desenho de reservatórios na parte altas das montanhas que sacrificaria importantes lagoas, alegando que os reservatórios poderiam coletar uma maior quantidade de água a ser distribuída para os *caseríos* que estão águas abaixo. No entanto, como se verá mais adiante, este desenho corrompe as relações do “alimentar”.

5 RELAÇÕES DO ALIMENTAR E RELAÇÕES QUE ALIMENTAM: EL TAMBO E A LAGOA MAMACOCHA

Sin agua no hay maíz, sin agua no hay maíz
 No hay chicha ni carnaval
 Así dicen los tambeños, Así dicen los tambeños
 Si no luchan morirán
 Sin agua no hay maíz, sin agua no hay maíz
 No hay chicha ni carnaval
 Vamos niños y ancianos
 Y toda la juventud
 A luchar todos unidos
 En bien de nuestro Perú
 Nuestra lucha de mujeres
 Está bien organizada
 Cuidando nuestras lagunas
 Dejamos todos los hijos
 Es la única salida
 (Canção concedida pela *rondera* Blanca).

Em novembro de 2013, fui apresentada à lagoa Mamacocha (distrito de Bambamarca) pelos Guardiões das Lagoas do *centro poblado* El Tambo, na região de Conga. Era a vez do *caserío* Chanchiloma de subir até o alto para cuidar de Mamacocha e das outras lagoas que estão junto a ela, a Seca, a Negra e a Mamacocha pequena. Este era justamente o *caserío* de Ramón, o primeiro Guardião que conheci no início da pesquisa de campo. Naquele dia, ele iria subir para cuidar da lagoa Mamacocha e permanecer oito dias junto com outros *ronderos* no acampamento. Encontramo-nos no *caserío* El Tambo para alugar a camionete. Na mesma camionete, voltaria com os outros *ronderos* que permaneceram na *jalca* na semana anterior e que estavam ansiosos para rever suas famílias após uma semana de vigília. Era uma viagem de três horas de subida desde El Tambo, em estrada de chão, de onde se podiam ver outros *caseríos*.

Alguns levavam um rádio no pescoço, pendurado, para se manterem informados. O rádio é um meio de comunicação importante no norte andino. No fatídico dia em que o exército entrou na cidade de Celendín e Bambamarca, por rádio, os *tambeños* souberam da morte do jovem Joselito, na cidade de Bambamarca, pela Dinos (Direção de Operações Especiais da Polícia Nacional), quando a população de Bambamarca se rebelou contra o estado de emergência imposto pelo presidente Ollanta Humala no ano de 2012. Enquanto a polícia tomava posse da cidade de Cajamarca, os *campesinos* de El Tambo interceptaram um reforço policial que chegava de helicóptero, eles foram capturados para que não entrassem na

cidade, e, de pés descalços, fizeram com que andassem em fila, em posição de rã, e gritassem “*Conga no va*” (frase de repúdio ao projeto de mineração).

Porém, através do rádio também se confortam. O sogro da *rondera* Mariela, uma das principais protagonistas deste capítulo, canta na estação de rádio do *caserío*, e sua voz é escutada nas *jalcas* para animar os Guardiões na sua importante tarefa de velar Mamacocha. Reciprocamente, os Guardiões sempre têm que informar o observado via inspeção ocular: alguma mudança na paisagem, os *trailers* saindo por perto da lagoa El Perol (Celendín) e passando pela Mamacocha (Hualgayoc), presença de policiamento, maquinaria, o comportamento dos vizinhos, entre outros. Por outro lado, eles também eram vigiados pelos próprios vizinhos, pela polícia, e, por isso, havia tanto cuidado em fornecer permissão para os estudantes que queriam estudar estas problemáticas. “Podem ser infiltrados”, os *ronderos* sempre faziam questão de mencionar. Foram as lagoas da região do Conga com nomes El Perol, Azul, Mala e Chica que, entre 2010 e 2012, ocuparam a atenção principal dos meios de comunicação. A lagoa Mamacocha não está entre as que seriam diretamente alvo de intervenção pela empresa, no entanto, os *ronderos* e *ronderas* do *centro poblado* El Tambo alegam que Mamacocha secaria caso as outras lagoas sofram intervenção.

Figura 20: Reunião emblemática na lagoa El Perol, em 2012, quando chegaram os mediadores ao lugar dos fatos



Fonte: Servindi (2012).

Essa dimensão da complexidade das lagoas na região de Cajamarca é marcante. Elas expõem uma sensibilidade, tal como antes mencionado, no sentido de que, quando se altera um elemento da paisagem, outros vários também sofrerão alterações. São relações particulares que as pessoas travam com as lagoas. Cabe aqui mencionar o estudo de Cruikshank (2013), em que ela chama a atenção para o fato de que as Primeiras Nações de Yukon (Canadá) têm a preocupação com o que as pessoas (turistas, aventureiros, cientistas) comem e falam quando escalam os glaciares, porque estes são sensíveis a certos comportamentos e podem responder, provocando avalanches catastróficas. O interessante, e com relação com este estudo, é que a autora faz questão de mencionar os “povos andinos” para sustentar seu argumento, citando a maneira como estes se preocupavam com a sensibilidade das montanhas quando existe alguma suspeita de intervenção em seu topo, tal como a pesquisa de De la Cadena (2008, 2010; 2015) sobre as montanhas do sul do Peru.

O projeto de mineração Conga está suspenso desde novembro de 2011, mas os *ronderos* não acreditam que a empresa tenha parado por completo. Mesmo após o anúncio da suspensão, um dos reservatórios propostos pelo projeto Conga, que é parte do pacote de compensações pela intervenção em quatro lagoas, o reservatório Chailguagón, foi inaugurado em junho de 2013 com um investimento de 18,3 milhões de dólares (LA MINERA Yanacocha se prepara a inaugurar el reservorio Chailhuagón, 2013). O reservatório armazenaria 2,6 milhões de metros cúbicos de água para as comunidades do entorno, 1,4 milhões a mais que a capacidade da lagoa de mesmo nome. “É como se amputassem uma perna de alguém e colocassem uma artificial no lugar”, refutava Ramón, assim como outros *ronderos* e *ronderas*, pois acreditam que o reservatório não é o mesmo que as lagoas. “Você acha que seria a mesma coisa?”, perguntavam-me insistentemente os *ronderos*, e eu, naquele primeiro momento, não entendia. Tudo o que é observado pelos Guardiões na região de Conga é repassado por celular de um ponto onde haja sinal (nem sempre há sinal nas alturas), e os *campesinos* e *campesinas* de El Tambo escutam tais informações no programa de rádio à noite. O programa, conduzido por alguns professores da escola, começava com as palavras que o presidente Ollanta Humala pronunciou no dia 2 de maio de 2011. Na praça central da cidade de Bambamarca, com microfone na mão e vestindo *poncho*, Ollanta Humala, candidato à presidência, de cima do palco, pergunta: “o que é mais importante: a água ou o ouro? Vocês não bebem ouro, não comem ouro! [...] É da água que provém a riqueza. Não, Minas Conga não passará!” (BEDNICK, 2014). “Bem assim falou para nós”, dizia-me a *rondera* Mariela quando escutávamos juntas a rádio em sua cozinha, junto com seus dois gatos, aos quais ela tinha batizado de Ollanta e Nadine (sendo o último o nome da primeira

dama). Em novembro de 2011, Ollanta Humala, já presidente, retifica: “O projeto Conga é um projeto importante para o Peru, porque vai permitir que o país realize a grande transformação. [...] Rejeitamos posições extremas: água ou ouro. Nós planejamos uma posição sensata: a água e o ouro” (OLLANTA Humala sobre Conga: Queremos el agua y el oro, 2011).

A “traição” do Presidente Ollanta, ao não inviabilizar o projeto Conga quando assumiu o Governo, foi constantemente repetida pelos *ronderos* e *ronderas* do *centro poblado* El Tambo. A “traição” também era enfatizada pelos meus informantes ao falar sobre a organização das Mesas de Diálogo, em 2011, presididas pelos dois primeiros Ministros, que terminaram posteriormente na militarização de algumas províncias de Cajamarca. Pensei por muito tempo na “traição”, no que ela implica, enquanto lia as histórias orais onde as traições apareciam e se configuravam realidades diferentes⁷⁴. A esse respeito, queria retomar uns trechos do texto de Cavalcanti-Chiel (2007), que tinha chamado a atenção, a partir do seu estudo nas comunidades quéchua na Bolívia, para o fato de que a ordem cósmica depende de contínuos pactos entre os elementos do cosmos para que as forças de um e de outro sejam positivas, ou seja, proveitosas, assim como pode haver também uma potência predadora nesse pacto, a qual não seria necessariamente desejada.

Seguindo essa lógica, pode-se pensar na “traição” como um protocolo não desejado que pode levar a uma infelicidade, tomando emprestado o termo de Cavalcanti Schiel. Guamán Poma de Ayala (2011) já havia relatado sobre “o mundo ao contrário” (Capítulo 4 desta tese) a partir da sua experiência vivida da colonização que passa por cima de protocolos importantes com a terra, as pessoas e os deuses e que pulveriza a “centralidade da alimentação”. Nesse sentido, é importante considerar que essas “traições”, aquela de Pizarro a Atahualpa e de Ollanta ao povo Cajamarquino, podem se articular da forma como Rivera Cusicanqui (1984) explica: articulações de memórias “longas” e “curtas”. Essa reflexão faz sentido sobre o medo de potenciais contextos infelizes (ou talvez predadores?) caso o ouro seja retirado de seu lugar apropriado.

Naquele dia, na primeira subida à região de Conga, um dos *ronderos* me explicava que o ouro e a água “estão sempre juntos”:

As lagoas mantêm El Tambo. Pelos *puquios*⁷⁵ e canais. Quem vai carregar a água? Nós secaremos como peixes porque a água e o ouro são um só. Toca-se o ouro, a água desaparece. Onde não tem água, não tem ouro, onde há água, há ouro. Retiram o ouro, seca a água. O ouro está nas lagoas detidas, é onde está o ouro. A água

⁷⁴ Algumas histórias orais sobre águas foram recompiladas pelo *Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento* (2007).

⁷⁵ Olhos de água, nascentes.

dentro dos reservatórios detidos (a proposta da empresa Yanacocha) não circula a água. (Depoimento de Guardiã de Chompiloma, no ano 2013⁷⁶).

Nos estudos sobre “conflitos mineiros” que eu estava analisando até antes de realizar a pesquisa etnográfica de campo (LI, 2015; DE ECHAVE *et al.* 2009a; DE ECHAVE *et al.* 2009b; DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2015), a água aparece como o eixo de disputas entre empresas de mineração e comunidades do entorno. Enquanto a *Defensoría del Pueblo* se refere a grandes volumes de água, De Echave *et al.* (2009) se referem a uma crítica ao extrativismo, trazendo como referência principal a abordagem de Eduardo Gudynas e a noção de pós-extrativismo⁷⁷.

Fazendo justiça aos que antes denunciaram este complexo contexto, as obras do escritor José Maria Arguedas de 1935 e 1964, cujos títulos são respectivamente *Agua e Todas las Sangres*, já relatavam conflitos em torno da “partilha da água”, e, principalmente, no último livro, o autor faz uma relação entre os “efeitos” da exploração de uma mina e da concentração da água. A minha opção foi dialogar um pouco com a pesquisa de Li (2015), antes citada, e como ela analisa um processo semelhante no Peru. Tal como mencionado anteriormente a respeito da sensibilidade das pessoas e de outros entes deste universo, Li estuda o processo pelo qual o *cerro* Quilish se tornou politicamente importante quando a mesma empresa de mineração Yanacocha anunciou a extensão das suas operações, afetando-o. A entrada no “reino” político por parte do *cerro* no trabalho de Li ocorre quando o Quilish aparece desestabilizando o lugar que lhe foi imposto há 500 anos pela colonialidade do poder e da natureza, e com maior agressividade a partir de 1990 com a chegada das transnacionais e com elas a empresa Yanacocha.

Inspirada nesse último trabalho para este capítulo, o que se quer mostrar é que os relatos e os desenhos com a terra tornam visível uma complexa rede de relações entre a *jalca* e as águas sob o solo, em que a lagoa Mamacocha se torna politicamente importante para os projetos de vida dos *campesinos* e *ronderos* de El Tambo.

As histórias orais, as experiências dos *mayores*, foram revistas a partir das experiências com a falta de água, a mudança de sua cor e a experiência da cidade de Cajamarca, onde se instalou a mina Yanacocha. O efeito é a emergência de “Mamacocha estendida”, sinalizada nas manifestações como “obra de Deus”, “água que alimenta”, e

⁷⁶ Do original em Espanhol.

⁷⁷ O pós-extrativismo não propõe proibir a mineração, propõe sair do modelo extrativista. Para a noção de pós-extrativismo, ver Gudynas (2014).

“aquíferos”, a depender de quem fala e se relaciona com ela e, por sua vez, os *campesinos* e *ronderos* como “guardiões das lagoas”.

5.1 O PROJETO DE MINERAÇÃO CONGA

O projeto de mineração Minas Conga⁷⁸ consiste em um projeto de mineração de ouro e cobre a céu aberto na região de Cajamarca (norte do Peru), com previsão de 19 anos de vida útil e cuja produção média anual dos primeiros cinco anos está estimada entre 580 e 680 mil onças de ouro e entre 155 e 235 milhões de libras de cobre. Diariamente, tem prevista uma remoção diária de 184 mil toneladas de material, o que explica o porquê da perfuração de dois tajos (cavas) denominados El Perol e Chailhuagón (KNIGHT PIESOLD, 2010). Este projeto é uma ampliação do projeto de mineração Yanacocha, dado que a maior jazida da América do Sul está ficando sem reservas de ouro (MANRIQUE, 2012)⁷⁹.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) elaborado pela empresa de consultoria ambiental Knight Piesold (2010), cuja matriz se localiza na África do Sul, apresenta que, na região de Conga, existem dois depósitos de minério, denominados El Perol e Chailhuagón. O primeiro contém 344 Mt (megatonelada) de mineral, que se pretendem explorar pelos 19 anos de duração do projeto. O segundo, o depósito Chailhuagón, de 160 Mt de mineral, seria explorado durante o primeiro ano de operações e teria uma duração de 14 anos. O total de ouro a ser extraído, de acordo com o proposto pelo estudo, é de 11,6 milhões de onças, e de cobre, 3,1 bilhões de libras, que seriam extraídas pelo período de vida útil do projeto. A empresa responsável pelo empreendimento, a maior da América Latina neste setor, é a Yanacocha (lagoa negra), consórcio integrado pelas empresas Newmont Mining Corporation, norte-americana, a peruana Buenaventura, e a Corporação Financeira Internacional, organismo dependente do Banco Mundial. Esse projeto, ainda não operacional, está localizado nos distritos de Encañada, Huasmín e Sorochuco, nas províncias de Cajamarca e Celendín, região de Cajamarca. E, no círculo vermelho, está delimitado o que seria o impacto do projeto, citado pelos ambientalistas que estão trabalhando junto ao Governo Regional de

⁷⁸ A palavra “Conga” é uma palavra usada localmente e, de acordo com o que me explicaram, é a parte alta de uma bacia hidrográfica. É como uma cadeia de *cerros* que separam duas bacias, e os camponeses precisam de um caminho para passar de um lado para o outro. No tempo da colônia, pelo que me contaram na pesquisa de campo, as *congas* eram os “limites” das propriedades das fazendas, e os camponeses tinham que pagar um *cupu* para atravessar o caminho.

⁷⁹ Sobre o caso de Yanacocha, existe uma série de trabalhos de investigação que descrevem ao detalhe os seus efeitos na região de Cajamarca (BURY, 2011a; BURY 2011b; ARANA, 2009; 2012; DEZA, 2002) e não é o caso de repetir neste trabalho.

Cajamarca para inviabilizar o projeto. De acordo com o mostrado abaixo, o projeto afetaria três províncias de Cajamarca, no entanto, o que os *ronderos* e *ronderas* advertem é que o percorrer da água não é previsível pelos estudos, porque ela toma outro caminho quando ocorrem intervenções em sua nascente.

Atualmente, o projeto “Conga” está suspenso (ainda não inviabilizado), consequência de uma greve regional, em novembro de 2011, que articulou camponeses, moradores urbanos, comerciantes e ativistas que denunciaram a inviabilidade do projeto. No dia 29 de novembro de 2011, a empresa anunciou a suspensão do projeto mineiro Conga após o sexto dia de greve indefinida na região de Cajamarca, com protesto nas cidades e nas áreas próximas a onde o projeto seria instalado. Elmer Campos⁸⁰, que estava participando das manifestações desde o dia 24 de novembro, foi atingido por duas balas disparadas pela polícia nas proximidades da lagoa Azul, deixando-o paraplégico. Logo após a suspensão do projeto, em poucos dias, o presidente Humala anunciou o estado de emergência por 60 dias em três províncias, Cajamarca, Celendín, Hualgayoc e Contumazá (região de Cajamarca).

Figura 21: Localização do projeto de mineração Conga na região de Cajamarca, norte andino do Peru



Fonte: Torres e Castillo (2012, p. 13).

De acordo com sua mensagem, a medida foi adotada em razão de não terem terminado em acordo as respectivas mesas de diálogo que foram organizadas para resolver os conflitos

⁸⁰ Conheci Elmer Campos no Congresso dos Guardiões das Lagoas de agosto de 2014.

sociais em torno do projeto Conga, nas quais participaram alguns ministros, incluindo o primeiro ministro, a *Defensoría del Pueblo* e representantes da Igreja Católica.

As “mesas de diálogo” tinham começado em outubro de 2011, porém, como relatava uma advogada da ONG Grufides, organização crítica à agressiva expansão mineira na região, estas foram estabelecidas para “negociar” o projeto Conga ou discutir como seria mais bem implementado, dado que sua “inviabilização” estava fora de questão na Mesa. De um olhar crítico, o “diálogo” foi reduzido a uma administração pública que procura “eliminar” o antagonismo entre as partes, como é criticado por Swyngedow (2011)⁸¹, Mouffe (2011) e Rancière (1996), e procurar alternativas de melhorar o projeto. É o que Blaser (2015) alega sobre o Estado, a lei e as corporações que procuram dialogar com as demandas dos coletivos indígenas sempre e quando não venham a ferir os argumentos usuais da “Ciência”. E, é por isso que não é de se surpreender que muitos coletivos indígenas tenham que articular militantes do mundo inteiro para reivindicar as suas demandas quando projetos de grande porte de capital ameaçam os seus projetos de vida.

Por essa razão que os protestos, os bloqueios de estrada e o acampamento próximo às lagoas são formas de “contestar” ou mostrar o “desacordo”, já que participar de uma Mesa de Diálogo e Concertação implica aceitar o desenho do projeto mineiro e incluir “correções” ou “compensações”. O desacordo aqui não é entendido aqui como “disputa de interesses” sobre as lagoas da região de Conga que foram citadas, estudadas e já classificadas dentro do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Ao contrário, ele concerne aos direitos dos *campesinos* e *ronderos* de poder tornar visível uma rede complexa de relações em que as lagoas, e particularmente Mamacochoa, são politicamente importantes e, além disso, desafiar a narrativa dominante que afirma que o Peru é um país unicamente mineiro. Contudo, enquanto ocorriam os protestos nas ruas e nas *jalcas*, os ambientalistas e o Governo Regional trabalharam em torno do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

⁸¹ Em 2014, uma estudante que fazia a sua tese doutoral e eu conversamos juntas com José de Echave, que trabalha na ONG Cooperación. José de Echave foi vice-presidente do Ministério do Meio Ambiente quando ocorreu o conflito Conga e solicitou analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto. Ele comentou conosco que, quando solicitou o EIA do projeto, deu-se conta de que não havia nenhuma cópia do documento dentro do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) e que ninguém tinha sequer solicitado a cópia ao Ministério de Energia e Minas (MINEM) para revisar a versão final. O comentário de De Echave faz sentido sobre o que Lins Ribeiro (2008) define sobre consorciação, como no processo ou encadeamento de diferentes grupos de poder estão presentes os empresários locais, líderes políticos, ONGs, ministérios ou secretarias, profissionais da engenharia, agentes locais consolidando todo um “aparelho institucional” que produz “coisas” em torno do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, vão se integrar os especialistas em avaliação de impactos dos projetos e os ministérios e secretarias envolvidos que amparam a legitimidade científica dos projetos em torno da mineração.

Um dos assessores que trabalhava no Governo Regional de Cajamarca explicou-me que, dado que o EIA foi aprovado, a empresa mineira tinha permissão legítima para operar, e, para poder pará-la, uma forma seria pelos protestos nas ruas e nas lagoas. Mas, de sua posição no interior do Governo Regional, eles tinham sempre que procurar provas que levantassem “dúvidas” em relação ao projeto, como se fosse um caso de investigação criminal, e os esforços estavam sendo canalizados no estudo hidrogeológico do EIA. Este estudo não explicava os impactos em longo prazo detalhadamente, chamando a atenção para que, quando a empresa mineira não estivesse mais operando no país, deixaria um legado para as populações que residem águas abaixo e para o Estado. Embora o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) procure prever tudo o que será afetado de modo a propor um plano de mitigação ou compensação, os *campesinos* manifestam o seu “desacordo” não pelos planos já desenhados, mas pelo fato de que o EIA seja um instrumento legítimo sobre o conhecimento de seu território – não aceitam isto. Contudo, para o assessor do Governo Regional, o EIA continua sendo um documento poderoso que também precisa ser criticado em seu conteúdo. Ambas as frentes deveriam agir articuladamente.

O estudo de caráter crítico elaborado por dois biólogos, Torres e Castillo (2012), sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto Conga, ressalta que cinco bacias hidrográficas estariam em área de risco caso o projeto Conga fosse implementado. As primeiras três bacias seriam as dos rios Chirimayo, Chugurmayo e Jadibamba, que são afluentes do rio Sendamal. A quarta bacia seria da quebrada Toromomacho, afluente do rio Quengorio, e este, por sua vez, do rio Llaucano, e, finalmente, a bacia do rio Chailhuagón, afluente do rio Chonta. Esses três rios, Sendamal, Llaucano e Chonta, são os principais rios da província de Celendín, Bambamarca e Cajamarca, respectivamente, e todos são afluentes do rio Marañon.

O sistema hidrográfico do norte andino do Peru, entendido aqui como um conjunto de bacias⁸² cujos rios principais incorporam suas águas a um coletor comum, é bastante complexo. Nas províncias da região de Cajamarca, San Pablo, San Miguel, Santa Cruz, e na parte ocidental de Chota, existem bacias importantes que vertem suas águas no oceano Pacífico. Ao mesmo tempo, na mesma região, existem numerosas bacias hidrográficas que alimentam o rio Marañon, rio que se encontra posteriormente com o Amazonas, atravessando o Brasil e chegando ao oceano Atlântico (GOBIERNO REGIONAL DE CAJAMARCA,

⁸² Bacia é um espaço hidrográfico de captação de água delimitado das bacias contíguas pela linha divisória de águas, formado por um rio principal que verte suas águas diretamente em alguns dos sistemas hidrográficos com os que a região se relaciona, e um conjunto de afluentes que, em muitos casos, integram bacias menores ou sub-bacias (GOBIERNO REGIONAL DE CAJAMARCA, 2012).

2012). As lagoas El Perol, Mala, Azul e Chica estão localizadas na província de Celendín e são consideradas “cabeças de bacias” que alimentam o rio Marañon. A lagoa Mamacocha está localizada na província de Hualgayoc e também alimenta o mesmo rio por meio do rio Pomagón, que se junta com outro rio importante de Bambamarca, o rio Llaucano.

Torres e Castillo (2012), utilizando os próprios dados do EIA (KNIGHT PIESOLD, 2010), destacam 676 mananciais dentro das cinco bacias hidrográficas afetadas, que estão distribuídas por níveis de altitude. De acordo com esses dados, 59% do número total de mananciais se encontram entre os 4.000 e 3.500 metros acima do nível do mar, enquanto que 20% estão entre os 3.500 e 3.000 metros de altura e 21% estão entre 3.000 e 2.500.

Tabela 1: Distribuição de mananciais por altitude

Metros de altitude	Número de mananciais
4.000-3.500	398
3.500-3.000	133
3.000-2.500	145

Fonte: Torres e Castillo (2012, p. 14).

Tabela 2: Bacias hidrográficas, mananciais e localização das lagoas em risco

Bacias	Número de mananciais	%	Lagoas que estão no centro do conflito
Chauilguagón	58	8%	Chauilguagón, Mala
Toromacho	79	12%	Mamacocha, Seca, Negra, Mamacocha
Jadibamba	134	20%	Chica
Chugurmayo	74	11%	Azul, Chica.
Chirimayo	337	49%	Cortada
			El Perol, Chica

Fonte: Torres e Castillo, 2012, p. 14.

Torres e Castillo (2012) enfatizam que esse dado é relevante para argumentar que existe um “perfil” de circulação de água que ocorre nas partes mais altas das montanhas, a mais de 3.500 metros de altura, e que o Projeto usurparia. Ao mesmo tempo, os autores sinalizam a diferença do número de mananciais entre as bacias hidrográficas, pois 49% destas estão localizadas na bacia de Chirimayo, onde está a emblemática lagoa El Perol e onde está planejado um dos dois *tajos* do Projeto.

O reconhecimento desta significativa quantidade de mananciais em diferentes alturas e a distribuição desigual entre as bacias mostram o complexo sistema de fluxos de água subterrânea que conformam essas *jalcas* e que os ambientalistas denominam de “aquífero”⁸³. Para estes autores, é uma região de *humidales*, ou seja, áreas inundadas permanentemente ou intermitentemente por águas superficiais e subterrâneas. Esses lugares reduzem o efeito das inundações, controlam a erosão do solo e se recarregam com as chuvas. Dessa forma, Torres e Castillo (2012) alegam que a “disponibilidade” de água para viver e produzir não depende do volume de água das lagoas, mas do sistema de captação, recepção e filtração do ecossistema *jalca*, que ativa o “aquífero” e sua rede subterrânea de condutos que brotam nos mananciais.

Contudo, cabe ressaltar um detalhe do estudo. Os ambientalistas na região de Cajamarca, com base nos estudos de Torres e Castillo, entre outros (por exemplo, o estudo do hidrólogo Moran), insistiam em “designar” uma nova “competência” às *jalcas* cajamarquinas com o propósito de protegê-las, como bem me explicava uma ambientalista de Celendín: “as *jalcas* estão aí para reservar a água”. Veja-se bem que as águas continuam sendo um ente “lá fora”, objetificado, tal como discutido por Blaser (2013b). No entanto, diante da pressão pelos fatos de que o EIA já estava aprovado e de que a empresa tinha permissão legal para operar, aplicar outras “competências” e qualidades específicas parecia ser um caminho para a resistência. A região de Conga pode ser um depósito de mineral, tinha esse potencial sustentado por estudos geológicos, *mas “não somente”* isso, é também uma reserva de água crítica de onde nascem importantes rios que vão para o oceano Atlântico.

Certamente, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (KNIGHT PIESOLD, 2010) propõe outros planos para estas bacias hidrográficas. O documento especifica que a infraestrutura principal do projeto compreende uma cava que chegaria, até o final das operações do projeto, a um corte de forma elíptica de 1.950 metros de largura, com profundidade máxima de 3.432 metros. Essa seria a cava denominada *tajo* (aberto) El Perol, onde está localizada a lagoa com o mesmo nome e as nascentes das quebradas Chugurmayo e Chirimayo.

Ao mesmo tempo, o projeto inclui outra cava de nome Chailhuagón, que terá 1.800 metros de largura e uma profundidade de 3.588 metros até a etapa final do projeto. Chailhuagón corresponde ao nome da lagoa que está nas proximidades, mas que não seria sacrificada pela construção da cava de mesmo nome. Entretanto, serão sacrificadas a lagoa

⁸³ O aquífero não aparece somente a partir do conflito Conga, pois o estudo de Li (2015) já mostra como o *cerro* Quilish, também com projeto suspenso, tornou-se visível como “aquífero” e como “apu” (montanha sagrada), que é resultado de colaborações entre os ambientalistas conectados com a Igreja Católica, sobretudo da Teologia da Libertação, e os camponeses.

Mala e as nascentes do rio Chailhuagón. A empresa já construiu um reservatório junto ao rio Chailhuagón com a intenção de aumentar seu volume junto com a água proveniente da lagoa Mala, que também será deslocada para o dito reservatório.

Figura 22: Visita à lagoa El Perol onde está planejada a instalação de umas dos *tajos* do Projeto



Fonte: Acervo da autora (2014).

Certa vez, quis visitar Máxima Chaupe, cuja casa está em frente à lagoa Azul, e a própria Máxima advertiu-me de não tentar tirar alguma foto do reservatório de dentro da *van*, no caminho para sua casa, porque eu podia correr o risco de ser detida. Ela teve razão, em pleno caminho a Santa Rosa, passando pelo reservatório, um segurança da mina revistou todos os ocupantes da *van* antes de permitir que ela continuasse seu caminho. Semanas antes, esse mesmo segurança havia detido estudantes pelo simples fato de visitar Máxima Chaupe; mas eu segui suas instruções para não chamar a atenção.

Com relação às unidades de desmonte, que é a área especial acondicionada para o depósito do material extraído da cava e que não tem valor comercial, embora tenham que ser monitoradas por conter restos de mineral, estas estariam localizadas próximas às cavas. O depósito de desmonte chamado El Perol, com uma capacidade de 480 milhões de toneladas, ocuparia 289 hectares e se localizaria sobre a lagoa Chica e Azul; enquanto o depósito de desmontes Chailhuagón ocuparia 160 hectares. Ao mesmo tempo, o projeto inclui um depósito de *relaves* (rejeitos) nas bacias da quebrada Toromacho e do rio Alto Jadibamba,

onde se encontra a lagoa Azul. Portanto, essa lagoa também estaria sujeita aos mesmos impactos que El Perol e as lagoas Mala e Chica.

Para elucidar, o *footprint* (pegada) do projeto, de acordo com o EIA (KNIGHT PIESOLD, 2010), é de 2000 hectares com limites fechados, provocando também disputas internas nas fronteiras, entre aqueles que esperam uma oportunidade de trabalho por ser uma área de influência direta (AID) ou por querer ser parte do AID, e pessoas que realmente visualizam que esses 2.000 hectares não são fechados, uma vez que os efeitos fluirão afetando muito além disso.

Em outros trabalhos sobre o tema, a questão dos limites também aparece. Tsing (1995), em estudo na Indonésia, observou como as áreas de extração emergiam com fronteiras onde o limite do legal e do ilegal se tornava ambivalente. Este parece ser um ponto constante de tensão. No Peru, para a concessão de terras, a empresa de mineração foi adquirindo aos poucos a terra de camponeses que tinham pequenas propriedades nas partes altas. Veja-se também que a Constituição de 1993 do país, durante o Governo de Alberto Fujimori, tinha facilitado a compra, sem contar com o marco legal poderoso favorecendo a mineração, já citado no início deste trabalho. Além de terem vendido as terras, pelo que me relataram vários colaboradores da ONG Grufides, os residentes da área estão na expectativa de poder acessar um posto de trabalho no projeto, parte do projeto de responsabilidade social da empresa (YANACOCHA, 2012). Trabalho, desenvolvimento e mineração aparecem fomentando a divisão entre as pessoas nativas. Brigas, ameaças e até mesmo mortes (LI, 2016) ocorrem nestas fronteiras, e evidentemente não se pode responsabilizar a empresa mineira, uma vez que ela efetivamente não “disparou o gatilho”.

Figura 23: Visita à Máxima Chaupe, em frente à lagoa Azul



Fonte: Acervo da autora (2014).

A construção da jazida requeria drenar as quatro lagoas mencionadas para a viabilidade da implantação da infraestrutura. A compensação proposta pela empresa de mineração seria a construção de três reservatórios de uso exclusivo para os camponeses, que supostamente chegariam a coletar 3,2 milhões de metros cúbicos de água, ou seja, mais que o dobro do que atualmente acumulam as lagoas naturais (1,4 milhão de metros cúbicos) que seriam afetadas pela instalação de toda a infraestrutura da jazida. Um quarto do reservatório seria para uso da própria empresa e posteriormente seria cedido às comunidades ao final da vida útil do projeto (KNIGHT PIESOLD, 2010)⁸⁴. De acordo com Francke (2012), seriam utilizados 2.239.920 metros cúbicos de água doce dos reservatórios por ano para o processamento do mineral. Seriam geridas 650 milhões de toneladas de rejeitos, e o depósito de *relaves* seria aproximadamente a metade da cidade de Cajamarca. O uso de água pelas empresas mineiras não era um assunto que parecia ter sido pensado no início de 1990, momento de retomada do crescimento da mineração (moderna) no Peru. Este uso aparece na forma de “efeitos vividos” pelas pessoas que começaram a experimentar modificações das águas e da paisagem. Existe uma série de documentos (tal como DEZA, 2002) que explicam os efeitos, e houve uma produção de conhecimento por parte das comunidades com as ONGs ambientalistas e a Igreja. É por essa razão que os especialistas discutem diretamente o tema das águas como o mais vital. No entanto, no caso Conga especificamente, muitos engenheiros explicavam que os camponeses não sabiam “coletar águas” e que eles iriam aprender com o projeto. A ideia de coletar melhor as águas não parece ter uma conotação ruim e aparece também em diversos projetos de desenvolvimento para ajudar na agricultura camponesa na região. O interessante, neste caso, é como este princípio já em curso em atividades de outras organizações passou a ser utilizado pela empresa de mineração como parte do projeto de compensação.

⁸⁴ No dia 31 de março de 2011, no *caserío* San Nicolás de Chailhuahón, em uma audiência pública, foi realizada a apresentação do EIA do projeto Conga, elaborado pela empresa de consultoria ambiental Knight Piesold. A audiência pública é parte do processo chamado de “*participación ciudadana*” que é um requisito legal para aprovar um Estudo de Impacto Ambiental no Peru pelo próprio Ministério de Energia e Minas. A participação cidadã é um mecanismo pelo qual a população afetada vai a workshops, informa-se sobre o projeto, questiona e propõe observações. No entanto, é um processo que, como analisado por Li (2015), não questiona a viabilidade do projeto, tem apenas a finalidade de melhorá-lo tecnicamente. Segundo o registro de assistentes, estiveram presentes um total de 3.097 pessoas, entre funcionários, autoridades e residentes (ASOCIACIÓN SER, 2010; ORDOÑEZ, 2010). Quando estava na cidade de Celendín, os *ronderos* revelaram-me que a audiência foi realizada em um *caserío* localizado na província de Cajamarca e não em Celendín, onde seria a *footprint* (pegada) do projeto, onde realmente as cavas vão ser construídas. Havia suspeita que estes *caseríos* foram escolhidos estrategicamente porque já havia contato com a mineração, que é o projeto Michiquillay, ainda não operacionalizado, da empresa Anglo American.

5.2 COLETAR ÁGUA

O significado de dispositivo é considerado desde o ponto de vista de Agamben (2009), já que este se refere à produção de múltiplos processos de subjetivação:

[Dispositivo é] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões, os discursos, dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder é um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiram – teve consciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2009, p. 09).

Portanto, Agamben (2009) não ignora as instituições como salientadas por Foucault (2000) na sua definição de “dispositivo”, mas expande a ideia de dispositivo para tudo o que pode capturar as pessoas, que pode ser desde objetos materializados até um conjunto de relações sociais demarcadas por inúmeros outros dispositivos abstratos que criam sujeitos.

Em busca de uma forma que pudesse ilustrar como funciona o dispositivo de poder com relação às práticas no manejo das águas no campo, há um pequeno artigo intitulado “*Agua y bonito*”,⁸⁵ do qual somente vou mostrar o primeiro parágrafo. O texto foi publicado por Aldo Mariategui, articulador e jornalista muito lido em Lima – e conhecido por ser da família de José Carlos Mariategui, clássico autor latino-americano nas Ciências Sociais, de quem se esperava (ingenuamente?) um pensamento crítico:

Como bien señalaba Abraham Levy⁸⁶ el otro día, aquí se prefiere dilapidar⁸⁷ miles de millones de dólares en estupideces superfluas como la “modernización” de la refinería de Talara –algún día Ollanta,⁸⁸ Mayorga⁸⁹ y Campodónico⁹⁰ responderán al país por ese oneroso desaguado,⁹¹ uno por velasquistoide⁹² ignorante, el otro por tecnócrata sabido y el otro por rojo⁹³ irresponsable– en lugar de construir represas para evitar que el agua dulce de nuestros escasos ríos costeros se pierda en el mar. Indigna observar cómo las importantes crecidas actuales del Rímac, Chillón, Lurín o Mala se desperdician así en lugar de almacenarse para agua potable o irrigar. Por eso, el ex premier israelí Shimon Peres sostuvo que lo que más le llamó la atención

⁸⁵ Faz referência ao peixe Bonito, que é explicado nos seguintes parágrafos do texto.

⁸⁶ Colunista do jornal peruano *Peru.21*, colega de Aldo Mariategui.

⁸⁷ Desvio dos recursos públicos.

⁸⁸ Presidente atual do Peru, Ollanta Humala.

⁸⁹ Ministro atual de Energia e Minas.

⁹⁰ Ex-presidente da empresa do Estado Petro Peru, de direito privado.

⁹¹ Fazendo referência a um erro.

⁹² Fazendo referência ao General Velasco Alvarado.

⁹³ Fazendo referência àquele que não está a favor da privatização. Campodónico foi presidente da Petro Peru, empresa nacional de petróleo e a sua proposta era dinamizá-la como empresa nacional.

del Perú era cómo se malgastaba el agua. ¡Y perdemos riquezas por mineralizadas lagunas estériles como las de Conga! (MARIATEGUI, 2015 tradução nossa)⁹⁴.

Esta publicação, embora irônica, não é aqui citada apenas para manifestar uma síndrome binária “modernos *versus* outros”, em que armazenar ou coletar as águas é o razoável, trasladando todos aqueles que defendem as águas “inférteis” para o grupo dos “irracionais” ou para o grupo do *El perro del hortelano* (o cão do horticultor). Esse dualismo é uma forma que assume a preexistência de entidades que não se encontram dependentes de sua relação com outras, mas sim em uma classificação hierárquica com a natureza (dada), que é subordinada a formas de conhecimento de manejo, controle e propriedade: a água deve ser usada.

Como já tinha mencionado, a controvérsia em torno do projeto Conga⁹⁵ tomou fôlego em julho de 2011, quando a empresa de mineração Yanacocha oficialmente anunciou sua proposta de ampliação na construção de uma mina a céu aberto nas cabeceiras de bacias das províncias de Celendín, Cajamarca e Hualgayoc na região de Cajamarca, norte do Peru. O tema do “transvase” dos reservatórios tinha chamado a atenção pública, e as fotos das lagoas, principalmente da El Perol, que iriam ser sacrificadas ganharam notoriedade nos jornais e pela internet.

O Presidente de Responsabilidade Social do projeto Conga começou a dar uma série de entrevistas em programas de televisão explicando que os reservatórios podem captar uma maior quantidade de água durante as temporadas de chuvas (outubro a abril), que pode ser distribuída nos meses de seca (maio a setembro), pois, dadas as mudanças climáticas, estes períodos de seca estão sendo cada vez mais intensos. De acordo com seu depoimento, aquela água “em excesso” que cai na temporada de chuvas deve ser “retida” e “distribuída” e “nunca desperdiçada” e, assim, os reservatórios cumpririam a função de “coletar água” e ser, dessa forma, funcionalmente superiores às lagoas da região de Conga (ALTHAUS, 2011). Nas suas palavras:

Nós temos no projeto quatro lagoas, para ser precisos. Elas estão incorporadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). São quatro lagoas que vão ser transvasadas, as águas têm que ser trasladadas para reservatórios que vão ser construídos pelo Projeto. Evidentemente, é um assunto delicado, que requer muita atenção, estamos dedicando muito esforço para conversar sobre este tema com as comunidades, principalmente, e o produto destas conversas é que caracterizamos a maneira como

⁹⁴ Do original em Espanhol.

⁹⁵ Em 1991, a *Compañía de Exploraciones, Desarrollo e Inversiones Mineras* (CEDIMIN) descobriu as jazidas de ouro Perol e Chailhuagón, localizadas a poucos quilômetros do complexo Yanacocha. Em 2001, a Companhia de Minas Buenaventura adquiriu a CEDIMIN e, assim, o projeto passou a ser administrado pela empresa mineira Yanacocha.

foram desenhados os reservatórios. Estes reservatórios têm algumas características que são importantes de se questionar justamente para responder à pergunta: se os reservatórios realmente são uma alternativa melhor que as lagoas. O que propomos aqui é que estes reservatórios, estando na mesma bacia (hidrográfica), tenham a capacidade de captar água da chuva de pelo menos o dobro de volume. Isso é importante, estamos falando de água de chuva, estamos falando da mesma bacia e que, além disso, mantenha a capacidade de infiltração. Não estamos falando de corpos revestidos, de concreto, estamos falando da mesma bacia, um dique e que a água da chuva seja armazenada. O problema não é a falta água em Cajamarca. Por sorte, não é problema do sul (...). O problema é que não a administramos e na temporada que não chove, a agricultura e a criação de gado, que dependem intensamente a geração dos seus ingressos da água, encontram-se em dificuldade. A construção dos reservatórios vai ser o primeiro. (...) o dique, sua função principal é armazenar água e poder prover água na temporada seca, porque em temporada de chuva, claro, não precisa. As lagoas somente alimentam por *reboce* (quando a água das lagoas alaga), quando está chovendo, que não é o momento mais crítico. O momento mais crítico é quando não chove. [...] nós temos tido um processo intenso de participação de mais de 3000 pessoas, em uma audiência pública de 4.000 pessoas, demorou três anos de consultas, participação e de incorporar as sugestões e a preocupações no Estudo. (ALTHAUS, 2011, tradução nossa)⁹⁶.

Segundo o trecho acima, o reservatório é um desenho interessante que precisa ser analisado sobre as premissas que o validam. Um primeiro aspecto a ser percebido no depoimento do Gerente de Responsabilidade Social é que as lagoas estão sendo “incluídas” no Estudo de Impacto Ambiental, mas, ao mesmo tempo, estão sujeitas a uma domesticação, já que aparecem descritas como águas com pouca funcionalidade. Blaser (2013b) destaca como a domesticação das diferenças é uma forma de reproduzir a colonialidade do poder (QUIJANO, 2007) que aqui é vista como uma classificação das coisas a partir de “faltas ou excessos” e de acordo com os padrões eurocentrados, como é este caso, de produtividade e controle.

Assim, a “inclusão” das lagoas no estudo é importante para domesticá-las e disciplinar suas anomalias: apenas funcionam em tempos de chuva, são mineralizadas, portanto, não aptas para o cultivo, não produzem nada. Para que a correção das lagoas seja ativada, se seguirmos Blaser (2013b), deve-se invocar uma natureza “lá fora”, como já é explicado na Figura 19, ou seja, assumindo que a lagoa é concebida por todos como um “recurso natural”, isto é, medido unicamente por parâmetros de produtividade. Apresentar as lagoas da região de Conga com tais características de inferioridade produtiva, com suas faltas, na assembleia de aprovação do EIA e nos programas de televisão, é justamente discutir já tendo como preexistente a lagoa que é, como coloca Mariategui, “estéril”.

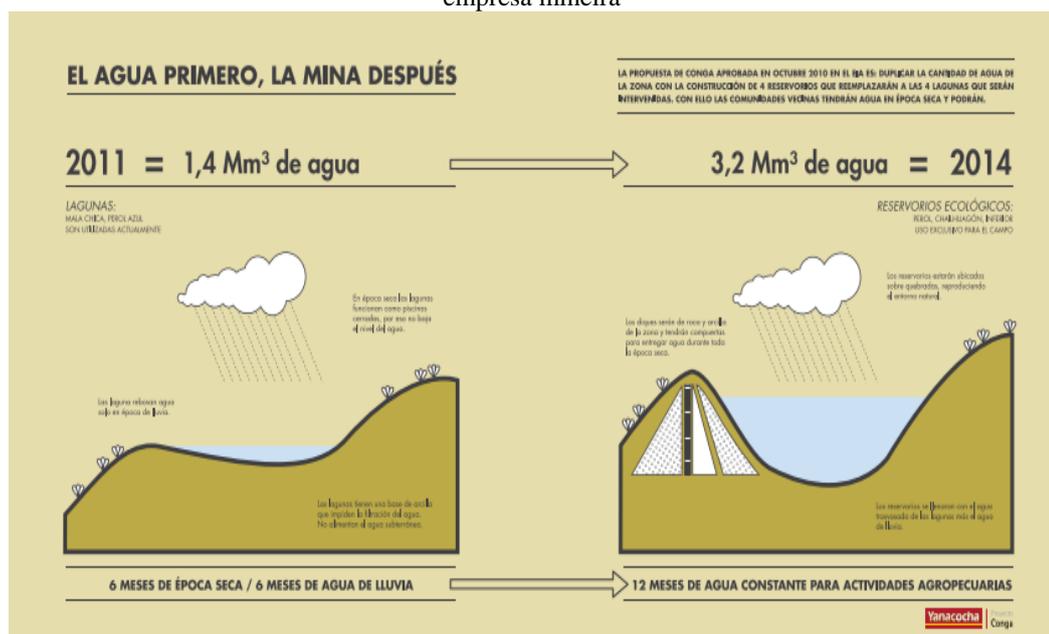
Um segundo aspecto é que o desenho dos reservatórios como compensação pode ser analisado da forma como Ferguson (1994) analisa os projetos de desenvolvimento no

⁹⁶ Do original em Espanhol.

Lesotho. Os projetos emergem pela associação entre a construção de um espaço de problemas (o que falta àquela região) e a construção de soluções intervencionistas. Esta associação consistiria em implementar soluções técnicas a problemas que seriam analisados a partir da ideia do que falta (para ser desenvolvido, moderno) que se traduziria, para este caso, a manejar melhor os “recursos hídricos”. No caso do projeto de mineração Conga, em particular, que chova e que os cajamarquinos não saibam recolher as “águas” é visto como um problema.

A área de captação de água por parte das lagoas também é considerada como limitada ou “não suficiente”, o que impediria mais de uma colheita de batata por ano. Por exemplo, na Figura 24 abaixo, pode-se observar na parte direita como um espaço de captação maior poderia reter a água, sem mostrar maiores diferenças no resto do desenho, como se as demais associações ecológicas ocorressem sem efeitos colaterais.

Figura 24: Comparação da funcionalidade uma lagoa natural (esquerda) com um reservatório desenhado pela empresa mineira



Fonte: Yanacocha (2012, p. 10).

Em Cajamarca, este termo de “colher águas” não é exclusivo do projeto Conga. Um trabalho de Pérez Mundaca (2012) expõe o estudo de algumas comunidades na região de Cajamarca que sofreram intervenção de uma série de organismos não governamentais, tais como Caritas, Páramo Andino e Pnuma, entre meados das décadas 1980 e 1990. Esses projetos consistiam na instalação de tubos a partir dos mananciais de onde os *campesinos* puxavam a água pelo sistema de acéquia (canal artesanal). A premissa do projeto era de que a

água não se “perdesse” pela infiltração da água na mesma acéquia que é desenhada na terra; era melhor, assim, que esta água fosse transladada pelos tubos de cimento, isolando a água da terra e chegando ao seu destino na “abundância” requerida. Seguindo esse estudo de Pérez Mundaca (2012), alguns *caseríos* das partes mais baixas se beneficiaram pela água de tubo para irrigar, no entanto, havia também conflitos porque exigia uma administração da água, na qual cada *caserío* tinha que esperar sua vez, já que havia um único tubo que ligava ao manancial.

Carregar a água do manancial, embora uma atividade penosa, porque o manancial podia estar longe, era algo que podia ser feito em qualquer dia, em grupo. Contudo, pelo sistema de tubos precisava-se de administração, pois a água do manancial estava direcionada para aquele tubo. Esse sistema foi denominado, de acordo com o autor, de “colher águas”. No entanto, o esboço desse sistema viria a impor novas práticas para puxar a água, de forma que esta não seria livre.

A “metáfora da agricultura” que é analisada por Nadasty (2011) cumpre um papel crucial em estruturar qualquer conhecimento e prática à lógica do controle e propriedade, como é a agricultura, justamente porque existem complexas coerências que são imediatamente traduzidas à lógica de manejo da natureza. Se fôssemos olhar para o caso “Conga” em particular, estaríamos falando de *campesinos* que praticam a agricultura e que fazem uso da água para os seus cultivos de batata e milho, ou seja, há um espaço de compatibilidade. Contudo, esse suposto entendimento também obscurece outros aspectos que surgem das práticas do lugar: será que a relação com a água implica necessariamente relações de controle com benefício para todos os coletivos?

Voltando para as premissas sobre as quais se desenham os reservatórios, um engenheiro que trabalhou no projeto de mineração Conga desde 2004 relatava que existem duas variáveis para desenhar os reservatórios: a precipitação (a chuva) e a área de captura, ou seja, a área para onde a água escorreria para ficar retida na represa ou lagoa. Ele afirmava que a chuva ocorreria sempre nos meses de outubro a maio “com ou sem mina”, desse modo, a engenharia se concentrou no desenho da área de captura de água de chuva, para dobrar sua capacidade e controlar o excesso de água para completar o sistema hidrológico, dado que as lagoas “somente alimentam” na temporada de chuvas. Ademais, insistia que a concentração das águas, ou a abundância destas, era o mais importante para os camponeses, o que ocorre justamente na parte baixa, quando se juntam os rios, e não nas cabeceiras de bacias. Desse modo, a engenharia colaboraria na “coleta de águas”, onde os reservatórios propostos seriam localizados, para ter “mais” água abaixo, como mostrado no material informativo da empresa

Yanacocha, como se as pessoas que vivem abaixo, os animais e as plantas não sentissem a diferença das águas.

Apesar de o engenheiro Hugo expressar-se por meio da palavra “alimentar”, para se referir a conexões da água de chuva, da lagoa e do rio, para ele, esse “alimentar” ocorre apenas naquela temporada de abundantes precipitações, e, portanto, a engenharia teria que “intervir” naquilo que é aparentemente um problema: a administração para a época de seca. Ao final da conversa, Hugo mostrou uma foto de uma lagoa denominada postiça, um pequeno reservatório construído por um engenheiro com terras na parte da jalca (altura), onde está proposto outro projeto de mineração denominado Galeno, localizado nos distritos de Sorochuco e La Encañada. Ao mostrar a imagem para mim, Hugo perguntou se eu percebia alguma diferença entre a lagoa denominada postiça e qualquer outra lagoa natural, e eu, como boa urbana, não percebi. Ele continuou: o que nós podemos fazer é criar as condições para que as associações ecológicas ocorram e que, com o tempo, o ciclo hidrológico se reconstitua. Eu não queria deixar de lado esta conversa com o engenheiro Hugo porque ele revela uma premissa que é essencial para entender o conflito. Para Hugo, não existe dúvida de que o desenho e construção de um reservatório com características similares às de uma lagoa natural seria “equivalente”, e até melhor, às lagoas El Perol, Azul, Mala, Chica, Mamacocha. Mas aquilo não era tudo, aquele desenho podia ser materializado de tal modo que as conexões biológicas se reconstituam de uma forma “natural”, como se nada houvesse ocorrido. Na pesquisa de Li (2015), a autora analisa o termo “equivalências” como ferramenta analítica para dois processos inter-relacionados. Primeiro, a forma como a expertise e as ferramentas técnicas tendem a tornar as coisas quantitativas e comparáveis e, segundo, uma relação política que envolve uma constante negociação sobre o que é conhecimento com autoridade. No caso apresentado pela autora, as equivalências permitiram a empresa de mineração Yanacocha tornar as demandas dos que protestam em compensações monetárias e programas de desenvolvimento. Contudo, essas equivalências estão sempre abertas à contestação. Entender esta contestação é parte do desafio deste capítulo.

5.3 LAGOAS *MALAS*

Conta-se que, anos atrás, esta lagoa era brava; e que um dia acabou ficando tarde para um senhor, ele passou, e a lagoa o engoliu. Depois de oito dias de seu desaparecimento, apareceu em um lugar chamado de Ventanillas; é onde está localizada a lagoa. Quando o senhor apareceu, contava a várias pessoas que a lagoa o jogou fora porque seu lanche estava temperado com manteiga de porco. Contava que a lagoa tem dois canais, um de ouro, por onde vai a água, e outro que come os

animais e a gente. O senhor morreu por sangramento após poucas horas de ter saído da lagoa. (MIREs, 2002, p. 75, tradução nossa)⁹⁷.

O relato vem de uma das edições que é intitulada “Todos os Tempos: a Natureza na Tradição Cajamarquina”, de 1990, que é um projeto das Bibliotecas Rurales de Cajamarca⁹⁸. Um aspecto mencionado nas narrativas sobre as lagoas (a lagoa de Chullayaco, a lagoa Mamacocha, lagoa Negra, entre outras) que encontrei nesta coleção é que elas “comem” gente e animais e, por isso, são caracterizadas como *malas* (malvadas). De La Torre (1986, p.67), ao analisar as comunidades quéchuas de Cajamarca, explica que os *puquios* (ou nascentes) e as lagoas são considerados como “a porta final dos condutores subterrâneos que comunicam com as profundezas da terra”. Por lá que sai a entidade *Shapi*, habitante de tais profundidades, que espera momentos oportunos para tentar crianças e mulheres. Rouba o “ânimo”⁹⁹ das pessoas e, no pior dos casos, se aceitam os oferecimentos dela, pode arrastar a pessoa às profundidades da terra, para o seio da montanha. As lagoas, comparadas às nascentes, podem ser até mais perigosas, de acordo com a autora, porque estão localizadas em lugares isolados. Existem histórias de pessoas que se perdem pela névoa e terminam sendo seduzidas até a lagoa – e é quando desaparecem.

Segundo o estudo de De la Torre (1986), a névoa está impregnada de perigos porque pode deixar alguém tonto e torná-lo mais vulnerável a responder ao apelo do *Shapi*. Nas histórias orais, que também aparece nos textos de Mires (2001, 2002, 2008), a névoa é descrita como algo que sai caminhando pelas quebradas e rios, como se fosse um rebanho de ovelhas que vai avançando pelos *cerros*. E, sobre os rios, a autora alega que estes nascem dos *killish*, das montanhas elevadas e longe nas *jalcas* (alturas). Então, o *cerro* dá à luz a água que logo se transformará em rio¹⁰⁰.

Dona Vila, dona de um pequeno restaurante no *caserío* El Tambo, relatou-me que quando era pequena morava perto de uma das lagoas da região de Conga. Uma vez, dentro de seu restaurante, ela relatou que em algumas ocasiões a lagoa “puxava” para dentro dela. Além disso, pelo depoimento de Dona Vila, a lagoa podia também “confundir-se” com quem comia ou ainda “tentar” quem se aproximava. Abaixo, nas suas palavras:

⁹⁷ Do original em Espanhol.

⁹⁸ Millones e Mayer (2012) explicam justamente que as lagoas e os *cerros* mantêm um amálgama de relações que envolve a presença de seres em constante atividade.

⁹⁹ Sua fonte de vitalidade.

¹⁰⁰ Estes dados também são relatados por Pérez Mundaca (2012), destacando-se o depoimento de um jovem dirigente no *caserío* de Cushunga (distrito de Cajamarca) que dizia que os *mayores* tapavam os olhos dos mananciais, e uma forma de fazê-lo era plantar uma árvore para que absorva a água do *puquio*.

Vou lhe contar sobre os empregados do patrão de Cajamarca. Minha avó me contava que ele tinha os seus *mitayos* (trabalhadores temporários), como não havia muita gente antes, criava os seus muitos animais. Próximo à lagoa El Perol, havia uma única casa. Lá, eles moravam e foram os trabalhadores para levar a batata e a junta de touros para Cajamarca. Pela lagoa, passando por aí, a névoa os tapou, e depois se abriu e olharam para uma macieira. Olharam para a maçã e um começou a puxar e os outros a recolher. Desaparece a maçã e o senhor. A maçã era de ouro. O levaram em quatro cavalos. O patrão trouxe três curandeiros de Huancabamba para retirar o senhor porque o senhor saía de vez em quando com cordas. O senhor contava que a água estava retida em uma panela de ouro. Por dentro, é um povoado. É muito lindo. Da lagoa, há um cerro, nas terças e sextas-feiras abre as suas portas, as pedras gigantes são movidas e, para dentro, tudo é ouro. Não é para qualquer um. É para quem tem o seu dom ou algo assim. Antes, ninguém se aproximava da lagoa porque não saíamos, as vacas iam tomar água e desapareciam. O ouro puxa a gente. Eu me lembro da família Guevara, foram três e dois o *cerro* tinha matado. Por pegar um cordeirinho, morreram. Tinha sido de ouro também. O ouro puxa. Se você tem *sorte*, te dá. Um dia vim com o meu pai. Ele me dizia que não se olha para as lagoas, senão me faziam ficar. Abriu-se uma nuvem e apareceu uma galinha com pintinhos. Eu avisei o meu pai, mas ele me disse para não falar. E a galinha desapareceu. Tem que esperar passar, e aí era para nós, mas ele tinha que dar açúcar. A Cortada Chica (uma outra lagoa da região de Conga) comeu muita gente e ninguém fala. Tem 50 desaparecidos (...). (A lagoa) os tinha confundido. Havia conhecidos, era terreno do meu pai. Minas Conga está no nosso terreno. (Dona Vila, *centro poblado* El Tambo).

Analisando o relato de Dona Vila, existem vários aspectos a serem destacados. Como bem menciona, a lagoa provoca, põe coisas tentadoras à disposição da pessoa para que sejam recolhidas. A esse respeito, Descola (1998) tinha sinalizado três formas de relação entre humanos e não humanos ao analisar os coletivos nas terras baixas da América do Sul: reciprocidade, dádiva e predação. A primeira, a reciprocidade, implica que toda vida seja recompensada por uma forma ou outra de vitalidade humana. Fundada em um princípio de equivalência entre homens e animais, as trocas internas devem ser organizadas de modo que as retiradas efetuadas pelos homens sejam reinseridas no circuito. Na segunda, a predação, que não oferece nenhuma compensação pela vida da caça, embora possa haver represálias se existem excessos na caça. A terceira, a dádiva, é quando alguém se oferece à caça voluntariamente. Sob a base desse esquema de relações, embora tenha sido elaborada com relação aos povos das terras baixas, pela história de Dona Vila, a lagoa deixa o ouro à disposição, mas ao mesmo tempo a lagoa recolhe um dos *mitayos* para o seu mundo. Os estudos de Taussig (2010) explicam que as práticas *campesinas* ensinam a não naturalidade da capacidade reprodutiva do dinheiro; para esta reprodução ocorrer, precisa-se de algum sacrifício (uma alma, talvez?). Pode-se pensar, nesse sentido, que o ouro não pode ser levado para ser trocado em dinheiro sem ser dada alguma coisa à lagoa.

Dona Vila esclareceu um pouco mais a partir de seu relato. Ela disse que seu pai, que era curandeiro, podia mediar os desejos de cada entidade do cosmos. Viveiros de Castro

(2002) já tinha definido o xamanismo amazônico como a habilidade de certas pessoas de cruzar deliberadamente as barreiras corporais e adotar a perspectiva de subjetividades específicas, de modo a administrar as relações entre estas e os humanos. Dona Vila, ao explicar-me sobre a habilidade do pai, disse que ele sabia “decifrar” os pactos, o que tinha que dar em troca, como rejeitar para não ser seduzido, e como saber se algumas coisas são realmente para certa pessoa, por exemplo, um presente, sem ter que dar alguma coisa em troca. O pai de Dona Vila¹⁰¹, como curandeiro, sabia como manipular essa situação politicamente com a lagoa. Vila explicava que seu pai sabe que as coisas que aparecem no caminho não são colocadas para recolher “sem permissão”, aquilo implicava alguma troca. É por isso que o pai de Dona Vila sempre deixava “doces” (ou açúcar) como resposta aos apelos da lagoa, e, ao mesmo tempo, deixando explícito que ele não seria a oferenda a ser dada em troca, mas que dava o doce em troca do seu presente.

A característica de gulodice das lagoas também aparece nas narrativas dos livros das Bibliotecas Rurais (MIRES, 2001). De acordo com a história oral acima, a lagoa expulsou quem havia comido porque tinha porco em seu lanche, no entanto, ele também morreu porque, no fim, não podia mais viver no mundo da superfície. A *rondera* Bianca, irmã de Mariela, explicava-me, por outro olhar, a partir do conflito de Conga. Ela alegava que os *mayores* viajavam de Bambamarca até a província de Celendín passando pela região de Conga, pelas lagoas, e não por estradas e de *van*, como é feito hoje em dia. Quando perguntava a Bianca sobre o doce, Bianca explicava que era para que as águas fluíssem com esse sabor, porque assim era o sabor da água dos *puquios* das terras baixas, docinho, águas que vinham da região de Conga. Em certa ocasião, Bianca explicou que sabia das lagoas porque quando era pequena escutava as conversas sobre os *encargos* (presentes para as lagoas). As pessoas de Bambamarca iam à famosa Festa de Sorochuco (província de Celendín) a cavalo, e o caminho era feito atravessando as lagoas. Naquele momento, deixava-se o doce. A *rondera* alegava que a Festa de Sorochuco era um pretexto para deixar os *encargos*, e não o oposto (ir para Festa e de passagem deixar o *encargo*) como acreditava “antes” do conflito contra a mina. Sobre estas reflexões, Cruikshank (2005) nos dá uma pista: as histórias orais não são herméticas, elas são reinterpretadas por gerações quando novos

¹⁰¹ Outro detalhe que observei é que quando as águas arrastam alguma coisa, pode haver mudanças no clima. Uma vez, esperando a *van* para Cajamarca, após um dia de chuva, fez muito sol. Ao tentar ter uma conversa com as mulheres ao lado, dizendo que o dia estava bonito, elas me disseram que sim, que havia sol porque houve um afogado. Quando perguntei “por quê?”, elas me disseram que quando o rio leva alguém, muda o clima. Seguindo a lógica das lagoas, o rio também come gente, fato que tem alguma consequência que se manifesta no tempo. Estes pactos são parte do que Escobar (2013) denomina de protocolos específicos que não são qualificados como relações instrumentais e de uso.

eventos surgem. A autora alega que as histórias orais que os estudiosos confundem como conhecimento tradicional “imutável” são sempre refletidas por meio de “encontros”. Para Bianca, a história dos *mayores* era refletida sem quebrar o compromisso com a lagoa: antes iam para a Festa e aproveitavam para deixar um presente, hoje, ela pensa que os *mayores* sabiam que tinham um compromisso com a lagoa, e, no dia da Festa, quando tinham que atravessar a região de Conga, eles cumpriam o seu pacto com ela.

Estes depoimentos de dona Vila esclareciam muitas questões, porém também me deixavam confusa em outros aspectos. Se as lagoas e os cerros aparecem como entidades *malas* (malvadas) na narrativa oral, como é que hoje os *ronderos e ronderas* acampavam em frente a elas, protegendo-as com as suas próprias vidas?

5.4 CENTRO POBLADO EL TAMBO E A LAGOA MAMACOCCHA: OS DESENHOS E O ALIMENTAR

Mamacocha é uma lagoa localizada no *caserío* Namococha, *caserío* que está dentro dos 12 *caseríos* da área de influência direta (AID) do projeto Conga no distrito de Bambamarca, província de Hualgayoc, próxima à fronteira entre Hualgayoc e a província de Celendín (KNIGHT PIESOLD, 2010). Esta lagoa não está incluída entre as quatro lagoas (El Perol, Azul, Chica, Mala) que irão ser diretamente afetadas pela infraestrutura da mina. Contudo, a empresa Yanacocha está construindo uma estrada moderna desde a lagoa El Perol (província de Celendín), onde se planeja umas das cavas aprofundadas do projeto, que passaria contornando a lagoa Mamacocha para aproveitar outra estrada já construída, cujo trajeto conduz até a cidade de Cajamarca.

Figura 25: Vigiando a lagoa Mamacocha



Fonte: Acervo da autora (2014).

Nas diversas assembleias ou quando houve a oportunidade de pernoitar na Mamacocha, era perceptível que os “guardiões das lagoas” não eram bem vistos pela vizinhança do *caserío* Namococha, estes por estarem comprometidos com a mina. Mais de uma vez, foi chamada a atenção dos guardiões das lagoas por ultrapassarem os *linderos* (as fronteiras entre propriedades) sem autorização, e sempre observados pelos seus vizinhos. Os Guardiões das Lagoas recentemente tinham adquirido um pequeno terreno em frente da lagoa Mamacocha em 2014 para poder armar o acampamento. Eles estavam acampando desde outubro de 2012.

Não foi fácil, eles começaram alugando um pequeno lote de um *campesino* em frente à lagoa, no entanto, havia a suspeita de que ele poderia vender a qualquer momento, inclusive à própria mina, ou quebrar o contrato por medo de represália dos vizinhos que esperavam trabalho da mina. Negociaram assim com outro *campesino* que ofereceu um preço não tão alto, e se organizaram para arrecadar dinheiro para a compra do terreno. ONGs internacionais, nacionais, simpatizantes e as próprias famílias apoiaram para a aquisição do lote de terra. Contudo, após a compra, em março de 2014, a polícia não hesitou em entrar na propriedade privada e incendiar o acampamento dentro do terreno que era legalmente dos Guardiões (SERVINDI, 2014). Na estrada que conduz do *caserío* El Tambo até o *caserío* Namococha, onde está o acampamento em frente da Mamacocha, existe uma guarita de segurança onde a polícia nacional do Peru (PNP) oferece serviços de segurança à empresa Yanacocha, de

maneira que ninguém desautorizado passe pela estrada que percorre até a lagoa El Perol (Celendín) e que hoje se diz ser propriedade da empresa Yanacocha.

O *rondero* Ramón me contava que, no auge do conflito de 2011, os *ronderos* iam a pé por essa estrada para se encontrar com os *xílicos* (moradores de Celendín) na lagoa El Perol que pelo EIA está condenada a ser um *tajo* (cava) aprofundado para a extração de ouro e cobre. Hoje, essa estrada está bloqueada, somente o pessoal da mina podia utilizá-la. Nas minhas frequentes viagens de *van*, sempre encontrei a polícia instalada, que, segundo fontes, recebiam 90 soles (90 reais) por dia para servir a Yanacocha. Alguns ex-policiais são contratados como seguranças. A obstrução dos caminhos por onde antes os *ronderos* e *ronderas* podiam transitar pode ser vista como imposição da ordem na qual os *campesinos* são cada vez mais encurralados e assim devem permanecer restringidos supostamente onde deveriam estar: nas suas terras.

Mariela é uma das mulheres que subia a Conga e não se importava de permanecer lá por dias, semanas. Ela não tinha medo da polícia, aos 13 anos já os havia enfrentado corpo a corpo, quando estes queriam desalojá-la de sua terra. Sua irmã mais velha, Bianca, ex-presidente da Organização de Mulheres, *rondera*, recebeu oito disparos naquele dia do desalojamento. Em novembro de 2011, Mariela tinha acampado 21 dias vigiando as lagoas junto com os outros *ronderos*. Ela e sua família são usuárias do canal de irrigação de nome “Chorro Blanco” dentro do *centro poblado* El Tambo. O Chorro Blanco é uma nascente de onde se canaliza a água para vários *caseríos*. Pela história oral que relatarei posteriormente, esta água vem das lagoas da região de Conga.

A obra do canal se dá por um projeto de desenvolvimento, similar ao descrito por Pérez Mundaca (2012). No entanto, este desenho oriundo de um projeto de desenvolvimento se interconectava com um desenho particular que aprendi com os *ronderos* e *campesinos* de El Tambo. Nas minhas visitas a Mariela e sua família, eles me mostraram o desenho da sua acéquia, que é um canal artesanal feito pela família e conecta o canal de irrigação Chorro Blanco a seus lotes de batata com semeadura. Apesar de que o trabalho de Pérez Mundaca (2012) indique que as pessoas preferem água encanada para que esta não se “perca” pela infiltração na terra, o canal era conectado por acéquias, e havia algumas premissas envolvendo o esboço de seu desenho, que Mariela e seus irmãos me mostraram. Os fluxos das águas têm sido tema de diversos estudos que já foram citados. Por exemplo, Allen (2008) explica, a partir de sua etnografia em Cusco, que a água é uma manifestação mais tangível do *sami* (uma essência animada de vitalidade, que dá vida) sem a qual a terra não seria produtiva e simplesmente dormiria. Da mesma forma, os rios e arroios são manifestações tangíveis do

sami e são concebidos, de acordo com a tradução da autora, como um vasto sistema circulatório que distribui água a todo o cosmos. Dessa maneira, os rituais andinos trabalham para manter, controlar e dirigir o fluxo do *sami* para onde se quer que seja tocado por ele. Veja-se bem que a circulação da água é importante na região Sul e, similar ao caso de Cajamarca, é importante que essa água que carrega várias vitalidades de diferentes entidades “toque” a terra, a batata, que, no fim, alimenta as pessoas.

Segundo relata Mariela, quando alguém percebe que sua terra precisa de água, a permissão deve ser dada pelo administrador principal, e o usuário deve irrigar até terminar seu lote plantado para que outro *rondero* tenha acesso ao canal. Se um usuário “detém” muito a água *por capricho*, há sanção, porque é uma falta grave reter a água e deixar outro sem irrigar sua terra. Este tipo de “policiamento” da água é cumprido rigorosamente para que todos possam “alimentar” suas terras¹⁰².

Antes de irrigar, Mariela tem que se certificar de que nada esteja obstruindo a acéquia (folhas secas, pedras) para que a água possa fluir pelo canal e ser guiada pelas fileiras de batatas. Do canal até a propriedade, por exemplo, Mariela me contou que ela permaneceu das 3h às 10h da manhã vigiando. Sempre pedia à sua cunhada a companhia de uma das suas filhas, para não ficar sozinha à noite. Mariela tinha visto mais de uma vez a *Duenda* (ser que reside em alguns *puquios*), uma mulher loira, que não mostra o seu rosto: uma vez pelo Chorro Blanco e outra na esquina da praça, mas ela disse que não tinha acontecido nada com ela porque Mariela tinha conseguido identificá-la antes e, portanto, sabia que não era para responder aos seus apelos.

Quando a água entra por uma fileira de batatas, as demais fileiras são obstruídas com uma pedra para que, por uns minutos, as águas alimentem os sulcos de uma fileira, para que depois seja liberada para alimentar o canal seguinte e assim sucessivamente. A localização do lote é influenciada pela direção que a água toma depois de terminada a irrigação. Como a direção é sempre águas abaixo, estas águas que fluem pelo lote continuam o seu caminho até se encontrar com o rio, assim alimentando mais famílias águas abaixo.

¹⁰² Ingold (2010) adverte que o fato de que as pessoas estejam se sofisticando não implica que exista uma ruptura radical porque as habilidades são contínuo engajamento da relação de sensibilidade com o ambiente.

Figura 26: Acéquia de Víctor (irmão de Mariela)



Fonte: Acervo do autor (2014).

Ao que parece, existe um controle para que todos possam irrigar seu lote de terra, mas acompanhando Mariela e seu irmão Víctor no preparo para irrigar seus lotes e observando a forma como pequenos caminhos são desenhados no mesmo lote para que a água escorra, entendi que essa ordem não é para ter domínio sobre a água, mas para que ela “continue o seu caminho”, para que flua e não seja retida. O desenho da acéquia permite “guiar” as águas até o lote de batatas. É aqui que vemos uma diferença radical entre o que o Presidente de Responsabilidade Social da empresa alegava e o que Aldo Mariategui escrevia sobre as águas “desperdiçadas”. As águas não são desperdiçadas, elas devem continuar seu caminho, devem fluir para alimentar.

Por anos, os *ronderos* e *ronderas* têm-se tornado mais conhecedores do canal, mudando as regras, desenhando-o, reinventando sanções para evitar que um prejudique o outro e tentando encontrar soluções para como a água pode ser mais bem guiada para alimentar suas terras. No entanto, no contexto do conflito e pelas perguntas que eu fazia a Mariela e sua família, o conflito contra a empresa mineira era explicado pela experiência vivida com os *puquios* e os *canais*. Um *puquio* ou “*ojito de agua*” (olho d’água) diz muito sobre o que ocorre na *jalca*. Como me explicava um *rondero*, se ele está vertendo água (o nascer da água), as pessoas que residem águas abaixo sabem que está chovendo nas *jalcas*, se está com pouca água é porque é tempo de seca (ausência de chuvas). Entretanto, se o *puquio* “seca” permanentemente é porque alguém alterou o olho d’água ou algum outro manancial

que alimenta o *puquio*, e a água vai para outro lugar (retira-se) e pode ir para outro *puquio* desconhecido. O sogro de Mariela relatou-me uma história. Uma vez, dois *comuneros* iriam “puxar” *aguita* do mesmo *puquio* que estava entre os limites. Para puxar água, uma pessoa faz uma acéquia e raspa superficialmente o *puquio* para tirar água. Mas um deles manipulou o *puquio* para que a água fosse para o seu lado e não para o do vizinho, e a água foi embora. Essa, na verdade, foi a primeira lição que recebi dos *ronderos* e *ronderas* do *centro poblado* El Tambo, e que também foi reforçada pelos *campesinos* de Celendín e Hualgayoc.

Retornando ao relato de Dona Vila, e escutando atenciosamente Mariela, enquanto alguns relatos detalhavam que lagoas “comiam” gente, outros diziam que pelo interior do corpo do *cerro* também corriam as águas que apareciam nos *puquios* e que eram guiadas para “alimentar” os *caseríos* abaixo. Embora parecesse que o regime de controle da água aqui sugeria uma racionalização da água, esta organização dos *ronderos* é justamente para que ela continue fluindo e alimentando e não seja retida, como a mina pretende ao construir os reservatórios. Soube assim, aos poucos, que a “centralidade” para o *centro poblado* El Tambo é a circulação da água que não se manifesta somente nos seus desenhos nas terras, mas que é uma circulação manifestada dentro do “corpo” do *cerro*, pelas suas veias de água e pela forma como o *cerro* “come” água, em que as lagoas são o canal. Os *ronderos* de El Tambo não querem uma água que seja do reservatório, eles querem ela que “nasça” dessa circulação.

Figura 27: Mariela mostrando como puxa sua *aguita*



Fonte: Acervo da autora (2014).

Esta ênfase de guiar as águas foi minha primeira impressão de um “desenho ontológico” (ESCOBAR 2012b; WINOGRAD; FLORES, 1989). As premissas sobre o que existe estão materializadas em práticas, como é destacado por Blaser (2013b) e Escobar (2012b). Se fosse retomar a proposta por Winograd e Flores (1989, p. 161), “nós encontramos que no desenho de ferramentas, estamos desenhando modos de ser”, o desenho que Mariela e seu irmão que traçam na terra, os canais, os sulcos, a administração de quem pode irrigar, as sanções, e que se estende hoje até o cuidado de Mamacocha, El Perol, Azul, Mala e Chica, mostram modos de ser que diferem da lógica da metáfora de agricultura tradicional, aquela que é imposta a todos os povos andinos, e que implica propriedade, produtividade e controle e que é a ideia que a mina tem sobre os coletivos em Cajamarca – como se eles produzissem batatas a qualquer custo.

Esses lotes de batatas não são situados em qualquer lugar, mas desenhados de acordo com a noção de onde a família quer que sua terra seja nutrida pelas águas. Uma noite encontrei Víctor, irmão de Mariela e Bianca, muito cansado. Ele tinha permanecido toda a noite regando seu lote semeado com batatas. No entanto, insistiu para conversar um pouco ao lado do rio. Víctor relatou que, ao regar sua propriedade, também estava regando as terras dos seus vizinhos, porque a água corria por debaixo da terra e, em algum momento, chegaria ao rio para alimentar os demais *caseríos* mais abaixo. Ele contou que, se o vizinho regar em um determinado mês, ele, Víctor, espera até o outro mês para regar porque sua terra, de certa forma, já estaria alimentada. Inclusive, o lugar onde a família decide desenhar o lote depende de sua conexão com o canal de irrigação, assim como das terras onde Víctor queria que a água continuasse fluindo.

Ao mesmo tempo, Bianca apontava que a riqueza do *campesino* era ter batatas para alimentar a família e os visitantes (como eu). Isto é consistente com o que os estudos andinos (MAYER, 2004; FONSECA, 1972) têm descrito, ou seja, a economia camponesa dada por três esferas: o alimento para comer, o alimento para vender e comprar fósforos e sal, e os alimentos para as obrigações sociais. Bianca explica que as pessoas não têm dinheiro nos bolsos; se precisam de dinheiro, vendem um *animalito* no mercado. De acordo com o seu depoimento, o dinheiro aparece como importante para produtos que eles não produzem, mas são necessários. No caso de Mariela, ela paga os estudos universitários dos seus filhos na cidade de Cajamarca. Ela compra um touro pequeno por 500 soles (500 reais), alimenta-o na sua chácara por um ano e meio e o vende quando está grande e forte por 1.500 soles (1.500 reais). Para a educação de seus filhos, ela gasta 5500 soles anualmente, os quais são divididos em duas partes, então, dependendo desse calendário, ela compra e engorda animais. Para as

mesadas dos filhos, sendo ela a responsável (não o esposo), Mariela vende 20 *cuy*s¹⁰³ na Feira de El Tambo e pode ganhar 400 soles. Além disso, manda as famosas encomendas aos filhos para que eles se alimentem da chácara da família.

Apesar de que Maria usa dinheiro, isso não tem alterado sua vida como *campesina* em uma forma que desloque a centralidade do alimento: “El Tambo não é um lugar onde a água se vende como em Hualgayoc”¹⁰⁴, ela sempre me dizia. Ao mesmo tempo, Mariela mandava pela *van* as famosas encomendas, que era a comida da sua propriedade para alimentar seus filhos na cidade. Seguindo a linha dos desenhos ontológicos, Mariela é uma “desenhista” do seu mundo, sempre comprometida com o “alimentar” de sua família e manipular o dinheiro de forma que este não venha a deslocar o processo de alimentar.

Não obstante, em 2011, houve algumas interrupções nos planos de Mariela. Foi assim que eu soube que Mariela não conhecia a lagoa Mamacocha até novembro de 2011, ano em que permaneceu acampada por vários dias seguidos nas alturas, vigiando-a junto com outros camponeses. Para Mariela e para muitas outras pessoas do *centro poblado*, até a frustração com as colheitas de batatas Mamacocha não era um assunto a ser pensado. Ou seja, mesmo com o problema da alimentação sendo crucial nas comunidades andinas, ainda assim não havia por que se preocupar já que os desenhos da natureza sempre favoreciam as águas circulantes e as plantações. Lá por volta dos meses de julho e setembro de 2011, ela tinha percebido que não havia água. Para a festa de agosto de 2011, a Festa das *Rondas*, ela e outras pessoas lavaram os poços de água, mas ficaram quatro dias sem água, e tiveram que juntar água. Houve vigílias pelas águas e choveu antes da festa, mesmo assim, as batatas por aquele mês estavam secando.

Assustada, informou os demais usuários do canal, mas poucos mostraram interesse por suas reclamações, com exceção de seus irmãos. Víctor, seu irmão mais novo, tinha conversado com uma pessoa de El Tambo que estava trabalhando na construção da estrada (projeto da mina) entre a lagoa Seca¹⁰⁵ e a lagoa Negra e que havia sido demitida. De acordo com o relato de Víctor, essa pessoa lhe chamou a atenção em um encontro que tiveram e lhe disse: “Vocês não vão fazer nada pelas suas *aguitas*? A mina vai deixá-los sem água.” Embora o comentário do ex-trabalhador da mina possa parecer tendencioso, pois indica que sua preocupação a respeito da água surgiu justamente após ser demitido e não antes, ele foi pertinente para Víctor, porque veio num momento de interrupção (WINOGRAD; FLORES,

¹⁰³ Espécie nativa dos Andes e comestível no Peru.

¹⁰⁴ O distrito mineiro ao lado do distrito de Bambamarca onde também realizei pesquisa de campo.

¹⁰⁵ Estas lagoas estão localizadas a uma altura mais elevada que Mamacocha.

1989), interrupção do curso da vida como antes era, e assim também para Mariela. Um momento de interrupção do calendário dos *campesinos* do *centro poblado* El Tambo porque os poços estavam secos, a colheita estava morrendo e a água tinha outra cor. Winograd e Flores (1989) explicam que uma interrupção dos protocolos também pode ser entendida como encontros com novas situações. Se Mariela sempre fazia plantação e colheita renovando protocolos com a terra, etc., ao se encontrar com uma situação em que as batatas estavam se perdendo, este é um contexto novo que precisa ser refletido¹⁰⁶.

Em uma conversa com Víctor, ele me disse que já estava percebendo que havia mais doenças que o normal, e que, por isso, as pessoas estavam aplicando agrotóxicos. Porém, ele já tinha percebido alguns efeitos antes, os *sapitos* tinham deixado de cantar. Após três anos de luta, e vigiando permanentemente as lagoas, Víctor me contava, e ter conseguido que a empresa retirasse as máquinas da região do Conga, o ambiente voltou a ser como antes, ou seja, sem doenças; no entanto, os *sapitos* não voltaram. A frustração com a colheita de batatas e o conhecimento de que havia maquinaria instalada em uma das lagoas no topo das montanhas, em Conga, levou os camponeses a tornar visível a relacionalidade entre os *caseríos* e as lagoas. O interessante aqui é que, a partir desse evento e do consequente processo de interpretação, os *campesinos* de El Tambo não somente vão questionar sobre suas batatas que secaram, mas também sobre todas as conexões afetadas até chegar às lagoas na região do Conga. Enquanto eles dinamizam o espaço e as conexões entre o *centro poblado* e a lagoa, a empresa de mineração e seus porta-vozes vão justamente realizar o contrário: cortar toda conexão, alegando que o fundo da lagoa Mamacocha é quase impermeável, não existindo filtração subterrânea e, portanto, não existindo relação alguma entre as quatro lagoas que iriam ser diretamente afetadas, nem delas com Mamacocha, nem de Mamacocha com o *centro poblado* El Tambo. Para os engenheiros, a lagoa Mamacocha “não alimenta” os *caseríos* abaixo, eles somente são alimentados quando existe excesso de água (ALTHAUS, 2011; 2012).

Mariela me recomendou falar com o professor Manolito Ruíz, um dos líderes da Frente de Defesa de El Tambo. Ele também é usuário de irrigação, como Mariela e seus irmãos. Ele enfatizou que, quando começaram a chegar os boatos de que a mina estava na região de Conga, eles tinham que saber de onde vinham as águas de El Tambo. Quando perguntei se eles não sabiam, ele me respondeu que as pessoas não sabiam, e que precisavam

¹⁰⁶ E por isso a insistência de Winograd e Flores (1989) de que a separação sujeito e objeto aparece unicamente em uma situação de rompimento ou desintegração, sendo que esse rompimento representa uma ruptura no mundo. Nesse sentido, careceria de significado expor a existência de objetos na ausência de uma atividade/prática que é concernente com o seu potencial de rompimento/desintegração.

saber. No entanto, ele acrescentou que o que perceberam ao subir a Conga já “estava comprovado” porque os *mayores* (os antigos) já tinham provado aquilo pela história da lagoa El Tosmo, que fica na região de Conga.

5.4.1 El Tosmo: as águas e as relações estendidas

El Tosmo é uma lagoa muito profunda, como descrito por Mariela, localizada nas proximidades da lagoa El Perol. Antes de falar com Manolito, em um almoço na casa de Mariela, seu sogro, uma pessoa de mais idade, relatou que as pessoas sabiam que as águas vinham de Conga porque os *mayores* colocaram flores na “El Tosmo” (lagoa perto da lagoa El Perol). Essas flores apareceram no manancial *Chorro Blanco* (Bambamarca), que, com o canal de irrigação, alimenta a propriedade de Mariela e o Cornélio (província de Celendín), uma queda d’água que vem da lagoa Azul, onde seria o depósito de rejeitos do projeto. Encontrei este relato no site das Bibliotecas Rurais como o relato de outras lagoas de várias outros distritos de Bambamarca. A história da lagoa El Tosmo é a seguinte:

No lugar chamado Jadibamba existe uma lagoa chamada El Tosmo. Contam que antes ela era muito má, havia um touro [...] que andava por aí, a água da lagoa aparecia em outro lugar, chamado Cornelio, na nascente de água Chorro Blanco. Dizem que aquele touro se juntava com todas as vacas e estas apareciam prenhas [...]. Esse touro tinha um *jaquimón* de ouro. Na nascente de água havia uma pampa muito bonita onde ele ia para dormir e uma vez um bruxo foi vê-lo, o fez dormir mais e lhe roubou o *jaquimón*. Mas quando ele estava indo embora, se assustou, o lugar se encheu de névoa e o bruxo olhou para trás e viu um cachorro grande que o seguia. Ele continuou andando, escondeu o *jaquimón* em uma caverna e foi para sua casa. O cachorro chegou e tirou o *jaquimón* com boca, o levou arrastando ao rio a uma poça chamada El Muyoc. Desde então o touro saía sem *jaquimón*. O touro se ausentou desse local e não saiu mais. Contado por Gabriel Palma Guayac, de Chicolón. Recolhido por Cristóbal Palma, de El Enterador, Bambamarca. (Bibliotecas Rurales, 2012, tradução nossa)¹⁰⁷.

Assim como as anteriores, a lagoa sempre é apresentada como *mala* em um tempo anterior. Mas aqui queria chamar a atenção para outro detalhe. A história da lagoa El Tosmo que é narrada em El Tambo apresentava “profundas qualidades performativas” (BLASER, 2013a) porque não se refere a uma natureza lá fora, separada; ao contrário, ela é parte de um desenho que torna visível a relacionalidade entre o *centro poblado* El Tambo e Mamacocha: estas são “narrativas que incorporam certas ideias sobre o mundo e o seu dinamismo.” (BLASER, 2013a, p. 548).

¹⁰⁷ Do original em Espanhol.

Veja-se bem que voltar à “experiência” é importante para os *ronderos*, onde a história é revivida, e apagando as “separações” que são colocadas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ao desativar o aparelho de poder que devolve ao uso comum o que foi tomado pelo poder institucional. Aqui é diferente da proposta feita pelos ambientalistas sobre os *cerros* que são “reservas” de água. Ao mesmo tempo, assim como Manolito relata, eles precisavam ver aquilo por eles mesmos, de modo que algumas delegações foram enviadas para a região de Conga com esse propósito ainda em 2011. Numa pesquisa na qual se podem ver paralelos a este de Conga, Nadasty (2003¹⁰⁸ *apud* CRUIKSHANK, 2005) relata que, para muitos jovens da Primeira Nação Kluane, no Canadá, as *histórias* podem ser somente *estórias* porque estes já não estão na terra dos antepassados. Por isso, existe uma importância desses coletivos em fazerem viagens até a terra da qual foram separados e viverem as narrativas. No *centro poblado* El Tambo, as pessoas me contavam que, com a chegada das estradas, elas deixariam de andar pelos caminhos ancestrais – que eram localizados justamente no espaço que atravessa as lagoas de Conga, como é relatado por Bianca. Hoje, é diferente; de El Tambo, todos os dias, saía uma *van* que passava pela Mamacocha, por Combayo, até a cidade de Cajamarca. No entanto, muitos começaram a relatar algumas memórias que permaneceram por causa dos *mayores* que lembravam passar pelas lagoas para ir até Celendín; e alguns até se lembram da lagoa Yanacocha, que desapareceu em 1992 ao se tornar a maior jazida de ouro da América Latina, considerada um ato de destruição (e não criação) de Yanacocha.

Pela experiência vivida e pelas histórias orais, os *ronderos* e *ronderas* sabem muito bem que as *aguitas* que alimentam estão na *jalca*, porém tiveram que reviver a experiência. Mas, ao mesmo tempo, o que me intrigava é que Mariela, Bianca, Víctor e Manolito não deixavam de mencionar igualmente a palavra “aquífero”.

No *centro poblado* El Tambo, Mariela relatou que, no meio do conflito de Conga, tinha chegado um grupo de ambientalistas da ONG Grufides para discutir que a região de Conga era repleta de “veios de água”. No início deste capítulo é discutido, a partir do estudo de Torres e Castillo (2012), o porquê da palavra aquífero. Quando os ambientalistas chegaram ao *centro poblado* El Tambo alegando que a região de Conga era um aquífero, Mariela me disse que ela foi para a internet e procurou por três horas para saber o que era este vocábulo. O seu irmão, Víctor, contou que ele conversava com os ambientalistas e o termo fazia sentido porque o solo parecia como uma “esponja de água” que ele chamava de *cienejo*. Certamente, para Mariela e sua família, o termo aquífero e as explicações científicas sobre o ciclo da água

¹⁰⁸ NADASTY, P. *Hunters and bureaucrats: power, knowledge, and aboriginal-state relations in the Southwest Yukon*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2003

eram importantes. No entanto, minhas dúvidas eram se elas (as falas em torno da palavra aquífero) tinham mais autoridade que a história oral.

De la Cadena (2015) me proporcionou alguns suportes quando mostra como as suas profundas conversas com camponeses na região de Cusco estendiam as suas próprias explicações do termo *ayllu*, um grupo de pessoas e “outros não humanos” relacionados que habitam coletivamente em um território. Inspirada pela noção de “equivocação controlada” de Viveiros de Castro (2004), ela argumenta que não se trata de adaptar os termos do outro ao seu próprio repertório de conceitos, mas é sobre “estender” o termo pelo conhecimento do outro. Nesse sentido, entendo que o termo “aquífero” aparece como um novo elemento para as pessoas de El Tambo e era politicamente usada para explicar a relacionalidade entre Mamacocha e El Tambo. O que se torna visível aqui emerge de diferentes regimes de relação por resultado de encontros. Essa coemergência é referida ao uso do termo “estendido”, um termo que tomo emprestado de De la Cadena (2015), que é diferente de inclusão uma vez que mantém as suas disputas cosmopolíticas¹⁰⁹; no entanto, por relações parciais, existem espaços de compatibilidade que não são compartilhados com a empresa Yanacocha. Li (2015) pontua que o que resulta dessas colaborações entre conhecimentos díspares não é premeditado. No seu estudo, ela analisa como o *cerro* Quilish emerge no conflito como *apu* (montanha sagrada) e como aquífero, que é resultado, como antes já mencionado, de colaborações entre os ambientalistas conectados com a Igreja Católica, a Teologia da Libertação e os camponeses.

Antes do conflito, Li argumenta que os camponeses de Cajamarca não se referiam ao Quilish como *Apu*. Por outro lado, é nos encontros com os ambientalistas, quando novos elementos começam a ser colocados e refletidos, que o Quilish emerge de práticas divergentes.

5.4.2 Deusito, os aquíferos e o alimentar

Quando ainda estava no Brasil e acompanhava as notícias sobre o conflito em torno do projeto Conga, assisti a uma reportagem de um programa jornalístico em que um dos jornalistas perguntou a um grupo de *campesinos* em protesto por que estavam contra o projeto Conga. Uma delas respondeu: “porque são obras de Deus, não vamos permitir que seja

¹⁰⁹ Para Blaser (2015) a cosmopolítica é o espaço onde mundos múltiplos e divergentes se encontram com a possibilidade de que emergjam relações que sejam mutuamente revitalizantes em vez de mutuamente destrutivas.

trocada por uma obra do homem”. Certamente, muitos dos *ronderos* do local participam das Igrejas Evangélica ou Católica. No entanto, o que me chamou a atenção é que *campesinos* evangélicos tinham vendido as terras à empresa Yanacocha. Na cidade de Cajamarca, conversei com um pastor evangélico (pró-Conga) que trabalhava na prefeitura, e ele explicou que o tema Conga era discutido no culto e que ele recomendava aos fiéis a venda de suas terras justificando-se com a “Parábola dos Talentos”, na qual a cada um foi dado um talento para ser usado “na obtenção de maiores benefícios” (o investimento) e não para “ser enterrado na terra”. No entanto, alguns evangélicos de El Tambo expressavam firmemente sua oposição ao projeto, como é o caso de Víctor. Ele, assim como a família de sua esposa, são evangélicos. Em um momento fomos juntos ao culto que era organizado por outro irmão que estava contra o projeto de mineração. Quando perguntava a Víctor se era discutido sobre Conga na Igreja de El Tambo, ele me respondeu positivamente. Certamente, o fim do mundo era destacado por vários evangélicos, mas eles pontuavam que este seria um mundo feito de metal que diferia da Bíblia, o qual também pode ser entendido como uma interpretação da Bíblia a partir dos contextos contemporâneos. Mas a minha pergunta era: as lagoas eram obras exclusivas de Deus?

Um dia, encontrei Bianca, que é católica, na cidade de Bambamarca e aproveitamos para conversar. Naquela oportunidade, ela me contava que um grupo de evangélicos, em dúvida sobre vender suas terras para Yanacocha, decidiu por fim vendê-las justificando que Deus nunca os desampararia da água. Bianca disse que, após escutar essa história, contestou-lhes com raiva: “Mas, gente, as águas já estão aí!”. Esse comentário de Bianca deve ser analisado com o maior cuidado, porque, em um primeiro momento, pode parecer que essas lagoas estão lá fora como entidades “dadas”. Ela continua contando que ela era sempre convidada para as conferências de ONGs para falar sobre a problemática de Conga. Uma vez, ela respondeu, em uma das conferências, que não aceitava o reservatório porque seria muito caro, requereria dinheiro para manutenção, e que nunca daria certo. Enquanto narrava sobre a explicação que ofereceu para a plateia, virou-se para mim e disse: “as lagoas não dependem de ninguém, a chuva aparece quando a nuvem se encontra com mão de Deus, e assim Mamacocha se ‘alimenta’ para nos ‘alimentar’”. Mais adiante, outros *ronderos* explicaram que a nuvem, o vento, o *ichu*, também interferiam naquele processo.

Aos poucos, comecei a entender que a lógica intelectual de Bianca era completamente diferente da dos engenheiros porque, quando estes últimos dizem que a chuva sempre ocorrerá “com ou sem” a mina, como dito por Hugo, para Bianca, isso é duvidoso porque toda a relacionalidade seria interrompida. Embora os termos “aquíferos” e “obras de Deus” fossem

muito dinamizados durante a época do conflito, o que Bianca me explicava é que estas lagoas se “alimentam” de vários seres, incluindo Deus, ou seja, capturam a vitalidade da nuvem, do vento, entre outros. É pelas relações com esses seres, e desses entre eles mesmos, que Mamacocha “nasce”; ao se alimentar da água de chuva, vitaliza-se para “alimentar”. Pela explicação de Bianca, comecei a entender melhor os relatos de Dona Vila e a centralidade do alimentar que me mostrava Mariela. Se as lagoas comiam gente, animais, ela também se alimentava das águas que viajavam pelas veias de ouro que aparecem nos *puquios*. Ela come doce, e isso é depois refletido no atributo doce da água que as pessoas e os animais tomam. Este é um atributo que eles não querem que a água perca porque ela alimenta as suas terras.

Há outro aspecto da “obra de Deus”. Certamente, a qualidade de criador não é descartada nos depoimentos dos evangélicos, no entanto, o interessante é que se a nuvem, o *ichu*, e Deus, entre outros seres, fazem a chuva ocorrer, e a lagoa se alimenta com ela para alimentar pelo labirinto subterrâneo e pelos rios, havia um desprezo bastante forte por Yanacocha, ou a mão dela, para que ela não participe no processo do alimentar. Abaixo, o depoimento do ex-presidente do canal:

Eu fui o presidente do canal Chorro Blanco – Chicolon – Tayamayo – Lanche Bajo. Este canal alimenta seis comunidades. Havia reclamações de que a água não chegava até os *caseríos* de águas abaixo. [...] A água estava diferente, outra cor. [...] Existe uma lagoa El Tosmo. É pequena, mas muito profunda. Os *mayores* colocaram anilina e apareceu no Chorro Blanco. O Tosmo é sustentado pela lagoa Azul. A lagoa Azul está perto de El Perol. Todas estão conectadas. Aquilo não é fazer política no conflito. Nós não queremos os reservatórios porque retêm as águas. As águas estancadas mudam a cor, pegam micróbios. As nossas lagoas são limpas e não precisam ser limpas pelos reservatórios. Nós sabemos que, quando chove, os nossos mananciais estão cheios de água. Eu morei em Conga quando era pequeno. Eu sei que era chamado de Minas Conga e vi pessoas chegando de avião. As pessoas sabiam sobre o “ouro”. (Depoimento do ex-presidente do canal de irrigação, conversa em janeiro 2014, tradução nossa)¹¹⁰.

De um olhar simplista, as lagoas aparentam ser água detida também. Contudo, o que o ex-presidente do canal explica é que a água na lagoa não está detida, ela sempre se alimenta, com chuva ou sem chuva, por isso ela é limpa para tomar. Uma segunda explicação é pela intervenção de Yanacocha. Quando Yanacocha intervém nas *jalcas*, a água é outra, vem de outra cor, como ocorreu no *centro poblado* El Tambo, ou seca porque ignora os protocolos entre as entidades que as pessoas mencionam (a nuvem, a mão de Deus, o *ichu*).

O “nascer aí” estava em uma situação de tensão porque, se a lagoa se alimentava da interação entre Deus, a nuvem, o *ichu*, certamente, os *ronderos* do *centro poblado* El Tambo

¹¹⁰ Do original em Espanhol.

negavam que Yanacocha fizesse parte daquele “alimentar”. Para o *centro poblado* El Tambo, um desenho em que Deus participa fornece maior vitalidade à água, mas, nessa relação, não se poderia incluir a mineradora Yanacocha porque ela usurparia os protocolos, seria a dominadora do desenho. Neste caso particular, a colaboração entre ambientalistas, *ronderos* católicos e *ronderos* evangélicos pode ser vista como uma aliança ou colaboração de diferentes regimes de relação, contra como o EIA denomina as lagoas da região de Conga: águas secundárias para a agricultura. É assim que Mamacocha se torna visível como “obra de Deus”, “*aguita* que alimenta” e “aquífero”.

Mas “os canais de irrigação não seriam obras do homem?”, eu perguntava a Víctor, e ele me dizia que “sim”. Mas é diferente da obra de Yanacocha. Víctor me explicava que eles *desenham para guiar as águas e não retê-las*, a água não fica parada porque, quando para, perde a sua vitalidade. Dessa explicação que advém o título deste trabalho de tese: desenhos, relações – e a problemática do desenvolvimento.

No caso da lagoa, existem outras intervenções, a mão de Deus e a nuvem, que são apontadas por Bianca (em campo, outras mulheres mencionavam essa relação entre Deus e a chuva), de onde emerge a água que alimenta Mamacocha, para então ela alimentar os *caseríos*. Yanacocha, ao fazer os reservatórios, romperia a articulação entre Deus, as nuvens, a lagoa e El Tambo, introduzindo uma incerteza sobre a ocorrência das chuvas, que é o que os evangélicos alegam como “dado” (vendendo as terras, igualmente Deus providenciará águas). Nesse sentido, a palavra “recarregar”, embora apropriada pelos *ronderos*, não está “reduzida” a Deus nem a uma criação isolada. Portanto, neste ponto, Bianca expõe um dilema sério aos engenheiros da empresa de mineração, porque, se os *ronderos* permitirem a construção da jazida, a relação entre as entidades seria interrompida e seria incerto se a chuva se formaria realmente para o alimentar¹¹¹. Em outras palavras, a partir do relato de Bianca, não é tão certo que a chuva vai ocorrer “com” ou “sem” jazida, como os funcionários da empresa alegam, porque as conexões já estariam mutiladas¹¹².

¹¹¹ Além disso, quando entrevistei os professores do departamento de Biología que apoiam a luta, eles afirmaram que o “*ichu*” (arbusto que cresce nos Andes), ao ser retirado para a perfuração do solo (a cava), comprometeria a infiltração natural da água da chuva no solo, já que o *ichu* captura a água da chuva que, aos poucos, penetra no solo.

¹¹² Quando perguntei sobre isso ao irmão de Mariela, Pablito, ele confirmou que é o que eles observam quando acampam em “Conga”: a gotinha da chuva desce lentamente pelo *ichu* até alimentar o solo.

5.5 O ALIMENTAR, A AUTONOMIA E O “NASCER AÍ”

O “alimentar” é uma palavra que apareceu durante a fase de pesquisa etnográfica e é articulada por grupos opostos (engenheiros, *campesinos*, ambientalistas) em disputa, mas as diferenças foram encontradas nos *ronderos* de El Tambo em seu desenho dos canais de irrigação, como explicadas acima. Na primeira seção deste capítulo, o engenheiro articulava a palavra “alimentar” justamente para explicar que as lagoas somente alimentam nos meses de chuva, quando as chuvas enchem a lagoa. Hugo, engenheiro antes mencionado, comentou durante a nossa conversa que o grupo anti-Conga (ou antidesenvolvimento, como são denominados pela mídia) passava a ideia, sem fundamento científico, de que, dado que o projeto de mineração estaria situado em uma cabeceira de bacias, a matriz das águas seria destruída, e, de acordo com seu argumento, aquilo seria ilógico porque a abundância das águas se encontra águas abaixo, que é onde se concentram as corredeiras que provêm de distintos cursos, e que descem diagonalmente até os vales agrícolas. Ou seja, seguindo essa lógica, o que importa é a “abundância” de águas, a quantidade, que seria justamente o problema corrigido por meio de um desenho sofisticado que implica um maior volume dos reservatórios e dos respectivos canais que distribuiriam águas abaixo. O “alimentar” de Hugo e outros engenheiros aparece com cortes de conexões; para ele, não existe relação entre a chuva e El Perol, Mamacocha, Azul, Mala ou Chica, tanto que alega que, “com ou sem mina”, a chuva ocorrerá. O “alimentar” também somente se reduz a um simples transbordar da lagoa, quando existe excesso de chuva.

O processo do alimentar, para o engenheiro, não ocorria em outras fases, dado que, para ele, a água está isolada do resto das entidades que aparecem no desenho do alimentar da lagoa. De acordo com seu depoimento, se é a água tão importante para os *campesinos*, vai ser “incluída”, vai ser deslocada para os reservatórios que serão construídos como se fossem naturais. No entanto, os engenheiros ignoram que o processo do alimentar é parte de um complexo amálgama de relações previamente existentes, e é a partir disso que os *ronderos* resistem: para que as lagoas de Conga não sejam uma obra do homem, uma obra de Yanacocha em que fique retido o fluir da água.

Durante os primeiros momentos da pesquisa de campo, em 2013, os guardiões das lagoas usavam a palavra “alimentar” para me explicar como as lagoas Seca, Negra e Mamacocha Chica alimentam a lagoa Mamacocha (a maior da região). O *rondero* Ramón apontava para os pequenos rios que conectavam uma lagoa com a outra. Quando questionei

como sabiam que havia uma conexão entre Mamacocha e o *centro poblado* El Tambo, ele disse que as lagoas alimentavam El Tambo porque eram “aquíferos”. Como tinha expressado linhas acima com o *rondero* Ramón, o uso do termo “aquífero”, inicialmente, foi inesperado, já que era um termo técnico, e devo confessar que em um primeiro momento fiz uma imediata tradução do alimentar à palavra “desembocar”. Não posso negar que eu, como pesquisadora, estava esperando uma explicação que idealizava como “conhecimento tradicional”.

Assim, a palavra “alimentar” apareceu nos meus vários encontros com Mariela, Víctor e Bianca. Contudo, diferentemente dos engenheiros e dos ambientalistas, o “alimentar” era sempre estendido, parecia não ter finitude porque em cada encontro com eles aparecia uma nova entidade (Mamacocha, El Tosmo, a Duenda, o canal, entre outros) que estendiam o meu conhecimento. No entanto, há outro detalhe no alimentar: as histórias que foram expostas neste capítulo foram reveladas sempre compartilhando um prato farto de batatas. Senti-me uma vez na confiança de perguntar sobre o que ocorreria se as pessoas rejeitassem a comida oferecida. Mariela me respondeu: “Fomos ensinados a nunca rejeitar a comida. Se você a rejeita, a comida não volta mais para você”. Na fase de pesquisa de campo, eu estava preocupada com não ocasionar gastos a Mariela e sua família, mas, com o tempo, comecei a perceber que os nossos diálogos mais intensos – quando as histórias foram narradas – foram compartilhando batatas. A pesquisa de Caballero (2013, p. 135), no povoado de Andamarca (centro sul do Peru), aborda o fenômeno de compartilhar comida como “atos criadores de sociabilidade e reciprocidade entre diversos seres, humanos e não humanos (...)”. A autora destaca que recusar a comida implica excluir-se, pois seria um movimento contrário ao que os anfitriões estão propondo. Esse movimento contrário é traduzido pela autora como não dar, reter, acumular, guardar para si, que é negativo e associado à avareza. O que a pesquisadora destaca aqui é que o reter ou cortar a circulação do alimento é um ato de ver ao outro como de fora. Entre o alimentar das águas e o alimento das pessoas há paralelos e conexões impressionantes.

Com o tempo, comecei a perceber que, ao aceitar as refeições com os meus anfitriões, eles queriam estender a mim aquela sensibilidade de viver em um mundo que se alimenta de batatas principalmente, e que, hoje em dia, sentia-se ameaçado pelo projeto de mineração Conga¹¹³. Uma sensibilidade que as pessoas da costa do Peru, como eu, haviam perdido;

¹¹³ Nos meus últimos dias em El Tambo, uma vez estava procurando Mariela, e ela estava preparando um porco para fazer uma festa com outras mulheres, porque tinham feito um mutirão para a construção da casa. A dona da casa nova perguntou para a cunhada de Mariela se eu comia “de tudo”. Ela respondeu: “A Adriana, sim, come de tudo”. Aí a dona se aproximou e conversou comigo. Entendi, por fim, que “comer de tudo” era

como uma professora cajamarquina me disse uma vez: “os *costeños* pensavam que as batatas sempre iriam estar no mercado, quando os *campesinos* estavam lutando corpo a corpo pelas águas da região de Conga”.

Com relação ao movimento das águas, o “alimentar” é um processo em que a água continuamente “nasce aí” e flui, e muitos participam nesse desenho. Assim como o alimentar, o “nascer” é uma palavra muito articulada pelos *ronderos e ronderas* e que aos poucos comecei a entender como realidades emergentes a partir de protocolos específicos.

E o que fazem os *ronderos* é justamente desenhar as suas terras para que o alimentar delas ocorra, para alimentar os seus corpos, a sua família e os seus convidados, como eu.

Escobar (2012) também fala em seu trabalho sobre como os desenhos resistem por serem autônomos, e a autonomia, para ele, está ligada ao que Maturana e Varela (1974) chamam de autopoieses. Para esses autores, as entidades vivas, dinâmicas, que estão sempre se autocriando e mantendo suas premissas originais do que existe, são entidades autônomas. Nesse sentido, se a circulação, o nascer das coisas, é uma premissa sobre o que existe, a maneira como os *ronderos* mudam suas práticas pode ser vista como uma forma de desenho autônomo. E isso fica claro quando questionam se teriam de depender de Yanacocha para a circulação da água, quando a premissa do que existe para Yanacocha é a forma de extrair o ouro. Quando o ouro acabar, a empresa vai embora. Uma premissa que é exposta já há séculos por Guamán Poma (THOMSON, 2002¹¹⁴ *apud* RIVERA CUSICANQUI, 2010) sobre o colonizador, que descreve que comer todo o ouro, todos os dias, quebrando qualquer protocolo de relações com a terra e com o céu, e concluindo que, como somente quer ouro, quando o ouro acabar vai procurar outro lugar onde comer.

Enquanto eles me indicavam onde estava Conga da praça central do *caserío*, entendia que as coisas aqui ocorriam diagonalmente (e, de certa forma, até rizomaticamente) pelo alimentar do cerro das lagoas que vai fluindo por dentro do *cerro* e aparecendo nos *puquios* e por fora pelos rios. As águas alimentam, mas a intervenção no topo das montanhas pela empresa mineira poderia desviar ou bloquear o curso das águas que, pelo fundo (dentro do cerro), fluíam como veias, e rebentavam em *puquios* ou nascentes. No entanto, a ênfase na diagonalidade reside em que existe uma vital preocupação pelo topo da montanha, como nascem as águas, da complexa amálgama de relações que faz a água “nascer” e alimentar.

compartilhar as refeições preparadas na comunidade, e aceitar a comida era entendido como estar disposto a me incluir, o que me permitiria ser convidada para a festa.

¹¹⁴ THOMSON, S. *We alone will rule. Native andean politics in the age of insurgency*. Madison: Wisconsin Press, 2002.

Guiar as águas é desenhar com a natureza sob uma lógica do desenho da própria natureza. A construção dos reservatórios impediria os *campesinos* de El Tambo de participar como desenhistas dessa relacionalidade.

Enquanto esse mundo relacional começa a se tornar visível pelas referências à memória coletiva local e a reinterpretação das histórias, os engenheiros sugeriam cortar todas as conexões para argumentar que Mamacocha pertence a uma bacia diferente das outras lagoas. Mamacocha não sofreria intervenção como as lagoas El Perol, Azul, Mala e Chica, visto que El Tambo está fora da área do projeto. Essa reconexão de El Tambo com Conga pode ser vista como a criação de um espaço dinâmico onde toda a rede começa a tornar-se visível e onde os camponeses começam a reinterpretar o seu lugar. Esse lugar emerge de conexões, e esse novo elemento interfere com o modo de ser camponês porque eles começam a cuidar as lagoas. Como um *campesino* me disse: o papel dos *ronderos* era cuidar dos nossos pertences, hoje é cuidar o que é para todos.

5.6 O OURO DE ATAHUALPA

Voltando ao *centro poblado* El Tambo, sentados à mesa da cozinha de Mariela, comendo batatas e *canchita* (grãos de milho frito ou torrado) e conversando sobre Conga, seu sogro contou uma história, desta vez sobre a lagoa El Perol, onde iria ser uma das cavas do projeto de mineração. Ele tinha ouvido que essa lagoa brilhava nas noites claras, dando a aparência de um grande “*perol*” (uma vasilha semiesférica de metal com asas) feito de ouro. Ele disse: “*debe ser la ambicia*” (deve ser a ambição) para que os mineiros (aqueles que estão a favor da mina) queiram destruir o “Perol”. Em El Tambo, percebi que a palavra “*ambicia*” era indicada como motivo ou causa pela qual os mineiros vendiam suas terras à mina ou estavam de alguma forma apoiando o projeto de mineração. Quando se suspeitava que alguém estava respondendo aos apelos da ambição, estes eram chamados de *tuertos* (tortos) e é por isso que a “disciplina” – aplicação de penas e castigos – dos *ronderos* era importante para “desentortar” as pessoas.

Para Mariela, essa ambição não era desejável para muitos, porque converteria El Tambo em um lugar onde seria necessário comprar a água, o que era inadmissível para ela, como o que tinha ocorrido em Hualgayoc (tema do próximo capítulo). Caballero (2013) indica em seu estudo no sul do Peru que a avareza, assim como a ambição e a cobiça, é algo muito malvisto porque interrompe a circulação, como, por exemplo, da água.

O curioso é que, na cidade de Lima, quando entrevistei a advogada dos *ronderos* de Cajamarca, ela comentou que a história da lagoa “El Perol” tinha sido contada à Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo dirigente da Plataforma Interinstitucional Celendina, que é a organização dos protestos sociais na província de Celendín. Investigando essa história, entrei em contato com o escritor cajamarquino Pereyra Terrones, que escreveu o artigo “O ouro de Atahualpa”. Já estava de volta ao Brasil quando contatei o escritor. Ele contou que tinha recolhido a história de uma senhora idosa celendina, muito antes do conflito em Conga. No entanto, um professor de Celendín, a quem conheci pessoalmente, já tinha comentado que, quando foi professor nas *jalcas*, em 1980, soube que o ouro de Atahualpa tinha sido escondido na lagoa Yanacocha e não no Perol, como era dito atualmente. Recuperando novamente o texto de Pereyra Terrones:

Conta uma velha lenda celendina que há muitos séculos e sabendo sobre o assassinato e execução do Inca Atahualpa, na Praça de Armas de Cajamarca, um grande número dos súditos do monarca que traziam tesouros desde diferentes pontos do Tahuantinsuyo jogaram na lagoa El Perol todos esses carregamentos de ouro para que não caíssem na mão dos gananciosos espanhóis. E os celendinos juram que em um dia claro e com sol é possível ver ainda no fundo da lagoa o brilho de toda essa riqueza aurífera. Nesse caso, o que brilha é sim o ouro. (PEREYRA TERRONES, 2011, tradução nossa)¹¹⁵.

As lagoas guardam o ouro no lugar apropriado, debaixo da terra, que é algo interessante de se comparar com a leitura que Rivera Cusicanqui (2010) faz sobre a obra de Guamán Poma de Ayala sobre a “centralidade” na alimentação exposta nos desenhos da crônica. Aqui, retomo Rivera Cusicanqui (1984) sobre o cruzamento entre memórias “longas” e “curtas”, onde o conflito em torno de Conga também articula processos vividos pelos indígenas desde a conquista da América pelos europeus, o encontro entre Atahualpa e Pizarro, desgraças da colonização relatadas por Guamán Poma de Ayala (2011); esta seria a primeira memória, enquanto a segunda remontaria a processos mais recentes, como os efeitos da mineira Yanacocha na região desde a sua instalação.

Entretanto, eu quero explorar outro ponto para finalizar este capítulo. No início do capítulo, menciona-se a explicação dos *ronderos* a respeito de que ouro e água tinham que estar juntos, e o *rondero* Livaq afirmou que o ouro sustentava as águas de forma que elas pudessem fluir. Portanto, o ouro é um importante elemento conectado à água porque filtra, permitindo a fluidez da água e sustentando nas lagoas a terra para que as lagoas e rios possam emergir. Se as práticas do desenho estão comprometidas com performances e emergências, o

¹¹⁵ Do original em Espanhol.

ouro emerge como importante para estar abaixo, como um “*antialimento*”, tomando emprestado o termo de Davi, o interlocutor de Albert (1995) em seu estudo. Para sustentar a terra, argumenta que o outro deve estar em um lugar de forma que a água possa se alimentar para alimentar. Todas essas reflexões sobre o ouro são parte de um desenho ontológico em que a água e o ouro são construídos para que a vida flua.

O estudo de Albert (1995) é interessante de ser resgatado aqui porque revela a criatividade política de que Davi, um xamã yanomami, faz uso para defender-se dos efeitos dos garimpeiros nas suas terras. A postura de Davi de defender a floresta contra garimpeiros que “comem a floresta” apresenta algumas conexões com o que os Guardiões das Lagoas têm para com Mamacocha. Antes, como Davi relata a Bruce Albert (1995), os espíritos da floresta cuidavam dos yanomami, hoje, com os garimpeiros extraíndo o ouro que deveria permanecer debaixo da terra, o contexto é outro porque estão próximos à queda do céu, que seria o fim do mundo. Para Davi, o ouro é visto como uma coisa escondida no interior da terra, e que lá deve permanecer, debaixo da água dos rios, qualificando-o como um “*antialimento*”, algo que não se come. Tal menção está relacionada com uma referência mitológica sobre Omamë, o demiurgo yanomami que escondeu os metais embaixo da terra a fim de proteger os humanos das doenças que eles produziam na terra.

Então, retomando a frase do *rondero* no início do capítulo, “ouro e água são um só”, como as histórias de Davi, e também as do “ouro de Atahualpa” e de Livaq, existe uma relação entre o ouro e as águas, o ouro fez a bacia na história de Davi, e foi colocada no subsolo pelo seu poder de matar. O ouro, no caso de Conga, sustenta as águas, ajuda a fluir, mas também pode matar ao subir à superfície. Esta realidade se torna visível e se corporaliza pelas práticas. Existe uma relacionalidade entre a água, o ouro e a vida, se o ouro é retirado de onde foi escondido, a água desaparecerá, como ocorre na cidade de Hualgayoc, que descreverei no capítulo seguinte.

Figura 28: Máxima Chaupe nas suas terras na região de Conga



Fonte: Acervo da autora(2014).

Figura 29: Mulheres de El Tambo bajo, esperando para assembleia



Fonte: Acervo da autora, (2014).

Figura 30: Mulher fazendo um chapéu cajamarquino



Fonte: Acervo da autora, (2014).

Al señor

El cerro de Gualgayoc comúnmente conocido por el de Chota, está situado en la Hacienda nombrada Apán propia de Don Josef Antonio Blanco, vecino de la Villa de Cajamarca, distante de la cordillera poco más de media hora, por la parte que mira al Marañón. Este cerro se manifiesta independientemente de otros, que le rodean: por la parte de sudeste está encadenado con una loma a media falda de dicho cerro, la que desciende de la cordillera.

El Temperamento del cerro es frío desde Mayo hasta Agosto; en cuyos meses si llueve es muy poco, por lo que hacen sus heladas, aunque no de mucha consideración, las que son ocasionadas por los vientos del sur, y últimamente descaeciendo este último, se desatan las aguas con tanta fuerza que se hacen intransitables los caminos, hasta fines de abril, que vuelve a abrir el tiempo, por cuyo motivo es así mismo húmedo aquel terreno, y se forman por esta causa formidables atolladeros y resbaladeros; de modo que se hace con mucho trabajo la comunicación en sus pueblos.

De la falda del pico más alto salen varios chorros de agua, que duran perpetuamente, y dirigiéndose uno por la Loma, y faldeando el cerro, se incorpora en el extremo bajo de Micuypampa con el que así mismo, baja desde la cordillera, los que forman en tiempo de seca, un riachuelo capaz de moler un Ingenio aunque no tanto como debe, cuyas aguas se unen con las por el lado opuesto descienden así mismo. Este riachuelo tomando en su curso más aguas se incorpora con el de la hacienda de Llaucán, cuyo nacimiento solo dista tres leguas desta y corriendo por la de Chala, y otros lugares se introduce al Maranhão.

Buscando una etimología do nome deste cerro, en el idioma del país, combienen todos, en que el pico más alto es el que verdaderamente se chama Hualgayoc que quiere decir cerro con gargantilla, y a la verdad lo parece por estar rodeado su falda de infinitos farallones o peñas. En el mismo idioma micuy, son viveres, y que porque aun siendo corto el llano, llaman pampa, así mismo se nombra Micuypampa, que es lo mismo que paraje de viveres y adonde realmente va todo.

(escrito de Joaquín Ramón de Iturralde, 1776).

6 DA CONDIÇÃO DE MINEIROS DO SUBTERRÂNEO À ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Oroooooooooooooooooooooooooooooo!
 Rápido como un veguero se esparció el grito sobre mi pueblo.
 Encrespando las tranquilas aguas de mis pukios.
 Fuerte! se estrelló contra las duras piedras de los Apus.
 Y roto saltó em filudas esquirlas.
 que taimadamente reptaron ariscas rangras
 Intentando em vano alcanzar este hermoso cielo azul.
 Del mas intenso azul que jamás he visto.
 Oro, oro, oro, oro, oro, oro
 Terco, em pálido insiste una y outra vez el eco
 Con su infernal retumbar de muerte
 Saturando los tímpanos
 Orada el laberíntico talatán de inocentes oídos
 Hasta vulnerar las débiles mentes y los pobres corazones de personas desesperadas,
 así de espíritu
 Que teimados por cantos de sirena
 Sumisos arrastran su ser ante el apostólico desbande de terribles
 Fieras en compulsivo afán.
 Quieren rebrentar las entrannhas de nuestras tierras, nuestra madre
 Oroooooooooooooooooooooooooooooo!
 (Poema professor Clavitex).

O *cerro* de Hualgayoc, citado por Ramón de Iturralde é aquele que aparece na parte inferior do quadro do Reino do Peru de 1799 ao qual dedico alguns parágrafos no Capítulo 3. Hoje é conhecido pelo nome de *cerro* Jesus, que, junto com o *cerro* Maria, o *cerro* José, e outro *cerro* mais, formam os Órgãos, os *cerros* que rodeiam a cidade de Hualgayoc. Em 1771, esses *cerros* surgiram com uma “competência especial”, como *lugares* que têm o mineral prata em suas entrannhas. A prata do *cerro* Jesus foi encontrada em *vetas* (veios), e, para a sua extração, foi preciso construir túneis que seguem os veios do mineral. Todos esses túneis do *cerro* Jesus estão conectados, e sua saída principal é o Socavão Real, que eu avistava todos os dias na fase de pesquisa de campo entre 2013 e 2014.

Hoje, as quedas d’água às quais se referia Ramón de Iturralde (1776) parecem ter desaparecido. Nos meses de maio a outubro, o período de seca na Serra, são os carros-pipa que deslocam água para a cidade de Hualgayoc, vinda de algum manancial distante. Os hualgayoquinos que sempre permaneceram na cidade de Hualgayoc, que são poucos, percebem isso, e culpabilizam as operações de mineração da jazida a céu aberto da empresa sul-africana Goldfields. Mas, diferentemente do que ocorreria no *centro poblado* El Tambo, o conflito principal, quando cheguei em 2013, girava em torno da escassez de trabalho. Um projeto de mineração a céu aberto tem duas fases de contratação de mão de obra: a primeira,

de construção, na qual se contrata o maior número de pessoas, e a segunda, de operações, quando baixa a demanda por trabalhadores, e as pessoas sentiam-se excluídas do processo mineiro. A “solução” parecia ser “expandir” as operações, ou seja, ampliar o *tajo* (a cava denominada Cerro Corona), para retornar ao número máximo de trabalho na mina. Se não fosse por Hualgayoc, eu não teria entendido a dinâmica mineira, e, naquele momento entre 2013 e 2014, no qual havia uma crise laboral e eventuais boatos de expansão, ficou esclarecido que o consórcio “mineração-desenvolvimento” estava inter-relacionado com uma profunda transformação da paisagem e das relações sociais previamente existentes, que são ignoradas pelo projeto mineiro.

Este capítulo analisa como um desenho no *cerro* Corona, fazendo dele uma jazida a céu aberto, muda formas de desenhar na terra e formas de ser mineiro. O projeto moderno Cerro Corona, da empresa de mineração Goldfields – La Cima, dinamiza a história mineira de Hualgayoc para consolidar o lema “Hualgayoc foi, é e sempre será mineira”. Contudo, as incoerências são manifestadas quando aqueles que trabalhavam na mina subterrânea de Hualgayoc são excluídos por não saberem trabalhar ou não terem as habilidades exigidas por uma mina dita moderna. A “responsabilidade social” da empresa Goldfields será colocada em xeque, porque, enquanto a empresa alega que está cumprindo o que foi estipulado pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que demarcou os mais afetados em uma Área de Influência Direta (AID), a cidade de Hualgayoc reclama o seu direito de igualdade com relação a outros que tem se beneficiado mais da mineração do que eles.

6.1 HUALGAYOC

Diferentemente de outras jazidas localizadas na região de Cajamarca, como Yanacocha, a maior jazida de ouro da América do Sul e que começou as suas operações em 1992, o centro mineiro no distrito de Hualgayoc existe desde a época da colônia, quando o metal do *cerro* Hualgayoc foi “descoberto”, em 1771, por Don Rodrigo de Torres Ocaña e Don Juan José de Casanova, ambos de origem espanhola, a 70 km de Cajamarca (O’PHELAN GODOY, 1991). Pequenas cidades foram se configurando nas proximidades do *cerro*, como Micuypampa, Purgatorio e, posteriormente, a cidade de Hualgayoc.

De acordo com os estudos de Cardenas Martin (1999), a extração da prata existia entre os nativos, porque era na superfície ou em áreas de oxidação de *vetas* argentíferas, como é Hualgayoc, onde batiam nas paredes da caverna para retirar o mineral. No entanto, o que a

bibliografia indica é que não se desenhavam túneis, batia-se na parede de uma caverna já formada.

Existem relatos de que a prata utilizada para libertar o Inca Atahualpa do aprisionamento de Pizarro veio de Hualgayoc, e muitos espanhóis foram atrás dessa prata seguindo o conhecimento geológico nativo. Não foi preciso esperar muito para que, no ano de 1779, houvesse 882 operários mineiros trabalhando em Hualgayoc, e 86 empresários mineiros que a operavam na localidade, sendo a terceira em termos de população mineira após as jazidas de Cerro de Pasco (Serra Central do Peru) e Huarochiri (parte central da região de Lima) naquela década (CONTRERAS *et al.* 2010). A exploração das minas de Hualgayoc trouxe a presença de numerosos peninsulares que procediam do país Vasco, Catalunha, Canárias, Pamplona, Jaén, Toledo, Galícia, que se consolidaram como “possuidores” das minas, e a mão de obra tinha presença de mestiços, zambos, mulatos, índios procedentes de Cajamarca, Huamachuco, Pataz e Conchucos (O'PHELAN GODOY, 1991).

Na época da colônia, as minas eram da Coroa da Espanha, e aqueles que as “descobriam” eram os posseiros dessas minas. Nos documentos de história que tive acesso (CONTRERAS *et al.* 2010), estes eram os denominados “mineiros”, inclusive as crônicas mantêm seus nomes espanhóis, subalternizando quem realmente materializava aquela ideia do Peru mineiro: os trabalhadores do fundo da mina. De acordo com o Capítulo 3, após a Independência, a procura por minas no *centro mineiro* de Hualgayoc foi incessante, e Hualgayoc foi sendo aperfeiçoado como um centro de extração de recurso mineral, destacado na pintura de 1799 sobre a riqueza mineral do Reino do Peru, e visitado posteriormente por naturalistas, tais como Humboldt e Raimondi. De acordo com o historiador Quiroz Chueca (1999), a tecnologia não mudou muito desde o tempo pré-hispânico, quando a maior inovação foi usar barretas de ferro para desprender o mineral das paredes das *vetas*. No entanto, estas barretas permitiam fazer perfurações aprofundadas, e, sobretudo, vencer a parte resistente do interior do *cerro*. Assim, o desenho de socavão (túnel subterrâneo), lentamente formando o desenho de mundo (ESCOBAR, 2012a; WINOGRAD, FLORES, 1989) naquele espaço, permaneceu como forma de domesticação da natureza, dos *cerros* e de configurações de formas de mobilidade social para os nativos que foram forçados a trabalhar nas fazendas do entorno de Hualgayoc, principalmente as do distrito de Bambamarca¹¹⁶.

A esse respeito, o conceito de “colonialidade” de Aníbal Quijano (2007) é pertinente porque esta forma de relação com a natureza, dualista, definiu uma única competência aos

¹¹⁶ Para saber mais sobre este tema, ver: Deere (1990).

cerros de Hualgayoc: como recursos minerais e como depósitos de minas, que perduram até os dias de hoje. Uma característica central dessa colonialidade é a classificação hierárquica das diferenças, que leva à supressão, desvalorização, subordinação, e inclusive destruição de formas de conhecimentos (ESCOBAR, 2002a). Para ter uma ideia de quantas pequenas minas estavam distribuídas no distrito de Hualgayoc em 1970/1980, na Figura 31, abaixo, estão destacados os dois rios que atravessam o distrito de Hualgayoc. O primeiro é o Tingo/Maygasbamba e o segundo é Hualgayoc/Arascorgue. Estes dois rios são afluentes do rio Llaucano que alimenta o distrito de Bambamarca e posteriormente se encontra com o rio Maranhão. Veja-se bem, seguindo a Figura 31, os projetos mineiros foram localizados na margem dos dois rios principais de Hualgayoc, cujos *relaves* foram evacuados nas suas águas em direção ao distrito de Bambamarca. Talvez este seja um exemplo evidente de como o desenho das minas de Hualgayoc “ferem” outros desenhos, aqueles nos quais os canais são desenhados para alimentar as terras plantadas com batata e milho.

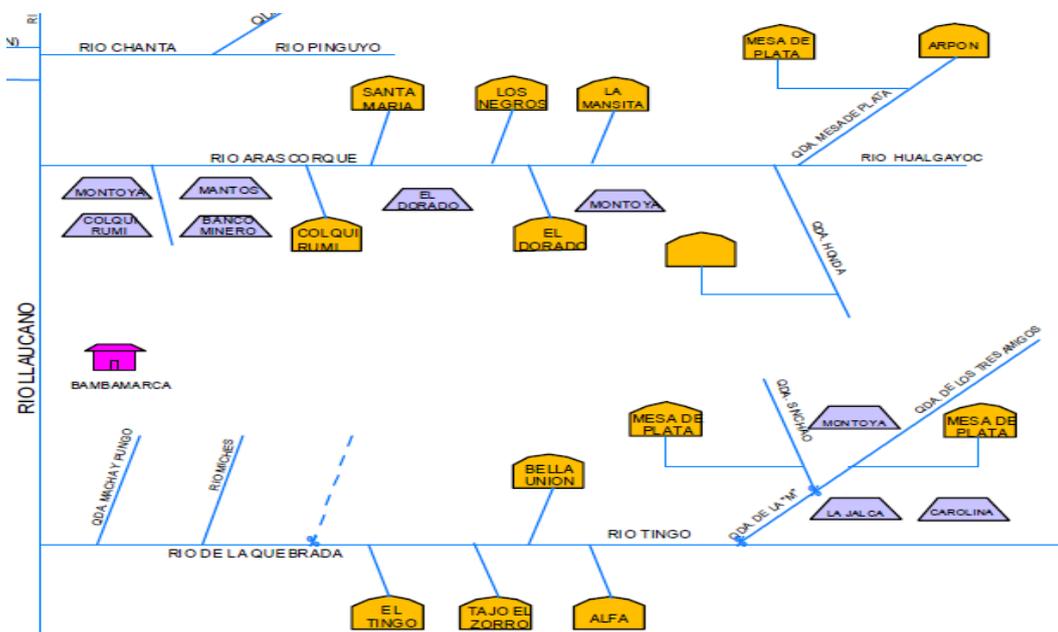
Em 2015, quando eu já tinha retornado ao Brasil, foram a público os resultados da análise de 309 pessoas feita no ano de 2012, por parte da Direção Geral de Saúde Ambiental (DIGESA) do Ministério de Saúde, e cujos resultados, lamentavelmente, recém estavam sendo divulgados após três anos. Os resultados indicavam a presença de chumbo acima dos limites permitidos no sangue das pessoas (CHOLAN, 2015), incluindo crianças de menos de cinco anos de idade. Na fase de pesquisa de campo, as pessoas de Hualgayoc comentaram que eles foram alvos de testes, mas que os resultados pareceriam estar ocultos porque, naquele mesmo ano, 2012, ocorreu justamente o conflito em torno do projeto de mineração Conga (capítulo 5). De acordo com meus informantes, para não aumentar o conflito, resultados que envolviam uma questão de saúde pública foram ocultados por este período.

Os protestos após a publicação dos resultados não se fizeram esperar no distrito de Bambamarca e, com muito menos ânimo, em Hualgayoc. Mas, o curioso é que havendo ainda uma mina ativa, San Nicolás, e que mantinha o escoamento dos resíduos no rio El Tingo, não havia mobilização na cidade de Hualgayoc. Surpreendia-me muito que, realizando a pesquisa em dois distritos contíguos, à uma hora de distância, ambos tivessem projetos de vida tão distintos, e até conflitivos. As pequenas minas tinham fechado no final da década de 1980 pela implementação da política ambiental no governo de Fujimori. Os donos de minas declararam falência e deixaram em torno de 1.200 passivos ambientais. Somente a mina San Nicolás era operada, pela empresa Goldfields e pela empresa Coymolache, que operava no distrito ao lado, Chugur. Encontrar uma mina com capital econômico oriundo da África do Sul foi uma surpresa, a partir do suposto de que a maioria de empresas mineiras é do Canadá.

No entanto, ao pesquisar este fato, vi que havia capitais do México e do Brasil investidos no Peru. Na cidade de Celendín, conheci um padre que tinha participado na greve interprovincial na província de San Marcos quando da instalação do projeto mineiro La Morada da empresa mineira Miski Mayo, subsidiária da empresa brasileira Vale do Rio Doce.

Cesarino (2012) tinha chamado a atenção para este problema, pois representava um desafio à teoria foucaultiana aplicada ao desenvolvimento e às análises das situações de cooperação Sul-Sul, tomando como exemplo Brasil – África. Esta abordagem, por exemplo, em Ferguson (1994) e Escobar (2008), concentra-se no exercício do poder Norte-Sul, tanto para cooperação, como para ajuda internacional. No entanto, analisando os casos de empresas mineradoras do Sul que hoje trabalham no Peru (outro Sul), parecem entrar no esquema de reforçar o aparato burocrático especializado que teria se tornado, principalmente desde 1990, largamente disseminado. Na etnografia, eu tive maior contato com a Gerência de Relações Comunitárias e com a Gerência de Desenvolvimento Sustentável que, gentilmente, permitiram que eu participasse de reuniões e não tiveram dúvidas em comentar as percepções do seu trabalho. Entre os projetos de desenvolvimento da empresa sustentável, estava o projeto Micavir, “*Mejoramiento de los indicadores de calidad de vida de la Población en Riesgo del Distrito de Hualgayoc*”, que tinha contratado agentes de desenvolvimento, principalmente dos distritos de Bambamarca e Cajamarca, para combater os índices de desnutrição infantil no distrito. Eram esses mesmos agentes de desenvolvimento que subiam comigo todos os dias na *van* desde Bambamarca para trabalhar no projeto, e era, também, a reclamação de muitos hualgayoquinos, porque diziam que os bambamarquinos ganhavam ou eram incluídos, e eles não. Portanto, há uma relação curiosa, haja vista que muitos culpam as características do lugar pelo “caminho único” (sem alternativas) da mineração ao mesmo tempo em que desejam trabalho (emprego) oriundo das minas. Cabe aqui descrever brevemente o projeto. O Projeto Cerro Corona operada pela empresa Goldfields é uma jazida de ouro e de cobre operado mediante métodos convencionais de exploração a céu aberto e tratamento de minerais sulfurosos mediante a extração por flotação de concentrado. Ele opera sobre o que era antigamente *tajo* Carolina que é apresentado na Figura abaixo.

Figura 31: Distribuição das minas hoje inoperativas nos rios Arascorgue/Hualgayoc e Tingo. A mina São Nicolás opera o tajo El Zorro



Fonte: Digesa (2011).

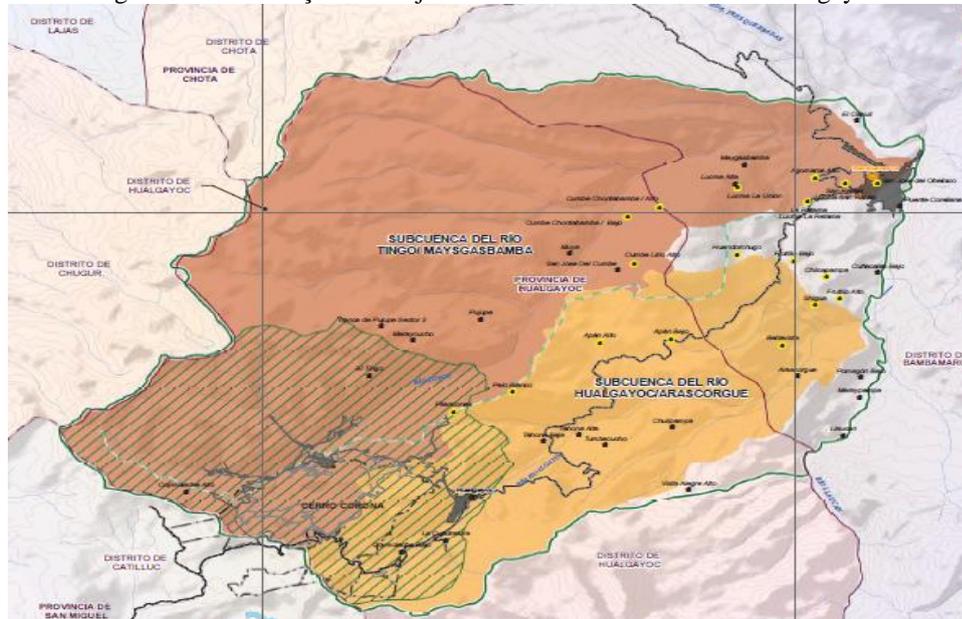
Este concentrado é diariamente transportado em caminhões, por aproximadamente 380 km até o porto de Salaverry (região La Libertad) para posteriormente ser enviado, por via marítima, até as fundações localizadas na Ásia e na Europa. O Projeto está localizado no distrito de Hualgayoc, a 10 km ao noroeste da cidade de Hualgayoc, e a 3.500 metros acima do nível do mar.

A área do projeto compreende as partes altas das bacias dos rios Tingo/Maygasbamba e Hualgayoc/Arascorgue, as quais drenam ao oceano Atlântico pelo rio Llaucano, Maranhão e Amazonas. As obras e instalações da mina ocupam as duas bacias hidrográficas, a do rio Hualgayoc e a do rio Tingo. Na primeira bacia, está localizado o *tajo* (a cava), dois depósitos de material orgânico, duas poças de sedimentação, um *atelier* de manutenção de caminhões mineiros e um escritório. Na outra bacia, está localizado o depósito de *relaves*, o *botadero* de desmonte, a pilha de óxido mineralizado e a planta concentradora, *chancadora*, e quatro *botaderos* de solo orgânico inadequado. A área total do projeto foi estimada em 570 hectares.

A operação mineira se estende desde o pico original do *cerro* Corona, um pico de 3.964 metros sobre o nível do mar até uma profundidade de aproximadamente 3.660 metros (GOLDFIELDS, 2014). Diariamente, o Projeto chega a processar até 17 mil toneladas, situando-a como um projeto de “mineração mediana”, comparada com a mina Yanacocha que está localizada a uma hora e quinze minutos de distância de estrada e que processa até 150 mil toneladas por dia. O desenho em destaque é o *tajo* final, que varia de 71 a 76,24

hectares, estando a área de extensão ao lado norte da cava (GOLDFIELDS LA Cima ampliará operaciones en Cerro Corona, 2014).

Figura 32: Localização do Projeto Cerro Corona no distrito de Hualgayoc



Fonte: MWH (2012).

Se a operação mineira se estende desde o pico do *cerro* de 3.964 m acima do nível do mar até uma profundidade de aproximadamente 3.660 m, a Figura 33, abaixo, mostra visualmente como o desenho da jazida a céu aberto muda radicalmente a sua forma. Da *van* que se desloca da cidade de Cajamarca, as pessoas que viajavam comigo me indicavam que, antes, ao dirigir o olhar para onde estava atualmente a jazida, estava “tapado” (havia um *cerro* lá), e que, hoje, podia-se enxergar até o outro lado do horizonte sem obstáculos. Similar à experiência citada no Capítulo 2 sobre os passageiros que refletiam sobre os 20 anos de Yanacocha ao observar parte da jazida a céu aberto, as pessoas aqui também ancoravam suas reflexões nessas mudanças dos *cerros* do distrito de Hualgayoc. E, sobre estas reflexões, que consegui aos poucos entender, observei como um desenho tão imponente podia afetar na vida das pessoas. Influenciada pelos textos de Winograd e Flores (1989) e Escobar (2012a), as inquietudes se tornavam: como estes desenhos podiam alterar as formas de ser das pessoas de Hualgayoc que se autodenominavam mineiras?

O desenho da Figura 33 é associado ao *boom* do desenvolvimento mineiro que começou na década de 1990. Ele não pode passar despercebido porque o desenho, como sugere Escobar (2012a), torna visíveis as premissas sobre o que existe – desenho ontológico – e, neste caso, o *cerro* Corona emerge como um depósito de mineral de 90 Mt de uma vida útil

que pode variar entre 14 e 18 anos (KNIGHT PIESOLD, 2005). A premissa de extração continua a mesma desde 1771 como é salientado por Alimonda (2014), mas o desenho difere muito e parece trazer mudanças adicionais. A Figura posterior (Figura 34) corresponde a uma foto tomada na década de 1980, quando o pico que hoje é o *tajo* a céu aberto, ainda existia. Muitas pessoas que residiam atrás do *cerro*, por exemplo, do *caserío* Pilancones, caminhavam por essa trilha para poder chegar até a cidade de Hualgayoc a pé. No entanto, hoje, o caminho foi interceptado pela cava, e as pessoas devem se mobilizar pelos caminhos alternativos propostos pela mina; é preciso rodear as instalações e chegar à estrada Cajamarca – Hualgayoc, de carro. Sendo que as pessoas residentes em Pilancones, elas parte do AID e tendo demonstrado preferência para trabalhar na mina, com o dinheiro obtido tiveram as condições para adquirir uma camionete e contornar a mina. Muitos outros, por exemplo, os professores que viajam até o *caserío* para lecionar, mobilizam-se pelo sistema de *vans* que hoje é considerado uma proposta de emprego pela mina. Ou seja, a própria mineração, que destrói aspectos da paisagem, supõe uma reordenação que inclui “novos empregos” (motoristas de *vans*) e isto geraria desenvolvimento na região. Contudo, estes novos empregos só existem porque o desenho da mineração a céu aberto criou problemas (destruição dos caminhos, da paisagem existente, inveja daqueles que não podem comprar carros) e substituiu desenhos anteriores. Aos poucos, comecei a entender que, enquanto caminhos eram apagados pela instalação da mina, a compensação, tal como os reservatórios da região de Conga, por exemplo, aparecia como proposta de trabalho local, no caso de Hualgayoc. E, portanto, o caso vinha sendo considerado “bem-sucedido” por parte da Responsabilidade Social da empresa e apresentado nos relatórios de prestação de contas.

Figura 33: *Tajo Cerro Corona* em 2014

Fonte: Acervo da autora, 2014.

Figura 34: O *cerro* Maria na sua forma original, em 1980

Fonte: Acervo da Autora, 1980.

O distrito de Hualgayoc, juntamente com o distrito de Bambamarca e Chugur, conforma a província de Hualgayoc, onde Bambamarca é a capital. Hualgayoc é formado por 42 *caseríos*, dois *centros poblados* e o centro urbano de Hualgayoc, onde eu conduzi a

pesquisa de campo. Os detalhes da minha inserção em campo foram especificados no Capítulo 2, somente ressalto aqui que Hualgayoc foi um lugar de muito difícil convivência. Primeiro, porque havia suspeitas de que eu fosse contratada pela mina e pudesse estar enviando informações sobre as insatisfações e, conseqüentemente, criar um risco de perda de emprego pelas pessoas. E, em segundo lugar, por ser “de fora”, e, portanto, ser suspeita de estar roubando uma vaga de trabalho que corresponderia a um “hualgayoquino”.

O *centro urbano* de Hualgayoc está localizado a 50 minutos da cidade de Bambamarca, o que me permitiu realizar a pesquisa entre o *centro poblado* El Tambo (em Bambamarca) e o centro urbano de Hualgayoc. A cidade de Hualgayoc é rodeada por três *cerros* cujos nomes são Maria, José e Jesus. Pelos nomes dos *cerros*, pode-se inferir que a religião católica influenciou no desenho na cidade, onde existe uma pequena Igreja de arquitetura colonial em que se conserva a imagem da Virgem del Carmen. Anualmente, celebra-se a Festa da Virgem del Carmen no mês de setembro, e parte do dinheiro repassado pela empresa de mineração para a prefeitura pelo *canon* mineiro foi investido para obras de infraestrutura para a festa: a reforma da *Plaza* de Touros, um ginásio fechado com grama sintética, um hotel para turistas, uma nova praça de armas, entre outras obras. Quando perguntei para uma professora hualgayoquina sobre o porquê da importância dessas obras, ela me explicou que Hualgayoc tinha mudado muito, principalmente em 2008, com a empresa de mineração Goldfields. A “tradição”, como ela se referia, ou seja, organizar a corrida de touros, ter um hotel para receber os hualgayoquinos que migraram pela crise, parecia ser uma forma de ter uma relação com a antiga Hualgayoc. “Se aquilo era tirado dos hualgayoquinos, com que ficariam?”

No entanto, essa ideia de investir recursos na *Plaza* de Touros não era compartilhada pelos agentes do desenvolvimento, que insistiam que o dinheiro tinha que ser investido em programas de educação, saúde e incentivo a um comércio autossuficiente. O centro urbano de Hualgayoc tem sido esvaziado e ocupado sucessivamente por diferentes gerações de pessoas de acordo com os apogeu e crises da mineração. É por isso que os filhos de Hualgayoc (os nativos de Hualgayoc), como se referia dona Joana, tinham migrado para outras cidades, exceto os funcionários públicos, que eram alguns professores das escolas, que tinham permanecido na cidade apesar das crises. De acordo com as pessoas com quem consegui conversar, muitos partiram na década de 1990, quando houve a crise das pequenas empresas de mineração durante o Governo de Fujimori, mas outros retornaram à cidade de Hualgayoc sendo filhos e sobrinhos de hualgayoquinos que nasceram em outro lugar, na diáspora dos pais, ou são de outra origem. Os poucos que permaneceram em Hualgayoc criticavam essas

peças que apareceram justamente na “oportunidade” e, talvez, até conhecendo as “novas rotas” de ascensão social que tinham sido desenvolvidas pela mina Yanacocha quando esta chegou à região de Cajamarca em 1992/1993. O estudo de Bury (2011a; 2011b), por exemplo, explica que a empresa Yanacocha, entre os anos 1992 e 2000, adquiriu mais de 11.000 hectares por US\$ 5 milhões de dólares. No início de 1992, a empresa adquiria terras por US\$ 80 dólares a hectare, no entanto, entre 1992 e 1996, os preços das terras aumentaram em 600%. Na pesquisa de campo, um *campesino* do *caserío* Coymolache informou que o preço que a empresa Goldfields oferecia era de US\$ 200 por hectare, o qual ele disse que lhe parecia muito barato, e por isso não iria vender. Outro residente do *caserío* de Pilacones comentou que seu vizinho estava tramitando o limite da sua propriedade, sendo que o outro estava declarando roubo de parte de seu lote. Enquanto ele mesmo estava tentando anular os contratos daqueles que venderam as terras à Goldfields, por terem feito sem considerar a assembleia comunal. Sobrando exemplos deste tipo, este era um efeito colateral que colocava a cidade de Hualgayoc em desvantagem em razão da indisponibilidade de terra para agricultura.

Em que pese todos estes aspectos, eu queria centrar minhas preocupações de pesquisa especificamente no desenho da cava. Como já tinha indicado no Capítulo 1 (Introdução), eu partia da premissa de que havia diferentes impactos entre a mineração subterrânea e a mineração a céu aberto. Por um lado, as premissas de ambos os tipos de mineração pareciam as mesmas: como extrair o metal, e todo o metal, ou tomando emprestadas as palavras de Guamám Poma, “comer ouro” e “todo o ouro”. Frequentemente, eu subia por Mesa de Plata, entre o *cerro* Maria e o *cerro* Jesus, que era caminho para o *tajo* (cava) do projeto Cerro Corona, a jazida a céu aberto operada pela empresa de mineração Goldfields. A rota estava marcada por diferentes bocas de mina com porta de grade. A história de como este *cerro* se tornou visível como recurso mineral está representada no quadro do reino do Peru de 1779, descrito no Capítulo 3. Neste caminho, chamava a atenção que o novo desenho de mundo da mineração a céu aberto suplantava os velhos modos de operação mineira da região. Velhos modos de operação de mina onde havia certamente relações de pactos no fundo na mina, onde o antigo mineiro seguia o veio do mineral no fundo do socavão ou do túnel da mina.

6.2 O MUQUI E A NOVA MINERAÇÃO

Um mineiro que conheci em Lima e que viveu em Hualgayoc por 10 anos disse-me que uma vez entrou em um túnel de Hualgayoc com um jovem engenheiro na década de 1980. Ele tinha esquecido os planos e voltou para o acampamento e, quando retornou com os planos, seu colega estava estendido no chão, alegando que o *Muqui* apagou sua lâmpada de carbureto com um suspiro, e que o deixou imobilizado, sentindo sua respiração perto da dele, na sua orelha.

Curiosa a respeito desta entidade, o *Muqui*, analisei algumas publicações e encontrei a de Salazar-Soler (2006,1997), que traz depoimentos recolhidos dos trabalhadores de um centro mineiro da região de Huancavelica, no Peru central no final de década de 1970. Quando a autora realizou sua pesquisa, a população trabalhadora no centro mineiro era de 936 homens, dos quais 60% trabalhavam como operários dentro da mina subterrânea e eram pessoas que tinham trabalhado em média 10 anos na atividade. Apesar de terem trabalhado por tantos anos na mina, a autora narra que estes trabalhadores não tinham perdido o laço com sua comunidade de origem, e suas terras eram trabalhadas por um familiar ou até um peão. Todos estes trabalhadores eram *de planta*, ou seja, eram contratados diretamente pela empresa, similar ao caso de Hualgayoc durante as décadas de 1970 e 1980. Ao serem contratados diretamente pela empresa, os mineiros, além de ganharem um salário, ganhavam um *bônus coletivo* pelo rendimento do trabalho na mina.

Figura 35: Boca de Mina (mina subterrânea) em Mesa de Plata (Hualgayoc)



Fonte: Acervo da autora (2014).

De acordo com a autora, o *Muqui* é o guardião e o dono da mina e não está associado com a gênese da mina, mas com o seu poder de fazer aparecer e desaparecer o mineral aos trabalhadores que dela vivem:

Como agem os mineiros de Huancavelica diante deste ser poderoso, generoso e perigoso, fecundo e faminto? Existem dois tipos de relações que mantêm os trabalhadores com o *Muqui*: os pactos individuais e o ritual coletivo. Os mineiros dizem que o *Muqui* aparece para os trabalhadores oferecendo riquezas, bem-estar e mineral, em geral, em troca de oferendas de diversos tipos, que podem variar desde folhas de coca, cigarros e bebidas alcoólicas até a vida de um animal ou de uma pessoa. A divindade da mina se compromete a entregar o mineral ou o veio já trabalhado, isto pode ser feito em várias etapas, cada uma com as quais se constitui a renovação do pacto com as oferendas acima descritas. Uma vez cumprido o pacto, a entrega do mineral, o *Muqui* exige a sua parte ao trabalhador. O incumprimento do prometido suscita a cólera do *Muqui* e uma punição que se pode traduzir em uma doença, acidente ou própria a morte. Os mineiros de Huancavelica realizam uma vez ao ano (em geral, no mês de agosto) um ritual coletivo em honra da divindade da mina para lhe pedir fecundidade para a mina, bem-estar e proteção. (SALAZAR-SOLER, 1997, p. 431, tradução nossa)¹¹⁷.

São interessantes as relações entre o mineiro e o *Muqui* porque expõem que, para o mineiro, o interior de uma montanha não é inerte ou sem vida e que a relação seja de todo instrumental; ocorrem “pactos” para poder ter acesso ao mineral, nos quais a vida do próprio trabalhador também é negociada. Entretanto, seus estudos ficam ainda mais interessantes quando, posteriormente, a autora (SALAZAR-SOLER, 2006) visita seu local de pesquisa de campo passados 20 anos, que, calculando, deve ser na década de 2000. Nessa época, a mina estava em processo de *cierre* (fechamento) e, dos 900 trabalhadores, permaneciam somente em torno de 300, dos quais 200, a maioria, trabalhavam pelo sistema denominado *contrata*, similar ao sistema de terceirização. O que foi observado pela autora é que as pessoas já não faziam os “pactos” com o *Muqui* porque, segundo depoimentos, o *Muqui* tinha abandonado a mina e viajado para a mina Yanacocha, na região de Cajamarca. Salazar-Soler (2006) alega que não seguiu o *Muqui* porque, a partir de 1990, os estudos na Antropologia sobre mineração, e principalmente em Cajamarca, concentram-se nas relações entre a mina e suas áreas de influência direta, e não tanto nos seus trabalhadores. Porém, a pesquisadora continua suas pesquisas em outros centros mineiros artesanais onde outros seres não humanos aparecem, tais como a *Gringa* e o *Chinchiliko*, para negociar com os mineiros.

Quero chamar a atenção para o trabalho de Salazar-Soler (2006) pela forma como os seus informantes falam de uma série de pactos que devem ser perpetuados para serem “positivos”. Cavalcanti-Schiel (2007) alega que o calendário ritual nos Andes é uma

¹¹⁷ Do original em Espanhol.

renovação cíclica de protocolos específicos ou pactos para a continuidade da vida. Nesse sentido, os constantes “pactos” com o *Muqui* permitiam fazer contribuições ao dono da jazida, o *Muqui*, com coca, álcool ou alguma “alma jovem”, para eles poderem extrair o mineral que lhe permitiria ganhar o seu salário. Essa discussão já tinha sido realizada a partir do depoimento de dona Vila (Capítulo 5), que narrava da história sobre as lagoas que tentavam com ouro aos que passavam por perto delas e ela tomava para si alguma coisa em troca.

A minha inquietude após ler esta pesquisa residia na possibilidade de pensar se o *Muqui* tinha “partido” porque os mineiros tinham perdido a “experiência” de estar na mina, desenhando o túnel. A nova tecnologia da mineração moderna tinha alterado a forma de extração, e o mineiro não estava tendo a experiência de ele mesmo perfurar o socavão (a mina subterrânea), mas hoje era a máquina que, por assim dizer, tinha a experiência no lugar do mineiro. Esta inquietude também partia de um encontro com um mineiro que ainda trabalhava na única mina pequena do entorno. De volta a Hualgayoc, uma vez, andando a pé por “Mesa de Plata”, caminhando para o “Cerro Corona, apareceu um senhor montado em seu cavalo usando um capacete de minerador. A pessoa vinha da mina São Nicolás. Ele (o mineiro) insistiu que já me tinha visto rondando por aí, e, diante da insistência, embora não fosse verdade apresentei-me como sobrinha de Dona Joana. Em seguida, ele advertiu:

Não ande sozinha nem fique por perto das “bocas de mina”. O *Muqui* pode aparecer por aí, às vezes pode aparecer em forma de uma pessoa familiar para te enganar e te levar para um lugar de onde você nunca poderá sair. Depois fica lá, encerrada por toda a vida. (Depoimento de um mineiro de San Nicolás, encontro em abril de 2014, tradução nossa)¹¹⁸.

Essa fala do mineiro, que por fim terminei sabendo que conhecia bem Dona Joana, explicava que o *Muqui* podia aparecer em forma de uma pessoa “simpática” para mim, de corpo diferente, para me puxar para o seu mundo, de onde eu não poderia sair. Ele me explicava que eu estaria como em um “quarto sem porta de saída”. Um texto de Cavalcanti (2014) destaca, a partir da sua pesquisa em uma comunidade quéchua na Bolívia, que, nos Andes, certos seres podem se apresentar de forma humana para que possam interpelar os humanos e lhe subtrair alguma vitalidade, parcialmente similar com o perspectivismo ameríndio (de Eduardo Viveiros de Castro e outros autores). Encontrei este mineiro em outras ocasiões nos espaços da Mesa de Diálogo que ocorria na cidade de Hualgayoc, e ele me disse

¹¹⁸ Do original em Espanhol.

que ter bom *ánimu*¹¹⁹ é a melhor proteção contra o *Muqui*, para ser forte e não apelar aos desejos deste ser¹²⁰.

Chamou minha atenção que, para este mineiro, o *Muqui* não parecia ser generoso; ao contrário, parecia um ser faminto, como as lagoas da região de Conga. Em uma conversa com dona Joana, ela me contou que o seu pai tinha morrido em um desmoronamento da mina, assim como um de seus filhos aos 25 anos de idade. Antes da morte do primeiro, Dona Joana me revelou que seu pai tinha conversado com sua mãe e comentado sobre a aparição do *Muqui* e seu pedido por algumas almas jovens em troca do mineral. Seu pai contou para o capataz sobre o ocorrido e, poucos dias depois, ele morreu em um desmoronamento. Dona Joana sempre ficou com a dúvida de que o próprio capataz ofereceu seu pai ao *Muqui* como oferenda para ter acesso a tais metais preciosos. A pesquisa de Kato (2004) sobre o norte do Peru explica que as pessoas que desejam acumular dinheiro são acusadas de terem feito um pacto com o Diabo no qual elas desfrutam em vida as riquezas que o Diabo transforma (o carvão em ouro) e, quando morrem, seus corpos são demandados por ele. Diferindo de Taussig (2010), o autor explica que o sistema na sociedade camponesa é relativamente fechado, e que existe um limite na soma das coisas boas. Por isso, se alguém obtém muitos bens, acaba por reter as oportunidades de outras pessoas. Nesse contexto, aparece o “compactado” como uma pessoa que pode desfrutar as riquezas durante a vida, mas na morte será escrava do Diabo. Com base nesta pesquisa e no sugerido por Cavalcanti, pode-se pensar que a atividade da mineração, que pode tornar as pessoas ricas, não é de graça, e estes donos são acusados de entregar as almas dos seus empregados em troca de salvar a sua.

Mas este mineiro trabalhava de uma forma artesanal, e as outras pessoas de Hualgayoc me falavam do *Muqui* como uma estória (do passado). E, ao observar o desenho a céu aberto, realizado por máquinas gigantescas e não por pessoas, ou seja, os mineiros, compreendi que havia mudanças sérias. Hoje, com a empresa de mineração moderna, Goldfields – La Cima, o desenho do *tajo* da jazida de Goldfields, chamado de *Cerro Corona*, é realizado por meio da perfuração, explosões e carregamentos (KNIGHT PIESOLD, 2005). Esse trabalho somente pode ser feito por maquinaria pesada (perfuradora, escavadora, caminhão basculante), em que, para cada tonelada de terra, é possível extrair um grama de ouro e de 0,7 a 0,9 gramas de cobre. Fry (2012) chama a atenção para como nossas habilidades (referindo-se ao mundo ocidental) foram expropriadas e externalizadas por tecnologia criada por nós mesmos e que

¹¹⁹ O *ánimu* pode se separar do corpo quando é “agarrado”.

¹²⁰ No entanto, outras pessoas me advertiam também que fosse cuidadosa ao andar sozinha porque, ao me verem sem laços familiares em Hualgayoc, eu poderia ser uma boa “oferenda” para efetuar pactos.

tem a capacidade de fazer a mesma tarefa. No entanto, de acordo com o mesmo autor, estas máquinas também trazem novas habilidades ao nosso mundo, moldam-nos, exigindo que os novos mineiros devam aprender tais habilidades. Durante a pesquisa de campo, os mineiros que trabalharam na mina subterrânea até a década de 1980 informaram que, ao solicitar trabalho à empresa Goldfields – La Cima, os representantes da empresa diziam que eles não eram mais “mineiros” dentro do contexto atual da mineração moderna no Peru. Não sabiam fazer os novos procedimentos que o trabalho exigia apesar de que muitos tinham décadas de experiência trabalhando no fundo de uma mina.

Para mim, era difícil acreditar que os velhos mineiros manifestassem a nostalgia de uma Hualgayoc com histórico de frequentes mortes que ocorriam no trabalho dentro das minas. No entanto, as pessoas com as quais conversei na cidade queixavam-se de que Hualgayoc, sendo Área de Influência Direta (AID) das operações do *Cerro Corona*, aquela que sente os impactos de ter uma jazida por perto, não usufruíam das ofertas de trabalho geradas pela mina. Eram principalmente pessoas de fora (de Hualgayoc) que podiam aproveitar os trabalhos oferecidos pela mina, pois requeriam qualificações, discriminando quem era hualgayoquino (do lugar). Muitos me contavam que essas pessoas apresentavam os seus currículos para trabalhar e eram contratadas, quando os hualgayoquinos, pelo fato de serem do lugar, deveriam ter preferência na contratação.

Eles agregavam que, para negociar algum tipo de benefício para os hualgayoquinos, isso deveria ser feito em reunião, nas mesas de diálogo, e com os Gerentes do setor de Relações Comunitárias e o Setor de Desenvolvimento Sustentável. Porém, o protocolo para lidar com os Gerentes é burocrático e tortuoso: “eles nunca estão em Hualgayoc”, como me dizia uma mulher da comunidade El Tingo que queria resolver uma questão da escola. De tanto insistir com a Goldfields e o gerente não estar, foi até a mina de San Nicolás, falou com o engenheiro e, em 24 horas, resolveram o problema. O acampamento dos funcionários de Hualgayoc era a 15 minutos de *van* da cidade, e trasladavam-se em camionetes até a cidade de Hualgayoc quando havia reunião. Eles estavam estritamente proibidos de oferecer carona aos residentes porque, caso houvesse um acidente, a empresa teria que se responsabilizar.

Na cidade, havia um escritório da empresa, onde trabalhavam principalmente os membros do setor de Relações Comunitárias, mas que careciam de poder de decisão. Assim, chamou minha atenção que a categoria AID, para o caso de Hualgayoc, aparecia para “incluir” a todos aqueles que sentem os impactos do Projeto Corona, mas também parecia que “domesticava” a forma como seus residentes se relacionavam com o *cerro*, com a cidade, com os engenheiros, entre outros. Eram “outros protocolos”, porque, a partir do momento em que

alguém é parte do AID, torna-se beneficiário do Projeto, e, portanto, simplesmente “ouvidor” (cliente) de propostas de projetos de desenvolvimento.

6.3 SER MINEIRO POR NATUREZA

Conheci Don Noé Zúñiga, hualgayoquino, autor do livro *El Socavón Compactado* (1990) durante a pesquisa de campo. O romance faz referência a um tesouro escondido nas profundezas das minas cujo proprietário tem colocado dificuldades para que o mineral fique propositadamente intocado. O tema do romance diz que a fortuna deixada por Don Josef Casanova, o primeiro mineiro de Hualgayoc, foi conseguida por meio de um pacto com o Diabo¹²¹ em troca de sua alma. Diante desse contexto, Don Noé desenvolve a trama de seu romance. No entanto, o escritor também adiciona certos dados históricos no decorrer do livro. Perguntado sobre esses dados históricos, ele narra que fez algumas pesquisas sobre o “descobrimento” do mineral de Hualgayoc¹²²:

Uma vez que, na época da colônia, comercializavam-se os produtos manufaturados que vinham da Espanha com os produtos da Selva (tabaco, coca, entre outros) por *trueque* (intercâmbio entre produtos) por uma rota que unia a cidade de Cajamarca (parte andina) com a cidade de Chachapoyas (terras altas da Amazônia peruana). Uma vez, o chefe da expedição, o espanhol Rodrigo Torres de Ocaña, estava realizando aquela rota para o comércio de produtos. Essa viagem se realizava em cinco *pascanas* (jornadas), e a primeira jornada terminou em Mesa de Plata, que é muito próximo ao centro urbano de Hualgayoc. O grupo de comerciantes acampou em Mesa de Plata e, como havia muito pasto, porque era verão, as mulas foram procurar comida e se perderam. Assim, aqueles que acompanhavam Don Rodrigo, que não tem nome na história, prepararam uma fogueira para procurar as mulas, contudo, ao amanhecer, perceberam que onde foi instalada a fogueira aparecia como um suco de metal que brilhava. No início, alegaram que era azougue (mercúrio) e chamaram o chefe da expedição, Don Rodrigo. No entanto, como o líquido se solidificou durante o amanhecer, Rodrigo de Ocaña afirmou que era prata e não azougue e abandonaram imediatamente a missão para voltar para Cajamarca e fazer as gestões respectivas para extrair a prata. O lugar onde se encontrou o metal foi denominado de “Nossa Senhora da Aurora”, porque foi no amanhecer que aquele

¹²¹ *Compactado* é uma palavra que Dona Joana, um mulher hualgayoquina de 60 anos de quem eu alugava um pequeno quarto, utilizava. Pelas referências que tenho dela, e do que tenho lido (Kato, 2004), um compactado é aquele que faz um “acordo” com o Diabo, ou seja, para ela um “inimigo”.

¹²² Esta história do escritor destaca o descobridor espanhol Rodrigo Torres de Ocaña como aquele que dá o veredito final: “é prata”. No entanto, seria interessante poder saber o contexto desta história. De acordo com as pesquisas de O’Phelan Godoy (1991), o mineral de Hualgayoc não somente modificou a estrutura econômica da região norte, também propiciou um notável movimento migratório daqueles que chegaram ao centro mineiro atraídos pela possibilidade de fazer lucro pelo comércio e pela mineração. Pelas anotações de O’Phelan Godoy (1991), o contexto em que foi trabalhada a primeira mina era o contexto das Reformas Borbônicas. Para muitos comerciantes da região norte de Piura, o centro mineiro foi uma alternativa viável para colocar uma série de produtos que tradicionalmente tinha coberto o mercado Panamá. No entanto, no século XVIII, os barcos não tinham mais o medo de ir até Cabo de Hornos (sul do Chile) para comercializar, e o porto El Callao (Peru) perdeu exclusividade do comércio.

líquido se tornou prata, e de quem se fez um templo na primeira cidade. (Depoimento de Don Noé Zúñiga, abril de 2014, tradução nossa)¹²³.

De um olhar crítico, a forma como é contada a história de Hualgayoc legitima que o destino de Hualgayoc seja, por natureza, mineiro. No entanto, esta história deve passar por uma reflexão crítica. Seguindo o historiador mexicano Edmundo O’Gorman (1986) e sua tese sobre a “Invenção da América”, publicada em 1958, temos a proposta de sempre olhar para a história como um processo produtor de entidades históricas e não como um processo que entende por dado a existência de tais entidades. Em outras palavras, os dados que são apresentados não podem ser analisados sem as suas condições prévias. O “descobrimento” de Hualgayoc não pode ser tomado como um mero dado sem considerar as condições que levaram a que os espanhóis procurassem as minas.

Efetivamente, assim como relatado no Capítulo 3, o final do século XVIII é peculiar para o Peru porque foi um momento prévio à Independência em que os *criollos* (os filhos dos espanhóis nascidos no Peru) estavam concebendo a ideia de “pátria” a partir do conhecimento profundo de seu potencial em recursos naturais, distanciando-se cada vez mais do passado indígena. Desse modo, é preciso ter em mente que o que está em jogo é a luta pelo controle da narrativa histórica, em que os *cerros* de Hualgayoc são empórios de riqueza, e as pessoas nativas “inexistentes”. Entretanto, havia outros dados que apareciam quando falava com as pessoas. Assim como na cidade de Celendín se referem a que o “ouro” de Atahualpa tenha sido escondido na lagoa El Perol, um lugar propício por não estar à vista daquele que “come ouro”, uma vez, durante a fase de pesquisa de campo na cidade de Hualgayoc, uma professora hualgayoquina afirmava com orgulho: “o mineral do resgate de Atahualpa veio daqui, de Hualgayoc”. A professora Fabiola viveu toda sua vida na cidade de Hualgayoc e trabalha como professora no Colégio Joaquim Bernal, localizado na mesma cidade. Seu pai, já falecido, tinha trabalhado na mina Los Mantos, que deixou de funcionar antes de 1990, e lá era chefe de planta. Fabiola me dizia que ela entendia de mineração porque seu pai conhecia muito bem o processo de separação do mineral do material inservível com o azougue. Seu pai não tinha título universitário, ele aprendeu sobre minas trabalhando junto com os engenheiros.

Para Fabiola, a paisagem tinha mudado desde que chegou a empresa Goldfields, e aqui se observa também como a água é um ente crucial para entender esta modificação. Na época de verão (maio a outubro), como descreve Fabiola, sempre havia menos água nos mananciais que alimentavam a cidade, no entanto, sempre havia os *puquios* (olhos d’água) que nunca

¹²³ Do original em Espanhol.

falhavam, e as famílias traziam desses *puquios* a água para preparar os alimentos. Havia uma nostalgia pelos *puquios*. Enquanto falávamos, Fabiola os descrevia como infalíveis, apesar das mudanças de estação de verão e inverno. Ela descrevia que, com a mineração subterrânea, os *relaves* eram jogados nos rios que se dirigiam na direção águas abaixo, que, neste caso, resultavam no rio Llaucano, no distrito de Bambamarca. Os *puquios* sempre traziam água e eram onde as pessoas buscavam sua água.

A falta de água nos *puquios*, fenômeno por toda a cidade, era o maior mal-estar para as pessoas que tinham vivido a maior parte de suas vidas na cidade de Hualgayoc. Se o desenho de mundo anterior era contaminador dos rios, pelo menos os olhos d'água existiam e alimentavam o município. Com a pujança do desenho de mineração a céu aberto, isso se modifica. Atualmente, as pessoas têm que beber água que é deslocada por “carros-pipa” e, quando abrem a torneira, percebe-se que é uma água diferente (de gosto desagradável, com bichinhos, como dizem). Além de Fabiola, uma senhora hualgayoquina comentou que, antes da chegada da Goldfields, ela “puxava” água de um olho d'água (manancial) próximo. Ninguém ocupava aquele terreno do olho d'água, ele estava abandonado, e muitas famílias o frequentavam. No entanto, o dono do terreno apareceu em razão das notícias da chegada da Goldfields e não permitiu mais a passagem para que as pessoas usassem o seu manancial e nem se sabe se o olho ainda existe porque em Hualgayoc rebentavam as águas, agora não tem mais *puquios*.

Para ela, esse era o impacto maior desde a chegada da empresa Goldfields, o desaparecimento das águas, contudo, seu esposo, que estava presente, afirmava que também havia coisas positivas: “não faltava trabalho em Hualgayoc”. Ele narrou que, quando ele era pequeno, seu pai chegava exausto e sujo em casa após trabalhar na mina, e o jovem se prometeu nunca trabalhar na mina. Em abril de 2014, quando o conheci, ele trabalhava para Goldfields, no laboratório, em um sistema de sete dias, na semana seguinte sete noites trabalhando e depois sete dias de descanso, e seu pai conseguiu um posto importante na prefeitura. Gutierrez justificava sua opção de trabalhar na mina justamente porque Hualgayoc é um povo “doente”. Para ele, Hualgayoc depende da mineração e, naquela fase de *cierre* de minas, começo de 1990, Hualgayoc quase “morreu”. A única forma de manter Hualgayoc com vida é que continue sendo mineira, e, “por isso, eu digo, se em um lugar não houve mineração, que melhor que não exista, nisso os de Conga estão certos”. Entendi que o “morrer” na sua fala era que a cidade ia ficando sem circulação de dinheiro pela falta de mineração na época, foram poucos os que, como dona Joana, conseguiram, mesmo com quase 20 anos sem mineração, sustentar seus filhos sem minas. Mais adiante, descobri que o pai do

jovem Gutierrez foi o líder do maior protesto de Hualgayoc contra a Goldfields e hoje, após ter obtido seu trabalho na empresa, não se manifesta mais. O jovem Gutierrez, que também trabalhava na rádio, tinha obtido trabalho na mina em troca de não difamar a mina pela rádio. Os antecedentes dos hualgayoquinos que tinham obtido algum benefício com a mina não eram bons: não queriam mais comer junto com outros, não queriam dar carona, havia suspeita de que tivessem feito pactos com bruxos. Veja-se bem que a lógica dos pactos não pode ser descartada, a suspeita de pactos escondidos daqueles que conseguiram algum benefício com a mina é relatada. Por sua vez, os gerentes de Relações Comunitárias e de Desenvolvimento Sustentável, em conversas informais, comentavam que alguma coisa ocorria na “alma” dos hualgayoquinos quando chegavam os projetos mineiros. Eu questionei sobre a interferência da entrada da mina nas relações locais, e os dois ficaram me olhando e me disseram: “e o desenvolvimento?”

6.4 ÁGUA, DESENHOS E TRABALHO

A proposta de Goldfields é a Responsabilidade. Hualgayoc necessita emprego, El Tingo necessita emprego. Vocês nos deram à bem-vinda, mas a comunidade El Tingo entregou as suas terras, com eles nós temos um compromisso formal e moral. Goldfields processa 17.000 toneladas por dia, Yanacocha 150.00. É uma mina mediana porque as medianas vão de 5.000 a 50000 minas. Goldfields tem o seu tamanho. Pelo tamanho, pode dar trabalho. Pode-se melhorar o trabalho, mas tem o seu limite. A mineração sempre vai a ser uma opção para Hualgayoc antes, durante e depois. Vocês têm que ter isso presente no seu futuro a mediano prazo. Vocês têm 300 anos de mineração. Mineração é uma opção hoje e no futuro. Têm que pensar que Hualgayoc é uma realidade minera, porque assim foi o destino de Hualgayoc, assim Deus o quis. (Depoimento de Gerente de Relações Comunitárias, março de 2014, tradução nossa)¹²⁴.

Encontrei este pilar, a água em Hualgayoc, em depoimentos bastante diversos e retomo ainda a conversa com Fabiola, a professora. Fabiola lembrava que, primeiro, nas partes altas dos *cerros*, podiam-se encontrar fontes de água cristalina, que os engenheiros usavam como água destilada. E, segundo, porque os hualgayoquinos eram da cidade, precisavam de emprego na mina para ganhar um salário; não viviam da agricultura como as pessoas do campo, como os de Bambamarca. Fabiola lembra quando chegou a empresa de consultoria ambiental Knight Piesold, que realizou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Esta fez enquetes a cada família sobre vários assuntos, particularmente perguntando quais eram os meses em que havia “deficiência” de água, quantas pessoas residem na casa, qual a ocupação, a renda, expectativas, quantos animais cada um tinha em tal ano e quantos têm

¹²⁴ Do original em Espanhol.

hoje. De acordo com as palavras de Fabiola: “chegaram ao fundo de cada família”. Em capítulos anteriores, ao analisar o EIA, já se tinha discutido como um EIA é um instrumento que reconhece o terreno para poder prever os impactos, caso o projeto de grande escala venha a ocorrer. Se fôssemos comparar com a pintura de 1799 do Reino do Peru, discutida no Capítulo 3, a lógica não mudou muito em relação ao que os engenheiros denominam de “linha base” do EIA. A linha base é um inventário de todos os recursos naturais e das comunidades rurais na Área de Influência Direta, com as suas características socioeconômicas (LI, 2009a, 2015). Uma vez realizada a identificação, a outra parte do EIA é identificar os impactos. Li (2009a, 2015) tem observado que, no caso de Yanacocha, nas apresentações públicas e nos materiais educacionais sobre o meio ambiente, os especialistas ambientais da mina diferenciam entre a palavra “contaminação” e “impactos”, aspecto que também é observado no meu estudo. De acordo com o observado por Li (2015), os especialistas alegam que toda atividade humana gera um “impacto”, em contraste, definem “contaminação” como um efeito crítico, irreversível. Este dado que nos proporciona Li é interessante porque, no caso de Hualgayoc, os engenheiros com os quais conversei também estabelecem claramente tal diferença.

Os engenheiros da empresa Goldfields contaram que a “contaminação” foi efeito das atividades das empresas de mineração de 1970 e 1980, as de mineração subterrânea, inclusive a mina São Nicolás, que contaminam até os dias de hoje os rios Tingo e Hualgayoc porque as chuvas ainda levam parte da terra extraída com substâncias tóxicas. Essas minas contaminaram e continuam contaminando. A empresa moderna é diferente. De acordo com os documentos da empresa (GOLDFIELDS, 2014), o projeto do *Cerro Corona* foi desenhado para consumir duas fontes de água. A primeira é vinda das chuvas, que são armazenadas no depósito de *relaves*. Mediante um sistema de bombeamento, a água de chuva é enviada à planta de processos para ser usada nas diversas etapas do mineral até obter o concentrado do mineral. A água residual é derivada continuamente do depósito de *relaves*, repetindo o ciclo, ou seja, a mesma água é ciclicamente usada. A segunda são os poços subterrâneos que estão localizados no mesmo *tajo* (cava). As pessoas que residem dentro do AID alegam que esses poços subterrâneos são os responsáveis por “secar” os *puquios* e mananciais da área por sucção de água do subsolo. O gerente de operações me explicava que a falta de água ocorreu justamente porque houve um aumento da população urbana que se instalou na cidade à procura de trabalho na mina. O sistema arcaico de tubulação de água era insuficiente para poder abastecer toda a população e entrou em colapso. Assim, eles assumiram o abastecimento de água para a população por meio do deslocamento de água de outras fontes

por carros-pipa, que é parte da sua política de responsabilidade social. Mas o que me surpreendeu é que as pessoas que faziam este serviço, de deslocar a água em carros, podiam ser pessoas do AID que quisessem se tornar empresários e receber apoio da empresa. Nesse sentido, o desaparecimento das águas, seja pelas causas que fossem, surge como uma oportunidade de projeto de desenvolvimento que contempla promover a geração de trabalho na área de influência. Aqui começou uma indagação minha aos textos de Ferguson (1994) porque, se o autor se referia a projetos de desenvolvimento sendo construídos a partir das faltas e excessos do público alvo, ao parecer, essas faltas e excessos eram produzidos pela própria mina, neste caso. Comparado com o caso do desenho dos reservatórios na região de Conga analisado no capítulo anterior, não é diferente.

Porém, apareciam mais problemas. Nas minhas últimas semanas em Hualgayoc, ainda no ano 2014, a Gringa, dona do manancial que estava sendo alugado pela empresa para poder fornecer água à cidade, não permitiu a passagem dos caminhões-pipa para recolher a água para distribuir na cidade de Hualgayoc. Por quatro dias consecutivos Hualgayoc estava sem água: nem da chuva, por ser verão, nem por carro-pipa. Quando questionei o Diretor da escola, chefe de Fabiola, sobre o problema, ele me disse que a Gringa era uma *campesina* que está dentro da Área de Influência Direta (AID) da mina e que tinha se tornado “empresária comunal” e alugava máquinas à empresa. Ser “empresário comunal” era uma opção de trabalho proposta em negociações entre o AID e Goldfields, para poder ter acesso às oportunidades de trabalho pela demanda de construção do projeto *Cerro Corona*. Aqueles que adquiriram maquinaria pesada, o investimento maior, foram justamente aqueles que venderam as terras à Goldfields, aqueles que tinham no subsolo o tão demandado mineral do *caserío* Coymolache. Estes podiam dispor do dinheiro da venda para investir na compra de maquinaria e alugar para a empresa. Mas, aqueles que não foram contemplados para compra de terras, e sendo da Área de Influência Direta (AID), não tinham as mesmas facilidades para conseguir trabalho na empresa Goldfields, sendo 2014 uma situação muito mais crítica, porque era etapa de operações e não de construção. Para poder voltar àquele pico de demanda por trabalho, a estratégia parecia ser ampliar as operações da mina, expandir o *tajo*, aniquilar mais *puquios*, para contratar mais empresários comunais com seus carros-pipa, articulando a história linear de Hualgayoc, de que é mineiro, quando muitos não podiam ser mineiros por não terem habilidades para serem empregados em uma mina moderna. Quantos buracos mais eram precisos para criar postos de trabalho? O desenho não possui sustentabilidade e está sempre na possibilidade de expansão significativa da área de mineração para poder resolver problemas que ela própria criou.

A Goldfields não tinha renovado o contrato de aluguel das máquinas da Gringa, assim como de muitos outros, porque era etapa de operações, e não se requeriam os serviços. Na exigência de renovar o contrato, Gringa não permitiu a entrada dos carros-pipa e deixou Hualgayoc quatro dias sem água. Sem um manancial onde buscar água, as famílias ficaram quatro dias sem a fonte usual de água. Ao ser perguntada sobre isto, Fabiola me explica que a empresa Goldfields – La Cima veio com uma série de classificações para poder ter acesso aos benefícios. De acordo com o depoimento dela:

Antes da Goldfields, as pessoas trabalhavam, mas eram menos egoístas. Com a chegada da Goldfields, esta empresa os maneja de outro modo. Não sei se é pela sua política ou pelos seus interesses. Mas antes, claro, Hualgayoc tem sido mineiro por natureza porque assim se criou Hualgayoc, pela mineração. Mas as empresas mineiras que vieram naqueles tempos, ou seja, o trabalho era livre, por exemplo, eu dizia “quero trabalhar na empresa Emilio Montoya Zambranos”, uma das empresas daqui, e a pessoa ia, pedia trabalho e lhe davam. A maior parte dos trabalhadores era do local. Mas, hoje o que está ocorrendo, é que eles (a GF) vem com uma outra forma de trabalho. Criou-se uma associação de homens e outra de mulheres. Estas associações são trabalhadas a partir de juntas diretivas. Aquele que não está associado, a mina não recebe. Mas é hualgayoquino e tem direito a esse trabalho? Antes, as pessoas trabalhavam com os seus armazéns, e vendiam um pouco menos aos trabalhadores. Agora, para vender, tem que ser da associação. Criaram-se conflitos entre trabalhadores. O povoado se dividiu em associações. O resto trabalha em *contratas*. Não lhes convém ter gente diretamente. Para mim, essas empresas não operam igual que as anteriores, o trabalho não lhes interessa. (Dona Fabiola, depoimento de abril 2014, tradução nossa)¹²⁵.

De acordo com o depoimento de Fabiola, a forma de a empresa se relacionar com o hualgayoquino exigia entrar nas “categorias” da empresa, diferentemente da época de 1970 e 1980, quando bastava ser hualgayoquino para trabalhar¹²⁶. Tal como um grande programa de desenvolvimento (ESCOBAR, 2008; FERGUSON, 1994), há um processo de organização hierárquico, classificatório, que burocratiza as relações. Além de Fabiola, outras pessoas relatavam que, antes, bastava procurar o engenheiro na mina para conversar e resolver algum assunto, hoje, tem que ligar por telefone, mas ele nunca está na linha. Blaser (2013b) chama a atenção para o fato de que muitos projetos de desenvolvimento que supõem participação inclusiva funcionam para domesticar e disciplinar os “outros” através de formas cada vez mais sutis de coerção. Pelo relato de Fabiola, e a partir do que observei na minha pesquisa de campo, a empresa Goldfields tinha classificado a forma como “se relacionar” com os povoadores de Hualgayoc: Área de Influência Direta, Área de Influência Indireta, os que

¹²⁵ Do original em Espanhol.

¹²⁶ O professor Juan Carlos, do colégio da comunidade camponesa El Tingo, que tinha vivido em Hualgayoc desde pequeno, contava que quando chegavam as Férias do Colégio, ele podia trabalhar na mina também. Ele trabalhava como *almuerzero*, ou seja, ele se responsabilizava por carregar e distribuir os almoços aos trabalhadores, refeições que eram preparadas pelas mulheres contratadas para tal.

venderam as terras na AID, os empresários, a Associação de Homens e de Mulheres, associação de comerciantes. Se fôssemos olhar pela lógica de Rancière (1996), esta nova série de técnicas de lidar com as comunidades, despoja-se deste público que pode demandar um direito de igualdade, e, ao contrário, o que emerge é um ódio profundo pelo outro que, além da hierarquia e classificação da empresa, gera divisões internas.

6.5 DESENHANDO O AID, DESFAZENDO RELAÇÕES

O EIA estabelece priorizar ao AID. Assim, estamos trabalhando. Hoje, a Goldfields está na etapa de operações. A etapa de operações é diferente que a etapa de construção. Alguns de vocês devem ter trabalhado na etapa de construções quando conseguimos contratar a 3.300 pessoas em dois anos de construção da mina. Desde o ano 2012 a média é de 500 pessoas que são do nosso AID. Queiro ser claro pela sobre a forma de negócios da Goldfields, Goldfields trabalha com *contratistas* (terceirização). O pessoal *em planilla* (carteira assinada) é mínimo: gerentes, profissionais, pessoal de planta. As pessoas que trabalham para a mina do nosso AID é exatamente 528 pessoas. No total, temos 1494 pessoas trabalhando para Goldfields. Dessas pessoas, 294 são diretamente contratados (carteira assinada), os demais trabalham por terceirização porque assim funciona este negócio. Dessas 1494 pessoas, 528 são do AID (Tingo, Coymolache, Pilancones e cidade de Hualgayoc). A base mínima (de acordo com o EIA) é 120. Por acima dessa base, damos prioridade. Isso é o que temos estabelecido no EIA. Para o caso concreto de Hualgayoc, se trabalha com duas associações e coordenamos com estes para dar trabalho. (Depoimento do engenheiro de Relações Comunitárias Goldfields durante a Mesa de Diálogo, 2014, tradução nossa)¹²⁷.

Nós estávamos esperando uma lista de todos os 1.494 para saber de que lugar provém cada um. Nós estamos esperando trabalho na esquina. Se não cumprem, vamos deixar um burro em Coymolache para que se retirem por onde vieram. Nós estamos nas nossas terras. Aquí, à mina no se lhe pede por favor. (Resposta de um hualgayoquino ao depoimento acima citado, 2014).

Para poder escavar uma cava de tal dimensão¹²⁸ e instalar a infraestrutura já descrita acima, a empresa teve que negociar com os donos da terra superficial dos *caseríos* Coymolache, Pilancones anexados à comunidade El Tingo. No entanto, a empresa somente requeria parte da terra, não toda, e somente algumas pessoas fizeram o contrato de compra e venda de terra. Assim, o que trouxe a nova mineração de 1990, que é onde se encaixa a

¹²⁷ Do original em Espanhol.

¹²⁸ Para elucidar as mudanças entre a velha mineração e a moderna, ilustro na Figura abaixo a cava denominada *cerro* Corona que se encontra atrás do *cerro* Maria, *cerro* emblemático da cidade de Hualgayoc, junto com Jesus e José. Esta cava é produzida por explosões, e o produto passa por um processo de esfacelamento. Se o mineral produto das explosões tem um metro de tamanho, logo depois do esfacelamento terá 10 polegadas. Logo, esse material entrará para um processo de contato com água pelo qual o mineral será reduzido a 0,5 polegadas para que depois seja feita sua separação mediante a flotação. Para conseguir dito efeito, é necessária a adição de reativos, e o mineral que flutua é considerado mineral de cobre e ouro, e o resto são *relaves*.

Goldfields, foi uma nova terminologia que implicava a divisão citada linhas acima: a divisão da população entre a Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AII) e, dentro da AID, aqueles que vendem a terra e aqueles que permaneceram com as suas terras. Vamos a ver as diferenças pelo Desenho 1 e Desenho 2 que mostro a seguir.

No Desenho 1, seguindo o que explicava Fabiola e o mineiro de San Nicolás, muitos dos hualgayoquinos trabalhavam nas minas do *cerro* Jesus. O desenho consiste nas numerosas galerias interconectadas, que seguem o veio do mineral. Um geólogo me explicava que a prata é depositada em formas de veios justamente porque emergiu na terra, nos Andes, pela explosão do magma, e se depositou a uma temperatura de menos de 300 graus. No topo do *cerro* Jesus, por exemplo, existe ouro disperso, que o desenho de galeria não poderia alcançar, então, desde a época da colônia, o desenho existia em função de seguir o veio de prata. O ouro segue lá, depositado. Desse modo, o desenho dos antigos modos de trabalhar na mineração – socavão ou mina subterrânea – segue o desenho criado há milhões de anos pela atividade geológica do planeta. Numa outra parte da montanha, o mineral se dispersa e geralmente era difícil obtê-lo. Assim, no Desenho 2, há o *cerro* Corona que aparece como uma jazida a céu aberto, cujo desenho foi aplicado para capturar o ouro e o cobre dispersos, que se depositaram dessa forma a uma temperatura maior que 600 graus. Para retirar o ouro e o cobre dispersos, a forma de extração a céu aberto é a forma como se pode extrair o metal, sendo que, para tal, precisa-se de outra instalação, a planta de *relaves*, para realizar a separação.

Figura 36: Do lado esquerdo, o *cerro* que se transformou em *tajo* (desenho 2). Do lado direito, o *cerro* Jesus com os veios de mineral (desenho 1)



Fonte: Cortesia de Jorge Paredes Pacheco.

Em 2007 e em parte de 2009, a empresa Goldfields – La Cima estava majoritariamente na etapa da construção da infraestrutura da mina. E, por esse motivo, a demanda de mão de obra é maior com relação aos anos após 2009, quando a etapa de operações e de infraestrutura estão finalizadas. Havia trabalho tanto para os empresários, como para a população local do AID, que podia ser contratada por estas mesmas empresas como trabalhadores. No quadro abaixo, que é parte do material de Prestação de Contas da empresa Goldfields (2013), pode-se observar que algumas pessoas entraram *em planilla* da empresa, algo similar ao regime CLT no Brasil.

No entanto, muitos trabalham pelo sistema de “*contrata*”. Trabalhar “*por contrata*” significa que a empresa Goldfields contrata empresas, empresas comunais e outras empresas fora do distrito, e estas empresas contratam as pessoas do AID. O quadro abaixo expõe os tipos de empresas que se formaram entre maquinaria “pesada”, “leve” e “serviços gerais”. No ano de 2011, 60 empresas aparecem como operativas, uma diminuição em comparação às 76 que operavam em anos anteriores, justamente porque a partir de 2011 é a fase de operações e não de construção. Em certa ocasião, consegui participar de uma reunião na cidade de Cajamarca onde estavam os empresários de maquinaria pesada que queriam renovar os Convênios com a Goldfields. No dia anterior, eles assistiram à reunião sobre questões laborais na cidade de Hualgayoc, caso que descreverei posteriormente. Quando perguntei a um deles porque estavam na reunião quando sua reunião seria no dia seguinte, eles afirmaram que queriam garantir que a Goldfields não oferecesse trabalhos se eles já tinham um Convênio e havia a demanda. Compreendi que este grupo, seletivo, procurava perpetuar a sua relação com a Goldfields ao máximo, inclusive vigiando para que não houvesse “acordos” com outras comunidades que também eram legítimas, como eles, do AID.

Tabela 3: Pessoas do AID contratadas para trabalhar no Projeto de mineração *Cerro Corona* por sistema *planilla* ou por *contratistas*

PROGRAMA DE EMPREGO LOCAL				
ANO	ETAPA	Pessoal de Comunidade em Planilha GF	Pessoal de Comunidade em contratistas	Total
2007	Projetos	32	664	696
2008	Projetos	98	468	566
2009	Projetos/Operação	71	658	729
2010	Operação	73	450	523
2011	Operação	75	463	538
2012	Operação	76	450	526

Fonte: Goldfields (2014).

Tabela 4: Pessoas do AID que se tornaram empresários comunais para trabalhar no Projeto de mineração *Cerro Corona*

PROGRAMA DE EMPREGO LOCAL				
ANO	Maquinaria Leve	Serviços Gerais	Maquinaria Pesada	Total
2009	26	21	27	74
2011 – até hoje	22	16	22	60

Fonte: Goldfields (2014).

Em uma das reuniões da Mesa de Diálogo e Concertação, em agosto de 2014, o Gerente de Relações Comunitárias explicou que, desde 2012, 528 pessoas do AID trabalham na Goldfields, esclarecendo mais uma vez que o pessoal da Goldfields contratado diretamente é mínimo: gerentes, profissionais, plantas, e que o pessoal AID é contratado por terceirização. No total, eles têm contratadas 1.484 pessoas, 529 desse número são AID, 294 são diretamente contratados e o restante fora do AID e contratados por terceiros, o que provoca a fúria dos hualgayoquinos que esperam por uma vaga de emprego.

A professora Fabiola me explicava que a empresa prefere contratar por esse sistema para não ter relação com o trabalhador, inclusive, preferem que sejam pessoas “de fora” justamente para não ter que saber de suas relações familiares ou se o trabalhador era pai de família. Kirsh (2001) explica justamente algo muito parecido ao analisar a demanda de

compensações por parte de coletivos nativos na Melanésia: como as empresas ocidentais agem por meio do regime de propriedade que limita demandas alternativas à propriedade. Isto é, enquanto as empresas ocidentais na Melanésia querem fazer contratos limitando o quanto “devem” às comunidades locais, estas desejam manter o vínculo com as empresas, pois, neste caso, opera a lógica da dádiva e da reciprocidade. Essa era a queixa de Fabiola, e a nostalgia com os donos de minas de 1980 e 1990 que conheciam as famílias dos seus trabalhadores. “*¡Que nos enseñen!*” (Por favor, nos ensinem!) é uma das frases de muitas mulheres que tinham os seus esposos desempregados. Eu não tinha entendido a dimensão das tensões na cidade até quando Don Roberto, com 30 anos de experiência em minas e que não é nem de Pilancones, Coymolache nem El Tingo, relatou que o seu conhecimento no ramo era insuficiente para a Goldfields. Ainda assim, Don Roberto tem 25 anos de experiência só na mineração subterrânea:

Sempre trabalhei com mineração. Desde os anos 1970 Hualgayoc estava em apogeu mineiro. Antes de trabalhar na Goldfields, trabalhei com a família Emilio Montoya, Carolina. Logo, saí para trabalhar em Sipan, no sul do país, em Apurimac. Tenho 25 anos de mineração. Sou o Presidente da associação Mineiros de Hualgayoc. Pensávamos que assim poderíamos cobrar os direitos do trabalhador. A associação é somente para ter as pessoas para quando a empresa precisa. Quando queríamos fazer uma queixa, o ministério não nos reconhecia. Onde deixar a minha queixa. Busquei assessoramento, formamos um Sindicato. 300 pessoas no Sindicato. [...]. Sempre nos dizem que não estamos preparados para trabalhar. Por quê? Trabalhamos tantos anos na mineração. É uma discriminação. Eu comecei a trabalhar em 1979. A mineração, antes, era muito diferente. Em 1979 tínhamos seis empresas mineiras, Colquirumi, Banco Minero, Emilio Montoya, San Nicolás, Los Mantos, o Banco Minero. Em 1982 chega Carolina. Em 1990, os sindicatos são destruídos, as empresas vendidas, muitos ficaram sem trabalho. Sofreu este *pueblito*, todos ficaram sem trabalho. Desde 1990, veio o desemprego. Carolina continuava até 2002. As pessoas começaram a migrar. Quando a Goldfields chega em 2004 chegam muitos e começaram a trabalhar. Mas não há trabalho. (Depoimento de Don Roberto, 2014, tradução nossa)¹²⁹.

O que expõe Don Roberto é interessante. Ele, como muitos outros, aceitaram que a empresa operasse em Hualgayoc justamente pela esperança de poder trabalhar como mineiro em sua terra. No ano 2014, Don Roberto estava desempregado, sendo *minero* e havendo uma mina. No entanto, estava participando das reuniões da “ampliação” de operações da Goldfields, que justamente afetaria o seu *caserío*, Quadratura, onde tinha uma pequena propriedade de terra, que tinha se tornado recentemente AID. Em uma reunião que permitiram que eu assistisse, apareceu o Gerente de Relações Comunitárias com sua equipe para fazer o

¹²⁹ Do original em Espanhol.

“Convênio” com o *caserío* de Roberto. A reunião consistia em desenhar um convênio entre o *caserío* e a mina, justamente porque tinha se tornado AID. A proposta pela mesa de Quadratura consistia na demanda de bolsas acadêmicas, vacas por família, estrada moderna entre Quadratura-Hualgayoc, galpões para os *cuys*, capacitação em maquinaria pesada, assessoria para fazer empresa comunal e empreendimento de plantação de quinoa. Ao final, o *caserío* acabou obtendo bolsas para capacitação de MS Office, a opção de uma única empresa comunal para fazer serviço de *van* e novilhas. No caso das vacas, solicitavam uma vaca por família, e um funcionário da mina alegou que vacas não seria possível porque eles não saberiam como tratá-las, teria que ser uma novilha (de 19 a 30 meses) ou terneira (menor de 8 meses) porque assim aprenderiam e, além disso, a novilha se acostuma ao solo de altura. Quando as pessoas começaram a se alterar, o Presidente de *Rondas* de Quadratura fala: “que seja novilha ou terneira, o importante é que nos deem”. Demonstro este exemplo justamente para mostrar que o importante, e o que ficou marcado pelo Presidente de *Rondas*, é fazer o “pacto”, um pacto que hoje se faz com o Gerente de Relações Comunitárias ou do Desenvolvimento Sustentável. Será esta a última transmutação do *Muqui*?

Todavia, há outro efeito colateral a partir da instalação de uma mina a céu aberto. Assim como estava discutindo a relação hierárquica, também se criam “relações de dependência”. Selene, uma das funcionárias da empresa Goldfields deixava muito claro. Selene era responsável pelos projetos de desenvolvimento do distrito de Hualgayoc. Entre os projetos que ela supervisionava, havia um de confecções de roupa que ela fez questão de me relatar. Selene realizou alguns projetos que tinham sido bem-sucedidos em outros lugares e quis realizar a ideia destes empreendimentos em Hualgayoc.

A empresa tinha doado a maquinaria para fazer o ateliê, as pessoas tinham recebido capacitações, e a empresa iria comprar os primeiros pedidos até lançar ao mercado. Quando Selene procurou as pessoas, que eram mulheres da associação, ela me disse que as mulheres não tinham feito nada. Selene, ao cobrar das mulheres, disse: “você não querem ser autossuficientes?”, ao que elas responderam: “Não queremos ser autossuficientes, sabemos que a Goldfields vai nos comprar, e nós não temos tempo”. Pela fúria de Selene, naquela conversa que tive com ela, estas pessoas *criollas* não eram mais *campesinos*/andinos, porque não queriam trabalhar. Selene narrava que, desde a chegada da empresa de Yanacocha, e dos casos de corrupção, as pessoas tinham aprendido a ser “malandras” (não trabalhar, somente pedir) quando todo o patrimônio cultural, das *rondas campesinas*, tinha sido jogado fora. Assim como com os Gerentes de Relações Comunitárias e de Desenvolvimento Sustentável, parece haver um medo de que os receptores dos projetos de desenvolvimento ajam de uma

forma inesperada, esperando que eles se comportem como pessoas que realmente querem progredir. Taussig (2010) já tinha chamado a atenção para o fato de que nós levamos a naturalizar os nossos comportamentos e a questionar o comportamento do outro: por que um andino é criticado por querer mais quando a lógica da empresa é justamente essa?

O que quero enfatizar nesta parte é que estas classificações, por um lado, domesticam as relações entre as populações que são diretamente afetadas pela mina. Classificações já descritas em parágrafos acima. Mas estas classificações que podem reprimir alguns podem criar relações de dependência que são efeitos reais. As mulheres da associação, e outras pessoas, dinamizam a ideia de que a empresa tem o dever de “comprar tudo” o que for produzido pelo empreendimento. É um efeito inesperado por Selene, que tinha a expectativa de que as pessoas carentes querem realmente “progredir” na vida e precisam daquela ajuda inicial para depois seguirem sozinhas. No entanto, Kirsh (2001) já tinha explicado, a partir de seu trabalho etnográfico, que comunidades afetadas pela mineração mobilizam a sua rede relações que inclui também responsabilidades com a mina. No entanto, no caso exposto das mulheres, aquilo está a custas de que outras pessoas não entrem no jogo. Fabiola me explicava que era muito difícil entrar na associação, era como uma panelinha de pessoas que queriam realmente dinamizar essa relação com a Goldfields.

Para terminar, Willis¹³⁰ (2007) analisa como os desenhos emergem da prática dos próprios desenhistas, o que está associado ao fazer mundo (mundificação/*worlding*), e como os artefatos que emergem deste processo (de desenho) apresentam-se como novos elementos que alteram o próprio desenhista. Mas quem são os desenhistas? A partir da década de 1990, frases como “a mineração traz o desenvolvimento” vão articulando interesses de outros grupos de poder, como foi observado ao longo do capítulo. Nesta “consociação”, como processo ou encadeamento de diferentes grupos de poder (RIBEIRO, 2008), estão presentes os empresários locais, líderes políticos, ONGs, ministérios ou secretarias, profissões da engenharia, agentes locais consolidando todo um “aparelho institucional” que produz “coisas” em torno do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, vão se integrar os especialistas em avaliação de impactos dos projetos, os ministérios e secretarias envolvidos que amparam a legitimidade científica dos projetos em torno da mineração, neutralizando qualquer “antagonismo” potencial e forçando um consenso racional (MOUFFE, 2011).

Ferguson (1994) pontua que as práticas das pessoas que constroem/desenharam um país de uma determinada forma (pobre, subdesenvolvido, etc.) ou que estão formulando o tema da

¹³⁰ Editora de uma coleção denominada Design Philosophy Papers (DPP). A base teórica é principalmente Martin Heidegger.

pobreza de uma forma particular, não estão só colocando tinta no papel, mas estão fazendo coisas no mundo, são práticas que constroem realidades sociais e, além disso, encaminham diagnósticos e soluções de supostos problemas (SHOUTEN, 2009). Nesse sentido, a proposta da Goldfields é um desenho complicado que articula o Estado, a Ciência e aqueles que seriam os principais beneficiários, os que vendem as terras.

Neste novo desenho, as relações com o *Muqui* não se tornam visíveis porque o velho mineiro já não desenha junto com a sua barreta o túnel da mina. Estes pactos percebem-se desnecessários já que a nova mineração requer outras pessoas que saibam como perfurar a terra com maquinaria. A nova mineração, o desenho desta, requer novas habilidades, e estas habilidades são oferecidas por pessoas que não são os nativos. No entanto, não é apenas o desenho do *tajo* que modifica relações, a mina vem com uma serie de classificações de que desempodera politicamente as pessoas. Para a mina, muitos não são mineiros de hoje, apesar de que eles sempre lembram o passado mineiro. A nostalgia do velho mineiro é que a mineração antiga não era burocrática da forma como é hoje, sendo que se podia trabalhar nas minas e mudar de trabalho quando quiser. As classificações não te permitem agir como mineiro senão ser ouvidor e receptor de projetos de desenvolvimento. As pessoas articulam estas categorias para poder criar relações de dependência que não deixam de ser pactos com a mina. No entanto, aquilo pode ser à custa de muitos outros que, ao não poder negociar, sentem os efeitos. São os de fora que roubam seus empregos, são os de El Tingo e Pilancones que detêm os benefícios porque tiveram ouro. A lógica de oportunidades roubadas é vista aqui como algo que cria tensões fortes entre as pessoas. Por último, Hualgayoc também é um bom exemplo de poder analisar como o desenvolvimento ocorre na questão laboral. O trabalho é inquestionável quando vêm projetos de desenvolvimento, mas o que revela este caso é que o trabalho é produto da destruição do lugar. E, por essa razão, que concordo com Bebbington quando afirma que grandes riquezas estão associadas a grandes catástrofes, e o que Ferguson assinala com respeito à máquina antipolítica porque o desenvolvimento é gerado pelas falhas do próprio desenho. Olhar para o desenho foi importante neste local de profundas transformações, e, embora o desenho tenha partido da lógica extrativa, “comer ouro”, os novos desenhos implicam outros pactos, novas habilidades, novos conflitos e, principalmente, a preocupação mais importante para o *centro poblado* El Tambo: a ausência das águas.

Figura 37: O *cerro* Maria, desde longe



Fonte: Acervo da autora, (2014).

7 RELATOS DE LUTAS PELA VIDA

Nuestros hijitos nos dicen Mamita quiero vivir
 Bótenlo a los mineros Porque no quiero morir
 Yo les digo a mis hijitos Por eso voy a luchar
 Para que tengan la vida Y agüita para tomar
 Al Perú y al mundo entero
 Yo les quiero pedir
 Que respeten los derechos
 Porque no quiero morir
 (Canção concedida pela *rondera* Blanca).

Era o dia 15 de setembro de 2014, o dia da libertação do *cerro* Quilish na cidade de Cajamarca. Assim como o projeto de mineração Conga, o *cerro* Quilish foi alvo dos planos de expansão da empresa mineira Yanacocha em 2004, e a população de Cajamarca se opôs até que fosse declarada a inviabilidade do projeto. Muitas pessoas se reuniram na estrada entre Cajamarca e Bambamarca para celebrar o acontecimento, com a presença de Máxima Chaupe, o grupo de música Tinkari, ativistas sociais, professores e muitas pessoas que simpatizavam com a luta contra o projeto de mineração Conga. No momento mais eufórico da celebração, fomos todos tomar a estrada, movimentada pelo trânsito de caminhões, ônibus, carros e *vans* que vão e voltam de Cajamarca. As pessoas começaram (e eu também) a dançar com a música alta, e, entre a música, o som das buzinas dos carros em ambos os sentidos que tinham que parar (e esperar), porque as pessoas tomaram a estrada para dançar “*Agua sim, ouro não!*”, entre os gritos “deixenos passar”, “Conga vá” e “voltem a trabalhar, gente ociosa”, as pessoas seguiam na estrada. Obviamente, no dia seguinte, as páginas dos jornais e a própria página de Conga Comunidades diziam que havia pouquíssimas pessoas, e que elas deveriam estar em suas casas, os camponeses na chácara de batatas, e nós, os ativistas, nos nossos respectivos países, porque não tínhamos nenhum direito de obstruir o desenvolvimento daqueles que queriam a mineração no Peru.

Recupero aqui esta referência do Quilish porque justamente a provocação da mídia é de que as pessoas não podiam estar “perdendo tempo” celebrando quando deveriam cuidar dos assuntos de suas competências. As mulheres estavam descuidando seus lares, os camponeses não estavam na roça, e os estrangeiros ativistas não estavam promovendo a circulação de dinheiro; ao contrário, estavam obstruindo o desenvolvimento. Claro, eram muitas acusações sobre por que não estávamos em nossas respectivas funções. Um inteligente artigo de Jaques Rancière (2004), cujo título é “Quem é o sujeito de Direitos Humanos?”, mostra uma reflexão (difícil) sobre a obra de Agamben, *Homo Sacer* (2002), e a ideia do

totalitarismo de Hannah Arendt (2012). No foco da argumentação, já esboçada no Capítulo 4 desta tese, o autor francês explora o fato de que o “sujeito político” não é o “pobre”, mas aquele que reclama os direitos que tem escritos em algum lugar, por exemplo, na constituição, mas não tem a “qualificação” dentro do sistema para poder reivindicá-los ou exigí-los. Chamou-me a atenção esse artigo, pois, pela mídia, nós já estávamos encaixados em categorias que não nos permitiriam expressar uma opinião sobre a mineração e o desenvolvimento no país. No entanto, minha vivência com os *ronderos* e *campesinos* da região de Cajamarca indicava que eram eles os que sentiam essas ameaças a seus projetos de vida. Como já discutido no capítulo anterior, a classificação de AID era desenhada pela empresa de consultoria, contudo, eles se tornavam meros ouvidores. Por outro lado, os efeitos reais das minas a céu aberto se expandiam de uma forma rizomática e iam além do AID, conforme discutido no Capítulo 5, como no caso do desastre do rompimento da barragem no município de Mariana - MG.

Escrevo este capítulo buscando demonstrar eventualmente como os desenhos aparecem em situações diversas. Muitas pessoas estão enfatizando que a luta contra o projeto Conga é uma luta “pela vida”. Ao longo deste trabalho, tenho buscado mostrar que o desenho do mundo se vincula à vida que as pessoas querem viver, para tal também aqui o tema do desenvolvimento (sua contestação, suas alternativas) é fundamental. Se existe o direito de gozar um ambiente equilibrado, como está na Constituição Política do Peru (PERÚ, 1993), em seu artigo 2º, de que modo, e por que razão, as pessoas contrárias à expansão de minas são denominadas antidesenvolvimentistas, revoltosos, terroristas? Essas lutas pela vida são uma amostra de que muitos saem daquela categorização – que despolitiza, tal como Ferguson também elaborou em outro contexto – na qual estão encapsulados: de professor, de camponês, de dona de casa, de mulher, etc., para agir politicamente, recuperar as experiências possíveis, desenhar projetos de vida.

7.1 POR QUE SOMOS CHAMADOS DE *PERROS*

A Defensoría del Pueblo do Peru define o conflito social como um processo complexo em que setores da sociedade, Estado e empresas percebem que seus objetivos, valores ou necessidades são contraditórios, podendo haver um risco de violência. Assim, tal qual descreve a instituição, o “antagonismo” e a “violência” aparecem como duas variáveis correlacionadas de onde surgem as “mesas de diálogo” como espaços em que os atores em

conflito intercambiam e incorporam as reivindicações do outro, tratando de estabelecer um clima prévio de confiança que facilite as posteriores negociações e acordos. Os dados que o Observatório de Conflitos Socioambientais (Introdução) manuseia provêm da Defensoría del Pueblo, entidade criada pela Constituição de 1993¹³¹, um ano após o autogolpe do ex-presidente Alberto Fujimori, como um organismo autônomo para defender os direitos fundamentais, supervisionar o cumprimento de deveres da administração estatal, assim como a eficiente prestação de serviços públicos em todo o território nacional. Desde 2004, a Defensoría efetua relatórios de monitoramento dos conflitos, nos quais mostra suas estatísticas mensais sobre o estado destes, e participa das mesas de diálogo quando requerida, exigindo também esclarecimentos ao Governo sobre a morte de pessoas em mãos da polícia ou exército. Cooperación e o Observatório de Conflitos Mineiros (Ocmal) fazem uso desses números para realizar correlações entre as mortes e a agressiva expansão do setor mineiro, e tornar politicamente importante a morte dos que protestam.

Em novembro de 2011, em outro período do governo, o presidente Humala anunciou o estado de emergência por 60 dias em quatro províncias: Cajamarca, Celendín, Hualgayoc e Contumazá (dentro da região de Cajamarca). De acordo com sua mensagem, a medida foi adotada porque não terminaram em acordo as mesas de diálogo que foram organizadas para resolver os conflitos sociais em torno do projeto de mineração Conga, das quais participaram alguns ministros, incluindo o primeiro ministro, a Defensoría del Pueblo¹³² e representantes da Igreja Católica. O presidente, em suas palavras, anuncia:

A intransigência de um setor de dirigentes locais e regionais tem se colocado novamente em manifesto. Não temos conseguido acordos mínimos que permitam que retorne a paz social, que se restabeçam os serviços públicos aos que tem direito o povo de Cajamarca e que se discutam aspectos centrais para impulsar o desenvolvimento da região, programas sociais, planos de investimento, construção de obras de saneamento básico, estradas, eletrificação rural, entre outros. O Governo tem a obrigação de garantir a vida e a tranquilidade das pessoas, restabelecer os serviços básicos de educação e saúde, fazer com que se respeite o livre trânsito e que se preserve a propriedade pública e privada. Atualmente, não existem as condições para que estas garantias sejam respeitadas em Cajamarca. É por isso que, ao existir a perturbação da paz e da ordem interna e em cumprimento das disposições gerais constitucionais, anuncio a declaração do estado de emergência nas províncias de Cajamarca, Celendín, Hualgayoc e Contumazá da região de Cajamarca, o mesmo que terá efeito a partir das zero horas do dia cinco de dezembro do presente ano por um prazo de 60 dias.

¹³¹ A Constituição de 1993 foi elaborada após o autogolpe do ex-presidente Alberto Fujimori, que hoje, ironicamente, é acusado de atentado aos Direitos Humanos pelos casos “Barrios Altos” e “La Cantuta”.

¹³² Um organismo autônomo criado pela Constituição Política do Peru de 1993 para velar pelos direitos fundamentais e supervisionar o cumprimento de deveres da administração estatal (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2016a).

(PRESIDENTE Humala declaró estado de emergencia en cuatro provincias de Cajamarca, 2011, tradução nossa)¹³³.

As mesas de diálogo haviam começado no mês de outubro de 2011, no entanto, como relatava a advogada da ONG Grufides que esteve assessorando aqueles que foram convidados a participar, estas foram estabelecidas para “negociar” o projeto Conga ou discutir como seria melhor viabilizado, sendo que a inviabilidade estava fora de questão na mesa. Tal como ressaltado por Swyngedouw (2011), estas ferramentas democráticas de diálogo e consenso parecem ser inquestionáveis no mundo contemporâneo, mas sua prática parece ser reduzida a uma administração pública que elimina o antagonismo entre as partes e procura um “denominador comum” ou alguma “equivalência” a partir da qual se possa negociar. Cabe ainda ressaltar que, no anúncio do presidente Humala, o desenvolvimento da mineração no Peru se torna assunto a ser resolvido, se não pelo diálogo, pela imposição de um estado de exceção.

Na cidade de Celendín, fui visitar o padre Miguelito, que foi testemunha da entrada do exército na cidade de Celendín em julho de 2012. De acordo com o padre, havia uma manifestação pacífica na cidade exigindo do Governo Central a declaratória da inviabilidade do projeto Conga. Pedia-se que as pessoas fechassem seus estabelecimentos comerciais no horário combinado para todos se concentrarem na marcha. Até aquele dia, segundo o padre, não se sabia de alguém ter sido detido por revoltas nas manifestações contra o projeto na cidade de Celendín. Em 3 de julho, ele estava esperando a marcha em frente à igreja, mas naquele dia demoraram mais que o normal e apareceu de repente uma fila de policiais por trás do protesto, alegando que o protesto estava se tornando violento. Pouco tempo depois, chegaram os helicópteros que transportavam efetivos da DINOES (Diretivo de Operações Especiais) que dispararam do alto, e quatro celendinos foram fatalmente atingidos, incluindo um menor de idade.

Imediatamente, ele me relatou que abriu a porta da catedral e as pessoas começaram a entrar buscando proteção, inclusive alguns dos dirigentes da Plataforma Interinstitucional Celendina - PIC foram forçados a entrar na Igreja já que as forças da ordem tinham os nomes dos principais manifestantes. A polícia da DINOES tentou entrar na igreja, um policial chegou a forçar a porta para entrar, mas foi retirado pela multidão que estava procurando proteção. O padre Miguelito me disse que permaneceram bastante tempo, em torno de oito horas, esperando a polícia se retirar. Horas mais tarde souberam que houve quatro mortes em

¹³³ Do original em Espanhol.

Celendín, e foi o momento quando a perseguição começou. Muitas pessoas da cidade foram “denunciadas” e tinham que dar declarações na cidade de Chiclayo, que está fora da região de Cajamarca.

O padre narrava que estas pessoas são humildes – um fato verídico, porque conheci algumas delas – e não contavam com recursos para custear todo um processo judicial. Continuou: “quando questionei a polícia sobre a razão de estarem aqui, eles me responderam: agora é melhor porque há ordem e segurança”¹⁷. Veja-se bem que a “ordem” salientada na mensagem presidencial justifica o uso da violência como meio de intervenção na região de Cajamarca.

Assim, não se pode deixar de lado o paradigma de “estado de exceção” de Agamben (2004) porque o autor refuta a ideia de que este seja reduzido a uma forma de agir do estado aplicado unicamente em casos emergenciais. Para Agamben, esta se torna a regra política (tal como Benjamin (1985) já havia escrito antes de sua morte em 1940) e o fundamento da soberania (2004). Todo mecanismo de interdição do projeto desenvolvimentista é colapsado pelo estado emergencial que suspende a democracia em prol de interesses soberanos e que estão acima do julgamento.

Para explicar a violência do Estado, eu não queria deixar de lado o texto emblemático de Benjamin (2012, original publicado muito antes das Teses sobre o conceito de história) *Crítica da violência*¹³⁴. Benjamin investiga as forças míticas que, segundo o autor, fundam o poder e o direito, forças que partem da violência, uma violência que instaura o poder e que igualmente o conserva. Na sua crítica, Benjamin tem em vista uma forma de poder-violência fundadora e conservadora do direito, que ele denomina de poder-violência mítica justamente por aprisionar o ser humano em um movimento cíclico de condenação, culpa, expiação e destino.

Esse é um ciclo mítico que constitui, para Benjamin, a natureza do Direito. Para chegar a isso, Benjamin (2012) analisa do mito de Níobe. Este mito narra a estória de uma mãe que, ao ter 14 filhos, sete de cada sexo, considerou-se superior à deusa Leto (que só tinha dois gêmeos, Apolo e Artémis). Então, Leto, ao escutar os rumores de Níobe, vingou-se pedindo aos próprios filhos que matassem os filhos dela, levando-a a uma enorme tristeza. Ao retomar o mito de Níobe, o castigo sobre ela por se sublevar à deusa é uma violência que

¹³⁴ Para o autor, o direito natural propõe que o uso da violência é legítimo quando utilizado para fins considerados justos. Enquanto que o direito positivo estabelece que se pode garantir a justiça dos fins mediante a legitimação dos meios. Assim, sob a norma do direito positivo, a violência usada contra os protestantes é legítima para garantir a justiça dos fins, que, no caso de Conga, de acordo com a mensagem presidencial, é a “ordem” e “segurança” em Cajamarca.

poderia se chamar de “fundadora” e “conservadora” da ordem. Porém, o autor chama a atenção no mito para o fato de que deve existir uma “culpabilidade”. No caso do mito, e de acordo com o texto de Benjamim, Níobe é deixada com vida para sempre sentir a culpa, por ter menosprezado a deusa oficial, e mataram seus 14 filhos para ela “viver” a culpa. Segundo autores (por exemplo BARBOSA, 2013) que fazem referência ao texto, a “culpa” oculta injustiças porque torna tolerável o padecimento do homem. Nesse sentido, eu queria chamar atenção para como os artigos de Alan García, Aldo Mariatequi, entre outros, parecem culpar, por meio de insultos, aqueles que obstruem ou questionam o caminho único do desenvolvimento, que já são definidos como terroristas, *perros*, cidadãos de segunda classe.

A partir dos acontecimentos de 2012, quando a polícia entrou na região de Cajamarca e matou cinco pessoas, Silva Santisteban (2013), no seu polêmico artigo “*por qué somos perros*”, publicado após uma brutal detenção de um líder ambientalista no estado de emergência em Cajamarca, destaca uma jovem cajamarquina que pergunta ao policial: “Por que nos tratam assim?”. O policial responde: porque “são uns *perros* [...]” (SILVA SANTISTEBAN, 2013, p. 451). A autora salienta que o “insulto” seria a forma como, citando Jean Franco (2006), um ato performativo – mediante o qual se cria o outro – assinala uma competência negativa. *Perros, perros del hortelano*, terroristas são as formas como a mídia, o Estado, a empresa mineradora procuram dar competência às pessoas que querem lutar pelo direito de viver a vida que querem. Por causa destes sujeitos houve matança, por causa destes sujeitos não há desenvolvimento, este é o tom das mensagens.

No entanto, de acordo com o que obtive dos meus interlocutores em campo, principalmente mulheres, muitas pessoas se sentiriam realmente culpadas se deixassem de lutar. Como bem me diziam as mulheres: “os meus filhos me vão questionar: “por que não lutou pela água, que *aguita* vou tomar?”, como é visível na canção da *rondera* Bianca no início deste capítulo. O sentido de culpa existe, no entanto, na canção de Bianca, e pelas mulheres *ronderas* que conheci durante a pesquisa de campo, é justamente pela luta pelo compromisso com os seus projetos de vida.

7.1.1 Água, rondas e violência

No Capítulo 2, eu relato as viagens curtas que fiz às cidades de Cajamarca e Celendín. Nessas viagens, conheci várias pessoas cujas histórias de vida eu queria recuperar aqui. Entre as pessoas que conheci quando realizava pesquisa na cidade de Cajamarca, uma foi a professora Nora, que leciona na escola primária de um *caserío* perto da cidade de Cajamarca.

Conheci esta professora por meio de sua colega Yuly, quando participei de uma reunião do Sutep (o Sindicato de Professores de Cajamarca). Nem todos os professores eram contra os projetos mineiros, mas os meus contatos me levaram até o Presidente do Sutep, que naquele momento era um “lutador” contra o projeto de mineração e assessorava as Rondas Urbanas de Cajamarca.

Yuly era parte da nova presidência rotativa e gentilmente quis ajudar em minha pesquisa. Assim, ela me apresentou alguns professores, dos quais destaco para este capítulo César e Nora. César é professor, mas também é *rondero* urbano, isto é, ele administra a justiça das *Rondas Campesinas* no centro urbano de Cajamarca. Dentro de seu bairro, ele sai para rondar no horário noturno junto com outros companheiros. Administrando a justiça *ronderil*, o bairro deixou de ser perigoso, ele conta, para aqueles que moram nele. No entanto, como explica, os mineiros, que é o termo usado para qualificar aqueles a favor da mina, desprestigiavam aquela forma de agir das *Rondas*, como se fossem de pessoas selvagens e revoltosas. Durante minha pesquisa etnográfica, entre os anos 2013 e 2014, os casos de “disciplina” que as Rondas tinham aplicado apareciam nas notícias de jornal e eram caracterizados como casos de “barbárie”. Tratando-se que os *ronderos* eram também os Guardiões das Lagoas, era de se esperar que os comentários também os atingissem e desprestigiassem sua luta.

No entanto, César tem outra história a relatar. Seu corpo não é o mesmo desde o ano de 2000. César tem mercúrio em seu sangue.

Ele exercia a atividade de professor de escola primária no *centro poblado* de San César de Choropampa, a três horas da cidade de Cajamarca, quando ocorreu o derramamento de mercúrio de um transporte da empresa Ransa, terceirizada da empresa Yanacocha, no ano 2000. No trágico dia 2 de junho de 2000 (um sábado), 151 quilos de mercúrio líquido da propriedade mineira Yanacocha derramaram-se ao longo de 27 quilômetros da via. Um grupo de trabalhadores chegou naquela noite e ofereceu 100 soles por quilo recuperado, sem informar à população dos efeitos tóxicos do elemento (LUNA AMANCIO, 2011). No entanto, naquela semana, havia também um circo em funcionamento. Era fim de semana, e muitas crianças do *centro poblado* e do entorno estavam presentes por causa da função do circo. Eles queriam ir ao circo, e, para comprar as entradas, as famílias foram recolher o mercúrio para vendê-lo. Assim, na medida em que foram encontrando e recolhendo o mercúrio para vendê-lo e ganhar algum dinheiro colocaram o metal na boca, uma vez que o material é líquido e com dificuldade pode ser segurado com a mão. Com o dinheiro ganho da venda compraram entradas para o circo (LUNA AMANCIO, 2011). Do percentual total de

peças que foram intoxicadas por manipular o mercúrio diretamente, 40% foram crianças, que hoje sofrem terríveis consequências.

O outro adulto que estava na sala de aula, naquele dia junto com César, era ainda estagiário e no ano seguinte assumiria como professor. Infelizmente, ele morreu após sua exposição ao elemento. César não tocou o mercúrio, como outros, mas o inalou, e sente dor, às vezes sente muita dor na parte do abdômem.

Não se pode deixar de observar a articulação, já demonstrada por autores tais como Esteva e Escobar, entre desenvolvimento e violência. Aqui, esta articulação assume diferentes configurações. Se, no capítulo anterior, como foi examinado, os projetos de mineração destroem a paisagem e criam “faltas” ou “excessos”, dependência de pessoas pelas mineradoras e também desenhos que reconstróem a realidade, neste caso, a violência é social. Tanto na forma de um estado de emergência que impede a contestação da equação “desenvolvimento = mineração”, como no uso policial – contra o ato político (*the political*), como Rancière entende – de forçar o consenso, os efeitos do desenvolvimento são evidentes. Ferguson havia mostrado que uma das mais instigantes maneiras de incorporar a obra de Foucault aos estudos do desenvolvimento é mostrar o que o desenvolvimento faz, o que ele produz. Seus efeitos, dentre vários, estão na propagação da criminalidade ao redor de um projeto como Conga, de grande escala (RIBEIRO, 2008), cujas transformações são aceleradas e cujas consequências tardam em ser compreendidas.

7.1.2 Água, vida e morte

A periferia da cidade de Cajamarca tinha se tornado muito violenta, o *rondero* César me relatava, havia ladrões que eram principalmente da costa (o litoral do país) que vinham até Cajamarca porque sabiam que havia circulação de dinheiro por causa das minas. Então, os *campesinos* que residiam na periferia, e muitos são oriundos do campo, decidiram optar por confrontar a violência. César está trabalhando há quatro anos nas Rondas Urbanas. São 19 bases na área urbana de Cajamarca, no entanto, apareceram outras Rondas, as descentralizadas, que ele suspeita que podem ser pagas pela mina. O bairro do César não é o único. Em uma reunião, reuniram-se vários *ronderos* urbanos a quem encontrava nas marchas contra o projeto Conga. César realiza as investigações, organiza assembleias e aplica a disciplina aos infratores.

Ele continua com o seu relato. Podem-se observar problemas muito semelhantes ao que ocorre em Hualgayoc, que coloca novamente a água no centro dos processos. Cada vez

que ele viaja para ao campo, para a chácara, ele traz água de um *puquio* de água limpa para sua esposa, de quem é separado, e para a filha. Conta-me que não deixa que sua família tome “água de cano” porque essa água está contaminada. O rio Grande é o que alimenta 70% da população da cidade de Cajamarca, que recebe água ao mesmo tempo pelo rio Porcón, e este se alimenta do *cerro* Quillish (ARANA, 2002). No entanto, no ano 2011, os *ronderos* foram até um lugar entre o *cerro* Quillish e La Quinoa e observaram que o rio estava quase seco. Contudo, metros abaixo, encontraram quatro tubos grossos que indicavam “águas ácidas” e “águas tratadas”, estando esta tubulação com uma flecha que apontava para o rio Grande. Para os *ronderos*, a nascente do rio Grande se tornou uma tubulação da empresa Yanacocha, e era daí que 70% da população obtinha a água. Evidentemente, não era a mesma água. Está-se em face de questões que, para uma parte importante da população, não podem ser tema de diálogo ou consenso forçado: a água que bebem não pode ser esta, que consideram contaminada; o que nos recupera, mesmo num contexto diferente de Hualgayoc e de El Tambo, o quanto a água é um eixo do central do mundo destas pessoas, cujos “novos desenhos” (tubulações com água “modificada”) não servem para eles.

Assim como César, sua colega Yuly sentia alguns sintomas (dor no colo e problemas respiratórios) porque ela tinha trabalhado para Yanacocha por meio de uma empresa terceirizada chilena chamada Zublin, por dois anos e meio, por volta do ano 1997. Ela procurou trabalhar em Yanacocha porque não havia muito trabalho disponível para as mulheres com carreira naquela época. Ela relatou que trabalhou próxima aos *pads* de lixiviação por onde escorre o mercúrio e que seu chefe superior não fazia questão de que ela usasse máscara, somente exigia quando passava o supervisor. Hoje ela sente as sequelas. Quando perguntei se ela participava das manifestações nas ruas, relatou que seu esposo tinha amigos próximos na mina, trabalhavam para Yanacocha, e, por isso, permanecia calada. Yuly preferia não ser julgada, e insistiu que falasse com Nora, ela poderia me ajudar. Conheci a professora Nora em abril de 2014 na sua casa. Yuly ficou comigo na conversa.

Nora é cajamarquina, de 44 anos, e sai nas ruas quando há manifestação. “Eu não tenho grupo fixo, se vejo um grupo de mulheres protestando, fico ao lado e grito junto”. Como sempre, a água é o foco principal, e, neste caso, ela direcionou a conversa para suas experiências no rio Maschcon: “A minha família é daqui. Convivemos com o rio quando este tinha vida, sapos e cobras. Desde a chegada da mina, não tem vida, agora só tem alergia. Agora o meu sobrinho não tem como brincar com o rio, não acreditaria que alguma vez teve vida”. A luta pela água é uma luta pela vida.

O rio é de uma bacia com o mesmo nome, que se encontra geograficamente localizada no distrito de Cajamarca e Los Baños del Inca. As águas vêm do *cerro* Quilish pelo rio Porcón e o rio Grande. Nora lembra ter brincado desde jovem, com a sua família, no rio Maschcon. Ela alegava que os seus sobrinhos mais velhos têm memória de ter brincado no rio. Contudo, ela lamenta muito pelo seu sobrinho caçula, que não pode ter a experiência. Ela insistia que quem lutava (contra Yanacocha) era cajamarquino (de nascença) porque havia brincado no rio, e não aqueles que tinham vindo de fora à procura de trabalho e terminaram, posteriormente, residindo na cidade. Aqueles nunca conheceram o rio Maschcon. Este depoimento é similar ao que Cruiskshank (2005) sugere sobre como mudanças na paisagem ancoram memórias e reflexões, mas o que chama a atenção na fala de Nora é justamente a ruptura da sua relação com o rio, onde ela brincava com a sua família, uma relação que não pode ser reproduzida com os mais jovens. Nesse sentido, aquela relação com o rio, com a sua memória, é o que a leva a protestar nas ruas sem naturalizar as constantes transformações que estão ocorrendo na cidade de Cajamarca.

Hoje em dia, como enfatiza Nora, as “experiências” que os cajamarquinos sentem na cidade de Cajamarca são as consecutivas mortes em seus bairros. Nora me comentava que os vizinhos morrem de câncer, inclusive a sua irmã, que recentemente havia falecido: “Antes se morria de peritonite, gripe, mas, hoje, todos morrem de câncer...”. Aquele não foi um comentário exclusivo dela porque muitas pessoas me contavam que, antes, as pessoas eram “belamente gordas” e que, hoje, estavam “chupadas”, com corpos moles do que somente podia ser a água contaminada a culpada.

Enquanto a culpa, imputada por líderes do Estado e empresários, pela suspensão do projeto de mineração Conga – e conseqüentemente pela “falta do desenvolvimento” – é atribuída aos camponeses e aos movimentos sociais, estes atores culpabilizam a água contaminada – resultado da mineração em diferentes locais e, assim, efeito do “desenvolvimento” – pelas doenças.

Vale a pena ressaltar que, com base no que eu tinha escutado em campo, o câncer era uma doença “diferente”. Esta enfermidade havia introduzido outra relação com a morte na região. Um *rondero* na cidade de Celendín relatou uma vez que, antes, os *mayores* lutavam contra a morte, agarravam-se à porta, à cama, para que a morte não os levasse; “enfrentavam-na” até o final. Hoje em dia, pelos relatos de Nora, o corpo parecia não ter essa resistência de brigar contra a morte, o câncer os pegava antes, enfraquecia-os, logo morriam. A *rondera* Bianca, anteriormente citada neste trabalho, havia mencionado o mesmo, parecia que os jovens tinham “corpos fracos”, cansados; “deve ser dessa água”.

Entendi pela conversa com Nora que, se as pessoas capturavam a vitalidade do rio em experiência comunal naqueles anos antes de 1992-1993, hoje capturavam alguma doença, alergia e até convulsão, e a opção era ter uma vida na qual o rio não fosse mais parte daquela amálgama de relações. A experiência, em outras palavras, não parece ser um assunto somente social ou cultural, ela envolve uma relação com o mundo, o ambiente, e, aqui, a água, adquire uma centralidade impressionante. A vitalidade das águas possui paralelos com a vitalidade das pessoas. Para Nora, destruir essas experiências com as águas era uma forma de usurpação, porque mudava aspectos cotidianos, porém centrais, para a vida, tais como os passeios familiares, as expedições com os seus alunos da escola e, sobretudo, a saúde. As experiências com o rio, brincar, passear e até namorar, tinham sido “cortadas” desde que chegou a empresa Yanacocha, hoje era um rio que tinha um cheiro nauseabundo. Hoje, a “experiência” consistia em receber telefonemas pela notícia de alguma morte, velórios e enterros. No entanto, Nora e César “lutam”, cada um de uma forma, procurando reconstruir uma experiência de poder retomar os desenhos dos próprios projetos de vida. Nora fala do rio para o seu sobrinho caçula, que sua mãe brincava nesse rio quando criança, e César luta para poder recuperar a experiência de tranquilidade que era característica da cidade de Cajamarca, assim como das comunidades do entorno, antes da chegada da empresa mineira.

Para mostrar que as pessoas não ficam encapsuladas por categorizações e classificações sem resistir, retomo ainda o depoimento de Nora e César. Conforme falam, eles não são simples residentes da cidade de Cajamarca. Estas interrupções nas suas vidas, nas quais tiveram que forçosamente se “separar” do rio, da vitalidade do corpo, e ver outras formas de impedir as doenças, tornaram-nos pessoas da luta. Veja-se bem aqui que Nora e César, sendo professores, não negam ser cajamarquinos, *ronderos*, professores, “lutadores”. Essas identidades são sobrepostas e ativadas em determinados momentos, nunca são excludentes. O poder policial, aliás, que procura separar aquilo que pode ganhar força na luta política.

Ainda assim, gostaria de retornar ao problema do desenvolvimento e alguma conexão feita pelos entrevistados. Num dos momentos de nossa conversa, eu sequer havia encaminhado a discussão para o tema do desenvolvimento, porém Nora começou a explicar para mim que o desenvolvimento propagado pela empresa Yanacocha é justamente de fazer com que todos adquiram uma “camionete Hi-Lux”. Embora sejam contextos relativamente distintos, Cajamarca e Hualgayoc, o mesmo assunto volta a insistir, ou seja, o desenvolvimento ligado à aquisição de bens materiais a serem mostrados aos outros, forma também de sedução das empresas mineradoras. Claro, o desenvolvimento, volto a afirmar,

com base em Ferguson e Escobar, tem efeitos reais. Entretanto, aparece neste caso relatado em Cajamarca uma potencialidade instigante, não antevista, entre esta questão e os desenhos. Enquanto continuava a falar, mostrava alguns paralelos, pois se a camionete estragava, não se podia fazer muito, tinha que enviar para o conserto por um terceiro, geralmente um especialista. É diferente com a terra, se a colheita de batata não dá, seguia falando Nora, pode-se desenhar nela de novo. É um processo de experimentação, mas também de experiência com a terra (e com os canais de irrigação, ou seja, água). Nora, ao falar de desenvolvimento, estava enfatizando a habilidade de desenhar o seu próprio projeto de vida, de não ter uma dependência de terceiros, enfim, de ainda ter autonomia para articular suas relações com as coisas.

7.2 “SEJA PADRE, NÃO SEJA UM POLÍTICO”

Chegar até minha reunião com o padre Sérgio foi difícil, ou melhor, aterrador. Tive que pegar uma *van* indo em direção à costa, a duas horas de distância, no entanto, meu maior susto foi sair de lá. Ao me despedir do padre Sérgio, após nossa conversa, peguei uma *van* à noite, que eu acreditei que fosse uma das comerciais. Dei-me conta de que havia dois homens atrás e o motorista. O motorista estava fazendo uma viagem particular, mas cobrando as pessoas, algo que é uma prática comum e por isso minha confusão. O que me assustava era que esse caminho estava escuro, não o conhecia, e os dois homens desceram e eu me movi para a parte da frente para conversar com o motorista, prática que é comum na minha cidade natal quando mulheres pegam táxis. Percebi que ele tinha uma arma ao lado, e, pior, eu não tinha sinal de celular naquele trecho da estrada. Ao conversar, ele me disse que era ex-policia e que trabalhava meio período para a empresa Yanacocha, o que me deixou um pouco mais alerta sobre o que podia dizer e, especialmente, não dizer. Como era policial com anos de experiência, manjava arma, era muito demandado pelos funcionários, contou. Do medo que senti no início, comecei a sentir raiva, mas até chegar a Cajamarca não estava muito a salvo, já que o presidente Ollanta Humala tinha promulgado a lei nº 30151 que exime de toda responsabilidade penal policiais e militares que causem lesões ou morte a terceiros em ação de serviço. Essa lei atingia, claro, aos que protestavam e podia ser uma perfeita desculpa se ele desejasse me causar algum dano. Optei por falar o necessário, agradecer muito, e “cair fora” no primeiro lugar que eu reconhecesse. No fim, nada ocorreu, mas eu não estava propensa a confiar na polícia.

Nora me indicou para falar com o padre Sérgio. O padre, junto com o padre Arana e o padre Panchito, foram ativistas quando ocorreu o caso trágico de Choropampa descrito por César. Após vários protestos durante a década de 2000, o padre Sérgio me relatou que ele foi separado da cidade de Cajamarca pelas próprias autoridades religiosas justamente por participar dos protestos, e que, segundo essas autoridades, ele como padre não tinha a competência de se envolver na “política”. Hoje estava em um *pueblito* chamado Tembladera (em Contumazá), onde opera a empresa Cimentos Pacasmayo.

Durante a pesquisa de campo, a partir dos comentários de diversas pessoas, começou a ficar claro que havia uma separação entre “política” e “as demais funções”. O Estado fazia “política”, os outros que faziam “política” eram por favorecer algum partido político do qual obteriam algum benefício ou colocar no mercado sua voz para receber dinheiro pelo silêncio. Se seguíssemos Rancière, parecia mesmo que o Estado fazia policiamento e administrava política pública.

De acordo com o depoimento do padre Sérgio, ele alegava que sua luta era “evangélica” e não “política”, entrando em desacordo com a sua autoridade, o bispo de Cajamarca. Ele explicava que, desde 1979, e principalmente no documento da Aparecida do ano de 2007¹³⁵, ficou determinado que a questão ambiental era um assunto a ser pensado pela Igreja Católica, e é o que hoje o Papa Francisco enfatiza por meio do seu “evangelho da alegria”, de 2012, e a encíclica *Laudato Si*, de 2015.

O padre Sérgio explicava com suas palavras: “a natureza é a mais oprimida que tem. O pobre é reanimado, mas os danos à natureza são irreversíveis”¹³⁶. O padre, influenciado pela Teologia da Libertação (por Boff, Gutierrez, Dussel) trabalhou junto com outros seis padres das Dioceses de Cajamarca nessa linha. Cabe mencionar que, no final dos anos de 1960 e 1970, a Teologia da Libertação trabalhava a ideia de que não era o suficiente que a Igreja simplesmente tivesse empatia e cuidado pelos pobres. Em vez disso, a Igreja precisava ser um veículo fundamental que pressionasse por mudanças políticas e estruturais a fim de erradicar a pobreza (BOFF, 2007). Segundo declarou, isso é o papel do religioso, enquanto o bispo fazia questão de esclarecer que não é competência dos padres, discurso típico do movimento interior à Igreja para combater tendências marxistas dentro da organização. No ano de 2006, o

¹³⁵ “Esta herança muitas vezes se manifesta frágil e indefesa diante dos poderes econômicos e tecnológicos. Por isso, como profetas da vida, queremos insistir que, nas intervenções sobre os recursos naturais, não predominem os interesses de grupos econômicos que arrasam irracionalmente as fontes de vida, em prejuízo de nações inteiras e da própria humanidade”. Esta é uma das passagens dedicadas à questão ambiental do Documento de Aparecida, de 2007.

¹³⁶ Lembro que o padre Guille, de Celendín, mostrou-me o Evangelho da Alegria, introduzido pelo Papa Francisco, e que era discutido nas suas reuniões.

atual bispo de Cajamarca, Martinez Lazaro, publicou uma carta no diário *El Correo*, dirigida à Diocese de Cajamarca, que justificava que os sacerdotes estariam proibidos de participar de nenhuma ação de cunho político (MARTINEZ LAZARO, 2006). Para esse argumento, o bispo alude ao discurso de Paulo VI às Nações Unidas, em 1965, no qual diz que o desenvolvimento é a nova linguagem da paz, e à afirmação paulina de que o conceito evangélico de cristianismo não está em socorrer os pobres para que estes sigam sendo pobres; ao contrário, reside em que estes desprovidos saiam de um estado de vida e passem a outro superior:

Com frequência e erroneamente tem se proliferado a ideia de que a justiça social é simplesmente uma preocupação com o pobre e que a pobreza é predicada ou estimulada como um bem em si mesma. É iluminador o ensino de São Paulo no qual conhece a generosidade do nosso senhor Jesus cristo quem, sendo rico, por vocês se fez pobre a fim de que vocês se enriqueçam com a sua pobreza. Esta afirmação paulina nos reafirma no conceito evangélico que o cristianismo não reside a ideia de socorrer aos pobres para que sigam sendo pobres, senão para tirá-los de um estado de vida a outro superior. [...]. A igreja nesse sentido tem uma tarefa grave e grande, e é a sua tarefa de evangelização que ajuda ao homem a se compreender mais e melhor. Não é a missão da Igreja se imiscuir em nenhum tipo de assunto político ou de assumir tarefas que não são próprias. As tarefas próprias da Igreja são: a proclamação do evangelho, da santificação por meio dos sacramentos e o serviço da caridade. Este exercício da caridade inclui as vezes se envolver em tarefas sociais e políticas que deveriam ser assumidas por católicos laicos. [...]. Sobre esse ponto é clara a doutrina da Igreja como o expressa o Compêndio do Catecismo da Igreja católica: “A Igreja intervém emitindo um juízo moral em matéria econômica e social, quando exigem os direitos fundamentais da pessoa, o bem comum ou a salvação das almas. Os fiéis cristãos laicos intervém diretamente na vida política e social, animando com espírito cristão as realidades temporais, e colaborando com todos como autênticas testemunhas do Evangelho e construtoras da paz e da justiça. (MARTINEZ LAZARO, 2006, tradução nossa).¹³⁷

Como bem lembrou Dominique Perrot, citando um texto de Gilbert Rist, o desenvolvimento tem como um de seus pilares o judaico-cristianismo (PERROT, 2008). Neste trecho, vê-se a opção “desenvolvimentismo” – comum no pós-guerra, pois o desenvolvimento era grande projeto do Ocidente capitalista contra o avanço do comunismo oriental – sobrepujar a luta social. Volto a referir ao estudo de Ferguson (1994) e como programas de desenvolvimento, para o autor, podem ser despolitizantes, uma vez que substituem o debate político pelo saber técnico (e pela administração de políticas sociais). Assim, participar de protestos sociais não é um assunto da competência dos religiosos, e muito menos o é entorpecer a oportunidade destes povos de sair da pobreza. Mas esta saída parece sempre guiada ou pelo Estado, ou por empresas, ou pela caridade. O que sugeria Sérgio é justamente uma libertação da natureza, das pessoas, das palavras. Ele criticava o fato

¹³⁷ Do original em Espanhol.

de que a região de Cajamarca estava dividida em um “pró” e “anti” mineiro, um termo do qual ele procurava também libertação, porque criticava que o desenvolvimento fosse “um”, isto é, único e de progresso linear. Na vida real, se deveria existir o desenvolvimento, ele dizia, “era do ponto de vista da pessoa”. Para alguns, é para ter uma camionete Hi-Lux; para outros, é para poder viver da sua agricultura. Para ele “pró” e “anti” pareciam envolver uma única concepção de desenvolvimento a adotar: de um lado, a mineração e, de outro, todos aqueles que não estavam a favor das minas permaneciam no “anti” desenvolvimento. Em resumo, para os opositores dos projetos de mineração, suas alternativas jamais poderiam ser entendidas como formas distintas de construir projetos coletivos de vida.

De acordo com o padre Sérgio, muitos dos padres em Cajamarca tinham optado pela mina porque recebiam dinheiro para suas obras sociais. Durante os protestos contra o projeto Conga, somente alguns padres ajudavam, como o tão lembrado padre Isaac da Igreja São Francisco. Essa oferta chegou a Sérgio, conforme relatou, mas ele negou porque esse dinheiro vem com um compromisso. Comecei a entender, pela sua lógica, que o dinheiro “não liberta” porque estes padres hoje tinham que falar bem da mineração. “*Te lo sacan en cara*” me dizia. Em Rancière (2010, p. 69), “um desacordo não é um conflito de interesses, opiniões ou valores; é uma divisão inserida no senso comum: uma disputa sobre o que é dado e sobre o enquadramento segundo o qual vemos algo que é dado”. Se há uma classificação das pessoas, há também uma luta não somente sobre ela (como os depoimentos de Nora e César nos mostram), mas pelo enquadramento a respeito de como vemos e o que é o mundo.

7.3 EQUIVALÊNCIAS E COMUNICAÇÕES PROBLEMÁTICAS: POR QUE AS EMPRESAS NÃO REDESENHAM “A NATUREZA”

Durante o Congresso Internacional dos Guardiões das Lagoas que ocorreu no *centro poblado El Tambo* (Bambamarca) em meados no mês de agosto de 2014, tinha sido organizada uma marcha de protesto em direção à lagoa *El Perol* (Celendín), na qual foram apresentadas várias pessoas da província de Celendín ligadas à Plataforma Interinstitucional Celendina, conhecida como a PIC, com o lema “ninguém defende o que não conhece”¹³⁸. O protesto começava de um ponto estratégico na região do Conga que unia as delegações que saíam do *centro poblado El Tambo* (Bambamarca), onde eu estava, e os dirigentes e

¹³⁸ Segundo o professor Livaq, a PIC nasceu a partir da organização de um foro de mineração e ambiente em 2009, na cidade de Celendín, que foi conduzido por pessoas que individualmente questionavam o megaprojeto de mineração e os seus efeitos; ditas pessoas pertenciam a organizações cujos dirigentes tinham sido cooptados pela empresa Yanacocha.

camponeses que partiam de um ponto da província de Celendín. Foi naquela ocasião que conheci as emblemáticas lagoas El Perol e a lagoa Azul, assim como Máxima Chaupe, uma camponesa sistematicamente ameaçada por Yanacocha, sendo que a empresa alega que a terra Máxima mora com a sua família foi comprada entre os anos 1996 e 1997 e, por contrato, pertence à Yanacocha.

Figura 38: Marcha rumo a El Perol, agosto de 2014



Fonte: Acervo da autora (2014).

Após o congresso organizado pela Frente de Defesa do Tambo, fui participar de uma noite de vigília em Celendín e visitei o professor Chavito, que era responsável pelo programa de rádio, para me apresentar e explicar o propósito da minha visita a Celendín (que não estava prevista em um primeiro momento). Ele tinha trabalhado muito junto com um ambientalista da região, o senhor Nero, com quem visitavam as cataratas Cornélio, queda d'água que nasce na lagoa Azul. Na conversa, o professor narrou uma história em um desses encontros de *jueves de diálogo* que chamou minha atenção para análise. Ele relatou que uma vez apareceu uma engenheira do estado do Texas (Estados Unidos) para explicar sobre os efeitos do transvase ao público convidado. A palavra transvase se refere ao traslado das águas das quatro lagoas que iriam desaparecer em razão da construção das cavas e das unidades de desmonte e *relaves* para os reservatórios construídos pela empresa, e, de acordo com as

informações dos professores e *ronderos*, esta palavra estava circulando na cidade de Celendín e nos *caseríos* próximos à área de operações. O seu significado, entretanto, não estava claro entre a população, provocando confusões.

Continuando com o relato do professor, a engenheira realizou uma apresentação argumentando que a paisagem da *jalca* (de altura) da província Celendín continuaria sendo igual após o *transvase* das águas das lagoas aos reservatórios. Após a apresentação, o professor, desconfiado, levantou a mão e perguntou: “Desculpe, você conhece a região?”, ao que ela respondeu que não era necessário conhecer, porque para isso existia a virtualidade. Então ele questionou: “não é assim como você fala”. Imediatamente, os engenheiros peruanos tomaram a palavra e disseram ao professor: “você vai ter o seu Cornélio”. Cornélio é uma catarata muito apreciada pelas pessoas de Celendín e, como relatado por Mariela no capítulo anterior, é onde apareceram as flores que os *mayores* (os antigos) haviam colocado na lagoa El Tosmo. As águas do Cornélio pertencem ao rio Jadibamba e este nasce da lagoa Azul, justamente aquela lagoa que seria deslocada para a instalação de um depósito de dejetos de mineração. Os engenheiros continuaram: “Se seca a lagoa Azul, colocaremos uma bomba de água que funcione por 24 horas e assim você vai ter o seu Cornélio”. O professor respondeu: “cínicos, por esse cinismo é que nunca acreditei em vocês.”

Igualmente, é possível perceber o tema dos desenhos e da relacionalidade no diálogo entre o professor e o engenheiro. Primeiro, o *transvase*, explicado pelos engenheiros, emerge como um desenho oriundo dos projetos de engenharia e estudos de impacto ambiental, com base na *expertise* de engenheiros, economistas, biólogos que vivem em um mundo desenhado por formas racionais de manejar a natureza e as populações. A ideia de “deslocar as águas” era uma forma como os engenheiros alegavam que o reservatório seria tão natural como a lagoa porque começaria a operar com “a mesma água”, a qual somente seria “transladada” ou “deslocada” aos reservatórios que teriam a mesma aparência de uma lagoa natural. Para a engenheira do Texas, aquela análise e confirmação de que aquilo realmente vai ocorrer pode ser realizada sem estar presente no local, ou seja, em total isolamento da “experiência” daquele mundo vivido pelo entrevistado, a experiência de conhecer as associações às quais se referem os camponeses e os ambientalistas.

Mais uma vez testemunhamos um emaranhado de conexões entre rios, lagoas, quedas d’água, fazendo uma rede de relações complexas que é parte da vida das populações. Nessas relações, montanhas e *jalca* se fazem presentes, assim como os produtos para alimentação (batata, especialmente).

Agamben (2007) já explicitou que a comprovação científica transfere a experiência o mais completamente possível para fora do homem, aos instrumentos e aos números, deslegitimando qualquer outro tipo de experiência. Além disso, o importante para os engenheiros é dar uma aparência igual na superfície, onde se pode ver, acreditando que as associações ecológicas que ocorrem debaixo da terra ou no céu não são importantes. Assim, o relato do professor propõe também outro olhar. Os engenheiros aceitam que a paisagem e a água são importantes para os camponeses e locais da cidade e estão dispostos a fazer uma reconstrução da natureza, inclusive a pedido, como é o oferecimento que faz o engenheiro ao professor de *bombear* a água para que a catarata continue fluindo. É relevante esta discussão sobre o *transvase* porque se abre um novo espaço de comunicação (BHABHA, 2005), onde emerge uma controvérsia capaz de abalar a crença no desenvolvimento – em razão de seus efeitos práticos e diretos – e o “colonizado” realiza uma imediata contestação: vocês são cínicos. O *cinismo* de Yanacocha, que não é uma descrição exclusiva do professor, contesta a equivalência não somente entre os reservatórios El Perol, Azul, Mala ou Chica e Chaiguagon, mas também como emergem as associações de onde aparecem as entidades.

Cabe recuperar ainda o problema dos Estudos de Impacto Ambiental e o modo como são relevantes nesta situação. À diferença das minas antes de 1990, a empresa Yanacocha “inclui” a água e a paisagem como elementos importantes dos camponeses no seu EIA. Uma “inclusão” na qual a água e a paisagem não podem escapar do que o EIA estipula e no caso são águas secundárias, pouco importantes.

No suposto espaço homogêneo de comunicação em que as lagoas são nomeadas pelo EIA, os professores, ambientalistas e *campesinos* negam esta posição sustentada cientificamente pelos engenheiros. Ademais, não aceitam ser classificados como meros ouvintes do projeto e, portanto, advogam ser conhecedores do mundo em que vivem. A virtualidade mencionada pela engenheira texana, típica do pensamento científico moderno e universalista, não é uma metodologia legítima para os professores e camponeses que estão contra o projeto, mas sim a convivência com as águas no dia a dia. Para isto, recolho a noção de “terceiros espaços” de Bhabha (2005), que é descrito por Carvalho (2001) como a possibilidade que o subalterno tem de devolver o caráter inconsistente e frágil daquela ordem que se apresenta como legítima e inquestionável. E esse repúdio é construído quando são atribuídos significados ao enunciado que não compartilha a mesma temporalidade que a autoridade legítima no caso.

Na temporalidade da empresa, o que importa é como a natureza pode ser mais bem utilizada até o ponto em que se deva desfazer da original e reaplicar uma nova para manejá-la

melhor. Na temporalidade do professor e de outros ativistas, esta narrativa é incongruente porque a água contida na lagoa não é um recurso nem está isolada de outras entidades no mundo que os *campesinos*, professores e ambientalistas bem conhecem. Muitos terceiros espaços são abertos em situações de controle da narrativa histórica, de silenciar a voz subalterna, e é por isso que chamam a atenção os diversos comunicados da empresa Yanacocha, inclusive contraditórios, para manter a sua hierárquica posição. Portanto, o professor está refutando a equivalência entre o *deseño* da natureza e o *deseño* da empresa Yanacocha, entendendo-se que o *deseño* envolve um processo complexo de associações. Se Winograd e Flores (1989) justamente discutem como as pessoas desenham coisas que, em troca, vêm a alterar aquele próprio que desenhou num processo de retroalimentação, há o que Blaser denominou de processos de *worldings* (BLASER, 2013a). O reservatório e o transvase, neste caso, ao serem colocados nos espaços comunicativos pelos engenheiros, passam paulatinamente a formar parte do mundo dos professores e camponeses; porém, eles não entram neutros, estes atores os reinterpretam como “destruição” do seu espaço. Desenhos constroem e destroem.

O trabalho da PIC de que o professor Chavi participava, em colaboração, principalmente com a ONG Grufides¹³⁹, tem se concentrado em desvelar o desenvolvimento proposto por Yanacocha ao associá-lo com a destruição das fontes de águas. No entanto, os professores da PIC queriam demonstrar o que o “desenvolvimento faz” e começaram a desvendar aquelas supostas equivalências (aqui representados pela “troca” da catarata natural por uma artificial).

Já em 2009, circulava a foto da lagoa Yanacocha em 1992, antes da entrada da empresa na região, quando estava tramitando a ordenança municipal a 280 lagoas da região do Alto Peru (província de San Pablo, Cajamarca) declarando que a área seja intangível, dado que Yanacocha estava com intenções de explorar essa área. No entanto, no ano de 2011, esta foto foi reexposta por escritores de Celendín (membros da PIC) e no início de 2012 aparece no jornal La República, de circulação em Lima, com viés de esquerda. A foto é uma comparação de antes da etapa de construção de Yanacocha, em 1992, e uma imagem de satélite após as operações da empresa no ano de 2002, quando são observados o desaparecimento da lagoa e a transformação da cor verde do entorno em uma cor desértica.

¹³⁹ ONG Grupo de Formación e Intervención para el Desarrollo Sostenible (Grufides). Existe um documentário denominado “Operación Diablo”, dirigido por Stephanie Boyd, premiado pelo *International Human Rights Film Award* por narrar a perseguição de que foram vítimas o padre Marco Arana e toda a equipe da ONG quando começaram a denunciar a empresa Yanacocha.

Figura 39: A lagoa Yanacocha antes e depois da entrada da empresa de mineração Yanacocha.



Fonte: Chávez Silva (2011).

Foi interessante a circulação destas duas fotos comparativas porque tornava visível o que as pessoas não enxergavam e, menos ainda, sentiam. O padre Sérgio alegava que outra foto também auxiliou no debate e foi tirada pelos *ronderos* para uma inspeção ocular. Em uma visita às nascentes do rio Grande, mais de 500 povoadores da região de Cajamarca constataram que o rio recebe água tratada pela mina Yanacocha mediante quatro tubos instalados pela companhia mineira. Esta água é bombeada e consumida pelas famílias de Yanacocha assim como usada nas atividades agrícolas.

Figura 40: A “nascente” do Rio Grande por Yanacocha



Fonte: Servindi (2011).

A equivalência do nascer das águas é colocada novamente em questão pelos *ronderos* de Cajamarca. A água que é tomada, usada e devolvida pela empresa Yanacocha não é equivalente às águas do “nascer aí”. Essa equivalência está sujeita a uma contestação, tomando emprestada a lógica de equivalências de Li (2015), porque o “nascer aí” implica a circulação da vida na qual projetos de vida podem ser desenhados autonomamente enquanto que o desenho proposto acima depende da água bombeada pela Yanacocha. E quando ela for embora, explicavam-me os *ronderos* e *ronderas*, quando termine de comer todo o ouro? Ela vai embora? Morreremos “a pausas” (aos pouquinhos), prefiro lutar!

Figura 41: Mural na cidade de Celendín (Cajamarca)



Fonte: Acervo da autora (2014).

8 CONCLUSÕES

Terminar este trabalho de tese “corta” abruptamente a riqueza das relações que se tornaram tão importantes para mim durante a pesquisa de campo e que apresento ao leitor. Isto implica principalmente cortar as “vozes” de mulheres que, enquanto finalizo este trabalho na cidade de Porto Alegre, continuam resistindo à exploração mineira ou padecem de múltiplas formas sem deixar de fazer da luta uma experiência. A canção de umas das *ronderas* “não quero morrer, vou lutar” é definitivamente a lição mais importante que aprendi a partir das pessoas que sentem os seres da terra padecendo e que, também eu, transmito para os futuros doutorandos que, por medo ou falta de motivação, queiram elaborar uma tese numa área de formação diferente da sua graduação.

Em agosto de 2014 retornei à Cajamarca. Tinha um compromisso com os *ronderos*, que consistia em participar do Congresso dos Guardiões das Lagoas. Um dia antes do primeiro congresso, estávamos reunidos entre várias pessoas, entre eles Blanco, dirigente *campesino*, e Miguelito, responsável pela Plataforma Interinstitucional Celendina (PIC). Miguelito perguntou a Blanco, em uma conversa casual, o porquê da indiferença de Cajamarca e arredores com o “ancestral”, com o passado, tal como os *Apus* são preocupação na região sul do Peru. O dirigente lhe disse: “subimos um dia às lagoas (El Perol e Azul) com um grupo e queríamos fazer uma oferenda (um rito). E perguntamos se alguém sabia fazer uma oferenda e ninguém sabia!”. Indignado, Miguelito repetia: “ninguém sabia fazer uma oferenda à lagoa (...), mas nós sabemos que temos um passado *culle*”¹⁴⁰.

Compartilho este relato porque, no Capítulo 5 (Relações do alimentar e relações que alimentam), analisei como, de práticas materializadas nos “desenhos” investigados, “nasce” uma água com diferença radical à água do reservatório proposto pela empresa de mineração. Certamente, pelo que foi aprendido, estas águas são águas que “alimentam” porque carregam a vitalidade de várias entidades que participam no “nascer aí”. Ao escutar o comentário do Miguelito, eu pensava que uma pessoa de fora, que não tinha convivido com o *centro poblado* El Tambo, diria talvez que os *ronderos* estão premeditadamente fabricando um “produto final” a partir de uma matéria-prima qualquer, talvez imitando a do sul do Peru. Este comentário parece pertinente fazer aqui porque tanto Miguelito, como militante, como os *campesinos* e *ronderos* estão contestando a linearidade da história de, quando existem resistências concretas, como as pessoas de Cajamarca mantinham termos da língua *culle*.

¹⁴⁰ Língua pré-hispânica dos Caxamarcas.

Durante a pesquisa etnográfica no *centro poblado* El Tambo, aprendi com as mulheres, principalmente com Mariela e Bianca que, no quinto dia após a morte de um ser querido, a família lava os pertences do defunto no rio para que a alma possa continuar seu caminho, para que nada o prenda ao mundo dos vivos. Essa água “nasce” na chuva, com a mão de Deus e a nuvem, entra pelas lagoas com ajuda do *ichu*, e essa água flui pelas veias do seu corpo do *cerro* e da lagoa, veias que são feitas de “ouro”, e aparecem nos *puquios* (nascentes). Essa água é guiada pelas pessoas para “alimentar” o lote de batatas, e, portanto, também as famílias e os visitantes. O nascer das águas é importante para os *ronderos* e *campesinos* do *centro poblado* El Tambo, e, embora existam projetos de “coletar águas” que ajudem a que uma maior quantidade possa ser distribuída entre as famílias que estão em terras baixas, o que está em questão é como essas águas nascem e circulam. Estas diferentes práticas materializam um mundo próprio, uma água diferente da proposta pela empresa mineira. Ao final, as pessoas do *centro poblado* El Tambo se “alimentam” com a água que carrega a vitalidade do nascer no alto das lagoas. Mariela sempre referia que a lagoa é como um “coração” porque a água circula, não está detida; e sua irmã Bianca diz que é como um “seio”, porque daí as pessoas se alimentam.

A relacionalidade não é inventada, é parte dos depoimentos dos *campesinos*. No entanto, os eventos sobre falta de água, mudança de cor no *centro poblado* El Tambo, frustração com a colheita de batatas, histórias das mulheres que foram para Hualgayoc e foram informadas de que a água se compra e se vende abrem um espaço para a reflexão, para repensar a história oral dos *mayores*, de como eles visitam as lagoas, de que ela alimentava águas abaixo. Pérez Mundaca (2010b) já tinha mencionado, a partir de anos de pesquisa na região, que a presença da mina Yanacocha na cidade de Cajamarca em 1992/1993 seria um acontecimento singular e tão dramático e relevante como foi a captura, traição e morte do Inca Atahualpa. A indignação e o temor que mostraram, principalmente as mulheres, de se verem obrigadas a comprar água, como ocorre na cidade de Hualgayoc, não difere da noção de Guamán Poma de Ayala e o que chama de “mundo ao contrário”. Assim, a reflexão não é pautada por uma narrativa linear, existem “cruzamentos” com outras memórias, aquelas que ocorreram no encontro entre Atahualpa e Pizarro, a traição, as da língua *culle*, como é colocada por Miguelito, e as que envolvem a repressão da polícia, da constituição do centro urbano, da indiferença do Estado e do novo papel de vigilância das *Rondas Campesinas*. Estas reflexões partem de diversos “encontros” com o desaparecimento das águas, ou com uma água de pouca vitalidade, de outra cor, que é associada com distintas mudanças na paisagem, assim como os militantes, como Miguelito, Nora e César, também sentem os efeitos.

Falar a partir da experiência vivida sempre teve os seus desafios. Se, por um lado, embora as estradas permitam um deslocamento muito menos sofrido por parte das populações, podendo se deslocar à cidade de Cajamarca em poucas horas e também melhorar o comércio de sua produção, por outro, o desenho da estrada também afeta os caminhos das pessoas para chegar até a cidade ao se perderem os laços com as lagoas. Foi interessante ouvir o depoimento do professor Manolito, que me explicava que muitos não sabiam que as águas vinham de Conga, no entanto, tinham conhecido esta conexão por meio da história oral local. Após estes vários acontecimentos, eles tinham que ver com os próprios olhos, “reviver” a história oral, ou, como alega Cruikshank (2005), refletir sobre a (e a partir da) história oral diante de contextos contemporâneos. Reviver a história oral é uma experiência de querer ter o controle dos seus projetos de vida. Não é exclusividade do *centro poblado* El Tambo, Nora, César, o padre Sérgio, Miguelito, e o professor Chavito, assim como muitos outros, também procuram reviver aquelas relações com os rios, com a memória de Cajamarca tranquila, por meio da luta. As pessoas não ficam encapsuladas em categorizações (professor, *campesino*, etc.), há luta e articulações; há uma luta também a respeito do enquadramento a partir do qual vemos o mundo.

Outro detalhe apareceu de modo sutil na minha pesquisa de campo e deixo aqui alguns apontamentos, mas que será tema para as minhas futuras pesquisas. Nas pesquisas já citadas de Sherbondy e Allen no sul do Peru, ambos explicam detalhadamente o fluir da vitalidade da água por mundos (o mundo de baixo, o mundo de cima). Os meus interlocutores na região de Cajamarca destacavam algo distinto, isto é, sobre os caminhos das águas na sua “diagonalidade” na encosta da montanha. Isto fazia pensar que os *campesinos* respeitam o desenho da montanha para fazerem seus canais; estes desenhos vão em paralelo a este desenho geológico, uma vez que os *puquios* aparecem em distintos lugares da montanha, com a água descendo aos poucos e aparecendo em olhos d’água ao longo do caminho. Além disso, o que eu gostaria de deixar claro é que essa “diagonalidade” não pode ser entendida como uma linha reta. Não significa que esta diagonalidade tem começo no topo e fim águas abaixo; ao contrário, os meus interlocutores em campo estavam sempre observando que estas águas “nascem” no topo das montanhas. Ressalto ainda que as pessoas sabem como desenhar a sua parcela considerando o desenho da montanha assim como sabem escolher o *puquio* de onde a família deve beber e de onde bebem os animais. Desse ponto de vista, pode se pensar de outra forma estes canais de irrigação: como “mediadores” da vitalidade que ocorre no topo da montanha, no “nascido aí”, e que respeita o desenho do próprio *cerro*. Deixarei o aprofundamento disto para pesquisas futuras.

Enquanto a coalização do Estado, as minas e outros interessados qualificam-nos como os culpados das desgraças do país (são intransigentes, radicais, violentos, têm passado terrorista, são *perros*), os protagonistas desta tese invocam o seu direito de decidir sobre seus projetos de vida, nos quais o desenho é importante.

O repúdio ao Projeto Conga por parte dos *ronderos* do *centro poblado* El Tambo – em colaboração com professores, com a Igreja e com os ambientalistas – não pode ser explicado considerando a água como um ente separado (uma natureza lá fora), o qual cada grupo interpreta de forma diferente. O que demonstra esta pesquisa (cujo relato detalhado está no Capítulo 5) é que as águas nascem de relações do “alimentar”. Por esse motivo, as águas da lagoa Mamacocha aparecem como outras águas diferentes das águas propostas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da empresa Yanacocha. A nuvem, a mão de Deus, o *ichu* e a lagoa se alimentam da vida destes seres, e esta vida flui pelos rios, aparece nos *puquios*, depois nos mesmos rios, nas várias lagoas. Desenhar a acéquia (o canal de irrigação artesanal conectado ao canal feito de cimento) e alimentar a terra sem reter o fluir das águas pode ser visto como uma forma de “mimese” em relação ao desenho da natureza, ou seja, de como os *cerros* se alimentam das águas e as fazem fluir pelo ambiente. E, ao mesmo tempo, ato contínuo, testemunhamos porque os *ronderos* do *centro poblado* El Tambo vivem “águas abaixo”, alimentam suas terras com as águas que vêm das partes altas e deixam a água fluir águas abaixo para que elas cheguem aos níveis inferiores e o ciclo se mantenha.

Ao observar como Mariela e sua família desenham *com a* terra, pode-se pensar em um desenho ontológico, autônomo e também político, porque os *campesinos* refutam serem dominados pelas práticas que implicam o controle, a manipulação de suas terras e de suas águas; são práticas em que a centralidade reside no alimentar. O repúdio à Yanacocha pode ser interpretado, por um lado, porque a empresa procura reter águas, o que vai contra a lógica da circulação de fluxos que permite alimentar os rios, a terra, as famílias, os corpos. Por outro lado, existe um repúdio de que a Yanacocha seja uma entidade desenhista do mundo, porque o seu desenho não contempla relações. Isso implicaria em que o *centro poblado* El Tambo fique à mercê da Yanacocha, e quando acabe o ouro que tanto almeja Yanacocha, a empresa irá embora também deixando um rastro de problemas.

Sobre as colaborações entre os diferentes grupos sociais contra o projeto Conga, o que este caso empírico sugere é que a dinamização das relações com estas entidades em perigo é resultado de “encontros” de diversos tipos, de forma não planejada, nos quais se formam espaços de compatibilidade entre conhecimentos díspares. Aqui, concordo com um apontamento feito por Li (2015) de que estas colaborações “espontâneas” – e que emergem

em momentos de conflito – podem ser uma contribuição para pensar os movimentos sociais. O que mostra o caso Conga não é uma aliança de objetivos comuns. Quando o *rondero* Ramón explica para mim que a conexão de Mamacocha com os *caseríos* se dá pelo fato de esta lagoa ser um “aquífero”, este termo proposto pelos ambientalistas guarda um regime de relação diferente, mas não chega a deslocar a autoridade da história oral. No caso da lagoa El Tosmo (examinada no Capítulo 5), por exemplo, os *ronderos* e *campesinos* continuam operando com conceitos advindos de seu mundo.

Para os ativistas, e aqui retomo o Capítulo 7 (particularmente os depoimentos do padre Sérgio e da professora Nora), embora possam ter um regime de relação distinto, sua luta também vem de experiências vividas. A professora Nora conta sua relação com o rio Maschcon; o Padre, com seu compromisso com o que ele considera o ser mais oprimido: a natureza. É possível ainda ver claras conexões com o que percebi em campo com o professor César, da sua experiência com a (quase) morte, o professor Chavito, do seu conhecimento sobre hidrografia. O que ocorre no conflito é que a lagoa Mamacocha aparece “estendida” (extensão das relações e pontos de vista) a partir do encontro entre estes coletivos, resgatando a história oral assim como os novos elementos trazidos pelos ambientalistas, em que ambos vão ser articulados no conflito. Ao dinamizar a palavra aquífero, esta não está isolada do conhecimento dos camponeses. Assim, Mamacocha se torna visível tanto como águas que alimentam, como na qualidade de aquíferos ou, ainda, enquanto obras de Deus.

Faz sentido com a ideia de desenho ontológico porque, à medida que novos elementos passam a fazer parte da realidade, eles serão novas entidades a partir do qual as pessoas vão interagir, reinterpretar. Os encontros com os ambientalistas, com os lavradores da terra que estava secando, com os padres ou pastores, com os pesquisadores e outros, são momentos de extensão e negociação de significados e é por isso que, apesar de que “alimentar” seja expressão pronunciada por diversos coletivos sociais e em distintos contextos, as associações a esta palavra são diferentes e sempre em construção. O “alimentar” não pode ser representado em sua “finitude” porque ele aparecia a cada vez e em cada conversa tornava-se ainda mais complexo. Assim, as colaborações que apresento contestam uma temporalidade homogênea e linear (BHABHA, 2005) de que os *cerros* de Cajamarca são unicamente para a exploração mineira. O que se destacou ao longo do trabalho de tese não é fundamentar a veracidade de que os povos de Cajamarca são ancestrais ou não. O que interessa aqui é como estes povos, em colaboração com outros coletivos, estão construindo uma temporalidade revolucionária que confronta uma verdade que se considerava absoluta (repetindo uma narrativa linear e homogênea) por uma verdade que se fundamente na experiência e na

reinterpretação. O rito de oferenda às lagoas pode ser visto como uma prática que refuta o nome e categorização que o EIA impõe.

O caso de Hualgayoc é diferente. Em Hualgayoc, o novo desenho de mundo da mineração a céu aberto suplanta os velhos modos de operação mineira da região, ainda que a lógica extrativista tenha permanecido. Apresentam-se profundas mudanças a partir do desenho de uma jazida a céu aberto já existente desde 2008. Para os mineiros de Hualgayoc, a contradição é que, tendo aceitado a nova empresa para operar no seu território visando à reconstrução de Hualgayoc mineiro, a própria empresa não os reconhece como mineiros porque o desenho da mina *a céu aberto* precisa de outras habilidades, e a maioria dos operários não a possui. A pesquisa em Hualgayoc mostrou como um desenho imponente – uma jazida a céu aberto – altera, seguindo Winograd e Flores, as práticas dos mineiros, e que toda esta mudança gera uma relação ambivalente entre contestação (antagonismo) e expectativa laboral. O mineiro da Hualgayoc contemporânea necessita de maquinaria pesada, é profissional, tem experiência em minas grandes. Ele não se encontra mais com o *Muqui*, agora não se tem experiência na mina subterrânea (socavão), assim como os pactos antes feitos de maneira disseminada e podendo contemplar um número expressivo de trabalhadores. Agora, a experiência do mineiro neste lugar é realizada com as máquinas.

Efetivamente, de “mineiros” os hualgayoquinos passaram a ser uma Área de Influência Direta (AID), isto é, receptores de projetos de desenvolvimento pela política de responsabilidade social empresarial. Evidentemente, pela magnitude do projeto, eles não podem participar do desenho, e, assim, a autonomia é pelo menos parcialmente perdida. Agora, por serem área de influência do projeto, as pessoas de Hualgayoc se veem na necessidade de fazer convênios, criar novas ocupações, sempre na dependência da própria empresa. Por sua vez, a empresa não deseja permanecer sempre responsável pelos empregos na região. Essa é a ambivalência do “desenvolvimento” por meio da mineração: ela força o caminho único (só a mineração pode resolver os problemas econômicos), mas efetivamente as pessoas criticam isso; a mineração cria problemas ambientais e sociais, e isso não passa despercebido pelos habitantes que, no máximo, conseguem negociar postos de trabalho ou contratos. Voltando para a “máquina antipolítica” de Ferguson (1994), existe um processo de organização hierárquico, classificatório, que burocratiza as relações e produz “efeitos reais”. A domesticação da região de Cajamarca para empreendimentos de mineração a céu aberto tem conduzido a uma domesticação dos caminhos das águas, e elas têm perdido sua vitalidade. O efeito mais importante é que a vitalidade das águas possui paralelo com a vitalidade das relações das pessoas com as entidades que vivem com elas. As mulheres de

Hualgayoc reclamam pelas águas, contudo, sua postura ainda é ambivalente porque também existem outras relações fundamentais, “ser mineiro” é importante.

A posição do *centro poblado* El Tambo é distinta, sua vitalidade está relacionada com o “nascer aí” e com a fluidez, porque água é vida. “Morrer a pausas” não é uma opção e muitas mulheres sentem as mudanças das águas, da terra, dos seus corpos, e que os seus filhos não tenham mais relações com o que é mais importante. A minha escrita termina aqui, mas as vozes destas mulheres continuam cada vez mais fortes: *àgua sim, ouro não!*

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L. *Writing women's worlds: Bedouin stories*. Berkeley: California Press, 1992.
- ASOCIACION INTERÉTNICA DE DESARROLLO DE LA SELVA PERUANA - AIDSESEP. Carta Abierta al señor García. Lima: Aidesep, 2009. p.1-2. Disponível em: <<http://www.aidesep.org.pe/editor/documentos/59.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- AGAMBEN, G. *Infância e história*. Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, G. *Estado de exceção: Homo sacer, II, I*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ALBERT, B. *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. Brasília: UNB, 1995. (Série Antropológica,174).
- ALBERTI, B et al. Worlds otherwise: archeology, anthropology, and ontological difference. *Current Anthropology*, Chicago, v.52, n.6, p.896-912, 2011.
- ALIMONDA, H. Colonialidad y minería en América Latina. In: QUINTERO, P. (Ed.). *Crisis civilizatoria y Buen Vivir*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.
- ALLEN, C.J. *La coca sabe*. Coca e identidade cultural en una comunidad andina. Cusco: Bartolomé de las Casas, 2008.
- ALMEIDA, J. PREMEBIDA, A. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, p. 14-33, 2014.
- ALTHAUS, J. de. *Entrevista a Dario Zegarra* (Gerente de responsabilidad social de Conga). 11 nov. 2011. (9min43s). 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cmH7dVtoRQM>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- ALTHAUS, J. de. *Entrevista a Dario Zegarra* (Gerente de responsabilidad social de Conga). 2 fev. de 2012. (25min18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o1faJ1tf03g>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- ARANA, M. Minería y territorio en el Perú: conflictos, resistencias y propuesta en tiempos de globalización. In: ALIMONDA, H. (Org.). *La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ARANA, M. Cuidar el agua, es cuidar la vida: aportes de la cultura andina a la nueva cultura del agua. In: ECHAVE, J.D. et al. (Org.). *Minería y territorio en el Perú: Conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización*. Lima: CooperAcción, 2009. p. 219-241.

ARANA, M. *Resolución de conflictos medioambientales en la microcuenca del río Porcón, Cajamarca 1993-2002*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 2002.

ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia do bolso, 2012.

ARGUEDAS, J.M. *Todas las sangres*. Madrid: Alianza, 1964.

ARGUEDAS, J.M. *Agua*. Lima: Nuevo Mundo, 1935.

ASOCIACIÓN SER. Proyecto Conga: Entre las lagunas y el mineral. *Vozes*, Cajamarca, n. 28, p. 10-12, 2010.

BARBOSA, J.F. A crítica da violência de Walter Benjamin: implicações histórico-temporais do conceito de reine Gewalt. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 151-169, 2013.

BARTRA, R. Geología del distrito minero de Yanacocha. In: _____. *Primer Volumen de Monografías de Yacimientos Minerales Peruanos*. Lima: Instituto de Ingenieros de Minas del Peru, 1999. p.13-22.

BEBBINGTON, A. *Industrias extractivas*. Conflicto social y dinámicas institucionales en la región andina. Lima: IEP-CEPES, 2013.

BEBBINGTON, A. *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: IEP-CEPES, 2007.

BEDNIK, A. Pelo ouro do Peru: O lobby das mineradoras. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 6 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1606>> Acesso em: 15 mar. 2015.

BENJAMIM, W. Sobre uma crítica do poder como violência. In: _____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012. p. 57-82.

_____. Sobre o conceito de história. In: _____. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. V. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BIBLIOTECA RURALES. *Nuestros mayores cuentan*. Cajamarca, 27 jun. 2012. Disponível em: <http://bibliotecasruralescajamarca.blogspot.com.br/2012_06_01_archive.html>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BLASER, M. *Los conflictos ontológicos y el problema de la política racional*. Conferência pronunciada no Seminário Internacional de Pensamento Contemporâneo, Universidad del Cauca, 2015.

BLASER, M. Ontological conflicts and the stories of peoples in spite of Europe. *Current Anthropology*, Chicago, v. 54, n. 5, p. 547-568, 2013a.

BLASER, M. *Un relato sobre la globalización desde El Chaco*. Popayán: Universidad del Cauca, 2013b.

BLASER, M. Border dialogue: an essay on enlightened critique. Witchcraft and the politics of difference. *Dialectical Anthropology*, New York, v.29, p.129-158, 2005.

BOFF, L. Teologia da libertação: viva e atuante. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 11 set. 2007. In: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=26>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

BOELEN, R. Cultural politics and the hydrosocial cycle: water, power and identity in the Andean Highlands. *Geoforum*, [S.l.], v.57, p.234-247, 2014.

BURY, J. Neoliberalismo, minería y cambios rurales en Cajamarca. In: BEBBINGTON, A. (Org.) *Minería, movimientos sociales, y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. 2ª ed. Lima: IEP: CEPES, 2011a, p.79-110.

BURY, J. Minería, migración y transformaciones en los medios de subsistencia en Cajamarca, Perú. In: BEBBINGTON, A. (Org.) *Minería, movimientos sociales, y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. 2. Ed. Lima: IEP:CEPES, 2011b, p. 261-307.

CABALLERO, I. V. Alimentos, reciprocidade e fluxos: sobre a lógica da alternância nos Andes peruanos. *Ilha. Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 15, n. 1,2, p.123-148, 2013.

CABELLO BALBOA, Miguel. *Miscelánea Antártica*. Lima: UNMSM, 1951.

CARDENES MARTIN, M. Minería y metalurgia pre-Inca. In: DEL BUSTO DUTHURBURU. *Historia de la minería en el Perú*. Lima: Milpo, 1999, p.17-57.

CARRIENTHERS, M. et Al. M. Ontology is just another word for culture: motion tabled at the 2008 meeting of the group of debates in anthropology, *Critique of Anthropology*, [S.l.], v.30.n.2, p.152-200, 2010.

CARVALHO, J.J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.7, n. 15, p. 107-147, 2001.

CASTRO-GÓMEZ, S. Michael Foucault y la colonialidad del poder. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.6, p. 153-172, 2007.

CAVALCANTI-SCHIEL, R. Las muchas naturalezas en los Andes. *Periferia* (Bellaterra), Rio de Janeiro, v.7, p. 1-11, 2007.

CAVALCANTI-SCHIEL, R. Para além das terras altas e baixas: modelos e tipologías na etnología sul-americana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.57, n.2, p.251-290, 2014.

CESARINO, L.M.C. da N. Anthropology of development and the challenge of South-South cooperation. *Vibrant*, Brasília, v.9, n.1, p. 507-537, 2012.

CHAVEZ SILVA. Minería: Yanacocha, la terrible evidencia, el “antes” y el “después”. *Celendín Pueblo Mágico*, Celendín, 18 mar. 2011. Disponible em: <<http://celendinpm2.blogspot.ca/2011/10/mineria-yanacocha-la-terrible-evidencia.html>> Acceso em: 22 de abril de 2015.

CHOLAN, W. Cajamarca: Denuncian por contaminación en Hualgayoc a la empresa Minera San Nicolás. *NoticiasSer*, Cajamarca, 18 fev. 2015. Disponible em: <<http://www.noticiasser.pe/18/02/2015/cajamarca/cajamarca-denuncian-por-contaminacion-en-hualgayoc-la-empresa-minera-san-nicola>>. Acceso em: 26 jun. 2015

PERÚ. *Constitución Política del Perú*. Lima, 1993. Disponible em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/per_res17.pdf>. Acceso em: 30 mar. 2015.

CONTRERAS, C. et Al. (ed.). *Economía del período colonial tardío*. Lima: BCRP/IEP, 2010. (Serie Historia Económica, 7).

CONTRERAS, C. *Los mineros y el rey. Los Andes del Norte: Hualgayoc 1770-1824*, Lima: IEP, 1995.

COOPERACION. Informe sobre concesiones mineras – octubre 2014. Sexto informe cartográfico sobre concesiones mineras en el Perú Base de datos 2014. Disponible em: <http://cooperacion.org.pe/main/images/MAPAS/informes-concesiones/2014/Sexto%20Informe%20de%20concesiones%20mineras%20octubre_2014.pdf>. Acceso em: 26 jun. 2015.

COOPERACION. *Mapa Nacional de concesiones mineras en Perú 2010*. Disponible em: <http://www.cooperacion.com/>. Acceso em: 30 set. 2012.

COORDENADORA NACIONAL DE COMUNIDADES DEL PERU AFECTADAS POR LA MINERÍA - CONACAMI. *El rostro de la minería en las comunidades del Perú*. Lima: Conacami, 2000.

CUARTO PODER. *Pasos de Conga*. 27 de nov. 2011. (10m20s.). Disponible em: <http://www.youtube.com/watch?v=x6O2k_k209k>. Acceso em: 30 set. 2014.

CRUIKSHANK, J. *Do glaciers listen? Local knowledge, colonial encounters and social imagination*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2005.

CRUIKSHANK, J. Listening for different stories: Indigenous knowledge and its transformations. Conferência pronunciada na *17th Annual Conference “Facts, fictions, and the politics of the truth”*. Parkland Institute, Edmonton, 2013.

DAMONTE G., CASTILLO, G. Presentación: una mirada antropológica a las industrias extractivas en los Andes, *Anthropologica*, Lima, v. 28, n. 28, p. 5-19, 2012.

DEERE, C. *Households and class relations*. Peasants and landlords in North Peru. Berkeley: University of California Press, 1990.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. *Quiénes somos*. Nuestra Institución. Disponible em: <<http://www.defensoria.gob.pe/defensoria.php>>. Acceso em: 15 mar. 2016a.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. Reporte de Conflictos Sociales n° 143. Enero 2016b. Disponível em: <<http://www.defensoria.gob.pe/conflictos-sociales/objetos/paginas/6/48reporte-mensual-conflictos-sociales-143-enero-2016.pdf>> Acesso em jan. 2016.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. *Conflictos sociales y recursos hídricos*. Lima: Defensoría del Pueblo, 2015.

DIRECCION GENERAL DE SALUD AMBIENTAL - DIGESA. *Evaluación de la calidad sanitaria de las aguas del rio Llaucano y tributarios principales*. Lima: Digesa, 2011.

Disponível em:

<http://www.digesa.minsa.gob.pe/depa/rios/2011/RIO_LLAUCANO_2011.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

DE LA CADENA, M. *Earth Beings: Ecologies of practice across Andean worlds*. Durham: Duke University Press, 2015.

DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “politics”. *Cultural Anthropology*, Houston, v. 25, n. 2. p. 334-70, 2010.

DE LA CADENA, M. Política indígena: um análisis más allá de la Política. *Wan Journal*, [S.l.], n. 4, p. 139-171, 2008. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/html/journal-4.htm>>. Acesso em: 30 set. 2012, 2008.

DE LA TORRE, A. *Los dos lados del mundo y del tiempo: representaciones de la naturaleza en Cajamarca indígena*. Lima: CIED, 1986.

DE LA VEGA, I. G. *Los Comentarios Reales*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1964.

DELEUZE, G. *Foucault*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.23-45, 1998.

DEZA, N. *Oro, cianuro y otras crónicas ambientales*. En busca de una minería ambientalmente responsable. Cajamarca: Editorial Universitaria UNC, 2002.

ECHAVE, J.D. de; et al. *Minería y conflicto social*. Lima: CBC, CIPCA, CIES, IEP, 2009a.

ECHAVE, J. D. de; et al. (Ed.). *Minería y territorio en el Perú: conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización*. Lima: CooperAcción, 2009b.

ESCOBAR, A. *Sentipensar con la tierra*. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, A. Notes on the ontological design. In: Sawyer Seminar on Indigenous Cosmopolitics. *Anais... Dialogues about the constitution of worlds*, 2012a. Disponível em: <http://sawyerseminar.ucdavis.edu/files/2012/12/ESCOBAR_Notes-on-the-Ontology-of-Design-Parts-I-II-_III.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ESCOBAR, A. Cultura y diferencia: la ontología política del campo de cultura y desarrollo. *Wale'keru. Revista de investigación en Cultura y Desarrollo*, [S.l.], v. 2, p. 8-29, 2012b.

ESCOBAR, A. Sustainability: design for the pluriverse. *Development*, [S.L.], v. 54, n. 2, p. 137-140, 2011.

ESCOBAR, A. *Territories of difference: place, movements, life, Redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, A. Globalización, desarrollo y modernidad. In: ESCOBAR, A. et al. *Planeación, participación y desarrollo*. Medellín: Corporación Región, 2002. p. 9-32.

ESTEVA, G. Celebration of zapatismo. *Humboldt Journal of Social Relations*, Arcata, v. 29, n. 1, p. 127-167, 2005.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: development and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1994.

FERGUSON, J. *Expectations of modernity: myths and meanings of urban life on the zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press, 1999.

FERREIRO VASQUEZ, O. El destino del Tahuantinsuyo en manos de un intérprete. *Mutatis Mutandis*, Santiago de Chile, v. 6, n. 1, p.96-112, 2013.

FINN, J.L. *Tracing the veins of copper, culture and community from Butte to Chuquicamata*, Berkeley: University of California Press, 1998.

FONSECA, C. La economía vertical y la economía de mercado en las comunidades campesinas del Perú. In: MURRA, J.V (Ed.) *Visita de la Provincia de León de Huánuco en 1562*. Huanuco: Universidad Nacional Hermilio Valdizan, 1972, p. 315-338.

FOUCAULT. M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT. M. *Vigiar e Punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

FRANCO, J. 2006. Alien to modernity. The Rationalization of Discrimination. *Journal of Latin American Cultural Studies*, v.15, n.2, p. 171-181, 2006.

FRANCKE, P. (Ed.). Agua en riesgo. *Bajo La Lupa*, Lima, v.19, n.4, 2012.

FRY, T. *Becoming human by design*. London, New York, 2012.

GARCÍA PÉREZ, A. El perro del hortelano contra el pobre. *El Comercio*, Lima, p. a4, 02 mar 2008.

GARCÍA PÉREZ, A. El Síndrome del Perro Hortelano. *El Comercio*, Lima, p. a4, 28 out. 2007a.

GARCÍA PÉREZ, A. Receta para acabar con el perro del hortelano. *El Comercio*, Lima, p. a6, 25 nov 2007b.

GIL, V. *Aterrizaje minero: cultura, conflicto, negociaciones y lecciones para el desarrollo desde la minería de Ancash, Perú*. Lima: IEP, 2009.

GITLIZ, J.S. *Administrando justicia al margen del estado*. Las Rondas Campesinas de Cajamarca. Lima: IEP, 2013.

GOBIERNO REGIONAL CAJAMARCA. *La diversidad biológica en Cajamarca: visión étnico-cultural y potencialidades*. Cajamarca: Gobierno Regional de Cajamarca, 2012.

GOLDFIELDS LA Cima ampliará operaciones en Cerro Corona. *Gestión*, Lima, 9 out. 2014. Disponible em: <<http://gestion.pe/impres/gold-fields-cima-ampliara-operaciones-cerro-corona-2110679>>. Acceso em: 26 jun. 2015.

GOLDFIELDS LA CIMA. *Responsabilidad social 2013*. Lima: Goldfields – La Cima, 2014.

GOODWIN, B. *Nature's due: healing our fragmented culture*. Edinburgh: Floris Books. Grosz, Elizabeth, 2007.

GUAMÁN POMA DE AYALA, F. *Nueva crónica y buen gobierno*. Lima: Ebisa, 2011.

GUARANGO. *Tambogrande: Vale más que Oro*. 2004. Disponible em: <http://www.guarango.org/tambogrande/downloads/booklet_es.pdf>. Acceso em: 20 mar. 2016.

GUDYNAS, E. *Transições pós-extrativistas*. Superando o desenvolvimento e a exploração da natureza. Montevideo: CLAES, 2014.

GUERRERO DE LUNA, R.; TORRES LÓPEZ, F. Más de 1200 pasivos ambientales en Hualgayoc esperan ser remediados. *El Comercio*, Lima, 9 jan. 2012. Disponible em: http://elcomercio.pe/peru/1358583/noticia-mas-200-pasivos-ambientales-hualgayoc-esperan-remediados_1. Acceso em: 26 jun. 2013.

HAMPE MARTINEZ, T. *Compendio historico del Perú*. Descubrimiento, conquista y virreinato. Lima: Milla Batres, 1998.

HARRIS, O.; ALBÓ, X.. *Monteras y guardatojos*. Campesinos y mineros en el norte de Potosí. La Paz: CIPCA, 1984.

HAARSTAD, H. Globalización, narrativas y redes: conflictos sobre la actividad minera en Tambogrande, Piura. *Espacio y Desarrollo*, Lima, v. 20, p. 87-107, 2008.

HEIDEGGER, M. *El ser y el tiempo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1951.

HOETMER, R. et al. (Ed.). *Minería y movimientos sociales en el Perú: instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el agua y los territorios*. Lima: Programa democracia y transformación global, CooperAcción, Acsur, Entrepueblos, 2013.

HOLBRAAD, M. Against the motion, in ontology is just another word for culture: motion tabled at the 2008 meeting of the group for debates in anthropological theory, University of Manchester. *Critique of Anthropology*, [S.l.], v.30, n.2, p.152-200, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA - INEI. *Compendio estadístico departamental 2009*. Cajamarca: Inei, 2009.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

ITURRALDE, J.R. de. Relación descriptiva del cerro de Hualgayoc descubierto con poderosas vetas de plata en la provincia de Cajamarca, con noticias exactas de su fatal Estado, 1776. In: SILVA SANTISTEBAN, F. (Ed.). *Historia de Cajamarca*, T. III. Instituto Nacional de Cultura: Lima, 1985.

KATO, Takahiro. El mundo misterioso del compactado en el Perú septentrional. In: TOMOEDA, H. et al. (Ed.). *Entre dios y el diablo*. Magia y poder en la costa norte del Perú. Lima: IFEA/FEPUCP, 2004. p. 129-154.

KIRSCH, S. Property Effects. Social networks and compensation claims in Melanesia. *Social Anthropology*, Cambridge, v. 9, n. 2, p. 147-163, 2001.

KNIGHT PIESOLD CONSULTORES. *Minera Yanacocha S.R.L. Proyecto Conga*: estudio de impacto ambiental. Resumen Ejecutivo. Lima: Knight Piesold, 2010.

KNIGHT PIESOLD CONSULTORES. *Sociedad Minera La Cima S.A.*: Estudio de impacto ambiental. Proyecto Corona. Resumen Ejecutivo. Lima: Knight Piesold, 2005.

LA MINERA Yanacocha se prepara a inaugurar el reservorio Chailhuagón. *El Comercio*, Lima, 10 jul. 2013. Disponible em: <http://elcomercio.pe/economia/peru/minera-yanacocha-se-prepara-inaugurar-reservorio-chailhuagon_1-noticia-1601769>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LE VAS a ir a preguntar a las llamas y vicuñas sobre el TLC? *Lucha indígena maqanakuyinchis*, Cusco, v. 1, n.4, 4 jun. 2006, p. 7. Disponible em: <<http://www.luchaindigena.com/wp-content/uploads/2009/06/Lucha-Ind%C3%ADgena-4.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2013

LEQUANDA, J. I. Descripción geográfica del partido de Cajamarca en la intendencia de Trujillo. *Mercurio peruano*, v. 333-338, n. X, p. 167-212, 1974.

LI, F. In defense of water: modern mining, grassroots movements, and corporate strategies in Peru. *Journal of Latin American & Caribbean Anthropology*, v.21, n.1, p. 109–129, 2016.

LI, F. *Unearthing conflict*: corporate mining, activism, and expertise in Peru. Durham: Duke University Press, 2015.

LI, F. Documenting accountability: environmental impact assessment in a Peruvian mining project. *Political and Legal Anthropology*, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 218-236, 2009a.

LI, F. Negotiating livelihoods: women, mining and water resources in Peru. *Canadian Woman Studies*, North York, v. 27, n.1, p. 97–102, 2009b.

LONG, N.; ROBERTS, B. *Miners, peasants and entrepreneurs: regional development in the central highlands of Peru*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LUNA AMANCIO, N. Tras 11 años del derrame de mercurio, síntomas persisten en Choropampa. *El Comercio*, Lima, 22 mai. 2011. In: <http://elcomercio.pe/ciencias/planeta/11-anos-derrame-mercurio-sintomas-persisten-choropampa-noticia-761410>. Acesso em: 22 mai. 2012.

MANRIQUE, R. Entrevista. Roque Benavides: "Apuntamos a Conga porque Yanacocha no tiene reservas". *Gestión*, Lima, 29 mar. 2012. Disponível em: <<http://gestion.pe/noticia/1394255/entrevista-roque-benavides-apuntamos-conga-porque-yanacocha-no-tiene-reservas>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MARIATEGUI, A. Agua y bonito. *Perú 21*, Lima, 08 jan. 2015. Disponível em: <<http://peru21.pe/opinion/agua-y-bonito-2208705>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MARTÍNEZ LÁZARO, J.C. Carta pastoral. La minería y el desarrollo social cristiano. A los sacerdotes, religiosos y religiosas, fieles cristianos, ciudadanos y ciudadanas de la Diócesis de Cajamarca. 19 Set. de 2006. *El Mercurio Cajamarca*, Cajamarca. Disponível em: <<http://www.gatoencerrado.net/store/noticias/39/39513/detalle.htm>> Acesso em: 13 mai. 2016.

MAYER, E. *Casa, chacara y dinero*. Economías domésticas y ecología en los andes. Lima: IEP, 2004.

MIGNOLO, W. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MILLONES, L.; MAYER, R. *La fauna sagrada de Huarochiri*. Lima: IEP, Ifea, 2012 (Historia Andina, 29).

MIRES ORTIZ, A. *Cosmovivencia*. La concepción del mundo desde la tradición oral cajamarquina. Cajamarca: Red de Bibliotecas Rurales, 2008.

MIRES ORTIZ, A. *Los seres de más acá*. Muestras sobrenaturales en la tradición oral cajamarquina. Cajamarca: Red de Bibliotecas Rurales, 2001.

MIRES ORTIZ, A. *Todos los Tiempos*. La Naturaleza del Tiempo en la Tradición Cajamarquina. Cajamarca: Red de Bibliotecas Rurales, 2002.

MIRES ORTIZ, A. *Somos Nosotros*. Reflexiones Campesinas sobre la tradición andina. Cajamarca: Red de Bibliotecas Rurales, [s.d.].

MOUFFE, C. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.1, n.3, p. 11-26, 2003.

MWH PERU. *Modificación del Estudio de Impacto Ambiental de Cerro Corona. Actualización y Proyecto de optimización*. Resumen Ejecutivo. Lima: MWH PERU, 2012.

NADASTY, P. We don't Harvest Animals; we Kill them. Agricultural Metaphors and the Politics of Wildlife Management in the Yukon. In: GOLDMAN, M. et al. (Ed.). *Knowing Nature: Conversations at the Intersection of Political Ecology and Science Studies*. Chicago: University of Chicago Press, 2011. p. 135-151.

NADASTY, P. *Hunters and bureaucrats: power, knowledge, and aboriginal-state relations in the Southwest Yukon*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2003.

NASH, J. *Comemos a las minas y las minas nos comen a nosotros*. Dependencia y explotación en las minas de Estaño. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.

OBREGOSO ALVAREZ, M. Tambogrande, participación social y educación. *Decisio. Saberes para la Acción en Educación de Adultos*, Pátzcuaro, v.7, p. 27-31, 2004.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS MINEIROS NA AMÉRICA LATINA - OCMAL. 16 Observatorio de conflictos mineros no Peru. Reporte primero semestre de 2015. Lima: COOPERACION, FEDEPAZ, GRUFIDES, 2015.

O'GORMAN, E. de. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir*. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1986.

OFICINA NACIONAL DE PROCESOS ELECTORALES - ONPE. *Mesas de sufragio*. Experiencias de conformación en centros poblados: comicios 2006. Lima: ONPE, 2007. (Documento de trabajo, 15).

OLLANTA Humala sobre Conga: Queremos el agua y el oro. La República, Lima, 16 de nov. 2011. Disponible em: <<http://larepublica.pe/16-11-2011/ollanta-humala-sobre-conga-queremos-el-agua-y-el-oro>> Acceso em: 11 abr. 2014.

O'PHELAN GODOY, S. *Vivir y Morir en el mineral de Hualgayoc a fines de la colonia*. Durham: Duke University, 1991.

O'PHELAN GODOY, S. Humboldt, el Perú y sus recursos naturales: entre la plata y el guano. *Hin*. [S.l.], XI, 20, 2010.

ORDÓÑEZ, R. Proyecto Conga: entre las lagunas y el mineral. *NoticiasSer*, Cajamarca, 19 mayo 2010. Disponible em:<<http://www.noticiasser.pe/19/05/2010/voces/proyecto-conga-entre-las-lagunas-y-el-mineral>>. Acceso em: 04 maio 2015.

PAPANNEK, V. *Design for the real world: human ecology and social change*. New York: Random House, 1972.

PARROQUIA SAN CARLOS BAMBAMARCA. *Despertar*, Bambamarca, n. 16, 1986.

PAREDES PENAFIEL, A.; RADOMSKY, G. Dilemas da interculturalidade e da biodemocracia: o massacre em Bagua, Amazônia Peruana. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Belém, v. 3, p. 60-87, 2011.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERALTA RUIZ, V. El virreinato peruano y los textos de José Ignacio de Lecuanda en una pintura ilustrada de 1799. *Fronteras de la Historia*, Bogotá, v. 18, n. 1, p. 45-68, 2013.

PEREYRA TERRONES, J. Perú: el oro de Atahualpa. *Servindi*, Lima, 26 dic. 2011. Disponível em: <<http://servindi.org/actualidad/56338>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PÉREZ MUNDACA, J. *Desencuentros sociales en la minería de Cajamarca (Casos Hualgayoc Colonial y Hualgayoc Republicano del Siglo XX)*. Cajamarca: Gráfica del Norte, 2010a.

PÉREZ MUNDACA, J. *Yanacocha: cambios y permanencias en el conflicto social minero*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 2010b.

PÉREZ MUNDACA, J. Agua. *Procesos sociales, desarrollo y “guerra” mediática en Cajamarca*. Cajamarca: Martínez Compañón Editores, 2012.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas), *Cadernos de campo*, São Paulo, 17, p. 219-232, 2008.

PERÚ. Ministério de Energia y Minas - MINEM. *Guía de inversiones de la gran y mediana minería*. Lima: MINEM, 2008. Disponível em: <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/file/Mineria/PUBLICACIONES/GUIAS/GUIAS/IM2008.pdf>. Acesso em: 9 de set. de 2013.

PERÚ. Ministério de Vivienda, Construcción y Saneamiento - MVCS. *Mitos y leyendas del agua en el Perú*. Recopilado por escolares peruanos para las generaciones futuras. Lima: XX, 2007.

MINERÍA: ¿Cuánto ha perdido el Perú?, *Peru 21*, Lima, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://peru21.pe/economia/mineria-cuanto-ha-perdido-peru-2221865>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PINO DIAZ, F.; ALCALDE, J.G. El Quadro del Reyno del Perú (1799): un importante documento madrileño del siglo XVIII. *Anales*, 20, 2012, p. 65-87.

PRESIDENTE Humala declaró estado de emergencia en cuatro provincias de Cajamarca. *El Comercio*, Lima, 4 dez. 2011, Disponível em: <<http://elcomercio.pe/politica/gobierno/humala-declaro-estado-emergencia-cuatro-provincias-cajamarca-noticia-1343616>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica

más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*, Lima, v. 9, n. 9, 1997.

QUINTERO, P. *Antropología del desarrollo*. Perspectivas de América Latina. Buenos Aires: Kula Ediciones, 2015.

QUIROZ CHUECA, F. La minería virreinal 1550-1600. In: DEL BUSTO DUTHURBURU. *Historia de la minería en el Perú*. Lima: Milpo, 1999, p.129-151.

QUIROZ CHUECA, F.; QUIROZ CABAÑAS, LI. El Mercurio Peruano (1791-1795). *Historia y sociedad*, Medellín, v. 18, n. 33, p.131-139, 2014.

RADOMSKY, G. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, 2011.

RADOMSKY, G.; PAREDES PENAFIEL, A. Camponeses e conflitos nas concepções sobre desenvolvimento no Peru: críticas, resistências, insurgências. In: RODRIGUES, L.; ALMEIDA, J.; SPOLLE, M. (Org.). *Crise e emergência de novas dinâmicas sociais*. V. 2. Curitiba: CRV, 2014. p. 51-63.

RANCÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996

RANCIÈRE, J. A estética como política. *Devires – Cinema e Humanidades*, Belo Horizonte, v.7, n.2, p. 1-25, 2010.

RANCIÈRE, J. Who is the subject of human rights. *The South American Quarterly*, Durham, v.13, n.2/3, p. 297-310, 2004.

RIBEIRO, G.L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 80, p.109-125, 2008.

RIVERA ANDÍA, J.J. Un documento etnográfico como obra de arte. Reflexiones acerca de la organización interna del Quadro de Historia Natural, Civil y Geográfica del Reyno del Perú de Ignacio Lecuanda. *Anales del Museo de América*, XXI, p. 28-41, 2013.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y quechwa de Bolivia 1900-1980*. Ginebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1984.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RIVERA CUSICANQUI, S. Más allá del dolor y del folclor. Conferência pronunciada no "Os mil nomes de Gaia: do antropoceno à idade da terra". Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2014.

- SALAZAR-SOLER, C. *Supay Muqui, dios del socavón*. Vida y mentalidades mineras. Lima: Congreso de la República, 2006.
- SALAZAR-SOLER, C. La divinidad de las tinieblas. *Bulletin de L'isntitute français destudes andines*, Arequipa, v.26, n.3, p. 421-455, 1997
- SCHMITT, C. *The Concept of Political*. Chicago: Chicago University Press, 2007.
- SCURRAH, M. *Defendiendo derechos y promoviendo cambios: el Estado, las empresas extrativas y las comunidades locales en el Perú*. Lima: Oxfam/Instituto de Estudios Peruanos, 2008.
- SERVICIOS EN COMUNICACIÓN INTERCULTURAL - SERVINDI. *Policía hostiliza a los guardianes de las lagunas*. Lima, 8 abr. 2014. Disponible em: <<http://www.servindi.org/actualidad/104021>>. Acceso em: 15 de maio. 2016.
- SERVICIOS EN COMUNICACIÓN INTERCULTURAL - SERVINDI. *Yanacocha crea caudal del Río Grande que consume población de Cajamarca*. Lima, 22 set. 2011. Disponible em: <<http://www.servindi.org/actualidad/52008>>. Acceso em: 15 mar. 2015.
- SHERBONDY, J. Andean irrigation in history. In: BOELENS, R., DÁVILA, G. (Ed.). *Searching for Equity*. Van Gorcum, Assen, 1998. p. 210-215.
- SHOUTEN, P. Theory talk # 34: James Ferguson on Modernity, Development and Reading Foucault in Lesotho, *Theory Talks*, [S.l.]. Disponible em: <<http://www.theory-talks.org/2009/11/theory-talk-34.html>>. Acceso em: 29 de nov. 2012.
- SILVA SANTISTEBAN, R. Porque son perros. In: HOETMER, R.; CASTRO, M., DAZA, M., ECHAVE, J. D.; RUIZ, c. (Ed.). *Minería y movimientos sociales en el Perú: instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el agua y los territorios*. Lima: Programa democracia y transformación global, CooperAcción, Acsur, Entrepueblos, 2013, p.435-456.
- SILVA SANTISTEBAN, F. La lengua culle de Cajamarca y Huamachuco, In: SILVA, F.; SANTISTEBAN, ESPINOZA SORIANO, W.; RAVINES, R. (Comp.), *Historia de Cajamarca*. V. II, Etnohistoria y lingüística. Cajamarca: Instituto Nacional de Cultura, Corporación de Desarrollo de Cajamarca, 1986. p. 365-369.
- SPIVAK, G.C. *Pode o subalterno falar?* Belto Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STEIN, E. *Introdução ao pensamento de Martin Heidegger*. Porto Alegre: Ithaca, 1966.
- STARN, O. Reflexiones sobre las Rondas Campesinas. Protesta Rural y Nuevos Movimientos Sociales. *Revista Quehacer*, Lima, v. 74, p. 60-68, 1991 (Documento de Trabajo, 45. Serie Talleres IEP, 2).
- STARN, O. *Hablan los ronderos: la búsqueda por la paz en los Andes*, Lima: IEP, 1993.
- STRATHERN, M. *Partial connections*. Walnut Creek: Altamira Press, 2004.

SWYNGEDOUW, E. Interrogating post-democratization: Reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, [S.l.], v. 30, n. 7, p. 370-380, 2011.

TAUSSIG, M. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Unesp, 2010.

THAKARA, J. *In the bubble*. Designing in a complex world. Massachusetts: MIT Press, 2005.

THOMSON, S. *We alone will rule*. Native andean politics in the age of insurgency. Madison: Wisconsin Press, 2002.

TORRES, F; CASTILLO, M. El Proyecto minero Conga, Perú: Riesgo de desastre en una sociedad agraria competitiva. Cajamarca: Grufides, 2012.

TSING, A. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

URTEAGA, Horacio H. La conquista del norte del Peru bajo los Incas. In: F. Silva Santisteban, W. Espinoza Soriano y R. Ravines (Comp.). *Historia de Cajamarca*. Vol. II, Ethnohistoria y lingüística, Instituto Nacional de Cultura, Corporación de Desarrollo de Cajamarca, Cajamarca, 1986. p.231-236.

VARELA, F. Ethical know-how: action, wisdom and cognition. Stanford: Stanford University Press, 1999.

VARELA, F.; MATURANA, H., URIBE, R. Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model. *Biosystems*, Amsterdam, v.5, p.187-196, 1974.

VARGAS SANCHEZ, j. ¿Por qué es tan importante la minería para el Perú? *El Comercio*. Economía, 15 jun. 2015. Disponible em: <http://elcomercio.pe/economia/peru/que-tan-importante-mineria-peru-noticia-1818701>. Acesso: 15 jun. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipití*, Santo Antonio, v. 2, n. 1, p. 3-22, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, p.113-148, 2002.

WILLIS, A. M. Ontological designing. In: WILLIS, A. M. (Ed.). Design Philosophy Papers Collection Three. Ravensbourne: Team D/E/S Publications, 2007. p. 80-117.

WINOGRAD, T.; FLORES, F. *Hacia la comprensión de la informática y la cognición: ordenadores y conocimiento, fundamentos para el diseño del siglo XXI*. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1989.

YANACOCCHA. *El agua primero, la mina después*. Lo que aún no se habla del proyecto Conga. [s.l]: Yanacocha, 2012.

YRIGOJEN, R. Hacia un reconocimiento pleno de las rondas campesinas y el pluralismo legal. *Revista Alpanchis: Justicia Comunitaria en los Andes*, Cusco, v. 59-60, n. 1, p.31-81, 2002.

ZUIDEMA, R. Tom. *The ceque system of Cusco: the social organization of the capital of the Inca*. Leiden: Brill, 1964.

ZÚÑIGA GÁLVEZ, N. *El socavón compactado*. Lima: Artes y Letras, 1996.

GLOSSÁRIO

Aquífero: Formação ou grupo de formações geológicas que pode armazenar água subterrânea.

Bocamina: Entrada de uma mina subterrânea.

Botadero: Uma pilha de rocha ou mineral caracterizado como estéril.

Caserío: Assentamento reconhecido legalmente. Não dispõe de títulos coletivos de terra, mas é reconhecido como uma unidade organizativa para efeitos dos serviços governamentais. Equivalente ao *centro poblado* menor.

Centro poblado: Compreende um ou mais *centros poblados* menores. É sede das autoridades do governo, locais e comunais. O *centro poblado* El Tambo conta com 26 *caseríos*.

Cerro Candelária: Maneira como os locais de Hualgayoc chamam o *cerro* Corona. É parte do *cerro* Maria e que hoje não existe mais. A empresa de mineração Goldfields alega que o *cerro* Corona (não falam de Candelária) é separado. No entanto, os locais se referem a que Maria está mais achatada porque perdeu Candelária.

Cerro Maria: Montanha que está na cidade de Hualgayoc. O *cerro* Maria, junto com os *cerros* José e Jesus, rodeiam a cidade de Hualgayoc.

Cerro Corona: Onde está a jazida do projeto de exploração que está próximo à cidade de Hualgayoc. A empresa alega que é um *cerro* separado do *cerro* Maria, e a população hualgayoquina alega que o *cerro* Candelária é um pico que está conectado ao *cerro* Maria.

Chorro Blanco: Um manancial ou nascente que é fonte do canal de irrigação com o mesmo nome.

Cianetação: Método para extrair ouro e prata contidos em minerais concentrados com solução de cianeto.

Conga: Parte alta de uma bacia hidrográfica. Também se refere ao nome da região onde estão situadas as lagoas citadas no Capítulo 5.

Depósito mineral: Concentração natural de material valioso que pode ser extraído e comercializado.

Duende(a): Um espírito mau, de aspecto antropomorfo e pequena estatura. Pode ser feminino ou masculino.

Denuncios mineros: Solicitações para obter a concessão mineira sobre uma área determinada.

Exploração: Atividade de extração dos minerais contidos em um jazida Para poder proceder, precisa-se de um EIA detalhado.

Flotação: Processo para concentrar materiais com base na adesão seletiva de certos minerais às bolhas de ar em uma mistura de água com mineral moído. Quando se adicionam os químicos corretos ao banho de água espumosa do mineral que foi moído, os minerais flutuam para a

superfície. O concentrado da flotação rico em metais se desprende posteriormente da superfície.

Galeria: Um túnel subterrâneo horizontal feito junto a, ou ao longo de, uma estrutura mineralizada que permite o acesso tanto para explorá-la como desenvolvê-la.

Jalca: Área mais fria e que permanece quase todo o ano com neblina e chuvas, sempre verde e com água.

Jazida a céu aberto: Depósito de mineral cuja exploração se faz mediante uma escavação em superfície. A geometria de dita escavação pode variar com as características do depósito.

Ichu: Pasto natural de altura.

Lagoa El Perol: Lagoa na região de Conga, localizada na província de Celendín, onde seria instalada uma das cavas do projeto Conga. O nome da cava seria o mesmo da lagoa.

Lagoa Azul: Lagoa na região de Conga, localizada na província de Celendín. Está em frente à residência da camponesa Máxima Chaupe, hoje ídolo de resistência. De acordo com o projeto mineiro, seria instalado um *botadero* de desmonte no seu lugar. Antes da construção, a água da lagoa Azul seria transvasada para um dos reservatórios. Está quase na mesma altura que a El Perol.

Laguna Chica: Tem o mesmo destino da lagoa Azul.

Laguna Mala: Sua água será transvasada para o reservatório Chailhuagón. Onde está localizada a lagoa, será construído um depósito de desmonte de nome Chailhuagón.

Lagoa Chailhuagón: Laguna na província de Celendín onde foi instalado o primeiro reservatório do Projeto.

Lagoa El Tosmo: Lagoa localizada na região de Conga, próxima a El Perol. De acordo com as histórias orais, a água dessa lagoa flui até o manancial Chorro Blanco (Bambamarca) e a cascata chamada Cornélio (Celendín). Os campesinos relataram que El Tosmo aparece nos estudos da mineira Yanacocha com o nome de Poço Negro e o descrevem como um ponto onde a água desaparece, para aflorar águas abaixo.

Minga: Trabalho comunal que segue protocolos específicos.

MT: Megatonelada ou um milhão de toneladas.

Muqui: Entidade que reside na mina subterrânea.

Onça: Unidade de medida equivalente a 31,103478 gramas.

Libra: Unidade de medida equivalente a 0,453597 quilos.

Pad: Estrutura piramidal onde se acumula o material extraído e se aplica a solução com cianeto.

Parte baja: Áreas próximas aos rios na parte mais baixa e temperada.

Puquio: Olho d'água, nascente.

Rejeito: Rocha que não tem suficiente “lei” (pureza de mineral) nem outras características de minerais de caráter econômico.

Relaves: Material de rejeitos após ter recuperado os minerais valiosos.

Represas de relaves: Depressão em um nível inferior para depositar os *relaves*. A função primária é permitir tempo suficiente para que os metais pesados se sedimentem ou para que o cianeto se destrua antes de descarregar a água nos cursos de água locais.

Reservatórios: Diques. Sobre as cachoeiras naturais, são construídas comportas com válvulas que permitem armazenar água em época de chuva.

Socavão: Galeria de acesso horizontal ou quase horizontal que se abre ao explorar a jazida. Tem uma forma de túnel subterrâneo.

Solução rica: Solução de cianeto carregada com prata e outro produto da cianetação de concentrados ou minerais com prata e ouro. A solução rica é logo enviada ao circuito de precipitação de prata e ouro.

Talalanes: Aberturas naturais de grande profundidade que ficaram com a forma de canal. O nome provém do som que emite atirar uma pedra em seu interior.

Tajo: Tem a forma de uma cava aprofundada que vai se construindo à medida que a operação vai avançando tanto lateralmente como em profundidade.

Transvase: Processo de deslocamento da água da lagoa até o reservatório.

Yanacocha (jazida): Uma jazida a céu aberto composta por cinco áreas de trabalho com exploração de mineral a céu aberto. São eles: Carachugo, Maqui Maqui, Cerro Yanacocha, La Quinoa y Cerro Negro.

Yanacocha (empresa): é o consórcio conformado pela empresa americana Newmont, a empresa peruana Buenaventura e o Banco Mundial.

Veta: Estrutura tabular mineralizada, de bordas claramente definidas que a separaram da rocha denominada estéril.

Voadura: Procedimento usado para quebrar o mineral, que consiste em perfurar para introduzir a carga explosiva e o detonador que ativa o explosivo o qual origina a voadura da rocha.

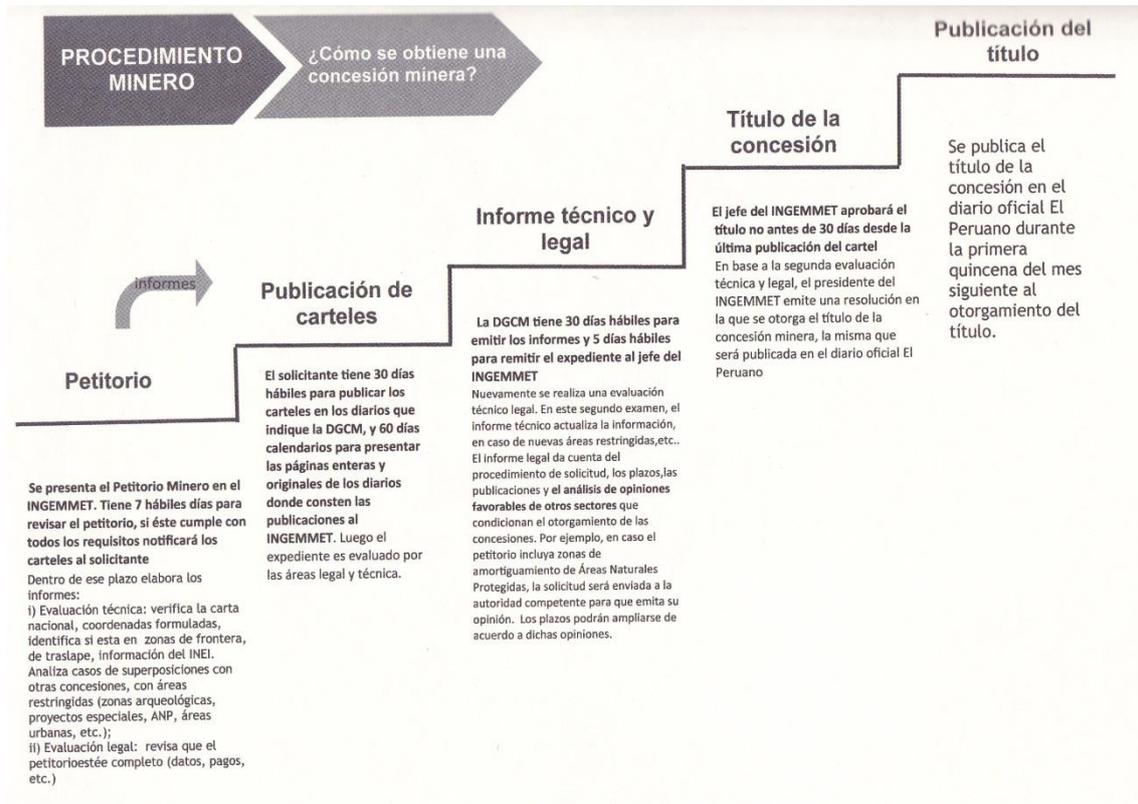
ANEXO A - Principais leis que fomentaram o investimento estrangeiro na mineração na década de 1990

Ano	Principais leis durante a década de 1990-2000	
1991	Lei de Promoção do Investimento Estrangeiro (Decreto Legislativo N.º 662)	Empresas estrangeiras gozariam de certos privilégios como um regime tributário especial, livre disponibilidade de divisas, livre remessa de utilidades, dividendos e outros ingressos, uso do taxa de câmbio mais favorável e contratação de trabalhadores sob qualquer modalidade.
1991	Decreto de Lei de Promoção de Investimentos no Setor Mineração (Decreto Legislativo N.º 708)	Estabelece o procedimento para a concessão para mineração a um terceiro que é o direito de exploração na área de subsolo que é concedida pelo Estado peruano.
1991	Lei marco para o crescimento do investimento privado. (Decreto Legislativo N.º 757).	Estabelece disposições requeridas para o crescimento do investimento privado em todos os setores da economia
1993	Nova Constituição Política do Peru do ano 1993.	Na constituição de 1979, as terras das comunidades eram consideradas como inalienáveis, inembargáveis e imprescritíveis. Com a Nova Constituição de 1993, só o caráter imprescritível ficou em vigência.
1993	Regulamento para a Proteção Ambiental na Atividade Minero-Metalúrgica (Decreto Supremo 016-93-EM)	Exige que se apresente um Estudo de Impacto Ambiental - EIA quando os titulares das atividades de mineração passam à etapa de prospecção para aproveitamento.
1995	Lei do investimento privado no desenvolvimento das atividades econômicas nas terras do território nacional e das comunidades. (Lei N.º 26505)	Esta lei permite nos seus artigos 10 e 11 a disposição das terras comunais. Para dispor, gravar, arrendar o exercer qualquer outro ato sobre las terras comunais da Serra ou Selva, se requererá o Acordo da Assembleia Geral com o voto conforme de não menos de dois terços de todos os membros da comunidade.
1996	Substitui artigo da Lei N° 26505 referido à utilização de terras para o exercício das atividades de mineração e hidrocarburetos (Lei N°	Modificou-se o artigo 7 da lei N° 26505 para permitir o estabelecimento de uma “servidumbre minera”, que força à comunidades à sair da sua comunidade e receber uma indemnização pelos danos causados a sua terra.

	26570)	
2000	Regulamento de Participação Cidadã no Procedimento de Aprovação de EIAs apresentados ao Ministério do Meio Ambiente MINAM (Resolução Ministerial N° 728-99/VMM)	Regula as audiências públicas obrigatórias que são em torno da apresentação do EIA às comunidades.
2000	Decreto Supremo N.º 003-2000-EM	O Estudo de Impacto Ambiental incluirá um Estudo de impacto Social que descreverá os aspectos sociais, econômicos como de saúde que poderão afetar às comunidades nativas e camponesas dentro da área do projeto e as medidas, para prevenir, minimizar, eliminar ditos impactos.

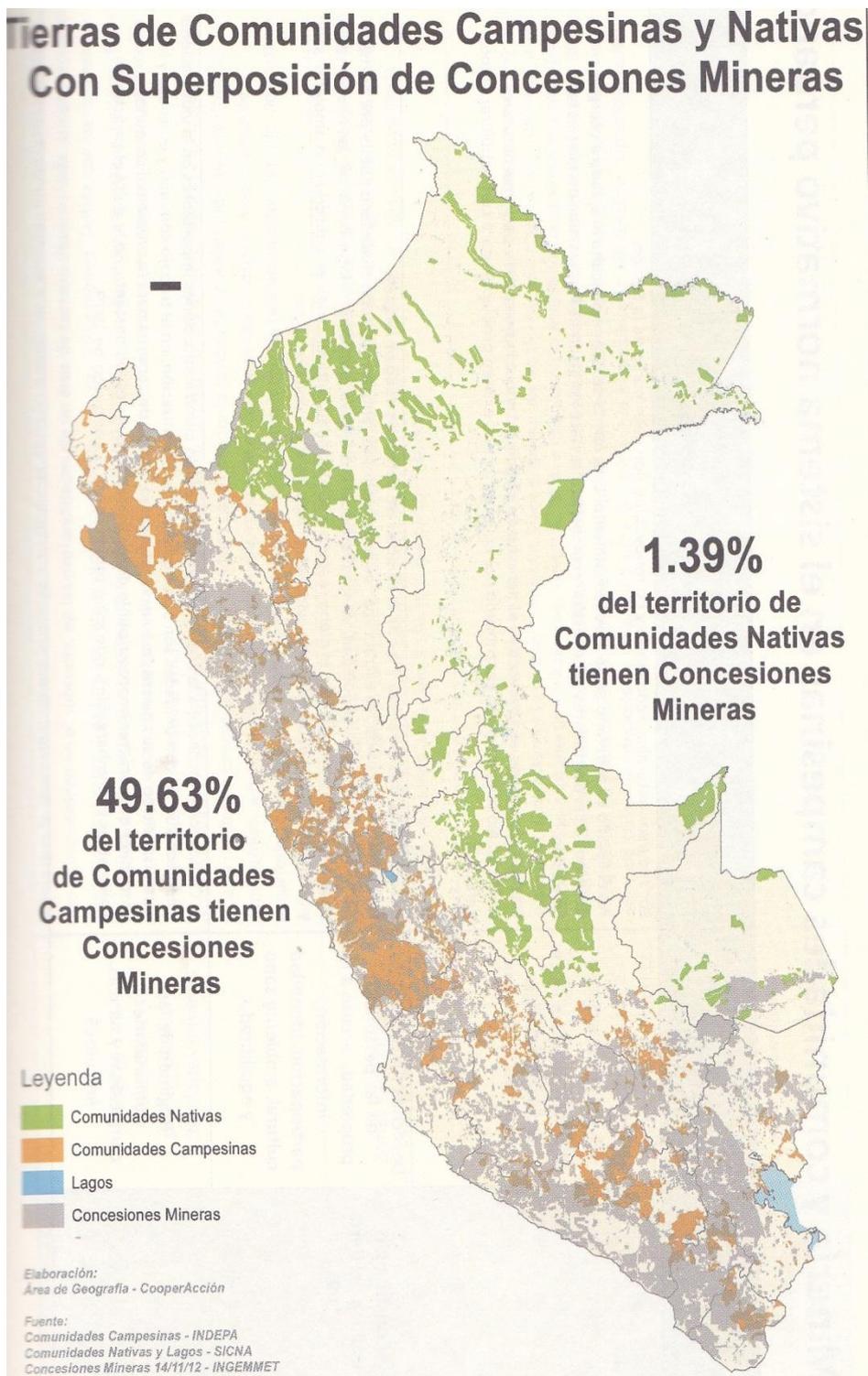
Fonte: Perú (2008).

ANEXO B - Procedimiento de titulación de concesión



Fonte: Hoetmer et al. (2013. p. 261)

ANEXO C - Terras de comunidades *campesinas* e nativas afectadas pelas concessões mineiras



Fonte: Hoetmer et al. (2013. p. 253)

ANEXO D - Ocupação de concessões mineiras segundo bacias hidrográficas



Fonte: Hoetmer et al. (2013, p. 252)